

Agenda Socioambiental de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira



São Paulo, março, 2008

O Instituto Socioambiental (ISA) é uma associação sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), fundada em 22 de abril de 1994, por pessoas com formação e experiência marcante na luta por direitos sociais e ambientais. Tem como objetivo defender bens e direitos sociais, coletivos e difusos, relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos. O ISA produz estudos e pesquisas, implanta projetos e programas que promovam a sustentabilidade socioambiental, valorizando a diversidade cultural e biológica do país. Para saber mais sobre o ISA consulte www.socioambiental.org

Conselho Diretor: Neide Esterci (presidente), Sérgio Mauro [Sema] Santos Filho (vice-presidente), Adriana Ramos, Beto Ricardo, Carlos Frederico Marés

Secretário executivo: Beto Ricardo

Secretário executivo adjunto: Enrique Svirsky

Coordenadores de Programas e Atividades Permanentes: Antenor Bispo de Moraes, Cícero Cardoso Augusto, André Villas-Bôas, Beto Ricardo, Fany Ricardo, Guilherme Tadaci Ake, Leila Maria Monteiro, Márcio Santilli, Marussia Whately, Nilto Tatto, Raul Silva Telles do Valle

Apoio institucional:

ICCO – Organização Intereclesiástica para Cooperação ao Desenvolvimento

NCA – Ajuda da Igreja da Noruega

São Paulo (sede)

Av. Higienópolis, 901

01238-001 São Paulo – SP – Brasil

tel: 0 xx 11 3515-8900 / fax: 0 xx 11 3515-8904

isa@socioambiental.org

Brasília

SCLN 210, bloco C, sala 112

70862-530 Brasília – DF – Brasil

tel: 0 xx 61 3035-5114/ fax: 0 xx 61 3035-5121

isadf@socioambiental.org

S. Gabriel da Cachoeira

Rua Projetada 70 - Centro

69750-000 São Gabriel da Cachoeira – AM – Brasil

tel/fax: 0 xx 97 3471-1156

isarn@socioambiental.org

Manaus

Rua Costa Azevedo, 272, 1º andar – Largo do Teatro - Centro

69010-230 Manaus – AM – Brasil

tel/fax: 0 xx 92 3631-1244/3633-5502

isamao@socioambiental.org

Eldorado

Residencial Jardim Figueira, 55 - Centro

11960-000 Eldorado – SP – Brasil

tel: 0 xx 3871-1697

isaribeira@socioambiental.org

Canarana

Rua Redentora, 362, Centro

78640-000 Canarana – MT – Brasil

tel/fax: 0 xx 66 3478-3491

isaxingu@socioambiental.org

ERRATA

A foto de abertura do capítulo São Pedro foi identificada erroneamente: **trata-se da comunidade de Galvão às margens do rio São Pedro.**

Nas páginas 115 e 117 as fotos também são da comunidade de Galvão.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira / editores
Kátia M. Pacheco dos Santos, Nilto Tatto. -- Instituto Socioambiental, 2008.

1. Comunidade - Desenvolvimento 2. Desenvolvimento econômico - Aspectos ambientais 3. Desenvolvimento sustentável 4. Participação social 5. Quilombos - Vale do Ribeira (SP) I. Santos, Kátia M. Pacheco dos. II. Tatto, Nilto.

08-02713

CDD - 363.7981612

Índices para catálogo sistemático

1. Comunidades quilomboas : Vale do Ribeira : São Paulo : Estado : Desenvolvimento sustentável : Planejamento participativo : Bem-estar social 363.7981612

Sumário

Apresentação 05

capítulo 1

As bases da Agenda Socioambiental Quilombola do Vale do Ribeira..... 07

capítulo 2

Territorialidade no Vale do Ribeira..... 08

capítulo 3

A construção da Agenda Socioambiental Quilombola do Vale do Ribeira..... 15

capítulo 4

A Agenda Socioambiental Quilombola Geral..... 20

capítulo 5

As Agendas Socioambientais Específicas..... 54

5.1. Pedro Cubas..... 55

5.2. Pedro Cubas de Cima..... 67

5.3. Sapatu 77

5.4. Nhunguara..... 85

5.5. Ivaporunduva 93

5.6 Galvão 105

5.7. São Pedro..... 115

5.8. Bombas 125

5.9. Cangume 135

5.10. Porto Velho 145

5.11. Morro Seco 157

5.12. Mandira 167

5.13. André Lopes 177

5.14. Poça..... 185

O Programa Vale do Ribeira do ISA..... 193

Agenda Socioambiental de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira

© ISA, março de 2008

Editores: Katia M. Pacheco dos Santos, Nilto Tatto

Equipe de redação e revisão:

ISA: Carolina Born Toffoli, Katia M. Pacheco dos Santos, Nilto Tatto, Raquel Pasinato (colaboração: Alicia Rolla, Inês Zanchetta, Vera Feitosa, Luciana Bedeschi, Marcos Miguel Gamberini)
Quilombolas: Anderson Rafael Furquim, Antônio Mates Pereira, Benedito Paulo dos Santos, Carlos Roberto da Silva Moraes (Duco), Cláudio Maciel de Pontes, Felipe do Amaral, Hermes Modesto Pereira, José de França Dias, José Paula de França, Márcia Maria da Silva Pupo, Neire Alves da Silva, Nilzo Tavares Costa, Rogério P. Carmo, Rosemeire de Paula M. Silva (Zozá), Valdemir dos Santos, Vandir dos Santos, Zenildo Teixeira e outros membros das comunidades durante as reuniões de fechamento do Capítulo V

Projeto gráfico/editoração: Vera Feitosa/ISA

Mapas: Laboratório de Geoprocessamento do ISA: Alexandre Degan, Carolina Born Toffoli, Cícero Cardoso Augusto, Rosimeire Rurico Sacó

Edição de fotos: Felipe Leal, Nilto Tatto e Vera Feitosa

Pesquisa fotográfica e tratamento de imagens: Cláudio Tavares/ISA

Agradecimentos: Adriana Araujo dos Santos (INF-ISA), Alberto Paulo Vasquez (MDA), Antenor Bispo de Moraes (INF-ISA), Antonio Carlos Nicomedes (Eaacone), Carlos Alberto de Souza (ADM-ISA), Celso Costa Lopes (Unicamp), Cristiane Akemi (INF-ISA), Evandro Pereira Fortes (Amainan), Fabio Massami Endo (ADM-ISA), Felipe Leal (ISA, fotógrafo), Gabriela Segarra Martins Paes (Itesp), Guilherme Tadaci Ake (ADM-ISA, Ignez Maricondi (Itesp), Ir. Ângela Biagioni (Eaacone), Ir. Maria Sueli Berlanga (Eaacone), José Saia Neto (Iphan), Josenei Gabriel Cará (IF-SMA-SP), Marco Nalon (IF-SMA-SP), Margareth Nishiyama Guilherme (DI-ISA), Maria Elisa de Paula Eduardo Garavello (Esalq-USP), Mário José Nunes (IF-SMA-SP), Marta Organo Negrão (Itesp), Moisés Pangoni (ADM-ISA), Noelli Florido (Idesc), Ocimar Bim (IF-SMA-SP), Pedro Lima (Itesp), Renata Braga (ADM-ISA), Roberto Ulisses Resende (DPP-SMA-SP), Sandra Leite (FF-SMA-SP), Sandra Mara Ribeiro(ADM – ISA), Sandra Regina dos Reis (DRS XII), Sandro A. Machado (PM-Itaóca-SP), Sidney Santana e Silva (Itesp), Simone A. Pereira (ADM-ISA), Simone Gallego (FNMA), Tania Maria Silva (Proter), Tiago Marques de Oliveira (Itesp), Wanda Maldonado (FF-SMA-SP)



Ministério do
Meio Ambiente

Ministério do
Desenvolvimento Agrário



Apresentação

***A nossa história queremos deixar desde agora, ninguém vai roubar estas informações, vão ficar para nossos filhos...
Cruzar caminho não é se conhecer – se vivemos em comunidade, temos que estar entrosados, temos que nos conhecer,
temos que dialogar... é o início da aprendizagem para um dia chegar à solução.***

(José Paula – comunidade de Nhunguara)

Esta publicação apresenta os resultados do processo de construção da Agenda Socioambiental Quilombola do Vale do Ribeira, projeto desenvolvido em uma parceria entre o ISA e 14 comunidades quilombolas localizadas na porção paulista do Vale do Ribeira, uma das mais importantes áreas de remanescentes de Mata Atlântica do Brasil. Esta Agenda baseou-se nos princípios da Agenda 21, estabelecidos durante a Rio-92. O projeto contou com o apoio financeiro do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) através da linha de financiamento “Demanda Espontânea”; do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA-ATER); da Ajuda da Igreja da Noruega através da Operação Dia do Trabalho (AIN-OD); além do apoio logístico da Equipe de Articulação e Assessoria das Comunidades Negras do Vale do Ribeira (EAACONE).

Este processo iniciou-se com um diagnóstico socioeconômico e ambiental participativo das comunidades envolvidas, o qual forneceu subsídios à discussão dos principais problemas enfrentados por cada uma destas comunidades, bem como das potencialidades locais para enfrentamento dos mesmos. Em um momento seguinte, as comunidades passaram à busca de soluções comuns a estes problemas, priorizando demandas e apontando ações, recomendações, além de parceiros e responsáveis públicos pela execução destas últimas. As comunidades quilombolas puderam, neste contexto, partilhar estratégias comuns em busca da melhoria da qualidade de vida das comunidades e da sustentabilidade ambiental, configurando, ao final, uma Agenda Quilombola.

A publicação “Agenda Socioambiental de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira” deve ser entendida como instrumento político para auxiliar as comunidades quilombolas no encaminhamento de suas demandas e prioridades para a conquista plena de seus direitos e do desenvolvimento sustentável

em suas terras. Mas não só. Trata-se também de material precioso para auxiliar os gestores públicos na formulação e implementação de políticas voltadas para estas comunidades e populações tradicionais¹ em geral, no que tange as suas necessidades básicas (saúde, educação, saneamento básico, infra-estrutura, geração de renda) e sua forma de relacionamento com o meio em que vivem, condicionada por sua cultura e organização social.

A publicação está organizada em cinco capítulos: I - Bases da Agenda Socioambiental Quilombola; II - Territorialidade; III - A construção da Agenda Socioambiental; IV - A Agenda Socioambiental Quilombola Geral e V - A Agenda Socioambiental Quilombola Específica (de cada comunidade).

As informações que constam nos capítulos I e II foram compiladas de trabalhos anteriores realizados na região e junto às comunidades pelo ISA e por outras instituições e pesquisadores. Destinamos o capítulo III para descrever as fases do projeto. Já as informações apresentadas nos capítulos IV e V foram obtidas da interpretação dos questionários sócio-econômicos e ambientais, das reuniões, oficinas de capacitação, dos seminários e das oficinas de mapeamento participativo realizadas em todas as comunidades. A versão final do capítulo V foi fechada conjuntamente com as comunidades em reuniões específicas durante os meses de janeiro e fevereiro de 2008.

Com as informações disponibilizadas agora, acreditamos que tanto as comunidades quilombolas como as autoridades públicas e ONGs possam visualizar os caminhos e estratégias que cada qual deverá empreender para atender as demandas apontadas e, assim, contribuir para a garantia da sustentabilidade socioambiental das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira e de seus territórios.

¹ São chamadas “tradicionais”, pois mantêm muitos aspectos culturais seculares e praticam, sobretudo, a agricultura voltada à subsistência.

Capítulo 1 As bases da Agenda Socioambiental Quilombola do Vale do Ribeira

1. O que é Agenda 21 e Agenda 21 local?

A Agenda 21 Global, ou simplesmente Agenda 21, nasceu na Conferência Rio-92 ou ECO-92, realizada no Rio de Janeiro com a participação de mais de 179 países e 112 chefes de Estados, números recordes nos encontros promovidos pela ONU. Foi a maior conferência internacional sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável já realizada no mundo e nela, foram aprovados três acordos fundamentais para a implantação do desenvolvimento sustentável: a *Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*, também conhecida como *Carta da Terra* (27 princípios básicos que definem os direitos e as obrigações dos Estados nacionais em relação aos princípios básicos do meio ambiente e do desenvolvimento); a *Declaração de princípios para a administração sustentável das florestas* (primeiro consenso mundial sobre o manejo, conservação e desenvolvimento sustentável) e a *Agenda 21 Global*, o mais importante compromisso firmado durante a ECO-92.

A Agenda 21 é um importante instrumento para se conduzir processos de troca de experiências, formulação de consensos em torno de problemas e soluções locais, e no estabelecimento de prioridades. Seu objetivo principal é a busca pelo **desenvolvimento sustentável**.

2. O que é a Agenda Socioambiental Quilombola do Vale do Ribeira

A Agenda Socioambiental Quilombola do Vale do Ribeira¹ segue os princípios da Agenda 21 Local e tem como objetivo principal promover o fortalecimento coletivo e a gestão sustentável dos territórios quilombolas do Vale do Ribeira.

A construção dessa Agenda foi iniciada ainda em 2004, com a participação de representantes das comunidades quilombolas nas discussões para a elaboração do projeto, através de reuniões organizadas pelo ISA com o apoio a EAACONE (Equipe de Articulação e Assessoria das Comunidades Negras do Vale do Ribeira). Em 2006, em parceria com 14 comunidades quilombolas, iniciam-se as ações de campo, através das primeiras reuniões nas comunidades para apresentações do projeto e discussões sobre estratégias de sua implementação. No

Bom saber!

O objetivo principal da Agenda 21 local é o de estabelecer e incentivar o desenvolvimento sustentável, que pode ser traduzido como: melhoria na economia, na educação, na saúde, na segurança, na conservação do meio ambiente e na preservação da cultura e tradições dos vários grupos humanos que compõem nossa sociedade.

A Agenda 21 Local não é uma receita pronta, mas sim uma metodologia que cria melhores condições para o encaminhamento de todas as questões básicas para a vida de uma comunidade.

âmbito desse projeto, ocorreram oficinas temáticas onde foram trabalhados temas como: organização e fortalecimento comunitário, legislação ambiental; cultura, artesanato tradicional quilombola; manejo de recursos florestais, saneamento, manejo de lixo e cuidados com os agrotóxicos.

Um conjunto de dados sócio-econômicos e ambientais foi levantado pelos agentes locais por meio da aplicação de questionário junto às famílias quilombolas. Dessa forma, foi possível conhecer melhor a realidade de cada comunidade, suas potencialidades e limitações.

De posse destas informações, seus protagonistas – os integrantes das comunidades – têm em mãos um instrumento para conhecer em detalhes sua própria comunidade e todas as outras. Essas informações foram analisadas coletivamente entre as comunidades e utilizadas na elaboração das agendas específicas.

Os resultados obtidos com o projeto Agenda Socioambiental Quilombola se traduzem na formação de jovens lideranças, no nivelamento e repasse de informações entre as comunidades, na realização de um diagnóstico sócio-econômico e ambiental elaborado participativamente, e na elaboração inédita de Mapas de Uso e Ocupação do Solo (2007) do território das 14 comunidades quilombolas participantes do processo.



Chefes de Estado reunidos na Rio-92.

¹ Projeto financiado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA)/MMA.

Capítulo 2 Territorialidade no Vale do Ribeira

1. Histórico da ocupação

A presença de inúmeros sítios arqueológicos comprova que a ocupação humana é anterior à chegada dos portugueses no século XVI. Essa região era utilizada como rota de passagem pelos ameríndios vindos do planalto para o litoral, bem antes das primeiras incursões dos europeus no Brasil. Certas localidades do Vale eram ocupadas pelo povo Guaianá.¹

No século XVI as bandeiras de mineração iniciaram suas expedições partindo do litoral sul do Estado para o interior do Vale do Ribeira, levando junto indígenas e alguns escravos negros.²

No século seguinte a região encontrava-se povoada por colonos europeus, os quais mantinham a economia extrativista e agrícola do Brasil Colônia, utilizando-se de escravos negros, recém-trazidos de diversas regiões da África, e também de índios escravizados.

A mineração do ouro foi o primeiro ciclo econômico do Vale do Ribeira, atividade exercida por mão-de-obra escrava. Com o término deste ciclo, muitos ex-escravos ocuparam algumas terras e desenvolveram uma agricultura também voltada ao mercado de alimentos, tanto para consumo regional, como para o comércio com outras regiões do país. Um exemplo é o arroz, cujo ciclo teve início no final do século XVII, e foi intensamente comercializado para outras províncias no Brasil Império até meados do século XIX. Dessa maneira os negros se transformaram em pequenos agricultores, e muitos se fixaram mata adentro na região, dando origem às comunidades negras da região.

Uma das primeiras cidades fundadas foi Iporanga, em 1576, pelos bandeirantes em busca de ouro. No século XVII, em função do ouro encontrado às margens do rio Ribeira de Iguape, no Médio Vale, teve origem a cidade de *Xiririca*, hoje Eldorado, nome que recebeu em 1948, em referência ao ouro.

Nas primeiras décadas do século XX, cresceram as lavouras de chá e banana e esta última passou a ser o principal produto econômico da região.

O Vale do Ribeira é a região do Estado de São Paulo onde se encontra a maior parte das comunidades quilombolas. A diversidade social, ambiental e cultural ali existente não se compara a qualquer outra região do Brasil. Tal especificidade se justifica pelo fato de que no Vale se concentram um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica do Brasil e se abrigam várias comunidades tradicionais e locais, quilombolas, indígenas, caiçaras e agricultores familiares. Por outro lado, a região apresenta questões que lhe são próprias e demandam políticas específicas, como a regularização fundiária tanto para indígenas como para pequenos agricultores e quilombolas. É preciso considerar ainda que existem conflitos de sobreposições entre os territórios tradicionais destas populações com Unidades de Conservação (parques estaduais e áreas protegidas)

No início da década de 1970 houve uma tentativa de regularização fundiária das posses rurais por meio de um convênio entre a Superintendência para o Desenvolvimento do Litoral Paulista (Sudelpa) e a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário. Com isso, iniciou-se a demarcação de terras e a distribuição de tí-

tulos de propriedade a pequenos posseiros no Vale do Vale do Ribeira. Porém, essa forma de “demarcação” desconsiderava a existência de terras comunais, permitindo que fossem loteadas. Esse procedimento gerou sérios conflitos internos, porque algumas famílias quilombolas venderam seus lotes a pessoas de fora da comunidade, agravando assim a questão fundiária.

No início da década de 1980, o governo do Estado de São Paulo investiu em melhorias nas estradas que dão acesso à região, a fim de integrá-la ao resto do Estado. As terras se valorizaram, a especulação imobiliária se instalou despertando interesses de latifundiários e empresários de outras regiões, agravando conflitos fundiários em diversas áreas do Vale.

Ainda na década de 1980, o governo estadual começou a se apoiar nas organizações sociais existentes na região, visando implementar suas políticas de desenvolvimento rural. No mesmo período, setores da Igreja Católica incentivavam as organizações rurais existentes, para que permanecessem nas terras que já ocupavam há várias décadas.

No caso das comunidades quilombolas esse processo se deu com a motivação de seus integrantes a se organizarem em associações comunitárias, uma vez que essa era uma das exigências que o Estado impunha para que tivessem suas terras.

Nessa época também foram criadas a maioria das Unidades de Conservação da região. Nos anos 1990, foram promulgadas leis ambientais restringindo as formas de uso dos recursos da Mata Atlântica, e foi a época em que, a região se destacou no cenário político do Estado por conta dos projetos de construção de barragens no Rio Ribeira de Iguape. Para lutar contra essa ameaça as populações tradicionais e, em especial, as comunidades quilombolas, se organizaram e criaram o Movimento dos Ameaçados por Barragens (Moab).

Historicamente, a quase totalidade das populações rurais que habitam o Vale, detém somente a “posse da terra” (em muitos casos sem a documentação que comprove seus direitos possessórios).



Ruínas da fazenda onde se formou a comunidade da Mandira, em 1868.

¹ Ângelo e Sampaio (1995).

² Carril, Lourdes de Fátima B. 1995. Terras de Negros no Vale do Ribeira: Territorialidade e Resistência. São Paulo, FFLCH/USP, dissertação de mestrado.

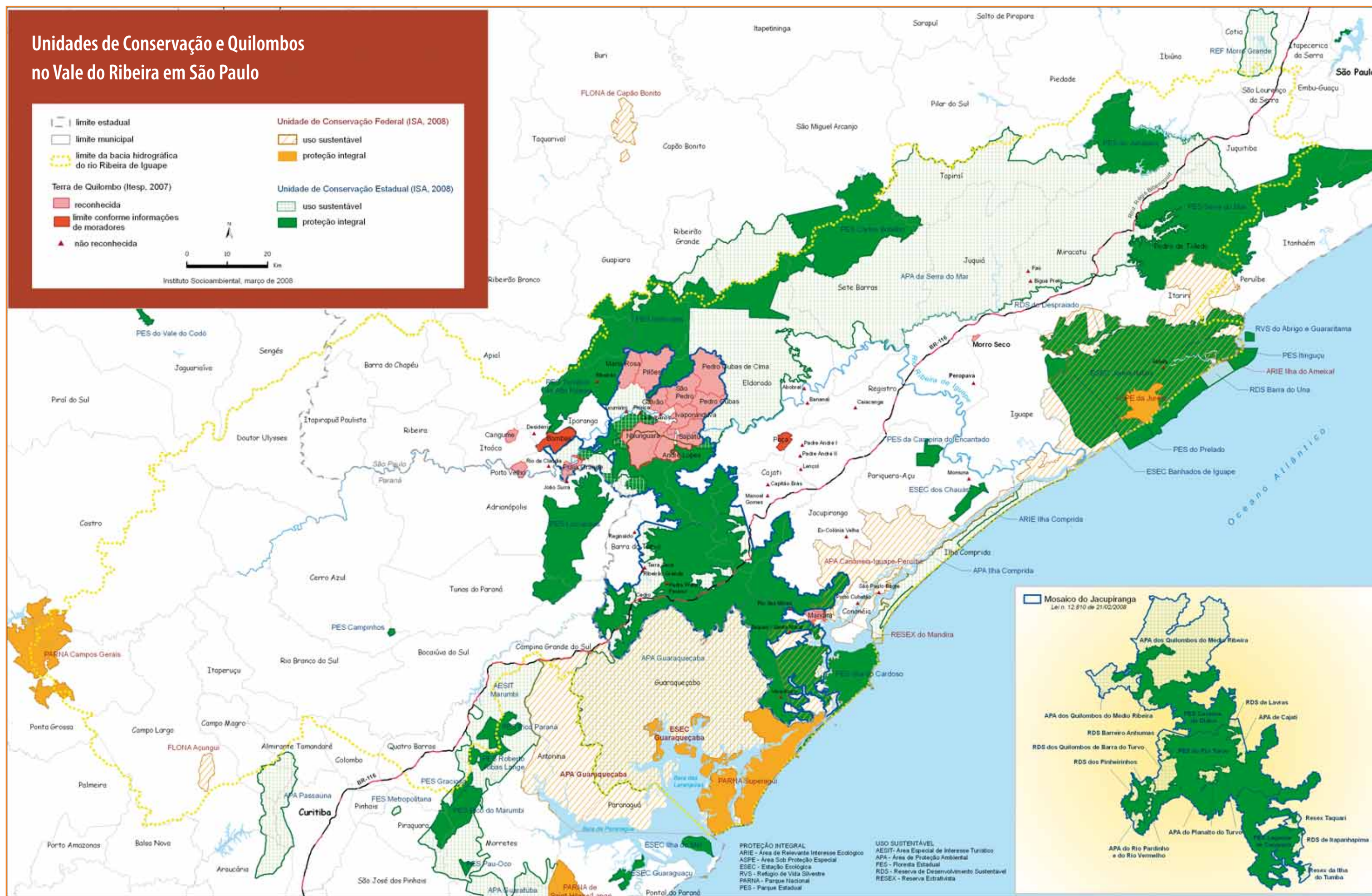
limite estadual
 limite municipal
 limite da bacia hidrográfica do rio Ribeira de Iguaçu

Terra de Quilombo (Itesp, 2007)
 reconhecida
 limite conforme informações de moradores
 não reconhecida

Unidade de Conservação Federal (ISA, 2008)
 uso sustentável
 proteção integral

Unidade de Conservação Estadual (ISA, 2008)
 uso sustentável
 proteção integral

0 10 20 Km
 Instituto Socioambiental, março de 2008



A maior parte das áreas ocupadas e manejadas por estas populações ou é de domínio do poder público ou de particulares (pessoas físicas e jurídicas) que não residem na região.³ Nesse contexto fundiário se inserem as populações tradicionais – caiçaras, índios, ribeirinhos e quilombolas. Apesar de ter sido uma das regiões mais intensamente exploradas nos períodos colonial e imperial, o Vale do Ribeira chega ao século XXI com significativo patrimônio socioambiental.

2. Contexto geográfico e ambiental

A Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e o Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá – genericamente denominada Vale do Ribeira – está localizada entre dois dos estados mais desenvolvidos do País, abrange as regiões sudeste do Estado de São Paulo e leste do Estado do Paraná. Possui área de 2.830.666 hectares (28.306 km²), sendo 1.119.133 ha no Paraná e 1.711.533 ha em São Paulo, correspondendo a respectivamente 39,5% e 60,5% em relação à área total da Bacia.

Confronta-se ao norte e a leste com as bacias dos rios Tietê e Paranapanema e ao sul com a Bacia do rio Iguaçu. A área da bacia abrange 31 municípios, sendo nove no Paraná e 22 em São Paulo. Estão ainda parcialmente inseridos na Bacia do Ribeira, 10 municípios do Paraná e 14 municípios de São Paulo.

O Vale do Ribeira caracteriza-se por ter sido uma das primeiras e mais intensamente exploradas regiões brasileiras nos períodos colonial e imperial. Contudo, ainda guarda atualmente, o maior remanescente de Mata Atlântica preservada do Brasil. Em outras palavras, dos 7% que restaram deste bioma em território nacional, 21% estão localizados no Vale do Ribeira.

O Vale conta com uma população de cerca de 411.500 habitantes, mais da metade nas zonas

rurais. Uma das principais vias de acesso à região é a Rodovia Régis Bittencourt (BR -116), que liga São Paulo ao Paraná.

O clima regional é caracterizado como subtropical úmido, com temperatura média anual de 18°C, e precipitação anual podendo atingir até 4.000 mm.

Em decorrência de sua complexa história geológica a região do Vale do Ribeira é uma das regiões do Brasil que apresenta as mais variadas características geoambientais e isto faz com que nela existam terrenos com diferentes formas de relevo e de tipos de solos cujas características físico-químicas podem variar em poucos metros.⁴

De forma geral as condições encontradas nas comunidades quilombolas se caracterizam por relevo montanhoso variando a ondulado e suave ondulado, com denso canal de drenagem formado sobre litologias metavulcanosedimentares, representados por xistos, filitos, metasiltitos e metargilitos, dando origem a solos argilosos. Outras porções deste relevo montanhoso estão sobre rochas calcáreas, formando um relevo cárstico ou seja, onde existem grutas, cavernas, sumidouros de drenagem e dolinas. Em função do relevo estes solos são facilmente erodidos quando expostos.

Nos fundos dos vales estão as planícies aluviais, as áreas planas ou quase planas que margeiam os rios, são os terrenos mais jovens, formado pela deposição de sedimentos trazidos pelas cheias, em geral são associadas a estas áreas os gleissolos, com boa fertilidade, mas sujeitos à inundações periódicas e com



Rio Ribeira de Iguape na comunidade de Porto Velho.

³ Adams, C. Caiçaras na Mata Atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2000. 366p.

⁴Theodorovicz, Antonio; Theodorovicz, Ângela Maria de Godoy. Atlas geoambiental: subsídios ao planejamento territorial e à gestão ambiental da bacia hidrográfica do rio Ribeira de Iguape. 2. ed. rev. São Paulo: CPRM, 2007.

limitação de uso pois a maior parte destes solos está em Área de Preservação Permanente (faixa de 30 m de largura em cada margem dos córregos e 100 m de cada lado no caso do Rio Ribeira de Iguape).

Os principais solos encontrados nos territórios quilombolas são: Argissolos, Cambissolos, Latossolos, Neossolos, Gleissolos.

Em 1999, foi considerado como área do Patrimônio Natural da Humanidade pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura). Além disso, mais de 50% de sua área total está sob regime de proteção ambiental – são as Unidades de Conservação de uso direto e indiretas, criadas ao longo do século XX.⁵

Os territórios quilombolas, em circunvizinhança com Unidades de Conservação, formam importante corredor biológico ainda preservado de Mata Atlântica que interliga o Alto e Médio Vale do Ribeira (região serrana), onde estão situados os Parques Estaduais de Jurupará, Intervales, Carlos Botelho, Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (Petar) e a Estação Ecológica de Xitué, e o Baixo Vale do Ribeira (Planície Sedimentar e Litorânea), onde está localizado o Mosaico do Jacupiranga e o Parque Estadual da Ilha da Cardoso.

Apesar do rico cenário socioambiental, a região apresenta problemas como a questão fundiária ainda não solucionada, a ameaça dos projetos de barragem, o crescente desmatamento nas APPs, especialmente das matas ciliares do Rio Ribeira de Iguape e seus principais afluentes,⁶ os quais compõem a Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape, a maior da região do Vale do Ribeira. Seu rio principal, o rio Ribeira de Iguape, é o único desse porte no Estado que ainda não tem barragens.

3. As comunidades quilombolas

Os primeiros negros trazidos para o Brasil vinham da costa ocidental da África, Mais tarde vieram também da costa oriental, e de outras regiões da África, onde habitavam grupos de culturas diversas, capturados e enviados ao tráfico negreiro. Agrupados no Brasil, esses africanos realizaram intensamente trocas culturais e estabeleceram alianças entre si.

Em caráter de resistência à escravidão, desde o início muitos negros agrupados se refugiavam na mata, formando os quilombos.⁷ Em terras abandonadas de várias regiões do país, tornaram-se pequenos produtores rurais autônomos, num processo de ocupação e uso produtivo das regiões florestadas mais distantes dos rios, em áreas interioranas do Brasil. Após a abolição, muitos ex-escravos continuaram suas atividades agrícolas, enquanto outros foram obrigados a trabalhar para latifundiários para sobreviver.

Nas terras abandonadas por fazendeiros do Vale do Ribeira após o declínio da mineração de ouro, muitas das quais já habitadas por ex-escravos, formaram-se comunidades negras existentes até hoje ao longo do Rio Ribeira de

Bom saber!

A palavra **quilombo** é originária do idioma africano quimbundo, que significa: “*sociedade formada por jovens guerreiros que pertenciam a grupos étnicos desenraizados de suas comunidades*”.

Atualmente a definição mais comum de quilombo é: “*uma comunidade negra rural habitada por descendentes de africanos escravizados, com laços de parentesco, que vivem da agricultura de subsistência, em terra doada, comprada ou secularmente ocupada por seus antepassados, os quais mantêm suas tradições culturais e as vivenciam no presente, como suas histórias e seu código de ética, que são transmitidos oralmente de geração a geração*”.

Adaptado de Moura, Gloria. Quilombos contemporâneos no Brasil. In: Chaves, R.; Secco, C. & Macedo Tânia. *Brasil/África: como se o mar fosse mentira*. São Paulo : Ed. UNESP; Luanda, Angola : Chá de Caxinde, 2006.

Iguape, entre os municípios de Iporanga e Eldorado. Com essa forma de apropriação dos espaços, as populações descendentes de escravos mantiveram seus laços históricos e de parentesco, como é o caso das comunidades de Nhunguara, Pilões, Maria Rosa, Sapatu, André Lopes, Pedro Cubas e Ivaporunduva.

As comunidades quilombolas do Vale sempre mantiveram relações sociais e econômicas com os pequenos núcleos urbanos regionais, com os grandes proprietários rurais e com as autoridades locais.

Mesmo estando em locais com certo isolamento geográfico, nunca viveram descontextualizadas da produção agrícola regional, ora atuando como fornecedores de bens alimentícios, ora na qualidade de meeiro, de pequeno produtor e de empregado de fazendeiros.

Estudos antropológicos⁸ afirmam a existência de comunidades quilombolas que possuem tradição de até 300 anos de ocupação no Vale, caso da comunidade de Ivaporunduva. Permanecendo sempre em contato direto com a natureza e extraindo delas os meios para sua subsistência e reprodução cultural, acumularam, ao longo das várias gerações, conhecimentos tradicionais e profundos sobre os ecossistemas da região.

Em função das restrições de uso e ocupação do solo advindas da legislação ambiental, principalmente a partir das décadas de 1950 e 1960 até o início da década de 1990, as comunidades quilombolas tiveram que incorporar outras formas de acesso aos recursos ambientais locais e à subsistência.. Com isso, surgiram novos padrões de ações de sobrevivência entre elas, alterando práticas centenárias, como a extração de produtos na mata e o sistema tradicional de agricultura de corte e queima.

Um exemplo é a bananicultura. Nos anos 1980, por incentivo dos grandes bananicultores da região, as comunidades de Sapatu e Ivaporunduva foram as primeiras da região a ingressarem nessa atividade. A produção de banana juntamente com a extração de palmito juçara (*Euterpes edulis*) tornou-se, décadas depois, a principal fonte econômica da maioria das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira.

A organização político-social destas comunidades teve início em meados da década de 1980, com o trabalho de base realizado pela Comissão da Pastoral da Terra (CPT). Nos anos 1990, foi criada a EAACONE (Equipe de Articulação e

⁵ ISA, 1998; Born & Talocchi, 2002.

⁶ Projeto APP – SOS Mata Atlântica/CBH-RB/FEHIDRO/IF/ISA/VIDÁGUA/ARCPLAN – 2005

⁷ Velasquez, Cristina. Quilombolas. In: Almanaque Brasil Socioambiental. São Paulo: ISA, 2007. p. 234-235.

⁸ Stuchchi, Deborah (coord.). 1998. Laudo Antropológico. Comunidades negras de Ivaporunduva, São Pedro, Pedro Cubas, Sapatu, Nhunguara, André Lopes, Maria Rosa e Pilões. Ministério Público Federal, São Paulo.

Assessoria as Comunidades Negras do Vale do Ribeira), formada por lideranças das comunidades quilombolas do Vale e por apoiadores. Iniciava-se, assim, o processo de discussão e organização dos quilombolas do Vale do Ribeira.

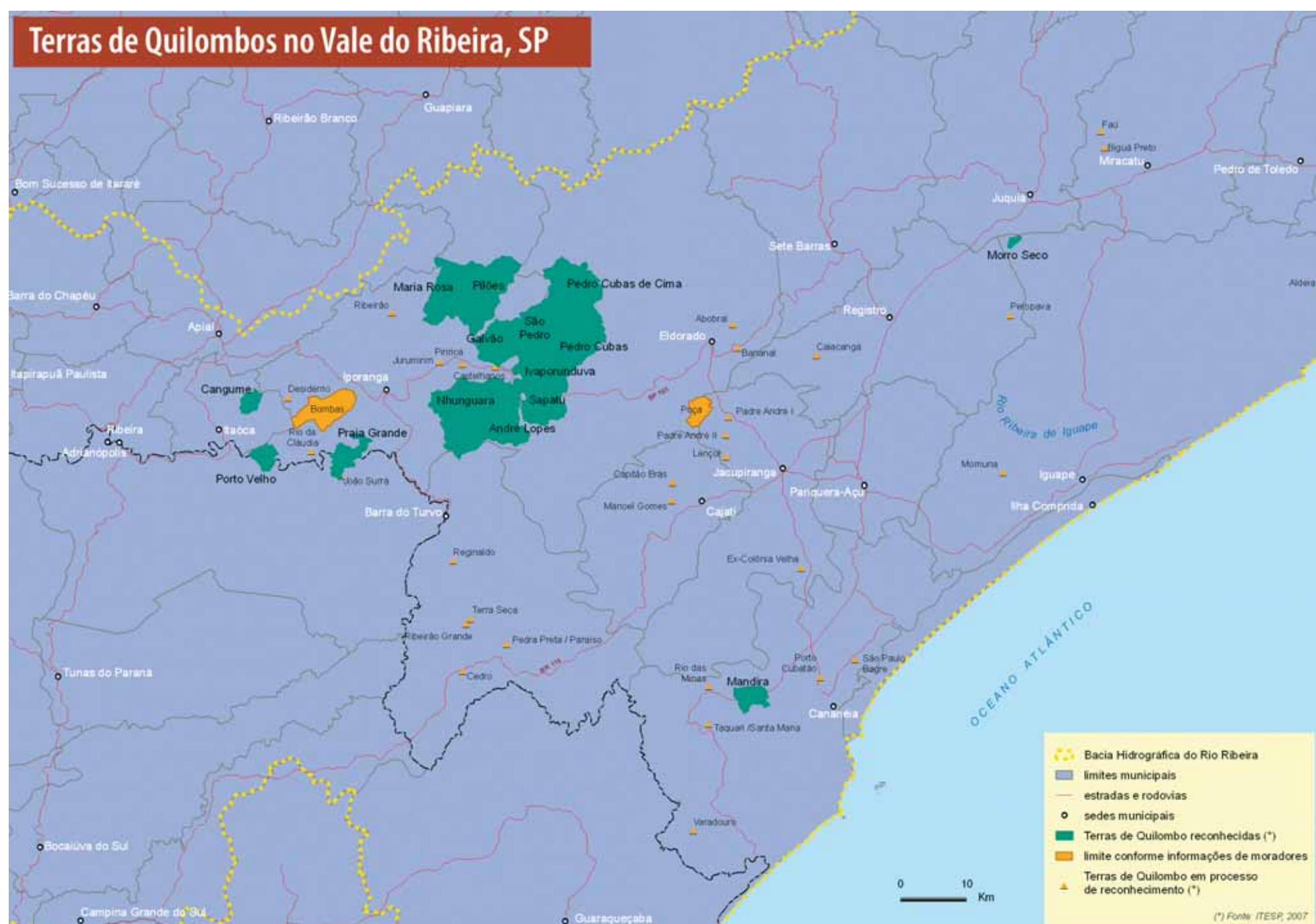
Também nesta década foi criado Movimento dos Ameaçados por Barragens (Moab), composto por integrantes da Igreja Católica, ambientalistas, sindicatos urbanos e rurais, lideranças das comunidades rurais e, principalmente, representantes das comunidades quilombolas. O movimento faz parte até hoje do cenário político-social das comunidades quilombolas, indígenas e caiçaras locais no enfrentamento dos projetos de barragens (Hidrelétrica de Tijuco Alto, Funil, Batatal e Itaóca) no rio Ribeira de Iguape.

A organização das comunidades quilombolas resultou na consciência de seus direitos. Mas ainda hoje, os remanescentes de quilombos vivem em constantes batalhas por seus direitos fundamentais.

A questão quilombola foi inserida no cenário da política nacional com a Constituição Federal de 1988, que instituiu em seu Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), o artigo 68: “Aos Remanescentes das Comunidades dos Quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado, emitir-lhes os respectivos títulos”.

A Constituição Federal ainda estabelece nos artigos 215 e 216 respectivamente, a proteção às manifestações culturais afro-brasileiras e o reconhecimento do patrimônio cultural brasileiro no qual se inclui o tombamento de documentos e sítios detentores de reminiscências históricas de antigos quilombos.

Organizações e entidades, tanto da sociedade civil organizada como do Governo, foram criadas depois da Constituição, como a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Remanescentes de Quilombos (Conaq), a Fun-



O processo de titulação da propriedade quilombola

O processo de titulação de uma comunidade remanescente de quilombos inicia com a Certidão de Autodefinição.

Segundo a nova Portaria 98 de novembro de 2007, expedida pela Fundação Cultural Palmares - FCP, a comunidade que não possui associação legalmente constituída deverá se reunir em maioria e apresentar uma ata de reunião. A reunião deverá ter como assunto o debate e decisão a respeito da autodefinição como comunidade remanescente de quilombo.

A comunidade que possui associação legalmente constituída deverá apresentar ata da assembléia convocada com específica finalidade de deliberação a respeito da autodefinição, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, acompanhada de lista de presença devidamente assinada.

A deliberação é o momento em que a comunidade revendo a história de sua formação entende, ou não, ser uma comunidade remanescente de quilombo. A comunidade poder reconhecer-se na história de sua formação, assim como em costumes e tradições herdados de antepassados.

Neste sentido, a declaração autodefinição é um documento que deverá ser encaminhado à Fundação Cultural Palmares apresentando um pequeno relato sobre a história da comunidade e porque conclui ser uma Comunidade Remanescente de Quilombo. No final, a declaração deve solicitar que o Presidente da FCP autorize a certidão de autodefinição. Caso a comunidade possua outros dados, documentos ou informações, tais como fotos, reportagens, estudos realizados, entre outros, que atestem a história comum do grupo ou suas manifestações culturais também devem ser encaminhados.

Após a emissão da certidão de autodefinição inicia-se o processo para caracterização da comunidade. Este processo se dá no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Incra, baseado no decreto 4.887/2003 e na Instrução Normativa Incra nº 20.

O processo é composto por relatório antropológico; planta e memorial descritivo do território; cadastramento das famílias quilombolas; cadastramento dos demais ocupantes;

levantamento da cadeia dominial da área, ou seja, busca nos registros de imóveis de proprietários relativos a imóveis na terra; e parecer conclusivo da área técnica do Incra. Também cabe o Incra publicar resumo do laudo no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Estado afixando na sede do município. Deve ser acompanhado de memorial descritivo e mapa da área estudada.

Vencido o prazo de 90 dias para manifestações e contestações e ouvidos o Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional (Iphan), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Secretaria de Patrimônio da União (SPU), Fundação Nacional do Índio (Funai), Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional e Fundação Cultural Palmares (FCP), o processo segue para Comitê de Decisão Regional responsável pela análise da manifestações de particulares e eventuais manifestações dos demais órgãos públicos.

Passada a fase de recursos, o procedimento para identificação do território segue para Brasília e encerra-se com Portaria (ato administrativo) do presidente do Incra que reconhece e declara os limites do território quilombola.

Declarados os limites e incidindo as terras sobre áreas particulares ou públicas, tem-se que para cada situação jurídica há um procedimento diferente. Podendo ser aplicados os procedimentos de desapropriação havendo proprietários particulares, indenização ou reassentamento de posseiros, anulação de títulos, ou envio para o Estado ou União para emissão dos títulos se forem públicas as terras.

O título definitivo é outorgado pelo Incra em nome da associação que representa a comunidade ou as comunidades que ocupam aquela área. O Título coletivo contém cláusulas de imprescritibilidade e de impenhorabilidade, significando que aquela terra não poderá ser dividida, vendida, loteada, arrendada ou penhorada.

Finalmente o título será encaminhado ao registro de imóveis da região. Efetuado o registro da terra em nome da Comunidade Remanescente de Quilombo, em livros próprios no Registro de Imóveis, concluindo-se o processo de titulação.

dação Cultural Palmares, a criação de áreas específicas nos diversos ministérios para tratar da pauta quilombola. Também ocorreram avanços na legislação federal, como o Decreto Federal nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 e a Instrução Normativa nº 20, de 19 de setembro de 2005 que regulamenta e cria procedimentos para identificação e demarcação dos territórios, o Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, entre outras.

Em âmbito estadual, o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITesp), conveniado ao Incra, identificou até o momento no estado, comunidades quilombolas no Litoral Norte, na região de Sorocaba e na região Sul (no Vale do Ribeira), na qual estão localizadas a maioria dessas comunidades. Os municípios onde essa concentração é mais significativa são Itaóca e Iporanga, localizados no Alto Vale; Eldorado, no Médio Vale; e Iguape e Cananéia, no Baixo Vale.

Em 1996, o Decreto Estadual nº 40.723 criou um Grupo de Trabalho no Estado de São Paulo para definir conceitos e diretrizes visando a plena aplicabilidade do artigo 68 da ADCT, em solo paulista. Em 15 de setembro de 1997 foi promulgada a Lei nº 9.757 que dispõe sobre a legitimação de posse de terras

públicas estaduais aos remanescentes das comunidades de quilombos. Em 13 de maio de 1997, o Decreto Estadual nº 41.774 criou o programa de cooperação técnica e de ação conjunta de diversas secretarias de Estado para identificação, discriminação, legitimação e regularização fundiária das terras de quilombos

Bom saber!

RTC é o documento que reconhece tal comunidade como quilombo. Nele constam informações antropológicas e fundiárias referentes à terra do quilombo.

No caso dos quilombos que estão em áreas públicas estaduais, sendo reconhecidos, recebem do Estado o título de domínio das terras, emitido em nome da associação – representação jurídica comunal do quilombo, titulação garantida pela Constituição Federal de 1988. Já os quilombolas que vivem em áreas particulares ou da União, ficam na dependência do Governo Federal, representado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que é o órgão responsável pela execução da reforma agrária e tem a atribuição de realizar desapropriações e expedir o título de domínio.

no Estado de São Paulo. Em 4 de fevereiro de 1998, o Decreto nº 42.839 regulamentou o artigo 3º da Lei nº 9.757, de 15 de setembro de 1997, que dispõe sobre a legitimação de posse de terras públicas estaduais aos remanescentes das comunidades quilombolas, a partir de dados histórico-sociais, escritos e ou orais, por meio de Relatório Técnico-Científico (RTC), a ser elaborado pelo Itesp.

Levantamento realizado pelo pesquisador, Rafael Sanzio Araújo dos Anjos, identifica 2847 comunidades quilombolas distribuídas em 24 estados da federação (tabela 1). Já o movimento Quilombola Nacional e outros pesquisadores listam mais de 3.500 comunidades remanescentes de quilombos.

tabela 1. Comunidades quilombolas por estado		
Região	Estado	Nº de comunidades
Norte	Amapá	15
	Tocantins	16
	Rondônia	5
	Pará	403
	Amazonas	3
		442
Nordeste	Alagoas	52
	Ceará	79
	Sergipe	29
	Paraíba	17
	Perambuco	102
	Piauí	174
	Rio Grande do Norte	68
	Maranhão	734
	Bahia	469
		1.724
Centro-Oeste	Mato Grosso	73
	Goiás	33
	Mato Grosso do Sul	25
		131
Sudeste	Minas Gerais	204
	São Paulo	85
	Espírito Santo	52
	Rio de Janeiro	34
	Santa Catarina	19
	Paraná	8
	Rio Grande do Sul	148
		550
	TOTAL BRASIL	2.847

Fonte: Anjos, Rafael Sanzio Araújo (pesq.). *Quilombolas: tradições e cultura da resistência*. São Paulo : Aori Comunicação, 2006.

Bom saber!

O primeiro laudo antropológico sobre quilombos foi elaborado na comunidade de Rio das Rãs, na Bahia, com objetivo de garantir a propriedade de terras aos descendentes de ex-escravos, conforme reza na Constituição Brasileira: *“Aos Remanescentes das Comunidades dos Quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhe os respectivos títulos”*.

De acordo com os dados oficiais do Itesp, até 2007 foram reconhecidas no Estado de São Paulo 21 comunidades quilombolas, das quais 15 estão localizadas no Vale do Ribeira e destas, 6 foram tituladas. Outras 10 se encontram em fase de reconhecimento. De acordo com os dados oficiais do Itesp somados aos da EAACONE, são 59 as comunidades quilombolas existentes na porção paulista do Vale do Ribeira. Veja a situação das terras quilombolas nas tabelas 2 a 4.

Além da falta de avanço no processo de reconhecimento das comunidades quilombolas e de seus territórios, ainda há outros problemas e dificuldades que vêm preocupando as comunidades. Um exemplo é a ausência de políticas públicas que promovam alternativas econômicas compatíveis com a diversidade cultural e ambiental capazes de proporcionar o desenvolvimento sustentável das comunidades e de seus territórios, e ainda as ameaças permanentes de retrocesso no marco legal que garante seus direitos constitucionais.

Tabela 2. Comunidades apontadas pelo Itesp para reconhecimento	
Comunidade	Município
Os Camargo	Votorantin
Fazendinha dos Pretos *	Salto de Pirapora
Carmo*	São Roque
Abobral	Eldorado
Castelhanos	Iporanga
Bananal Pequeno	Eldorado
Chácara dos Pretos	Rio Claro
Jaú	Jaú
Tamandaré	Guaratinguetá
Bairro Peropava	Registro
Poço Grande	Iporanga
Anta Magra	Barra do Chapéu
Tocos	Barra do Chapéu
Piraporinha, Jucurupava e Itinga	Salto de Pirapora
Piririca	Iporanga

Fonte: Itesp/Assistência Especial de Quilombos - ano 2007
* Os antropólogos do MPF estão realizando um diagnóstico da situação na área.

O Brasil levou 100 anos depois da abolição da escravidão, ocorrida em 1888, para assegurar na Constituição o direito à terra ocupada tradicionalmente pelos quilombolas. De 1988 em diante quando a Constituição foi promulgada, pouco mais de uma dezena de terras foi titulada.

tabela 3. Quilombos identificados pela EACONE à espera dos trabalhos de reconhecimento do Itesp	
Comunidade	Município
Ribeirão	Iporanga
Desidério	Iporanga
Piririca	Iporanga
Rio da Cláudia	Iporanga
Abobral Margem Direita	Eldorado
Abobral Margem Direita	Eldorado
Bananal Pequeno	Eldorado
Engenho	Eldorado
Palmeiras	Cananéia
Porto Cubatão	Cananéia
Itapitangui	Cananéia
Taquari	Cananéia
Varadouro	Cananéia
Airi	Cananéia
São Paulo Bagre	Cananéia
Rio das Minas	Cananéia
Pedra Preta/Paraíso	Barra do Turvo
Lençol	Jacupiranga
Pe. André I	Jacupiranga
Pe. André II	Jacupiranga
Manoel Gomes	Cajati
Capitão Brás	Cajati
Mandira	Cajati
Vila Andréia	Cajati
Fau	Miracatu
Patrimônio	Iguape
Pavoa	Iguape
Itatins	Iguape
Coveiro	Iguape
Aldeia	Iguape
Caiacanga	Registro
Peropava	Registro

Fonte: EACONE , 2007.

Não só no Ribeira, mas em quase todas as regiões do país onde existem comunidades quilombolas, seus ocupantes continuam a reivindicar seu direito à permanência e ao reconhecimento legal de posse de suas terras.

tabela 4. Situação das comunidades quilombolas do Estado de São Paulo com relação ao processo de reconhecimento e titulação de suas terras até 2007					
Comunidades	Municípios	Área total (ha)	Área devoluta (ha)	Área particular (ha)	Ano de Reconhecimento
1. Ivaporunduva	Eldorado	2.754,36	672,28	2.082,07	1998 **
2. Maria Rosa	Iporanga	3.375,66	3.375,66	0	1998 *
3. Pedro Cubas	Eldorado	3.806,23	2.449,39	1.356,84	1998***
4. Pilões	Iporanga	6.222,30	5.925,99	296,31	1998 *
5. São Pedro	Eldorado/Iporanga	4.688,26	4.558,20	130,07	1998 *
6. Cafundó	Salto de Pira	209,64	Sem informação	Sem informação	1999
7. Caçandoca	Ubatuba	890,00	Sem informação	Sem informação	2000
8. Jaó	Itapeva	165,77	Sem informação	Sem informação	2000
9. André Lopes	Eldorado	3.200,16	3.049,20	76,14	2001
10. Nhunguara	Eldorado/Iporanga	8.100,98	8.100,98	0	2001
11. Sapatu	Eldorado	3.711,62	1.584,06	2.127,56	2001
12. Galvão	Eldorado/Iporanga	2.234,34	1.942,83	291,5	2001 ****
13. Mandira	Cananéia	2.054,65	discriminatória	discriminatória	2002
14. Praia Grande	Iporanga	1.584,83	416,68	1.104,26	2002
15. Porto Velho	Iporanga	941,00	Sem informação	941	2003
16. Pedro Cubas de Cima	Eldorado	6.875,22	3.074,97	3.800,24	2003
17. Capivari	Capivari	6,93	Sem informação	Sem informação	2004
18. Brotas	Itatiba	12,48	Sem informação	Sem informação	2004
19. Cangume	Itaóca	724,60	0	724,60	2004
20. Camburi	Ubatuba	972,36	Sem informação	Sem informação	2005
21. Morro Seco	Iguape	164,69	Sem informação	Sem informação	2006
22. Biguazinho	Miracatu	790,00	-	-	EFR
23. Bombas	Iporanga	1.200,00ª	-	-	EFR
24. Poça	Eldorado	1.126,14ª	-	-	EFR
25. Ribeirão Grande/Terra Seca	Barra do Turvo	3.471,04ª	-	-	EFR
26. Fazenda da Caixa	Ubatuba	-	-	-	EFR
27. Fazendinha Pilar	Pilar do Sul	-	-	-	EFR
28. Reginaldo	Barra do Turvo	-	-	-	EFR
29. Cedro	Barra do Turvo	-	-	-	EFR
30. Pedra Preta	Barra do Turvo	-	-	-	EFR
31. Cazanga (Sertão de Itamambuca)	Ubatuba	-	-	-	EFR
32. Batatal	Eldorado	-	-	-	TRS

Fonte: ITESP - Instituto de Terras do Estado de São Paulo / Assistência Especial de Quilombos - ano 2007.
(*) Terras devolutas tituladas em 15/01/01; (**) Terras devolutas tituladas em 12/09/03; (***) Terras tituladas em 20/03/03; (****) Terras tituladas em 2007.
() Área estimada.
EFR = Em Fase de Reconhecimento (Trabalhos do Itesp em andamento) TRS = Trabalhos de Reconhecimento Suspensos em 2007.

Capítulo 3 A construção da Agenda Socioambiental Quilombola do Vale do Ribeira

Ao longo da execução do projeto “Agenda Socioambiental Quilombola do Vale do Ribeira” foram realizadas ao todo 89 atividades, nas quais participaram pessoas, de sexo e faixa etária variadas, das 14 comunidades quilombolas participantes, quais sejam:¹ André Lopes, Nhunguara, Sapatu, Ivaporunduva, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, São Pedro, Galvão, Porto Velho, Cangume, Bombas, Mandira, Morro Seco e Poça.

Estas atividades foram coordenadas pela equipe técnica do ISA e realizadas em várias etapas, elencadas a seguir:

- reuniões prévias para apresentação do projeto junto às comunidades e para escolha dos Agentes Locais;
 - oficinas de capacitação dos Agentes Socioambientais para a realização do diagnóstico socioambiental participativo das comunidades;
 - aplicação dos questionários para diagnóstico socioeconômico e ambiental das comunidades envolvidas, pelos Agentes Socioambientais;
 - oficinas locais de mapeamento participativo de uso e ocupação da terra das comunidades envolvidas;
 - oficinas temáticas voltadas ao nivelamento de alguns conceitos e temas socioambientais;
 - sistematização das informações levantadas no questionário em um banco de dados e elaboração de relatórios e análises;
 - sistematização das informações plotadas, em campo, sobre os mapas de trabalho de cada comunidade;
 - oficinas de repasse e validação das informações levantadas pelo questionário e pelo mapeamento participativo e;
 - realização de seminários para consolidação da Agenda Socioambiental entre as comunidades envolvidas e apresentação das mesmas às instituições governamentais e não governamentais competentes;
- Estas etapas são descritas nos sub-capítulos que se seguem.

3.1. Reuniões prévias

Em janeiro de 2006, anteriormente ao início das atividades em campo, foram realizadas reuniões em cada comunidade, as quais visavam explicar o conteúdo do projeto. Nelas estiveram presentes a coordenação do projeto, técnicos do ISA, as principais lideranças locais e jovens comunitários.

Nestas reuniões foi acertado que cada comunidade escolheria um integrante da comunidade – chamado de agente local – para acompanhar as atividades previstas no processo de construção da agenda, aplicar os questionários e desenvolver outras atividades do projeto em sua respectiva comunidade.

O grupo então formado pelos agentes locais escolhidos por cada comunidade era composto por pessoas sobretudo do sexo masculino, com idades

¹ Em algumas comunidades o processo da elaboração da Agenda foi iniciado, porém não finalizado. Maria Rosa e Pilões somente participaram das reuniões prévias para apresentação do projeto. Já Batatal participou até a fase de aplicação do questionário socio-econômico e ambiental. Por outro lado, a comunidade de Poça iniciou seu envolvimento na etapa de mapeamento participativo de uso da terra, não realizando a aplicação dos questionários. André Lopes, embora estivesse envolvida desde o início do processo, decidiu não participar da aplicação do questionário.



José Strabelli/ISA

Reunião com Associação de Cangume para planejamento das ações do projeto na comunidade, em 2006.

entre 19 e 60 anos, e níveis de escolaridade diversos, variando entre 4ª série do Ensino Fundamental e Ensino Superior. Esta diversidade possibilitou durante toda a construção da Agenda, uma grande troca de saberes e experiências, enriquecendo o processo.

3.2. Oficinas de Capacitação dos Agentes Locais

Foram realizadas duas oficinas com o objetivo de capacitar os agentes locais para a realização do diagnóstico socioambiental participativo.



Kátia Pacheco/ISA

Agentes socioambientais quilombolas durante o primeiro exercício prático de localização sobre os mapas de trabalho de suas comunidades.

A primeira delas concentrou-se na discussão dos conceitos inerentes ao processo de construção de uma Agenda 21 Local, na elaboração final das perguntas que iriam compor o questionário socioeconômico e ambiental e nas técnicas para sua aplicação. Já a segunda oficina teve como objetivo preparar os agentes como facilitadores do processo de mapeamento participativo do uso e ocupação da terra de suas respectivas comunidades.

3.2.1. Primeira oficina de capacitação

Nesta oficina trabalhou-se o conceito de Agenda 21 local, bem como técnicas de levantamento de dados por meio de entrevistas orientadas com o auxílio de um questionário estruturado. As questões, elaboradas com o auxílio dos agentes locais, foram agrupadas nos seguintes temas: 1 - Informações sobre o chefe de família e os moradores da casa; 2 - Condições de moradia; 3 - Recursos florestais; 4 - Religião e cultura, 5 - Organização comunitária, 6 - Agricultura e 7 - Artesanato.

Após a estruturação do questionário, os agentes passaram por um exercício prático de aplicação do mesmo, momento no qual foi possível testá-lo e adequá-lo à realidade local.

3.2.2. Segunda oficina de capacitação

Esta oficina teve como objetivo capacitar os agentes locais a atuar como facilitadores do processo de mapeamento do uso e ocupação da terra em suas comunidades. O trabalho foi orientado sob a ótica da metodologia do mapeamento participativo,² a fim de favorecer o resgate dos conhecimentos acumulados sobre as terras quilombolas, sob a ótica dos que nelas vivem e desenvolvem suas atividades econômicas, culturais, políticas bem como suas relações sociais.

Nela, foram trabalhados conceitos básicos de cartografia – como orientação, escala e legenda – alguns padrões para identificação de uso e ocupação da terra sobre fotografias aéreas (cor, textura, padrão, forma)³ além de noções básicas de funcionamento e aplicabilidade dos aparelhos GPS.

De posse dos conhecimentos de representação no mapa, os agentes locais, junto com a equipe técnica do projeto, definiram os elementos que deveriam compor os mapas de uso e ocupação da terra de suas comunidades:

- áreas de uso: pastagens, roças de coivara, cultivos perenes e temporários diversos, áreas de coleta e manejo de recursos florestais e/ou pesqueiros;
- benfeitorias: residências, igrejas, quadras poliesportivas, escolas, galpões, postos de saúde, granjas, chiqueiros e outras construções;
- atrativos: cachoeiras, cavernas, trilhas, sambaquis, árvores centenárias, e outros recursos naturais;
- áreas de capoeiras novas e antigas;
- rios, trilhas e caminhos.

Cada agente recebeu um mapa de trabalho referente à área de sua comunidade, compostos por: fotografias aéreas,⁴ base cartográfica (rios, estradas), limite oficial dos territórios quilombolas⁵ e pelos limites das Unidades de Conservação,⁶ sobre o qual realizaram um exercício prático de localização.

3.3. Diagnóstico Socioambiental Participativo

O Diagnóstico Socioambiental das comunidades quilombolas foi realizado de modo participativo, fruto de um esforço conjunto entre os agentes socio-

ambientais, as lideranças comunitárias e demais moradores, além dos técnicos do ISA.

A diversidade cultural e a forma de organização social das famílias quilombolas foram, em todos os momentos, observadas e incorporadas durante o processo de levantamento e validação das informações.

As reuniões e oficinas locais de validação das informações obtidas, realizadas em todas as comunidades, facilitaram a discussão das questões levantadas nos questionários, abrindo espaço para algumas reflexões acerca das realidades locais. Esse espaço de troca de informações proporcionou a seus integrantes melhor se conhecerem, e refletirem sobre a condição socioambiental de sua terra e os desafios que deverão enfrentar para mudar a realidade.

3.3.1. Aplicação dos questionários para diagnóstico socioeconômico e ambiental das comunidades e sistematização das informações levantadas

A aplicação do questionário sócio-econômico e ambiental durou três meses, realizado diretamente pelos agentes locais quilombolas, com o apoio da equipe técnica do ISA.

Um Banco de Dados foi elaborado para receber todas as informações apuradas nos questionários. A partir de consultas elaboradas neste banco, foram gerados relatórios-sínteses, dos quais se derivaram tabelas, gráficos, listas e análises, de acordo com a especificidade de cada comunidade.

3.3.2. Mapeamento participativo de uso e ocupação da terra nas comunidades e sistematização das informações em laboratório

O mapeamento participativo de uso e ocupação da terra foi realizado por meio de oficinas promovidas pelos agentes locais e técnicos do ISA em todas as comunidades. Nestas oficinas locais foram formados grupos de 6 a 10 pessoas, constituídos pelo agente local, lideranças, integrantes da diretoria da associação e outras pessoas interessadas da comunidade, com assessoria da equipe técnica do projeto. Este processo contou, portanto, com a participação de pessoas de diversas faixas etárias, de ambos os sexos e com histórias de vida e percepções espaciais diversas.⁷ Pretendeu-se com isso que os mapas de uso e ocupação

² Adotou-se como referência as seguintes obras: Schmidt, Marcus Vinicius Chamon. *Etnosilvicultura Kaiabi no Parque Indígena do Xingu: subsídios ao manejo dos recursos florestais*. São Carlos: 2001, dissertação de mestrado. Soini, Katriina. Exploring human dimensions of multifunctional landscapes through mapping and map-making. *Landscape and Urban Planning*, Finland, n. 57, p. 225-239, 2001.

³ Padrões de fotointerpretação baseados em: Spurr, Stephen H. *Photogrammetry and Photo-interpretation. With a Section on applications to forestry*. New York: The Ronald Press Company, 1961.

⁴ Mosaicos de fotografias aéreas (obtidas com o voo PPMA/SMA de 2001/2002 na escala média de 1:35.000) produzidos pelo Projeto de Preservação da Mata Atlântica e Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, e cedida pelo Instituto Florestal do Estado de São Paulo.

⁵ Limites fornecidos pelo Itesp.

⁶ Os limites foram digitalizados no Laboratório de Geoprocessamento do ISA, com base nos Decretos de criação dessas UCs.

⁷ O conceito de percepção ambiental foi explorado na publicação: Olam Ciência & Tecnologia. Rio Claro: v. 3, n.1, set. 2003. 1 CD-ROM. A respeito especificamente da percepção ambiental em processos de mapeamento, tomou-se como referência o seguinte artigo: Seemann, Jörn. Mapas e percepção ambiental: do mental ao material e vice-versa. Disponível em: www.olam.com.br/abstracts/abstract5/seemann.htm.

da terra refletissem a realidade vivida por todos os membros das comunidades envolvidas.

O grupo recebeu as orientações necessárias para identificar e desenhar sobre os mapas de trabalho as áreas referentes aos usos e ocupações previamente definidos na Segunda Oficina de Capacitação. Foram também destacadas nos mapas as áreas de repovoamento de palmito juçara⁸ e as áreas onde foram feitas parcelas amostrais⁹ dos recursos florestais utilizados para a confecção de artesanato quilombola.

Posteriormente, as informações dos mapas de trabalho foram transferidas para ambiente digital com o auxílio do software ARCGIS 9.2, no Laboratório de Geoprocessamento do ISA. Em seguida, foram editadas e adaptadas em relação à base cartográfica e ao mosaico de fotografias aéreas utilizados. Para cada um dos polígonos (áreas de uso) e pontos (ocupações, benfeitorias, atrativos) desenhados, foi atribuído – sempre que possível – o mesmo código identificador de cada família, utilizado no Banco de Dados onde foram sistematizadas as informações do diagnóstico socioambiental. As informações digitalizadas deram origem a novos mapas de trabalho, que foram posteriormente checados em oficinas de validação.

3.3.3. Repasse e validação das informações levantadas pelo diagnóstico

As informações presentes nos relatórios-síntese foram, nesta etapa, apresentadas, discutidas e validadas em cada uma das comunidades com o auxílio direto dos agentes locais.

A quantidade de reuniões de validação variou de comunidade para comunidade, de acordo com a disponibilidade das pessoas e a necessidade de refinar informações.

Em média, foram realizadas duas reuniões em cada comunidade para conclusão do diagnóstico. Nestas oficinas também foram organizadas as demandas específicas e gerais das comunidades, bem como as estratégias e recomendações para o enfrentamento dos problemas apontados. Todas estas informações foram sistematizadas pela equipe técnica do projeto, compondo assim, as matrizes de demandas que foram objeto de discussão nos dois seminários de consolidação da Agenda Socioambiental Quilombola.

Já as informações de uso e ocupação da terra de cada comunidade, presentes em um novo mapa de trabalho foram cheçadas, corrigidas e complementadas em aproximadamente quatro oficinas de validação – realizadas em cada uma das 14 comunidades – até a composição final dos mapas de uso e ocupação da terra. As mudanças da paisagem podem ser observadas nitidamente ao se comparar as primeiras versões destes mapas de trabalho – nos quais era possível visualizar integralmente as fotografias aéreas dos anos de 2001/2002 – com os mapas finais elaborados cujo uso e ocupação datam de 2007.

O conjunto de elementos gráficos (áreas de uso, benfeitorias, rios, vias e outros) espacialmente localizados, juntamente com as informações a eles associadas constituem, hoje, o embrião de um Sistema de Informações Geográficas das comunidades quilombolas envolvidas no projeto. Este sistema pode ser alimentado com novos desenhos ou novas informações a qualquer momento, o que permite monitorar rapidamente as mudanças relativas ao uso e ocupação das terras quilombolas. Contudo, até o momento, as comunidades não possuem meios técnicos e informacionais para realizar este monitoramento.

Uma versão simplificada dos mapas finais está no capítulo V, onde se apresentam as agendas específicas de cada comunidade.

3.4. Oficinas temáticas

Paralelamente às etapas de aplicação do questionário e do mapeamento participativo de uso da terra, ocorreram algumas oficinas temáticas, as quais contaram com a participação dos agentes locais, representantes das associações de cada comunidade, além de lideranças comunitárias.

Os objetivos destas oficinas foram: fortalecer a organização comunitária; capacitar os participantes para um maior entendimento e enfrentamento dos problemas nas comunidades; fornecer subsídios para a condução de discussões relacionadas ao uso sustentável de recursos naturais, das potencialidades locais para alternativas de geração de renda e do planejamento de uso do território com a observância do aparato legal disponível; e iniciar um processo de valorização da cultura quilombola. Abaixo, breve descrição de cada tema.

(1) Saneamento ambiental – Foram tratados os temas “manejo de lixo” e “cuidados com o uso de agrotóxicos”. Desta discussão resultou um documento elaborado pelos participantes e intitulado de “Recomendação a respeito dos cuidados com relação ao saneamento, lixo e agrotóxicos”.

(2) Manejo dos recursos naturais e alternativas de geração de renda – Este tema foi tratado em 3 oficinas, nas quais, a partir de um exemplo extraído do



Agentes quilombolas em uma das oficinas temáticas.

Acervo ISA

⁸ Repovoamento realizado em algumas comunidades por meio do Projeto de Conservação, Recuperação e Uso Sustentável do Palmito Juçara nas Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira, desenvolvido pelo ISA em parceria com as comunidades e com apoio financeiro do PDA-MMA.

⁹ Atividade que vem sendo realizada no âmbito do projeto “Superação da Pobreza e Valorização Cultural: Novas Perspectivas para os Jovens Quilombolas no Brasil”, apoiado pela Ajuda da Igreja da Noruega (AIN).



Acervo ISA

Agentes socioambientais e artesãos das comunidades durante oficina sobre o uso de recursos florestais na confecção do artesanato tradicional quilombola.

cotidiano das comunidades, discutiu-se o manejo de recursos florestais como matéria-prima para a confecção do artesanato quilombola tradicional, levando à reflexões acerca da cultura material e imaterial quilombola. Estas oficinas originaram um trabalho de pesquisa desenvolvido pelos agentes locais e artesãos, o qual resultou em um texto escrito pelos participantes, com auxílio dos técnicos do ISA, chamado “Traços de um saber: do manejo florestal à produção artesanal quilombola do Vale do Ribeira”, ainda não publicado.

(3) Legislação ambiental – Nesta oficina foram discutidos alguns aspectos das leis e normas ambientais que direta ou indiretamente têm relação com atividades produtivas praticadas pelas comunidades. Assim, abordou-se a Lei da Mata Atlântica (nº 11548 de 2006); as Áreas de Preservação Permanente nos territórios quilombolas e o Código Florestal Brasileiro; as roças de coivara como patrimônio alimentar e cultural e seus mecanismos de licenciamento frente aos dispositivos legais existentes.

3.5. Seminários para consolidação da Agenda Socioambiental Quilombola

A fim de discutir coletivamente os problemas e as demandas que apareceram nos questionários, nas reuniões e oficinas locais, e, ao mesmo tempo, traçar caminhos para solucioná-las, lideranças, agentes locais e integrantes da coordenação das associações se reuniram num primeiro seminário, realizado em setembro de 2007. Dele participaram representantes das 14 comunidades quilombolas, técnicos do Itesp) integrantes da Equipe de Articulação e Assessoria das Comunidades Negras (Eaacone) e da Coordenação Estadual Quilombola do Estado de São Paulo.

As demandas foram subdivididas em quatro eixos temáticos: (1) Cultura e Lazer; (2) Atividades Produtivas – agrícolas e não-agrícolas; (3) Educação, Saúde, Saneamento, Infra-estrutura, Moradia, Comunicação e Transporte e (4) Meio Ambiente e Fundiário. Cada um dos temas foi tratado em um grupo de trabalho específico. Por fim, cada grupo elaborou sua matriz temática, composta pe-



Acervo ISA

Consolidação de demandas e propostas durante o I Seminário Geral, em setembro de 2007.

las demandas, suas respectivas justificativas, o grau de prioridade para solução definido por cada comunidade, a ação necessária para a solução e o calendário (curto, médio e longo prazo) para realizar a ação apontada. O resultado do seminário foi a elaboração das matrizes ou planilhas de demandas específicas e comuns das comunidades quilombolas envolvidas no projeto. Essas matrizes foram sistematizadas e estão apresentadas nos capítulos IV e V.

Para compartilhar as informações dessas matrizes com as comunidades quilombolas, com os representantes dos setores públicos e das ONGs interessadas, e, ao mesmo tempo, estabelecer acordos para a implantação da Agenda Socioambiental Quilombola do Vale do Ribeira, foi realizado um segundo seminário em novembro de 2007.

Foram constituídos cinco grupos temáticos de trabalho: (1) Educação, Lazer e Cultura; (2) Saúde, Saneamento; (3) Infra-estrutura e transporte; (4) Meio ambiente e fundiário; (5) Atividades produtivas. Os grupos eram compostos por representantes das instituições presentes e quilombolas. De acordo com a atribuição da instituição seus representantes foram aderindo a um grupo de trabalho.

Nos grupos foram discutidos os possíveis encaminhamentos para solução das demandas relativa a cada tema. Os grupos receberam a tarefa de responder as seguintes perguntas norteadoras: (1) Das instituições presentes, quais têm atribuição para resolver as demandas apresentadas?; (2) Há na instituição um programa específico para trabalhar com esta demanda? Se há um programa, quais as dificuldades para sua execução? Se não tem um programa, o que pode ser feito para vir a ter?; (3) Como é possível estabelecer uma agenda de ações para solução das demandas?; e, (4) Como incorporar a Agenda Quilombola na Agenda 21 do Município e/ou do Estado, e/ou no Plano Diretor da sua respectiva cidade?

As respostas dadas a essas perguntas foram sistematizadas nas matrizes temáticas e são apresentadas nos capítulos IV e V.



fotos: Felipe Leal/ISA



Grupos de trabalho no II Seminário, realizado em novembro de 2007, em Eldorado (SP).

3.6. Principais resultados alcançados

O processo de construção participativa da Agenda Socioambiental Quilombola do Vale do Ribeira recebeu avaliação positiva das comunidades quilombolas durante avaliação realizada no seminário final.

Foram destacados alguns indicadores de sucesso, como: o processo de mobilização social realizado durante todo o processo da agenda nas 14 comunidades; a formação e capacitação de um grupo de agentes locais, com potencial para assumir papéis de liderança em suas comunidades; o envolvimento das comunidades nos processos de discussão de seus problemas, principalmente aqueles que são comuns a todas as comunidades; a oportunidade de conhecer melhor a sua comunidade e as outras; o envolvimento das famílias de todas as comunidades nas diversas atividades do projeto; a formação de um grupo de “pesquisadores quilombolas” formados pelos agentes, artesãos e coordenadores de grupos de artesanato; a capacitação, formação para leitura e elaboração

de seus mapas de uso e ocupação da terra; e a participação e condução por parte dos agentes de todo o processo do diagnóstico, coletando as informações, ajudando nas discussões e na sistematização das informações.

Outro importante resultado foi a percepção, por todos aqueles que participaram do processo de elaboração da agenda, de que a presença de populações tradicionais em regiões de extrema importância para a preservação e conservação ambiental é um tema bastante discutido e controverso.

A presença dos quilombolas nas regiões ainda bastante preservadas do Vale do Ribeira muitas vezes é vista como ameaça ao meio ambiente, especialmente se consideramos a situação crítica do Bioma Mata Atlântica. Porém, do ponto de vista das comunidades, este fator foi considerado como possibilidade estratégica para se aliar práticas tradicionais de manejo dos recursos naturais com conservação ambiental, na qual eles mesmos são atores-chave para a proteção ambiental a partir da realização de atividades de baixo impacto ambiental

Para estas comunidades, a conquista do território é sem dúvida um dos grandes objetivos. No entanto, como ficou demonstrado em todo o processo, outros desafios tão importantes, como as formas de gestão integrada dos territórios, que garantem, de certa maneira, a própria sustentabilidade socioambiental das terras e dos recursos naturais existentes, uma vez que estes grupos têm uma intensa relação de dependência em relação a estes recursos

Dessa forma, faz-se necessário que cada comunidade e seus parceiros invistam na continuidade deste processo, partindo das prioridades locais identificadas e aqui descritas. A agenda apresenta os principais pontos fortes e fracos destas comunidades. O objetivo final deste trabalho é que sejam criadas as condições para a implementação das demandas levantadas no processo, por meio de ações realizadas em sinergia, pelo poder público, organizações não-governamentais atuantes e comunidades. A realização destas ações de forma participativa podem contribuir, por sua vez, para a implementação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável que contemplem, definitivamente, estas comunidades como agentes de um novo processo de desenvolvimento.



Seminário final de consolidação da Agenda.

Capítulo 4 A Agenda Socioambiental Quilombola Geral

O processo de construção da Agenda Socioambiental Quilombola do Vale do Ribeira relatado no capítulo anterior resultou na elaboração de um “retrato” sócio-econômico e ambiental das comunidades, além do apontamento de demandas, sua priorização e parceiros e órgãos públicos envolvidos em seu enfrentamento, conforme apresentado a seguir.

4.1. Conhecendo as condições sócio-econômicas das comunidades

4.1.1 Perfil da população

Com a aplicação dos questionários nas comunidades de Bombas, Cangume, Galvão, Ivaporunduva, Nhunguara, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, São Pedro, Porto Velho, Morro Seco, Sapatu e Mandira foi possível levantar 421 famílias, as quais totalizam uma população de 1.928 pessoas. A população total das 14 comunidades participantes foi estimada em 2.546 pessoas, considerando também as famílias que não participaram do levantamento e aquelas pertencentes às comunidades de André Lopes e Poça.

Das 14 comunidades, Nhunguara é a mais populosa, seguida por Ivaporunduva. As comunidades com menor população são: Morro Seco, Bombas, Pedro Cubas de Cima e Porto Velho. Entre estas, Porto Velho é a que apresenta o menor número de famílias.

Conforme é possível observar no gráfico 1, a maior parte das pessoas levantadas (62,6%) possui menos de 30 anos, o que caracteriza uma população formada majoritariamente por jovens.

Nas comunidades quilombolas somente existem escolas municipais que oferecem o Ensino Infantil (pré-escola) e o Ciclo I do Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries). Apenas a Escola Estadual “Maria Antonia Chules Princesa”, na comunidade de André Lopes, em Eldorado, oferece, desde 2006, Ensino Fundamental completo e Ensino Médio, somente às crianças e jovens da comunidade e do entorno. As demais comunidades servem-se das escolas existentes nos seus respectivos municípios, como Cangume, Porto Velho, Bombas, Morro Seco, Mandira, e Poça. Já os estudantes de Pedro Cubas e de Pedro Cubas de Cima costumam completar seus estudos na escola estadual localizada no bairro de Itapeúna, no município de Edorado (SP). Além desta oferta restrita, a qualidade da educação é prejudicada pelas precárias condições do transporte escolar e pela falta de profissionais qualificados.

É importante ressaltar que pouquíssimos são os estudantes que conseguem chegar ao Ensino Superior devido, sobretudo, à precariedade nos Ensinos Fundamental e Médio, às dificuldades financeiras e à distância existente entre as comunidades e as universidades. Atualmente, estima-se que cerca de 18 jovens quilombolas estejam cursando uma universidade.

O sustento das famílias quilombolas das 14 comunidades envolvidas vem, sobretudo, dos benefícios e auxílios do governo. Em seguida está a venda de banana, a mais importante fonte de renda para a maioria destas famílias (principalmente das comunidades de Ivaporunduva e Sapatu), como é possível constatar no Gráfico 2.

O artesanato, tanto o tradicional quilombola como o feito de pano, de fibra de bananeira e bijuterias, também é uma importante atividade de geração de renda, complementar à renda mensal.

gráfico 1. Distribuição da população por faixa etária (%)

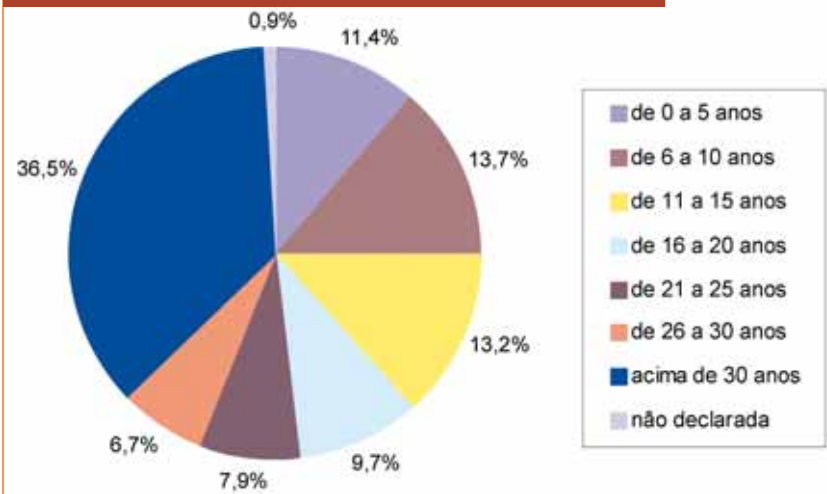
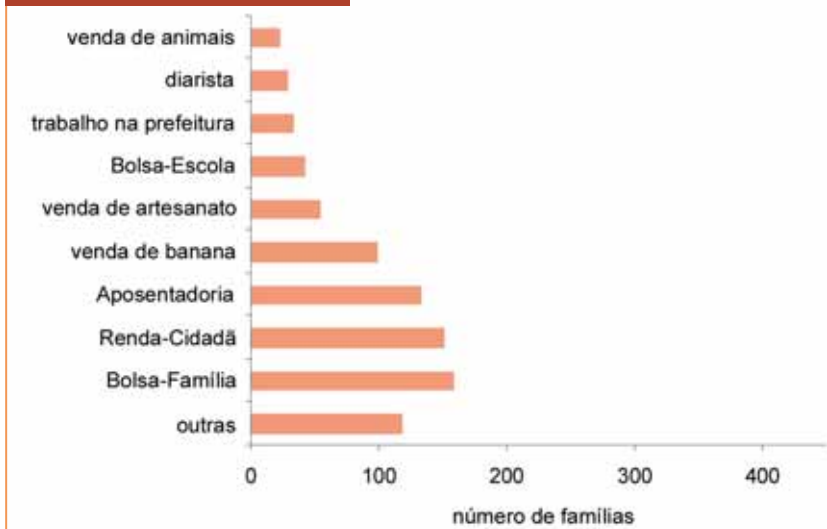


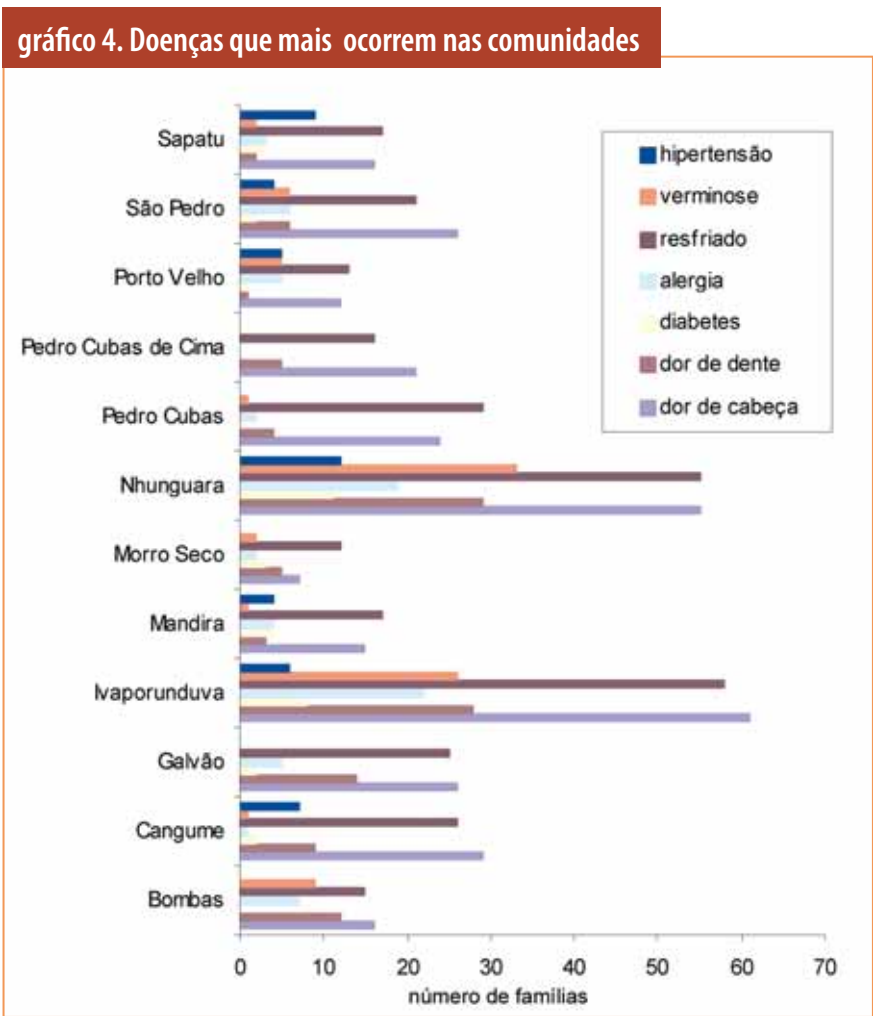
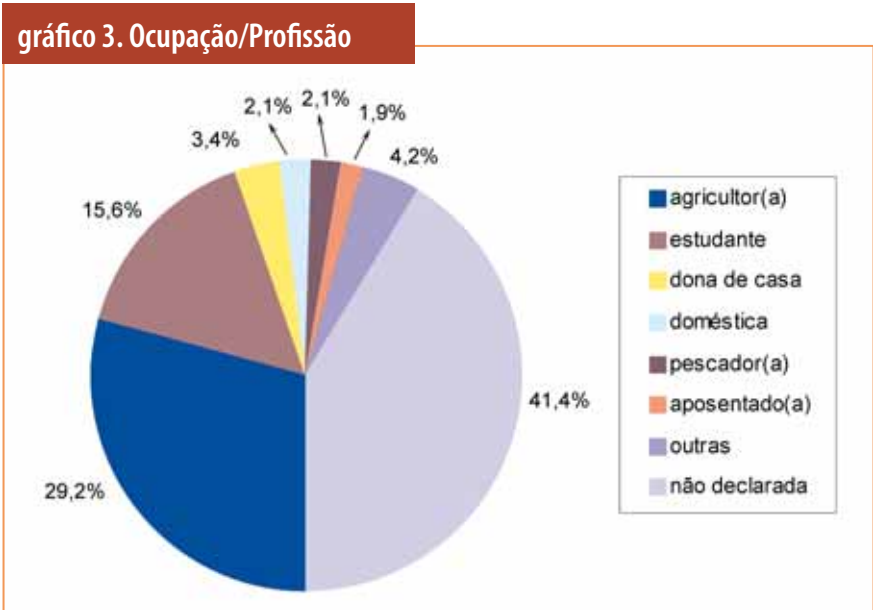
gráfico 2. Fontes de renda



Oficina de Artesanato em São Pedro.

Quanto às ocupações e profissões, quase metade da população levantada (41,4%) exerce o trabalho de cultivo da terra. Também são numerosos os estudantes, os quais somam 15,6% da população, dado este vinculado à alta porcentagem de jovens quilombolas (Gráfico 3).

As funções de diarista, pedreiro, monitor(a) ambiental, costureira, barqueiro e outros funcionários da prefeitura, artesãos(as), entre outras, perfazem 4,1% do total populacional e estão agrupadas na classe “outras”.



4.1.2. Infra-estrutura existente nas comunidades (energia, abastecimento de água, saneamento básico, saúde, comunicação e moradias)

Com exceção da comunidade de Bombas, em todas as outras há luz elétrica, ainda que não acessível a todas as famílias.

A água que abastece a maioria das casas vem de minas e ribeirões existentes nas comunidades, sendo distribuída por canos instalados, na maioria das vezes, pelos próprios moradores.

Em nenhuma das comunidades há saneamento básico, como água tratada e rede de esgoto. Na maioria delas, a existência de fossa negra não abrange metade das residências. De modo geral, as águas provenientes da cozinha e do banheiro são jogadas em cursos d'água próximos.

O lixo sólido, com exceção de vidros e latas, na maioria das comunidades é queimado. Já o orgânico é lançado nos quintais como alimento para os animais domésticos.

De modo geral, o serviço de saúde prestado nas comunidades é precário. Este serviço é oferecido pelo município em que se encontra a comunidade, por meio do Programa de Saúde da Família (PSF). Contudo, nem todas as comunidades possuem um local adequado para que o atendimento médico seja realizado. Das 14 comunidades diagnosticadas, apenas 6 possuem posto de saúde em funcionamento: André Lopes, Ivaporunduva, Nhunguara, Pedro Cubas (onde também é feito o atendimento aos moradores de Pedro Cubas de Cima), Porto Velho e Sapatu. Frequentemente faltam medicamentos e recursos humanos para o atendimento nas localidades. Não há serviço odontológico.

As doenças que ocorrem nas comunidades são apresentadas no Gráfico 4. Dessas, as mais incidentes são: dores de cabeça, resfriados e verminoses.

A grande maioria das famílias possui fogão à gás, mas o uso do fogão à lenha é prática diária em todas as comunidades. Mais da metade das famílias tem televisão e rádio em suas casas.

Na maioria das comunidades há um telefone público, com exceção das comunidades de Porto Velho, Mandira, Galvão, Pedro Cubas de Cima e Bombas. Já o acesso à Internet pode ser efetuado nas comunidades de Ivaporunduva, Mandira, André Lopes, Pedro Cubas, Poça e São Pedro.



Telecentro em André Lopes.

A cidade mais freqüentada pelas famílias quilombolas é Eldorado, posto que as comunidades mais populosas estão localizadas neste município. Já o município de Iporanga é o segundo mais freqüentado, conforme mostra o Gráfico 5.

A maioria das pessoas se desloca até estas cidades para fazer compras e utilizar os serviços públicos, como bancos, postos de saúde e hospitais.

4.1.3. Atividades produtivas

Os gêneros agrícolas utilizados na alimentação das famílias, mesmo com a inserção das cestas básicas, têm como principal fonte as roças de subsistência. Nelas podemos encontrar vários cultivares plantados, incluindo feijão, cana-de-açúcar, arroz, milho, batata-doce, cará, inhame e mandioca, entre outros. Entretanto, na maioria das comunidades é mais comum o plantio de feijão e mandioca (Gráfico 6).

As sementes e mudas utilizadas nos cultivos de subsistência, na maioria das vezes, são originárias das roças da comunidade. Mas boa parte das famílias já as perdeu, tendo que adquiri-las em casas de agricultura ou junto ao Itesp.

Na maioria das comunidades há bananais, em especial nas comunidades de Ivaporunduva, André Lopes, Sapatu, Nhunguara e São Pedro, nas quais o cultivo de banana sempre esteve presente. A mão-de-obra é exclusivamente familiar.

A pupunha e o maracujá são monoculturas cultivadas por algumas das famílias das comunidades situadas no município de Eldorado, por meio de financiamento oferecido pelo Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf).

A exploração do palmito, como alternativa econômica, foi crescendo ao longo dos últimos trinta anos, sendo ainda hoje, em algumas comunidades, a única opção de geração de renda.

A produção agrícola voltada ao comércio tem diminuído, como também tem sido insuficiente para garantir a autonomia alimentar das famílias. Tal quadro pode ser relacionado ao baixo valor pago pelos produtos gerados nas comunidades, à dificuldade de escoamento da produção e às restrições impostas pela legislação ambiental para abertura de novas áreas de plantio.

Alguns produtos da roça, como o arroz, o feijão e o milho e outros extraídos das águas (ostras, mariscos, caranguejos e peixe), são comercializados nos municípios onde as comunidades estão localizadas, mas principalmente dentro das próprias comunidades, seja para as associações ou direto ao consumidor (Gráfico 7). Os atravessadores também fazem parte desta rede comercial. E eliminar esta intermediação entre os produtores e o consumidor final é uma das principais demandas das comunidades quilombolas.

A banana, além de fazer parte da dieta quilombola, é o principal produto comercializado por quase todas as comunidades, na maioria dos casos, com atravessadores (Gráfico 8, na página a seguir).

Nas comunidades de Cangume e Porto Velho há produção de mel para comercialização.

A adubação química e venenos são adotados apenas nas monoculturas do maracujá e da pupunha. Uma minoria das comunidades também os utiliza nos bananais.

Na maioria das comunidades as roças sofrem com problemas causados por pragas e doenças, mas que não chegam a causar danos sérios à produção. Já nos bananais da maior parte das comunidades, a broca da bananeira, segui-

gráfico 5. Cidades mais frequentadas

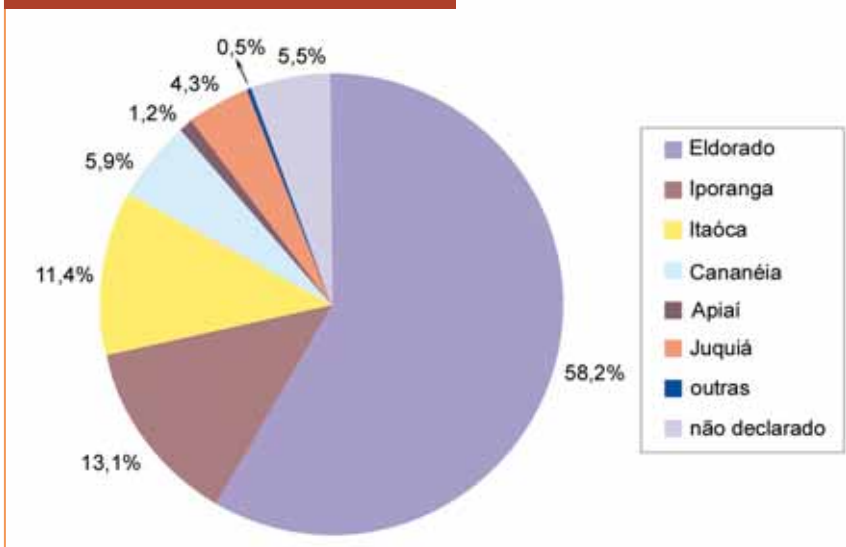


gráfico 6. Produtos cultivados

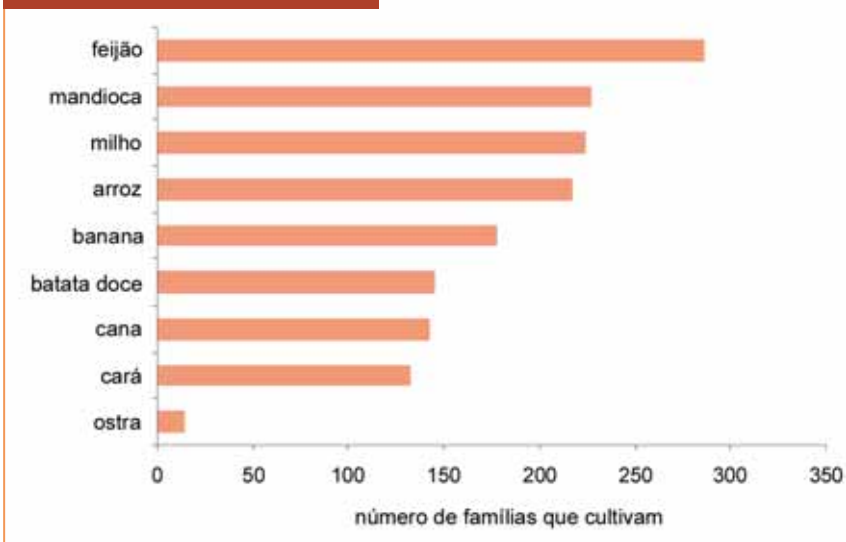
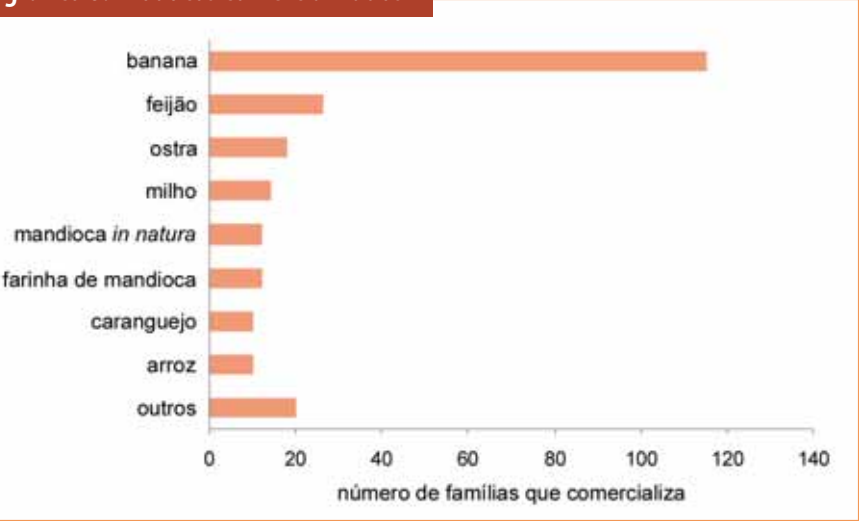


gráfico 7. Comércio de produtos agrícolas e/ou pesqueiros



gráfico 8. Produtos comercializados



Colheita de feijão em Nhunguara.

gráfico 9. Pragas e doenças nos cultivos



Cultivo de ostras em Mandira.

da da doença popularmente conhecida como Sigatoka Negra, são as pragas e doenças de maior ocorrência, causando danos à produção (Gráfico 9).

As limitações relacionadas à produção agrícola nas comunidades são: a questão das áreas ainda em posse de terceiros; os baixos preços pagos pelos atravessadores; a impossibilidade de escoar a produção devido à ausência de estradas em certas localidades; a dificuldade de garantir um padrão de qualidade da produção; a dificuldade na obtenção de crédito agrícola; e o desinteresse dos jovens pelas atividades agrícolas, em especial a agricultura de pousio.

4.2. A vida em comunidade (formas de organização, manifestações culturais, lazer e religião)

As comunidades estão organizadas formalmente em Associações. Cada comunidade tem sua própria Associação, que é a figura jurídica representativa da coletividade.

A primeira Associação Quilombola constituída foi a Associação de Remanescentes de Quilombo do Bairro Ivaporunduva, em 1994. A criação formal dessa figura jurídica se deu em função das exigências legais frente às etapas que antecedem o reconhecimento das comunidades quilombolas e também para legitimar a titulação de suas terras. Terras essas de uso comunal e não passíveis de venda.

A cada dois anos há um novo processo de eleição do coordenador e dos integrantes da diretoria das associações. Mensalmente é realizada uma assembléia, entre todos os seus associados, quando são discutidas e repassadas informações, sendo este o momento em que importantes questões são encaminhadas de forma coletiva. Em todas as associações, seus associados têm por obrigação participar das assembléias e contribuir com a mensalidade, em média de R\$2,00 por pessoa.

O modo de vida nas comunidades ainda é baseado no compartilhamento de um espaço de uso comum, que são as terras pertencentes à comunidade



quilombola. Nelas são estabelecidas as áreas de uso particular de cada família, quais sejam: a casa, o quintal e o espaço onde estas desenvolvem suas atividades agrícolas. Quando a atividade agrícola é exercida por pessoas de vários grupos familiares numa mesma área, esta será considerada como de uso comunitário.

Nas atividades agrícolas, há divisão de trabalho por gênero. Os homens desenvolvem as atividades mais pesadas, como a coivara, o extrativismo, a construção das casas, os abrigos dos animais e as cercas das hortas. As mulheres plantam e colhem nas hortas e roças, além de cuidar de todos os afazeres domésticos.

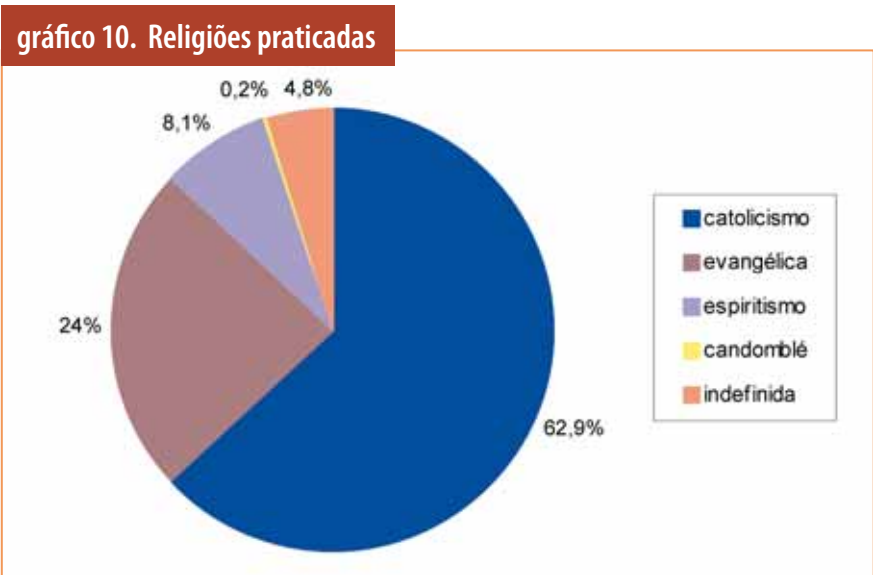
Como forma de lazer as pessoas se deslocam para os centros de seus municípios e localidades vizinhas para participar de festividades e campeonatos de futebol. Em algumas comunidades são organizados, aos finais de semana, jogos de futebol contra times de outras das comunidades.

As manifestações religiosas e culturais, comumente comemoradas em algumas comunidades, são: Dia de São Sebastião, Romaria de São Gonçalo, Santo Antônio, Recomendação das Almas, Dia de Santa Catarina, Dia de Santa Luzia, Dia de Nossa Senhora dos Homens Pretos, Dia de Nossa Senhora Aparecida, Dia de Nossa Senhora do Rosário, Dia de Nossa Senhora da Boa Esperança, as missas e os cultos.

Em todas as comunidades, o dia de seu padroeiro (ou padroeira) é comemorado anualmente. Algumas destas comemorações já são conhecidas regionalmente, como é o caso da festividade realizada na comunidade São Pedro, em homenagem ao dia do seu padroeiro, São Pedro.

O artesanato tradicional quilombola faz parte da cultura local. A confecção de peças de madeira, assim como de fibra de bananeira, é realizada pelos artesãos como forma de geração de renda.

A religião mais praticada pela maioria das pessoas é o catolicismo, seguida por outras de denominação evangélica, conforme observado no Gráfico 10. O espiritismo é a religião predominante na comunidade de Cangume. Já em Pedro Cubas de Cima, os evangélicos são maioria na comunidade.



Casa e quintal em Morro Seco.



Viveiro comunitário de palmito juçara em Cangume.

4.3. Conhecendo as formas de uso e ocupação das terras quilombolas e as condições ambientais das terras quilombolas

As terras quilombolas apresentam uma malha fundiária composta por terras devolutas, terras particulares e Unidades de Conservação. Também são freqüentes conflitos com terceiros, indivíduos não-quilombolas que ainda ocupam as terras das comunidades.

As casas das comunidades são, na grande maioria, de alvenaria com partes de pau-a-pique (como a cozinha) e circundadas por terreiros, também chamados quintais, onde são criados, de forma extensiva, animais de pequeno porte, frutíferas e plantas de pequeno porte.



Os quintais, “terreiros” ou “terrenos de planta” são os locais mais próximos da casa, onde são cultivadas frutíferas, hortaliças e plantas de uso medicinal, como observa-se nos gráficos 11, 12 e 13. Todas as plantas listadas foram apontadas pelos entrevistados por seu nome popular e alguns nomes coincidem com os utilizados pela indústria farmacêutica.

Os quilombolas selecionam, em suas terras, os ambientes necessários para desenvolver suas atividades produtivas – roça de coivara, agricultura perene, criação de animais, e os espaços para coleta de recursos na mata e também para uso medicinal e alimentar. Os agricultores quilombolas utilizam a técnica da agricultura de pousio, que implica na derrubada e queima da mata, cultivo da área por até três anos, seguido pelo abandono da terra por mais ou menos cinco anos.

Contudo, no Estado de São Paulo, todo agricultor, assim como as comunidades tradicionais, devem, obrigatoriamente, solicitar ao Departamento Estadual de Recursos Naturais (DEPRN), órgão da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, a autorização para supressão de vegetação nativa da Mata Atlântica, ainda que seja para estabelecer roça de subsistência.

No caso das comunidades quilombolas, a autorização para abertura de área de roça de subsistência é concedida em nome da associação da comunidade. Para tanto é necessário que um técnico do Itesp faça a vistoria na área solicitada pelo quilombola e elabore o laudo técnico. Este é encaminhado em nome da associação para o DEPRN. A autorização emitida se refere ao corte de vegetação de estágio inicial e médio de regeneração e ao não-uso de fogo na etapa do pré-plantio. A prática do uso do fogo faz parte da técnica agrícola dos quilombolas e de outras comunidades tradicionais, e sua legalização tem



Roça de pousio em Pedro Cubas de Cima.

sido reivindicada pelas diversas lideranças quilombolas do Vale do Ribeira, sem sucesso. No entanto, o uso do fogo para a colheita da cana-de-açúcar é uma prática legalizada no estado.

Em outras palavras pode-se dizer que, embora o papel das roças seja reconhecido como um banco “in situ” de espécies agrícolas, também relacionado à garantia alimentar das populações quilombolas, as técnicas tradicionais de manejo nelas empregadas não têm sido consideradas pelas políticas públicas.

gráfico 11. Principais tipos de frutíferas

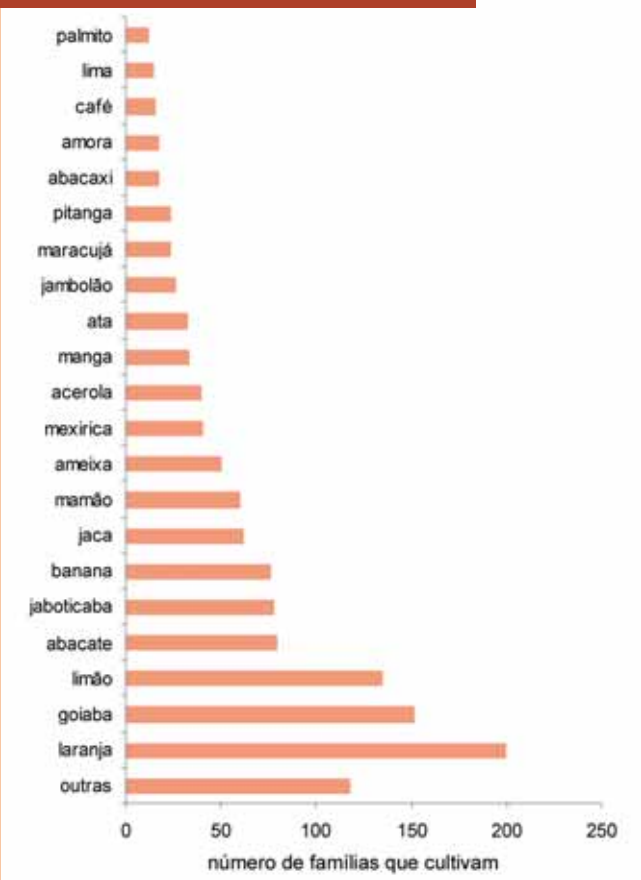


gráfico 12. Principais tipos de hortaliças (%)

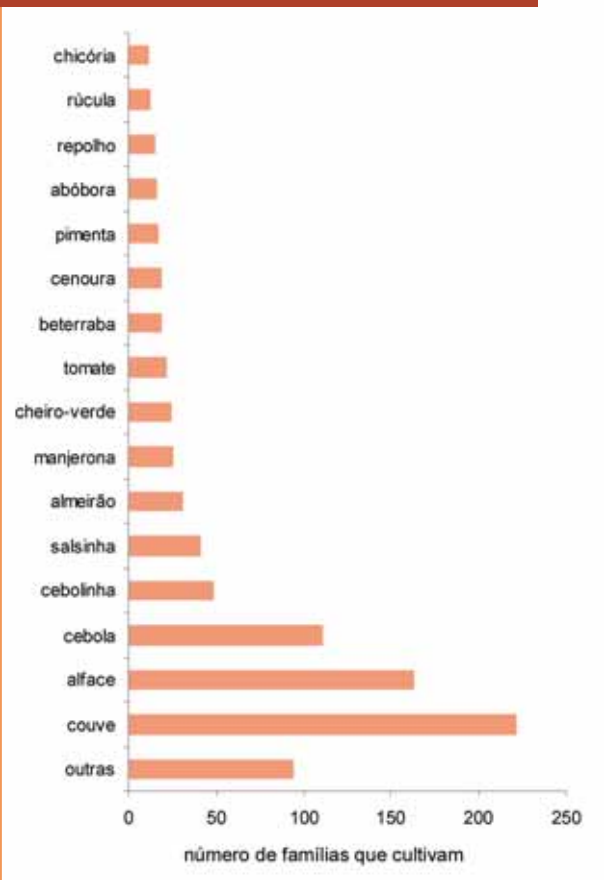
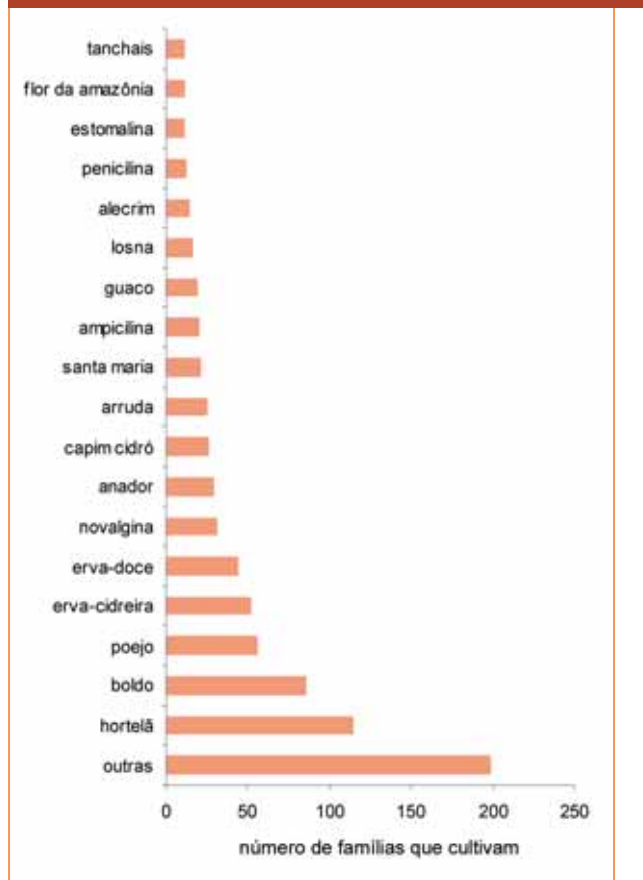


gráfico 13. Principais tipos de plantas medicinais (%)



As áreas utilizadas para roça, em função da legislação ambiental, se caracterizam por vegetação de capoeira fina, e seu tamanho não chega a 1,5 hectares. Na Tabela 1, pode-se observar o tamanho das áreas autorizadas pelo DEPRN para roças, no período de 2001 a 2006.

As áreas onde são estabelecidas as roças de coivara, após a colheita dos produtos, são abandonadas. Em seguida, as espécies florestais pioneiras conhecidas, como as de capoeirinha, vão surgindo naturalmente, até que a mata novamente se restabeleça. As que foram utilizadas para roça, antes de serem consideradas como áreas de capoeirinha, são classificadas por alguns agricultores quilombolas como “soca” e, na seqüência, “tigüera”. A soca é a fase em que algum produto ainda está sendo colhido na roça e nenhuma outra intervenção é realizada na área. A tigüera é a fase em que a antiga roça já está abandonada por completo. A terra está fraca e vai surgindo uma vegetação de porte baixo, que se tornará uma nova área de capoeira. Em média, depois de aproximadamente cinco anos de pousio, a área estará novamente apta para que nela se estabeleça uma nova roça.



Bananal em Poça.



Vista de área recém plantada em Pedro Cubas com roças e capoeirinhas ao fundo.

Os tipos de cobertura florestal existentes nas terras quilombolas são de certa forma, uniformes, já que está toda inserida na classificação “Floresta Ombrófila Densa”, uma das formações do bioma Mata Atlântica. São eles: mata virgem; capoeirão; capoeira; capoeirinha e formações pioneiras (vegetação herbácea de terra firme e de áreas de várzea). Apenas na comunidade de Mandira estão presentes as formações de restinga (terra firme e de brejo ou paludosa) e de mangue (arbóreo e herbáceo), ambas também integrantes do bioma Mata Atlântica, porém comuns em ambientes litorâneos. Veja na Tabela 2, na página a seguir, onde consta a distribuição, em valores percentuais, das formas de uso da terra e de cobertura vegetal nas comunidades que participaram do processo de mapeamento participativo.

tabela 1. Total de áreas autorizadas pelo DEPRN destinadas para roças, período 2001-2006

Comunidades	Área total da comunidade (ha)	Total da área de roça (ha)	Área em hectares (ha)/ano					
			2001	2002	2003	2004	2005	2006
André Lopes	3.200,16	88,16	-	35,77	30,17	-	20,96	1,26
Sapatu	3.711,62	23,21	10,17	4,52	6,13	2,39	-	-
Pedro Cubas	3.806,23	63,38	27,73	35,65	-	-	-	-
Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima	10.681,45	78,51	-	-	9,36	35,115	-	34,03
Ivaporunduva	2.754,36	96,73	-	-	-	61,83	34,9	39,22
São Pedro	4.688,26	199,18	33,84	45,61	32,8	15,96	41,01	29,96
Nhunguara	8.100,98	300,12	40,66	35,59	89,95	65,46	54,53	13,93
Galvão	2.234,34	81,69	6,91	15,62	6,44	14,49	17,17	21,06
Mandira	2.054,65	2,48	-	2,48	-	-	-	-
Total de áreas (ha) licenciadas para roça			119,3	175,24	174,9	195,25	168,57	139,5

Fonte: Dados obtidos com base nas informações fornecidas pelo ITESP - GT Regional Sul, 2007.

A diversidade ambiental presente nas terras quilombolas se dá em função das formas de apropriação dos recursos naturais exercida por seus integrantes como: os sistemas de manejo da flora e fauna praticado, a conservação das matas ciliares e das nascentes de água, e as práticas agrícolas desenvolvidas.

É importante lembrar que as terras ocupadas pelas comunidades quilombolas possuem uma maior integridade de suas matas, as quais perfazem em média 78,25% do território reconhecido. O mesmo não ocorre com as áreas ocupadas por fazendeiros (terceiros), os quais permanecem com suas atividades intensivas de criação de gado e bananicultura, como se observa em quase toda a área da comunidade de Cangume, Porto Velho e Poça.

A biodiversidade mantida pelos quilombolas em suas terras contribui para a conservação da Mata Atlântica, formando um dos corredores ecológicos mais importantes de São Paulo, interligando importantes Unidades de Conservação, como o Mosaico de Jacupiranga, o Parque Estadual Intervales e o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (Petar).



Felipe Lea/ISA

Área de pastagem de terceiros (não-quilombolas) em terras de Porto Velho.

tabela 2. Distribuição das formas de uso existentes nas terras quilombolas, em valores relativos (%)*														
Classes de uso da terra	André Lopes	São Pedro	Sapatu	Bombas	Galvão	Ivaporunduva	Mandira	Nhunguara	Pedro Cubas	Morro Seco	Pedro Cubas de Cima	Poça	Cangume	Porto Velho
roça de coivara / soca / catingueiro	1,22	0,25	0,58	1,69	0,17	1,86	0,02	0,21	0,2	0	0,21	0	4,23	1,35
bananal	0,37	0,22	3,15	0	0,38	3,09	0,5	0,47	0,33	16,22	0,02	44,7	0	0,9
cultivos diversos (maracujá, café, cana, mandioca, pupunha, açaí, palmeira real, horta, pomar)	0,05	0,22	0,11	0	0,2	0,03	0	0,06	0,14	9,12	1,09	0,15	0,04	0,84
pastagem	4,41	3,94	4,07	0,93	7,69	4,51	0,04	7,44	2,13	0	4,69	24,15	61,47	36,77
vegetação rasteira (capim, samambaia, sapé, várzea)	2,97	0,72	2,63	0,28	1,24	1,25	1,33	3,55	0,3	12,6	0,88	2,4	20,71	6,57
tiguera/capoeirinha / capoeira	15,31	12,76	10,33	13,23	8,3	12,36	2,51	15,78	3,91	11,54	5,28	1,7	11,66	29,52
mata / capoeirão	74,45	81,57	76,8	83,87	81,08	76,36	87,11	72,03	92,8	49,29	87,6	25,71	0	20,73
mangue	0	0	0	0	0	0	1,44	0	0	0	0	0	0	0
restinga	0	0	0	0	0	0	6,04	0	0	0	0	0	0	0
vila/estrada	0,51	0,27	0,22	0	1,15	0,34	0,8	0,33	0,19	1,19	0,08	0,44	1,69	0,51
corpos d' água	0,72	0	1,89	0	0,71	0,06	0,21	0,11	0,04	0,04	0,15	0,06	0	0
repovoamento de palmito / concentração de caixeta / manejo de espécies para artesanato	0,47	0,74	0	0	0,34	2,17	6,22	0,13	1,5	3,09	0,01	0	0	2,71
outros (bambuzal, pedreiras, silviculturas, CDHU, SAFs)	0	0,05	0,22	0	0,08	0,14	0	0,02	0,12	0	0	0,69	0,2	2,81

usos agrícolascobertura vegetal natural, com ou sem interferência humanausos de infra-estruturaformas de manejo de recursos naturaisoutros usos agrupados

*Só foram considerados neste quadro os usos que se encontram dentro dos limites oficiais dos quilombos, possibilitando assim uma comparação dos dados apresentados.

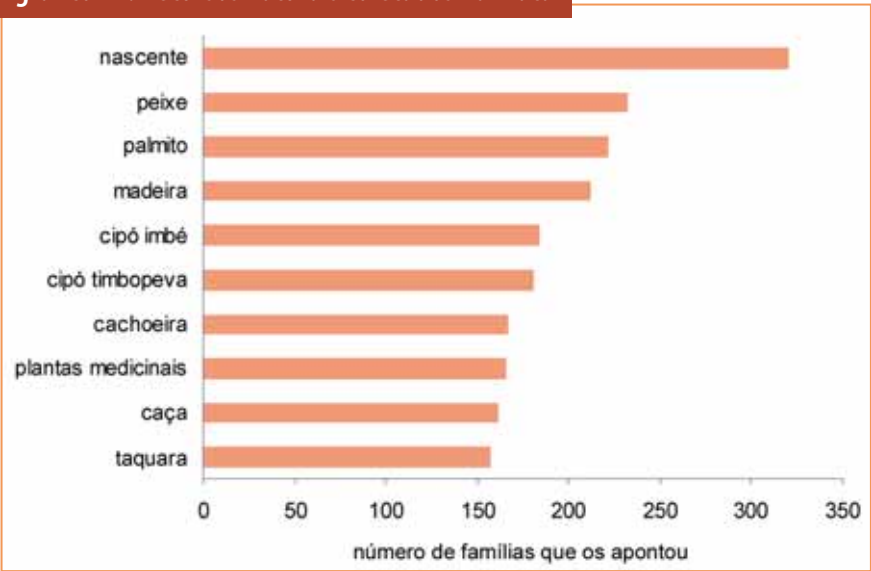
Um dos instrumentos legais de proteção para áreas com diversidade ambiental em propriedades rurais privadas ou de uso comunal é a Reserva Legal, conforme estabelece o Código Florestal Brasileiro, artigo 1º do inciso III da Lei Federal nº 4.771 de 15/09/1965. Esta lei foi alterada pela Lei Federal nº 7.803, de 18 de julho de 1989, e pelas medidas provisórias nº 2166 e nº 2167, de 2001. No Estado de São Paulo, foi publicado o Decreto Estadual nº 50.889/2006, que “dispõe sobre a manutenção, recomposição, condução da regeneração natural e compensação da área de Reserva Legal de imóveis rurais”.

No caso das terras quilombolas, a implantação da Reserva Legal só será efetivada quando ocorrer a averbação definitiva das terras e a titulação das mesmas. No Tabela 3 observa-se o tamanho das áreas de futuras reservas legais nas comunidades, segundo o Itesp (2007).

tabela 3. Área em hectares (ha) de futura Reserva Legal		
Comunidade	Área total (ha)	Area da futura Reserva Legal (ha)
Mandira	2.054,65	410,93
Morro Seco	150	30
Cangume	724,6039	144,92
Ivaporunduva	2.754,36	550,87
Pedro Cubas	3.806,23	761,25
André Lopes	3.200,16	640,032
Sapatu	3.711,62	742,32
Pedro Cubas de Cima	6.875,22	1.375,04
Poças	sem dados	sem dados
São Pedro	4.688,26	937,65
Nhunguara	8.100,98	1.620,2
Galvão	2.234,34	446,88
Porto Velho	941	188,2
Bombas	1.200,00	240

Fonte: Dados obtidos com base nas informações fornecidas pelo ITESP - GT Regional Sul, 2007.

gráfico 14. Recursos naturais coletados na mata



Mata Atlântica preservada na região de Bombas.

Bom saber!

Reserva Legal é a área no interior de um imóvel rural, seja ela uma propriedade particular ou comunal, como as terras quilombolas. A área destinada a Reserva Legal não pode ser considerada como APP (Área de Preservação Permanente, que são as margens dos rios, as nascentes e outros cursos d’água, topo de morros). A sua finalidade é garantir uma área necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção da fauna e flora nativas. Nas regiões onde ocorre a Mata Atlântica, a reserva deve ser equivalente a 20% da área da propriedade.

A Reserva Legal foi instituída pela Lei Federal nº 4.771/65 (Código Florestal), alterada pela Lei Federal nº 7.803, de 18/07/1989, e pelas Medidas Provisórias 2.166 e 2.167, de 2001. No Estado de São Paulo, foi publicado o Decreto Estadual nº 50.889/2006, que “dispõe sobre a manutenção, recomposição, condução da regeneração natural e compensação da área de Reserva Legal de imóveis rurais”.

Atenção: Nessa área é proibido corte raso (desmatamento), mas ela pode ser utilizada para manejo sustentado, como do palmito e outras espécies, e atividades de ecoturismo. A Reserva Legal é permanente e deve ser averbada em cartório. As áreas dos imóveis rurais consideradas como Reserva Legal são isentas do Imposto Territorial Rural, nos termos do artigo 104 da Lei nº 8.171/91.

Justamente por esta manutenção da Mata Atlântica, exercida pelas comunidades quilombolas em suas terras de uso e ocupação, ainda hoje é possível se observar e utilizar diversos recursos naturais. Exemplo disto é a abundância de nascentes d’água, rios e córregos em grande parte das terras quilombolas, com exceção de Cangume, Porto Velho e Poça, cujo desmatamento praticado por ocupantes terceiros foi capaz de diminuir bruscamente a disponibilidade destes recursos. As nascentes de água são o recurso natural



Cachoeira em Sapatu.

destacado pela maioria das comunidades, conforme podemos observar no gráfico 14.

Os peixes são o segundo recurso natural mais citado pelas famílias entrevistadas. A pesca em rio é uma prática comum na maioria das comunidades. Na comunidade de Mandira, localizada em Cananéia, além da pesca, há coleta de ostras para o cultivo em viveiros, e coleta de mariscos e caranguejos.



Trecho do rio São Pedro, em Galvão.

Na maior parte das comunidades há cachoeiras, sendo algumas usadas recreativamente por seus moradores. Outras, em especial as localizadas nas comunidades de Sapatu, André Lopes, São Pedro e Mandira, são consideradas como uma de suas potencialidades naturais mais importantes.

Os recursos florestais mais coletados nas comunidades para uso na construção de casas, cercas, abrigos de animais, são alguns tipos de madeiras e cipós, além do palmito juçara (*Euterpe edulis*), cuja exploração ainda é uma importante fonte de renda para muitas famílias.

Como forma de recomposição e manutenção do palmito juçara, uma das espécies mais importantes e ameaçadas de extinção da Mata Atlântica, a maioria das comunidades está praticando o repovoamento de sementes nas matas e capoeirões de suas terras, além da produção de mudas em viveiros coletivos.

Os recursos florestais coletados voltados para a confecção de artesanatos seguem algumas regras de coleta de matéria-prima, de acordo com a finalidade de uso, o tipo do recurso, sua abundância na comunidade e, em alguns casos, o calendário lunar. A Tabela 4 apresenta a disponibilidade dos recursos florestais para a confecção de utensílios domésticos e peças artesanais.

tabela 4. Disponibilidade dos recursos florestais utilizados para o artesanato*			
Comunidades	Disponibilidade dos recursos		
	Muito	Mais ou menos	Pouco
Sapatu	Taquara lixa Cipó timbopeva Madeiras (guairana, cedro, arapuçu)	Taquaruçu Cipó mirim	Cipó imbé
São Pedro	Madeira	Taquara Cipó	Taboa
André Lopes	Madeiras (canela, cedro, arapuçu)	Taquara Madeiras utilizadas no artesanato	
Bombas	Madeiras (branca, canela, loreiro, cedro, nataieiro)	Madeiras utilizadas no artesanato	Taquara
Pedro Cubas	Taboa	Taquara Cipó	Cipó
Nhunguara		Taquara	Taboa
Porto Velho		Taquara Madeiras utilizadas no artesanato	Bambu
Cangume		Taquara Madeiras utilizadas no artesanato	
Ivaporunduva		Taquara Taboa Madeiras utilizadas no artesanato	
Poça		Taboa	

* Informação dos artesãos.

Com base em critérios utilizados pelos artesãos das 14 comunidades quilombolas, foram relacionadas as seguintes peças artesanais confeccionadas com recursos coletados das matas.¹

Tabela 5: Peças artesanais confeccionadas com os recursos florestais coletados	
Recurso coletado	Peças artesanais confeccionadas
taquara	Cestos, peneiras, matracas*, apá, cesta, gaiola, covo** e jiqui**
cipó	Cesto, balaio, tipiti, fruteiras, redes, peneira, apá, cama, cadeira, prato, descanso de panela, chapéu
taboa	Esteiras***
sementes florestais	Colares, pulseiras, enfeites, cortinas
madeira	Colher de pau, gamela, pilão, banco, monjolo, moenda, prensa, remo, canoa

*Instrumento utilizado durante a manifestação cultural da Recomendação das Almas , realizada na Comunidade de Pedro Cubas.
**Ambos instrumentos usados na pesca.
*** Muito utilizadas como camas.

4.4. Organizando para mudar

A organização das demandas e prioridades coletivas das comunidades quilombolas pode ser entendida a partir da síntese feita pela Agenda Socioambiental Quilombola Geral.

As demandas e prioridades coletivas foram sistematizadas na forma de Matrizes de Demanda e Prioridades e divididas nos seguintes temas: Cultura, Lazer e Educação; Atividades Produtivas agrícolas e não-agrícolas; Saúde e Saneamento; Infra-estrutura, Moradia, Comunicação e Transporte; e Meio Ambiente e Fundiário. Nelas, as comunidades apontam as competências e responsabilidades para solucionar tais demandas, bem como um cronograma associado para a execução das mesmas.

Estabelecido um consenso entre as comunidades sobre as Matrizes de Demandas e Prioridades referentes aos temas indicados, as lideranças quilombolas fizeram uma apresentação durante seminário organizado pelo ISA, em Eldorado, em setembro de 2007. Estiveram presentes representantes dos setores públicos e de ONGs que atuam, direta ou indiretamente, nas comunidades quilombolas participantes do projeto.

No evento foram sugeridos os possíveis caminhos para sanar as demandas coletivas apresentadas nas Matrizes. Fizeram-se representar as seguintes instituições: Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA-MMA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Instituto Chico Mendes-MMA, Instituto do Patrimônio Histórico e Arquitetônico Nacional de São Paulo (Iphan), Fundação Florestal (FF), Instituto Florestal (IF), Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), Universidade de Campinas (Unicamp), Departamentos de Saúde, Edu-

¹ Este levantamento, assim como as formas de manejo de cada um dos recursos florestais coletados nas 14 comunidades quilombolas, foi fruto de um trabalho de pesquisa realizado pelos Agentes Socioambientais Quilombolas, os artesãos das comunidades e pelos técnicos do ISA. O processo desta pesquisa caminhou paralelamente à Agenda Socioambiental Quilombola, resultando no trabalho, escrito por todos os participantes, intitulado: Traços de um saber: do manejo florestal à produção artesanal quilombola do Vale do Ribeira, ainda não publicado.

cação e Cultura, Esportes dos Municípios de Eldorado, Iporanga, Itaóca e Cananéia; Idesc (ONG Regional), EAACONE (Equipe de Assessoria e Articulação das Comunidades Negras do Vale do Ribeira); Moab (Movimento dos Ameaçados por Barragens) e como observadores representantes de oito comunidades quilombolas do Sul da Bahia acompanhados pela ONG Floresta Viva e por Cecília Augusto, angolana da Província de Huila, que trabalha com comunidades de pastores em seu país.

Espera-se que as Matrizes de Demandas e Prioridades auxiliem no planejamento dos órgãos públicos e organizações da sociedade civil que atuam junto às comunidades quilombolas do Vale do Ribeira.



Grupo de trabalho estabelecendo as demandas no primeiro seminário geral.



Seminário Final de Consolidação da Agenda Socioambiental.



Artesanato quilombola



O artesanato é uma atividade que faz parte do cotidiano das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, seja na produção de utensílios domésticos, como manifestação artístico-cultural herdada de seus antepassados, ou ainda, como se observa recentemente, para geração de renda.

Segundo os artesãos das comunidades de Cangume, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, André Lopes, Nhunguara, Mandira, São Pedro, Bombas, Ivaporunduva, Morro Seco, Poça, Sapatu, Porto Velho e Galvão, podemos ter entre outras, as seguintes definições para artesanato quilombola e para o trabalho de artesão.

“O artesanato é a transformação de uma matéria-prima a partir do conhecimento tradicional de uma determinada cultura. A tradição e a história da produção do artesanato são específicas daquela cultura.”

“O trabalho do artesão é uma tradição que é passada de geração para geração. É feito com muita criatividade e perfeição, de acordo com a inspiração do momento e dedicação porque cada peça é única.”

“O artesão é aquele que sabe todo o processo, desde a coleta do recurso na mata até a produção da peça. Precisa saber coletar, como coletar, o tempo de coletar. Esta é uma arte feita com muito trabalho, dedicação e concentração.”

Como observa-se nas falas acima, para cada fase da confecção do artesanato tradicional quilombola, desde a extração do recurso da mata até a elaboração final da peça, uma técnica, passada de geração em geração, é empregada. Além disso, cada peça, produzida com determinado recurso, tem uma utilização no cotidiano das famílias quilombolas. Seguem alguns exemplos:

- ♦ Esteira de taboa: antigamente as esteiras eram feitas de peri. Depois de algum tempo foi substituída pela taboa. Tanto a esteira de peri quanto a esteira de taboa eram usadas para forrar a mesa de alimentação nas festas e para dormir. Serviam também como porta e cortina. Eram utilitários para troca entre as comunidades.
- ♦ Apá de taquara: usado para abanar e limpar arroz, café, alimentos em geral. Era também um utilitário de troca, muito mais que a esteira em função da alta produção agrícola da época. Também era usado para guardar coisas.



Felipe Leal/ISA

Artesã confeccionando esteira de taboa, em Ivaporunduva.

- ♦ Covo de taquara, de cipó imbé ou de bambu: é uma armadilha de pesca, e quando fica velho também serve de ninho para galinhas.
- ♦ Tipiti de cipó: usado para pôr a massa da mandioca e tirar a água, espremendo.
- ♦ Xipoca: bombinha para brincar.
- ♦ Piu de bambu de macuco: para chamar o pássaro macuco.
- ♦ Corote de bambu: para colocar a pinga, como uma garrafa.
- ♦ Gamela: usada como bacia, usava para dar banho nas crianças, cortar carne, lavar a louça. A gamela de tomar banho é redonda e a gamela de cortar carne é comprida.

Fonte: Fragmentos resumidos de *Traços de um saber: do manejo florestal à produção artesanal quilombola do Vale do Ribeira*, trabalho ainda não publicado elaborado pelos Agentes Socioambientais Quilombolas e os artesãos das comunidades, com o auxílio de técnicos do ISA.

Demandas		Total de comunidades	Comunidades em que a demanda foi apontada	Justificativa da demanda O que motivou esta demanda?
Atividades Produtivas	Agricultura (atividades, infra-estrutura e equipamentos)	10	Morro Seco, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Mandira, Poça, Cangume, Porto Velho, André Lopes, São Pedro e Galvão	Para escoamento da produção, para não passar por atravessadores
		8	Pedro Cubas, Morro Seco, Sapatu, André Lopes, São Pedro, Porto Velho, Cangume e Poça	Para escoar produtos da agricultura familiar; e para entrar em variantes de difícil acesso
		5	Galvão, São Pedro, Cangume e Nhunguara	Já possuem o equipamento, mas não tem barracão para instalar os maquinários
		2	Pedro Cubas	Já possuem uma tobata com equipamentos, mas não tem barracão para guardá-la
		6	Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Bombas, Cangume, Sapatu e Porto Velho	Porque produzem grande quantidade de arroz e facilitará a mão-de-obra
		2	Porto Velho e Cangume	Para uso das famílias e geração de renda para as mesmas
		4	Porto Velho, Bombas, Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima	Para uso das famílias e geração de renda para as mesmas
		4	Porto Velho, Bombas e Pedro Cubas de Cima	Para uso das famílias e geração de renda para as mesmas
		5	Porto Velho, São Pedro, Cangume e Pedro Cubas	Porque o mel é coletado e armazenado e o selo facilita a comercialização no estado
		3	Bombas, Cangume e Morro Seco	Para promover geração de renda
		2	Pedro Cubas de Cima e Bombas	Porque o clima é favorável e para promover geração de renda

Níveis de Prioridade 1 - extremamente alta 2 - muito alta 3 - alta														Encaminhamentos				
Sapatu	André Lopes	Nhungara	Ivaporunduva	São Pedro	Galvão	Pedro Cubas	Pedro Cubas de Cima	Morro Seco	Mandira	Poça	Cangume	Porto Velho	Bombas	Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas? (Quais os caminhos a seguir)	Quando realizá-las?	% de comunidades que tem a mesma demanda
	2			1	1	1	1	2	1	1	1	3		Crédito, doação (fundo perdido)	Petrobras, PDA e outras	Fazer projetos, Associações e ISA e outros, procurar doadores	Com extrema urgência (2007/2008)	79%
2	1			1		1	1	3		1	1	1		Crédito, doação (fundo perdido)	Para crédito, os bancos são apontados e doação, a Petrobras e PDA Mata Atlântica	Fazer projetos, Associações em parcerias com ISA	Com extrema urgência (2007/2008)	57%
		1		1							1			Doação	Idesc, Itesp e prefeituras	Fazer projetos	Com extrema urgência (2007/2008)	36%
						2	2							Doação e fundo perdido	Petrobras e Itesp	Fazer projetos	Com extrema urgência (2007/2008)	menos de 20 %
						2	2				1	2	2	Doação	MDA, Idesc, Itesp Proter e outros	Escrever projetos e encaminhar para os órgãos citados	Com extrema urgência (2007/2008)	43%
											2	2		Doação	Cáritas, Fundação Palmares, Idesc e Proter	Fazer projetos	Com extrema urgência (2007/2008)	menos de 20 %
						1	1				2	2		Doação	Cáritas, Fundação Palmares, Idesc e Proter	Fazer projetos	Com extrema urgência (2007/2008)	29%
							1					1	2	Doação	MDA, Prefeitura	Elaborar projetos e encaminhar para os órgãos citados	Com extrema urgência (2007/2008)	29
				1		2					1	1		Doação	Itesp, MDA, Idesc, Proter e Prefeitura	Elaborar projetos e encaminhar para os órgãos citados	Com extrema urgência (2007/2008)	36
								2			2			Doação de sementes e mudas	Fundação Florestal e ISA	Criar ponte entre o ISA e a organização doadora para captar os recursos necessários	Com extrema urgência (2007/2008)	menos de 20 %
							2							Crédito (financiamento), produzir as próprias mudas	Buscar linhas de crédito	As Associações, buscando apoio com outras entidades (ISA e Itesp)	Em médio prazo	menos de 20 %

Demandas		Total de comunidades	Comunidades em que a demanda foi apontada	Justificativa da demanda O que motivou esta demanda?	
Atividades produtivas	Agricultura (atividades, infra-estrutura e equipamentos)	12. Receber assistência técnico-agrícola	10	Bombas, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Cangume, São Pedro, Ivaporunduva, Porto Velho, Morro Seco, Sapatu e Poça	Trabalhar melhor o uso da terra pela própria comunidade
		13. Melhorar a comercialização da produção agrícola da comunidade	10	Porto Velho, Cangume, Pedro Cubas, André Lopes, Sapatu, São Pedro, Ivaporunduva, M. Rosa, Morro Seco e Poça	Eliminar a comercialização por atravessadores e viabilizar a sustentabilidade das famílias
		14. Melhorar a comercialização do maracujá	9	Galvão, André Lopes, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Ivaporunduva, Sapatu, Porto Velho e Cangume	Eliminar a comercialização por atravessadores e viabilizar a sustentabilidade das famílias
		15. Melhorar a comercialização da banana	11	Nhunguara, São Pedro, Galvão, Poça, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Cangume, Porto Velho, Sapatu, Morro Seco, Ivaporunduva	Eliminar a comercialização por atravessadores e viabilizar a sustentabilidade das famílias
		16. Tornar acessíveis ao produtor, formas de financiamento	8	Nhunguara, Porto Velho, Ivaporunduva, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Cangume, Sapatu, Mandira	Melhorar a produção e desta forma, conseguir melhores condições de vida
		17. Fortalecimento para manutenção das sementes tradicionais e aquisição das sementes que eles não têm.	6	Bombas, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Cangume, São Pedro, Morro Seco	Para não perder as sementes e garantir alimentos saudáveis
		18. Obter apoio da Casa da Agricultura de Iporanga para realizar atividades de interesse da comunidade	1	Porto Velho	Para melhorar o aproveitamento da terra e comercialização do produto
		19. Assistência técnica para produção de produtos orgânicos	8	Porto Velho, São Pedro, Ivaporunduva, Poça, Bombas, Sapatu, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima	Para ter produtos de melhor qualidade

Níveis de Prioridade 1 - extremamente alta 2 - muito alta 3 - alta														Encaminhamentos				
Sapatu	André Lopes	Nhungara	Ivaporunduva	São Pedro	Galvão	Pedro Cubas	Pedro Cubas de Cima	Morro Seco	Mandira	Poça	Cangume	Porto Velho	Bombas	Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas? (Quais os caminhos a seguir)	Quando realizá-las?	% de comunidades que tem a mesma demanda
1			1	1		1	1	1		1	1	1		Cobrar da prefeitura e Itesp	Prefeitura e Itesp	Através de requerimento encaminhado a Prefeitura e Itesp	Com extrema urgência (2007/2008)	71
1			1	1		1	1	1			1	1		Venda direta ao mercado, evitando atravessadores, programa da Conab	Grupos de produtores da Associação e parceiros (ISA, Itesp)	Pesquisa de mercado e organização das comunidades	Com extrema urgência (2007/2008)	71
1			1	1		1	1	1			1	1		Venda direta ao mercado, evitando atravessadores, programa da Conab	Grupos de produtores da Associação e parceiros (ISA, Itesp)	Pesquisa de mercado e organização das comunidades	Com extrema urgência (2007/2008)	69
1			1	1		1	1	1			1	1		Venda direta ao mercado, evitando atravessadores, programa da Conab	Grupos de produtores da Associação e parceiros (ISA, Itesp)	Pesquisa de mercado e organização das comunidades	Com extrema urgência (2007/2008)	79
1			1			1	1	1	1		1	1		Conhecer o Pronaf e propor adaptação às necessidades dos quilombos e garantia de preços mínimos	Itesp, MDA, Pronaf, Secretaria de Agricultura	Chamar o Ministro do Desenvolvimento Agrário para Audiência Pública ou Secretário do Pronaf	Com extrema urgência (2007/2008)	57
				1		1	1	1			1		1	Fundo de sementes	Associações e ISA	O ISA em parceria com as Associações deverá formar um fundo de sementes; organizar uma feira dos quilombos	Com extrema urgência (2007/2008)	menos de 20 %
												1		Cobrar da Prefeitura	Prefeitura	As Associações em parceria com ISA e Itesp devem cobrar dos órgãos competentes	Com extrema urgência (2007/2008)	menos de 20 %
			1			1	1			1		1	1	Formar técnicos da própria comunidade e solicitar assistência técnica aos parceiros	Prefeitura, Secretaria de Educação, ISA, Itesp, Secretaria de Agricultura, Escolas técnicas	Participar do planejamento com Itesp e elaboração de projetos com ISA	Com extrema urgência (2007/2008)	57

Demandas		Total de comunidades	Comunidades em que a demanda foi apontada	Justificativa da demanda O que motivou esta demanda?	
Atividades produtivas		20. Reestruturar a produção de mel nas comunidades	7	Nhunguara, André Lopes, Ivaporunduva, São Pedro, Galvão, Mandira, Pedro Cubas	Desejo de melhorar a renda e necessidade de organizar a produção na comunidade
	Criações e cultivos	1. Implantação de um viveiro de frango	1	Bombas	Geração de renda
		2. Comprar pintinhos e ração para colocar a granja em funcionamento	1	Cangume	Porque já possuem viveiro e para geração de renda
		3. Implantar piscicultura	5	Mandira, Bombas, Ivaporunduva, Cangume	Promover geração de renda
		4. Criar gado de leite	1	Ivaporunduva	Para consumo da própria comunidade
	Extra-agroflorestais e extra-criação	1. Desenvolver atividades de ecoturismo em geral	8	Mandira, Galvão, André Lopes, Sapatu, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima e São Pedro	Cada comunidade tem seu potencial turístico
		2. Formar monitores ambientais	4	Mandira, Galvão, Poça, Sapatu	Para passar informações certas aos visitantes e comunidade
		3. Desenvolver o turismo cultural	8	Mandira, Galvão, André Lopes, Sapatu, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima e São Pedro	O potencial turístico que tem em cada localidade
		4. Capacitação em artes (pintura de tecido, cerâmica e outras artes)	7	Nhunguara, Poça, Cangume, Ivaporunduva, Porto Velho, Bombas e Morro Seco	Incentivo a geração de renda, através do artesanato
		5. Curso de corte e costura	7	Galvão, Mandira, Ivaporunduva, São Pedro, Cangume e Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima	Porque algumas comunidades já têm máquinas, e para promover geração de renda

Níveis de Prioridade 1 - extremamente alta 2 - muito alta 3 - alta														Encaminhamentos				
Sapatu	André Lopes	Nhungara	Ivaporunduva	São Pedro	Galvão	Pedro Cubas	Pedro Cubas de Cima	Morro Seco	Mandira	Poça	Cangume	Porto Velho	Bombas	Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas? (Quais os caminhos a seguir)	Quando realizá-las?	% de comunidades que tem a mesma demanda
	2	2	2	2		2			2					Levantamento da situação da produção atual e tomar as medidas necessárias	ISA e Itesp	Fazer diagnóstico, viabilizar a capacitação dos produtores e bom aproveitamento dos equipamentos existentes	Com extrema urgência (2007/2008)	50%
													2	Obter doação dos materiais e matrizes		Fazer um projeto	Em médio prazo	menos de 20 %
											1			Doação	Itesp, Prefeitura	Elaborar projetos: Associação junto com Itesp, Prefeitura, ISA	Com extrema urgência (2007/2008)	menos de 20 %
			2					1	3		2			Doação	Itesp, Prefeitura, ISA	Elaborar projetos: Associação junto com Itesp, Prefeitura, ISA	Com extrema urgência (2007/2008)	36%
			3											Financiamento	Pronaf, Itesp	Elaborar projeto da Associação junto com Itesp	Em médio prazo	29%
	2	1	2	2		1	2		2	2				Identificar os atrativos, criar e melhorar a infraestrutura, divulgar e organizar a atividade	Associação, parceiros	A Associação realiza o levantamento dos atrativos e da necessidade de infraestrutura e elaborar um projeto	Em médio prazo	57%
	2	1	2	2		1	2		2	2				Cursos	Itesp, Prefeitura, ISA, Sebrae	Associação em parceria	Com extrema urgência (2007/2008)	menos 20%
	2	1	2	2		1	2		2	2				Identificar os atrativos, criar e melhorar a infraestrutura, divulgar e organizar a atividade	Associação, parceiros	A Associação realiza o levantamento dos atrativos e da necessidade de infraestrutura e elaborar um projeto	Em médio prazo	57%
		2	2		2					2	2	2	2	Criação de projetos	Sebrae, Itesp	Elaboração de projetos, Associação, ISA, Itesp, Sebrae	Em médio prazo	50%
			1	2	2	2	2				1			Através de projetos	Sebrae, Itesp, outras comunidades	Parceria entre as Associações	Com extrema urgência (2007/2008)	57%

Demandas		Total de comunidades	Comunidades em que a demanda foi apontada	Justificativa da demanda O que motivou esta demanda?	
Atividades produtivas	Extra-agroflorestais e extra-criação	6. Aquisição de máquinas de costura	3	Galvão, Cangume e São Pedro	Promover geração de renda e atender a própria comunidade
		7. Atividades de geração de renda que incentivem a permanência dos jovens na comunidade	12	Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, André Lopes, Morro Seco, Sapatu, Ivaporunduva, Mandira, Poça, Porto Velho, Cangume, São Pedro, e Bombas	A falta de opções de trabalho nas comunidades
		8. Beneficiamento de produtos que são produzidos na comunidade	5	André Lopes, Nhunguara, São Pedro e Poça	Melhorar a qualidade de vida nas comunidades
		9. Cursos profissionalizantes para jovens	13	Ivaporunduva, Sapatu, Bombas, São Pedro, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Cangume, Porto Velho, André Lopes, Nhunguara, Mandira, Morro Seco e Poça	Necessidade de pessoas capacitadas para gerenciar os projetos existentes e para implantação de novos projetos
Comunicação, eletricidade, transporte e moradia	1. Instalação de energia para iluminação em todas as casas	6	Bombas, Cangume, André Lopes e São Pedro	Porque várias famílias não têm energia elétrica ainda	
	2. Diminuição do valor da taxa de energia elétrica rural	12	Porto Velho, Cangume, André Lopes, Sapatu, Morro Seco, Poça, São Pedro, Galvão, Mandira, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima e Ivaporunduva	Porque o valor das contas é muito alto, e as famílias não têm condições de pagar, pois são de baixa renda	
	3. Manutenção de estradas existentes na comunidade	13	Bombas, Morro Seco, Nhunguara, André Lopes, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, São Pedro, Cangume, Ivaporunduva, Porto Velho e Galvão	As estradas estão em péssimas condições, dificultando o acesso, principalmente para os alunos da escola	
	4. Abertura de novos acessos (estrada e pontes) na comunidade	7	André Lopes, Nhunguara, Pedro Cubas de Cima, Ivaporunduva, São Pedro, Poça e Bombas	Porque precisa de abertura de novas estradas e construção de pontes metálicas	
	5. Instalação de telefone	6	Bombas, Porto Velho, Galvão, André Lopes e Mandira,	Porque é o único meio de comunicação entre a comunidade e a cidade	
	6. Instalação de internet	9	São Pedro, Sapatu, Morro Seco, André Lopes, Poça, Bombas, Porto Velho, Pedro Cubas de Cima e Cangume	Porque queremos participar da inclusão digital e social	

Níveis de Prioridade 1 - extremamente alta 2 - muito alta 3 - alta														Encaminhamentos				
Sapatu	André Lopes	Nhungara	Ivaporunduva	São Pedro	Galvão	Pedro Cubas	Pedro Cubas de Cima	Morro Seco	Mandira	Poça	Cangume	Porto Velho	Bombas	Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas? (Quais os caminhos a seguir)	Quando realizá-las?	% de comunidades que tem a mesma demanda
				2							1			Discutir o uso e a distribuição das máquinas existentes, comprar novas	PDA, Petrobras, Associação e grupos	Definir o uso das máquinas existentes e elaborar projeto para aquisição de novas	Com extrema urgência (2007/2008)	menos 20%
1			1	1				1	1	1	1	1	2	Cursos de capacitação, inclusão digital	Associação, grupo de jovens, ISA e outros parceiros	Definir com os jovens suas expectativas e oportunidades e transformá-las em projetos	Com extrema urgência (2007/2008)	86%
	1	2		2		1				2					Associação com as entidades parceiras	Elaboração e encaminhamento de projetos	Em médio prazo	36%
2	2	1	1	2		1	1	2	2	1	1		2	Definir os temas e as formas de capacitação, criar espaço para capacitação e aquisição de equipamentos necessários	Sebrae, Senac, outros parceiros (Ibama, Itesp, ISA, Idesc)	Organizar uma conversa com Sebrae e Senac e elaborar projetos	Com extrema urgência (2007/2008)	93%
	1			3							1		1	Reivindicação junto à Elektro e o Programa Luz para todos	Associação	Associação junto ao Itesp para pressionar os órgãos competentes	Com extrema urgência (2007/2008)	43%
1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	Reivindicar à Elektro a isenção do ICMS na conta de energia	Associação	Solicitar ao Itesp encaminhamento destes pedidos	Com extrema urgência (2007/2008)	86%
	2	1	3	3	3	1	1	1		3	1	1	1	Melhorar o acesso às estradas, cascalhar, fazer lombadas e sinalizar	Prefeitura	Associação reivindica e cobra o poder público	Com extrema urgência (2007/2008)	93%
	1	1	1	3			1			3			1	Fazer ofício e reunião com prefeitura e DER	Prefeitura e Associação	Associação reivindica e cobra o poder público	Com extrema urgência (2007/2008)	50
	1				1				1			1	1	Instalação de telefone nas comunidades	Prefeitura e Telefônica	Associação reivindica e cobra o poder público	Com extrema urgência (2007/2008)	50
3				2			1	3		2	2	2	2	Capacitação de jovens para ajudar na comunidade	Associação	Solicitar ajuda às parcerias e órgãos públicos (Gesac, Itesp, ISA, BB e Prefeitura)	Em longo prazo	64

	Demandas	Total de comunidades	Comunidades em que a demanda foi apontada	Justificativa da demanda O que motivou esta demanda?
Comunicação, eletricidade, transporte e moradia	7. Instalação de Rádio Comunitária	3	Pedro Cubas de Cima, André Lopes, Ivaporunduva	Porque facilita a comunicação com todos os moradores
	8. Obtenção de computador para comunidade	5	Cangume, Poça, São Pedro, Porto Velho e Bombas	Porque a comunidade precisa fazer documentos e realizar outras atividades que precisam do computador
	9. Obtenção de transporte coletivo para atender a comunidade	11	Cangume, São Pedro, Morro Seco, Mandira, Porto Velho, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Poça, Ivaporunduva e Nhunguara	Porque as comunidades têm difícil acesso a transporte
	10. Melhoria no transporte coletivo já existente	3	André Lopes, Sapatu e Ivaporunduva	Porque as comunidades têm difícil acesso a transporte
	11. Adequação do tamanho das casas construídas pela CDHU para a realidade da comunidade e construção de mais casas para atender todas as famílias da comunidade	1	Cangume	Porque as casas são muito pequenas
	12. Ter creche e correio na comunidade	3	Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima e Ivaporunduva	Porque é difícil chegar correspondências na comunidade
Meio Ambiente e Fundiário	1. Reflorestar beiras de rio e outras áreas na comunidade	11	Morro Seco, Galvão, Pedro Cubas de Cima, Poça, Bombas, Sapatu, Ivaporunduva, Cangume, Nhunguara, Porto Velho e São Pedro	Conservar os recursos naturais, evitar assoreamento, melhorar a vida da fauna e flora, recuperação da água
	2. Acabar com a ameaça das barragens no Rio Ribeira de Iguape	13	André Lopes, Sapatu, Bombas, Morro Seco, São Pedro, Ivaporunduva, Mandira, Nhunguara, Porto Velho, Poça, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima e Cangume	Perda da biodiversidade e sócio-diversidade provocam êxodo para as cidades, perda da cidadania e da cultura quilombola e comunidades tradicionais
	3. Fiscalização para impedir a entrada de palmiteiros	9	Morro Seco, Pedro Cubas de Cima, Sapatu, Ivaporunduva, Nhunguara, Porto Velho, Bombas, Poça e São Pedro	Perda da espécie

Níveis de Prioridade 1 - extremamente alta 2 - muito alta 3 - alta														Encaminhamentos				
Sapatu	André Lopes	Nhungara	Ivaporunduva	São Pedro	Galvão	Pedro Cubas	Pedro Cubas de Cima	Morro Seco	Mandira	Poça	Cangume	Porto Velho	Bombas	Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas? (Quais os caminhos a seguir)	Quando realizá-las?	% de comunidades que tem a mesma demanda
	1		2				1							Solicitar aos programas do governo	Associação	Fazer projetos	Em médio prazo	menos de 20%
				2						1	2	2	2	Solicitar à Fundação BB a doação de computadores	Associação	Através de parcerias com instituições parceiras	Em médio prazo	40
1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	Reivindicar junto às prefeituras uma linha coletiva regular	Associação	Solicitar ônibus junto ao departamento de transporte da Prefeitura	Com extrema urgência (2007/2008)	90
1	1		1											Reivindicar junto às prefeituras uma linha coletiva regular	Associação	Solicitar ônibus junto ao departamento de transporte da Prefeitura	Com extrema urgência (2007/2008)	menos de 20%
											1			Readequação do projeto e revisão do tamanho das casas	Caixa Econômica e Prefeitura	Associação deve reivindicar a revisão do projeto	Com extrema urgência (2007/2008)	menos de 20%
			2			3	3							Instalação de creche e banco postal	Associação	Através de requerimento e ofícios	Em médio prazo	menos de 20%
1		2	2	2		1	1	2		1	2	1	2	Buscar um intermediador para negociação com terceiros, criar projeto de conscientização junto às comunidades	Ação conjunta entre órgãos ambientais e organizações que trabalham com as comunidades	Ação civil pública entre os atores sociais e órgãos envolvidos	Com extrema urgência (2007/2008)	86%
1	1	1	1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	Buscar novos parceiros contrários a essa iniciativa, buscar fontes confiáveis de pesquisa para discutir os aspectos técnicos	Todos os movimentos envolvidos na questão da barragem (contrários)	Capacitação para equipe de articulação e comunicação, divulgação em nível internacional	Com extrema urgência (2007/2008)	93%
1		1	1	1		1	1	1		1	1	1	1	Ajuda de custo para quem corta, melhorar a fiscalização por parte da SMA, conscientizar os palmeiros, acabar com atravessadores	A Secretaria do Meio Ambiente, junto com ONGs e comunidades, buscando alternativas	Projetos com parceiros envolvidos, obter alternativas de geração de renda	Em médio prazo	64%

	Demandas	Total de comunidades	Comunidades em que a demanda foi apontada	Justificativa da demanda O que motivou esta demanda?
Meio Ambiente e Fundiário	4. Implementar programa de fiscalização, com a participação da comunidade, para impedir a entrada de palmiteiros nas áreas reflorestadas	9	Morro Seco, Pedro Cubas de Cima, Sapatu, Ivaporunduva, Nhunguara, Porto Velho, Bombas, Poça e São Pedro	Fonte de renda sustentável, aumento do ICMS municipal
	5. Autorização para abertura de área para roça por período de 10 anos e áreas maiores que contemplem a comunidade	10	Bombas, Morro Seco, Nhunguara, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Porto Velho, Ivaporunduva, São Pedro, Cangume e Sapatu	Para evitar a perda das licenças anuais, valorizar os aspectos culturais, garantir a subsistência das famílias
	6. Adequação da legislação ambiental para permitir a abertura de roça de subsistência com o uso do fogo em locais onde o estágio de recuperação da vegetação está atualmente sob proteção legal	13	André Lopes, Galvão, Sapatu, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, São Pedro, Mandira, Poça, Morro Seco, Nhunguara, Bombas, Cangume e Porto Velho	Porque são poucas as melhores áreas disponíveis para cultivo que não estejam protegidas seja pelo Código Florestal (art. 215/216) ou pela Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428, de 22/12/2006). Além disso, as roças de subsistência são consideradas pela ciência como lavouras de mínimo impacto
	7. Extinção do uso de fogo para ampliação de pasto que é praticado em áreas que estão em posse dos terceiros	10	Nhunguara, André Lopes, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Porto Velho, Bombas, Poça, Cangume, Ivaporunduva e São Pedro	Áreas da comunidade. Prática insustentável com ação impactante
	8. Interpretação e explicação sobre as leis ambientais em linguagem acessível às comunidades	10	Ivaporunduva, Porto Velho, Bombas, São Pedro, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Morro Seco, Nhunguara, Poça e Cangume	Falta clareza e entendimento às comunidades
	9. Retirada dos terceiros do território	13	Bombas, Cangume, André Lopes, São Pedro, Sapatu, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Ivaporunduva, Morro Seco, Porto Velho, Nhunguara e Poça	Para garantir o território e sustentabilidade e evitar danos ambientais

Níveis de Prioridade 1 - extremamente alta 2 - muito alta 3 - alta														Encaminhamentos				
Sapatu	André Lopes	Nhungara	Ivaporunduva	São Pedro	Galvão	Pedro Cubas	Pedro Cubas de Cima	Morro Seco	Mandira	Poça	Cangume	Porto Velho	Bombas	Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas? (Quais os caminhos a seguir)	Quando realizá-las?	% de comunidades que tem a mesma demanda
1		1	1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	Trabalho de sensibilização com os infratores, fiscalização rigorosa, ajuda de custo (SMA)	As Associações devem indicar pessoas para fiscalização junto à SMA	Atividades educativas, seminários, palestras, debate envolvendo os palmiteiros	Com extrema urgência (2007/2008)	64
1		1	1	1		1	1	1		1	1	1	1	Pressionar os órgãos competentes como SMA, DPRN e formação de GT para definir as áreas a serem autorizadas	Associações junto com os órgãos que trabalham nas comunidades	Em forma de reuniões nas comunidades e junto ao órgão competente, SMA, DPRN, Itesp	Com extrema urgência (2007/2008)	72%
1		2	1			2	2	2		2	2	2	2	Buscar junto aos órgãos competentes a solução do problema, Ibama, DPRN, SMA, MDA	Comunidades, órgãos públicos	Ofícios, reuniões, audiências, mobilização, articulação em nível regional	Com extrema urgência (2007/2008)	93
1		1	3	3		1	1	2		1	2	2	2	Pedir aos órgãos ambientais acordo com os terceiros, para que a comunidade possa provar como está a situação da área	Comunidades e órgãos públicos	Órgãos x fazendeiros, mas antes a Associação tem que procurar um órgão de apoio e reclamar por escrito	Em médio prazo	90%
1		1	1	2		1	1	1		1	1	2	1	Elaboração de um material escrito de forma simplificada	GT que envolva as comunidades e assessores para compor conteúdo do material	Formar o GT e definir o cronograma de trabalho	Em médio prazo	72
1	1	1	1	1	1	1	1	1		1	1	1	1	Relatar os fatos que estão acontecendo e levar ao poder público, acelerar o processo de indenização de terceiros	Comunidades devem relatar os fatos e solicitar aos órgãos responsáveis que dêem velocidade ao processo	Fotos, documentos, Boletim de Ocorrência, e encaminhar aos órgãos competentes	Com extrema urgência (2007/2008)	93

Demandas		Total de comunidades	Comunidades em que a demanda foi apontada	Justificativa da demanda O que motivou esta demanda?
Meio Ambiente e Fundiário	10. Regularização fundiária/titulação	12	Morro Seco, Nhunguara, Bombas, Galvão, Porto Velho, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Cangume, André Lopes, São Pedro, Sapatu, e Ivaporunduva	Para garantir o território e aumento da produção, resgate de valores tradicionais e culturais, e garantir a sustentabilidade da comunidade
	11. Obtenção do direito de uso para a comunidade das áreas abertas (sem mata) que estão em mãos de terceiros.	10	Nhunguara, Galvão, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Porto Velho, Morro Seco, Cangume, São Pedro, Ivaporunduva e Poça	Para fazer uso do território e das áreas abertas que são ocupadas por terceiros, mas não estão em uso
	12. Parar a invasão no território de gado dos fazendeiros de Cajati/Iporanga	1	Nhunguara	A invasão prejudica o solo, destruindo os cultivos e causando erosão
	13. Reconhecimento imediato do território	2	Bombas e Poça	Velocidade no processo de retirada de terceiros, avançar o processo de titulação, verificar os limites do PETAR, continuar o processo de reconhecimento no Itesp que está parado
	14. Levar aos moradores conhecimentos referentes a formas alternativas de criação de gado, de modo a não aumentar as áreas de pasto já existentes	1	Sapatu	Tem moradores ampliando as áreas de pasto sem comunicar a comunidade
	15. As comunidades terem um planejamento socioeconômico e ambiental sustentável	15	Bombas, Cangume, André Lopes, Poça, São Pedro, Porto Velho, Ivaporunduva, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Galvão, Mandira, Nhunguara, Sapatu e Morro Seco	Necessidade de desenvolvimento cultural, social e ambiental das comunidades

Níveis de Prioridade 1 - extremamente alta 2 - muito alta 3 - alta														Encaminhamentos				
Sapatu	André Lopes	Nhungara	Ivaporunduva	São Pedro	Galvão	Pedro Cubas	Pedro Cubas de Cima	Morro Seco	Mandira	Poça	Cangume	Porto Velho	Bombas	Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas? (Quais os caminhos a seguir)	Quando realizá-las?	% de comunidades que tem a mesma demanda
1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		1	1	A comunidade deve conhecer bem o território para poder pressionar política e juridicamente os órgãos competentes	Associação, comunidades e órgãos responsáveis	A partir do conhecimento dos territórios criar embasamento político e jurídico e pressionar os órgãos competentes	Com extrema urgência (2007/2008)	86
1		1	2	1	1	1	1	2		1	1	2	2	Formar GT de estudo dessas áreas para solicitar junto à Justiça as medidas cabíveis	As comunidades junto ao GT e órgãos competentes	Fazer um estudo e manejar as áreas para discutir com o GT	Com extrema urgência (2007/2008)	72
		3												Denunciar com ações cabíveis (consultar Código Civil que trata de relações de vizinhança)	Os prejudicados e a comunidade	Criar um GT que possa discutir essas questões e levantar as possibilidades de entendimento	Com extrema urgência (2007/2008)	menos de 20%
										1			1	Declaração da comunidade de auto-identificação e declaração da FCP como comunidade quilombola, outros documentos da Associação e do Presidente	A comunidade deve providenciar e encaminhar ao Incra e pressionar o Itesp	Reunir a comunidade para encaminhar ofício ao Itesp, pedindo continuidade na elaboração do RTC e ir ao cartório para retirar os documentos e encaminhá-los ao Incra	Com extrema urgência (2007/2008)	menos de 20%
2														Trabalho de sensibilização dos moradores em relação à ampliação de pastos	Comunidades, Itesp e ONGs	Reunião da comunidade com um assessor (advogado) para explicar as consequências legais destas ações	Em médio prazo	menos de 20%
2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	Tem que ter colaboração dos associados e o apoio das instituições do Governo e da sociedade civil para implantação da Agenda	São os Agentes Socioambientais Quilombolas, Associação e parceiros, como Itesp, Moab, ISA e FF	Realizar diagnóstico das comunidades, seminários, encontros, oficinas de mapeamento dos territórios e troca de informações	Em médio prazo	57%

	Demandas	Total de comunidades	Comunidades em que a demanda foi apontada	Justificativa da demanda O que motivou esta demanda?
Manejo e Extrativismo	1. Manejo de ervas medicinais	5	André Lopes, Sapatu, Nhunguara, Ivaporunduva e São Pedro	Melhorar a renda e valorizar o conhecimento tradicional
	2. Manejo de xaxim	1	Galvão	Conservar o recurso e melhorar a renda
	3. Reflorestamento de palmito e produção de mudas para manejo	8	Pedro Cubas de Cima, Bombas, Cangume, Ivaporunduva, Morro Seco, Sapatu e André Lopes	Já está acontecendo, mas necessita de apoio para continuar
Saúde	1. Realizar atividades de conscientização voltadas à saúde, como por exemplo: prevenção ao alcoolismo	11	Galvão, Sapatu, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Poça, Ivaporunduva, Cangume, Bombas, Porto Velho, São Pedro e André Lopes	Para conscientizar o dependente a fazer um tratamento e fazer um trabalho preventivo com os jovens
	2. Aquisição de uma ambulância	8	São Pedro, Sapatu, André Lopes, Ivaporunduva, Cangume, Morro Seco, Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima	Não há ambulâncias que possam levar doentes das comunidades para a cidade
	3. Aumento e regularidade na frequência do atendimento médico e odontológico	13	Morro Seco, Bombas, Cangume, Galvão, Mandira, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Sapatu, Ivaporunduva, São Pedro, André Lopes, Poça e Porto Velho	Há necessidade de tratamento médico nas comunidades
	4. Melhoria na qualidade do serviço de saúde	13	Morro Seco, Bombas, Cangume, Galvão, Mandira, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Sapatu, Ivaporunduva, São Pedro, André Lopes, Poça e Porto Velho	Há necessidade de tratamento médico nas comunidades
	5. Conscientização dos bananicultores sobre os cuidados com o uso dos agrotóxicos, destino correto das embalagens e a compra ilegal desses produtos, para evitar doenças	4	Poça, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima e Ivaporunduva	Contaminação da água, solo, ar faz mal para saúde das pessoas e prejudica os animais
	6. Instalação de Posto de Saúde	9	Morro Seco, Bombas, Cangume, Galvão, Mandira, Pedro Cubas de Cima, São Pedro e Poça,	É a necessidade do bairro para ter assistência à saúde

Níveis de Prioridade 1 - extremamente alta 2 - muito alta 3 - alta														Encaminhamentos				
Sapatu	André Lopes	Nhungara	Ivaporunduva	São Pedro	Galvão	Pedro Cubas	Pedro Cubas de Cima	Morro Seco	Mandira	Poça	Cangume	Porto Velho	Bombas	Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas? (Quais os caminhos a seguir)	Quando realizá-las?	% de comunidades que tem a mesma demanda
	2	2		1										Valorizar o conhecimento e comercialização	Parceiros (Saúde, ISA, Itesp, Pastoral da criança)	Identificar as pessoas que tem o conhecimento, as ervas com potencial, beneficiar e comercializar	Em médio przo	36
					3												Em médio prazo	menos de 20%
				2		2		2					2	Garantir a continuidade	PDA, ISA e Fundação Florestal	Negociar continuidade do PDA, Associação e ISA e FF e discutir projeto	Em médio prazo	57
	1		1	2	1	1	1	3		1	1	3	1	Criação de AAA, palestras explicativas	Associação	Parceria com órgão de saúde	Com extrema urgência (2007/2008)	79%
1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	Reunião com Secretaria de Saúde e Prefeitura	Associação com a comunidade	Através de assembléia com a comunidade e reunião com Prefeitura e Secretaria de Saúde	Com extrema urgência (2007/2008)	57%
1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	Pressionar a Secretaria de Saúde junto com órgãos estaduais e municipais	As comunidades	Através de cobrança junto ao órgão competente	Com extrema urgência (2007/2008)	93%
1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	Pressionar a Secretaria de Saúde junto com órgãos estaduais e municipais	As comunidades	Através de cobrança junto ao órgão competente	Com extrema urgência (2007/2008)	93%
			1			1	1			1				Reflorestamento de rios, nascentes, usar adubos orgânicos, devolução de embalagens de agrotóxicos nos locais de compra	Associação com a comunidade	Reuniões com os moradores e apoio dos órgãos ambientais	Com extrema urgência (2007/2008)	menos de 20%
				1	1		1	1	1	1	1		1	Pressionar o Estado e Prefeitura	Associação	Audiência com departamento de saúde do Estado e órgãos competentes	Com extrema urgência (2007/2008)	64%

Demandas		Total de comunidades	Comunidades em que a demanda foi apontada	Justificativa da demanda O que motivou esta demanda?
	7. Ter agente de saúde na comunidade	4	Galvão, Poça, Bombas e Pedro Cubas	Ajudar a comunidade nos encaminhamentos sobre as questões referentes a saúde
Saneamento Básico	1. Regularidade nos dias de coleta de lixo	10	Galvão, São Pedro, Nhunguara, Poça, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Bombas, Cangume, Ivaporunduva e Porto Velho	Não tem dia certo para coleta e o lixo fica acumulado
	2. Ter coleta de lixo	6	Porto Velho, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Bombas e Cangume	Porque o lixo está sendo jogado em qualquer lugar, prejudicando a saúde e meio ambiente
	3. Instalação de rede de esgoto e tratamento	14	André Lopes, Sapatu, Morro Seco, Nhunguara, Bombas, Cangume, Galvão, Mandira, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Poça, Porto Velho, Ivaporunduva e São Pedro	Porque o tratamento é indispensável para a saúde da comunidade
	4. Melhoria na captação de água e equipamentos de distribuição	8	Cangume, Bombas, Porto Velho, Poça, São Pedro, Mandira, Pedro Cubas de Cima, Morro Seco	Porque estas comunidades não têm água tratada
	5. Reciclagem de lixo	8	Bombas, Galvão, Poça, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Cangume, Morro Seco e Ivaporunduva	Porque o lixo está afetando o meio ambiente da comunidade
Cultura e Lazer	1. Divulgação das coisas tradicionais da comunidade	13	Galvão, Ivaporunduva, São Pedro, Sapatu, Porto Velho, Cangume, André Lopes, Mandira, Nhunguara, Poça, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima e Morro Seco	Conservação da história e cultura, pois as culturas estão se perdendo, e há necessidade de resgate cultural
	2. Fortalecimento do artesanato quilombola	15	Bombas, Cangume, André Lopes, Poça, São Pedro, Porto Velho, Ivaporunduva, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Galvão, Mandira, Nhunguara, Sapatu e Morro Seco	Promove geração de renda e resgate do artesanato tradicional
	3. Projeto de incentivo para integração de crianças e jovens na comunidade	15	Bombas, Cangume, André Lopes, Poça, São Pedro, Porto Velho, Ivaporunduva, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Galvão, Mandira, Nhunguara, Sapatu e Morro Seco	A falta de participação de jovens

Níveis de Prioridade 1 - extremamente alta 2 - muito alta 3 - alta														Encaminhamentos				
Sapatu	André Lopes	Nhungara	Ivaporunduva	São Pedro	Galvão	Pedro Cubas	Pedro Cubas de Cima	Morro Seco	Mandira	Poça	Cangume	Porto Velho	Bombas	Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas? (Quais os caminhos a seguir)	Quando realizá-las?	% de comunidades que tem a mesma demanda
					1		1			1			1	Pressionar o Estado e Prefeitura	Associação	Através da organização da comunidade	Com extrema urgência (2007/2008)	menos de 20%
		1	1	1	1	1	1			1	1		1	A Associação deve fazer um cronograma de datas com a Prefeitura para a realização da coleta	Associação e Prefeitura	Deve ser realizada reunião entre Associação e Prefeitura	Com extrema urgência (2007/2008)	71%
						1	1				1	1	1	Associação deve reivindicar à Prefeitura a coleta de lixo	Associação junto à comunidade e Prefeitura	Associação deve fazer requerimento e reunião com Prefeitura	Com extrema urgência (2007/2008)	43%
1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		1	1	1	Construção de fossas sépticas e rede de esgoto	Prefeitura com fiscalização da Associação	Associação e comunidade pressionar a Prefeitura	Com extrema urgência (2007/2008)	100%
							1	1	1		1	1	1	Construção de um reservatório central e canalizar e distribuição	Sabesp, Funasa, Prefeitura, Itesp	Realizar reuniões com esses órgãos reivindicando datas e prazos para instalação	Com extrema urgência (2007/2008)	57%
			2				1	1	1		1	1	1	Cursos e palestras de esclarecimento de como realizar a coleta e separação do lixo	Associação e comunidade	Parceria com Prefeitura e instituições atuantes	Em médio prazo	57%
1	1	2	2	2	1	1	2	2	1	1	1	2	1	Através de histórias, palestras e prática, tentando resgatar as atividades que eram praticadas	A própria comunidade, com os parceiros: órgãos públicos e ONGs	Fortalecimento das Associações e troca de experiências entre elas	Em médio prazo	93%
1	2	2	1	1	1	2	2	1	1	1	2	1	1	Organizar exposições	As Associações e ONGs, Minc, Secretaria da Cultura	Através de projetos e parcerias	Em médio prazo	100%
1	2	1	2	1	1	2	2	1	1	1	1	1	1	Tendo esporte, cultura, lazer e inclusão digital	Buscar parcerias com Prefeitura, Secretarias do Esporte, da Educação e Ministério da Cultura	Promovendo atividades em projetos que atraíam os jovens com uma linguagem que os atraíam	Com extrema urgência (2007/2008)	100%

	Demandas	Total de comunidades	Comunidades em que a demanda foi apontada	Justificativa da demanda O que motivou esta demanda?
Cultura e Lazer	4. Curso de violão	4	Cangume, Mandira, Nhunguara e Pedro Cubas	Por ser de interesse de alguns jovens
	5. Aulas de capoeira	8	Mandira, Ivaporunduva, Cangume, São Pedro, André Lopes, Nhunguara, Pedro Cubas e Bombas	O resgate cultural da história dos negros e a necessidade de participação e envolvimento dos jovens
	6. Atividades para deficientes	1	São Pedro	Na comunidade existem pessoas com necessidades especiais
	7. Construir quadra poliesportiva	4	Cangume, Bombas, Porto Velho e Galvão	Não existe um espaço adequado
	8. Ter campo de futebol	2	André Lopes	Não existe um espaço adequado
	9. As comunidades terem um planejamento sócio-econômico e ambiental sustentável	15	Bombas, Cangume, André Lopes, Poça, São Pedro, Porto Velho, Ivaporunduva, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Galvão, Mandira, Nhunguara, Sapatu e Morro Seco	Necessidade de desenvolvimento cultural, social e ambiental das comunidades
Educação	1. Ensino escolar para adultos	6	Morro Seco, Ivaporunduva, Bombas, Poça, Porto Velho e Pedro Cubas de Cima	Carência da comunidade em não ter acesso a escola, altos índices de analfabetismo
	2. Melhoria no ensino fundamental existente na comunidade e implementação de ensino diferenciado	11	Pedro Cubas, Porto Velho, Bombas, São Pedro, Poça, Morro Seco, Ivaporunduva, Cangume, André Lopes, Nhunguara e Sapatu	O ensino diferenciado possibilitará trabalhar com temas presentes na realidade de quilombola, ampliando, inclusive, o conhecimento local sobre tal realidade
	3. Curso de informática	12	Galvão, Mandira, Sapatu, André Lopes, Bombas, Ivaporunduva, Cangume, São Pedro, Porto Velho, Poça, Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima	Necessidade de fazer os trabalhos da Associação e maior envolvimento dos jovens
	4. Ter um educador ambiental	10	Bombas, Sapatu, São Pedro, Ivaporunduva, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Morro Seco, Porto Velho, Poça e Cangume	A preservação dos rios, matas, coleta de lixo, trabalho de conscientização sobre o lixo nas comunidades

Níveis de Prioridade 1 - extremamente alta 2 - muito alta 3 - alta														Encaminhamentos				
Sapatu	André Lopes	Nhungara	Ivaporunduva	São Pedro	Galvão	Pedro Cubas	Pedro Cubas de Cima	Morro Seco	Mandira	Poça	Cangume	Porto Velho	Bombas	Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas? (Quais os caminhos a seguir)	Quando realizá-las?	% de comunidades que tem a mesma demanda
							1		1		1			Procurar a Secretaria de Cultura local	Prefeitura	Através de cursos	Com extrema urgência (2007/2008)	menos de 30%
1	2	2	1	2	1	1	1	2	2	2	1	1	1	Reunir os interessados e escolher o professor	Buscar apoio com os parceiros, como Itesp, Unicamp, ISA	Através de projetos culturais	Em médio prazo	57%
				3										Buscar parceiros				menos de 20%
					1						1	1	1	Ofício-requerimento encaminhado pela Associação	Estado ou Secretaria do Esporte	Reuniões e cobrança na Secretaria	Com extrema urgência (2007/2008)	menos de 30%
	3													Ter auxílio da Secretaria de Esporte do município				menos de 20%
2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	Tem que ter colaboração dos associados, e o apoio das instituições do Governo e da Sociedade civil para implantação da Agenda	São os agentes, Associação e parceiros, como Itesp, Moab, ISA, F.F.	Tem que ter diagnóstico das comunidades, seminários, encontros, oficinas de mapeamento dos territórios e troca de informações	Em médio prazo	100%
				2			3	2		1		3	1	Capacitação para pessoas da comunidade, agente educador	Associação	Através de financiamento com órgão competente	Com extrema urgência (2007/2008)	43%
1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	Capacitação de professores, envolver a comunidade nesse processo (palestras de pessoas da comunidade na escola)	Associação com órgãos da educação	Em conjunto com comunidades, professores e delegacias de ensino	Com extrema urgência (2007/2008)	71%
1	1		1	1	1	1	1		1	1	1	1	1	Equipar as comunidades e capacitar lideranças para tal	Associações com parcerias	Em conjunto com instituições parceiras	Em médio prazo	86%
3			3	3		3	3	3		3	3	3	3	Capacitar pessoas da comunidade	Entidades parceiras	Em conjunto entre Associação e entidades parceiras	Em médio prazo	71%

Demandas		Total de comunidades	Comunidades em que a demanda foi apontada	Justificativa da demanda O que motivou esta demanda?
Educação	5. Melhoria do transporte escolar	6	Cangume, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Porto Velho, São Pedro e Mandira	Porque a qualidade do transporte escolar é deficiente, com veículos quebrando constantemente
	6. Ensino médio na comunidade	6	Bombas, Morro Seco, Poça, Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima	A escola fica longe da comunidade, tornando difícil o acesso para os alunos
	7. Curso de formação para cidadania	14	Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Porto Velho, Bombas, São Pedro, Poça, Morro Seco, Ivaporunduva, Cangume, André Lopes, Nhunguara, Sapatu, Mandira e Galvão	Devido à necessidade de conhecimento sobre este assunto

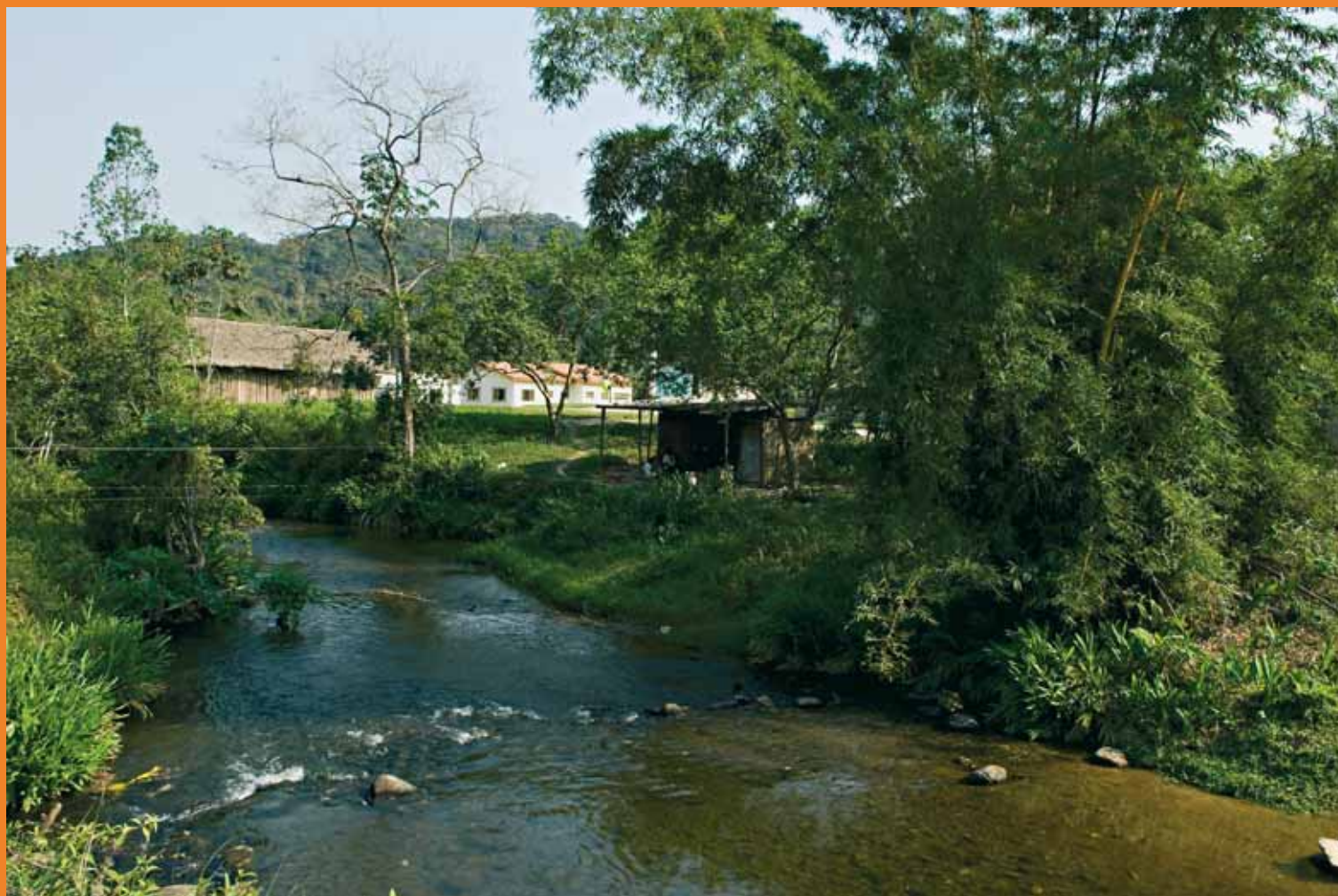
Níveis de Prioridade 1 - extremamente alta 2 - muito alta 3 - alta														Encaminhamentos				
Sapatu	André Lopes	Nhungara	Ivaporunduva	São Pedro	Galvão	Pedro Cubas	Pedro Cubas de Cima	Morro Seco	Mandira	Poça	Cangume	Porto Velho	Bombas	Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas? (Quais os caminhos a seguir)	Quando realizá-las?	% de comunidades que tem a mesma demanda
				3		1	1				1	1		Cobrar da Secretaria de Transporte e órgãos competentes	A comunidade	Associação em conjunto com órgãos competentes	Com extrema urgência (2007/2008)	43%
						1	1	1		1			1	Reunião entre Associação e comunidade, junto com Delegacia de Ensino e Secretaria de Educação Estadual	As secretarias de Educação Estadual e Municipal e Associação	A secretaria depois de informada deve tomar as devidas medidas necessárias	Com extrema urgência (2007/2008)	50%
1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	Mobilizar, motivar a comunidade para participar destes cursos	Criar um grupo junto com Associação para coordenar este trabalho	Buscar apoio junto à Prefeitura e instituições parceiras	Em médio prazo	100%

Capítulo 5 As Agendas Socioambientais Específicas

Neste capítulo são apresentadas as informações do diagnóstico sócio-econômico e ambiental realizado nas comunidades de Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Sapatu, Nhunguara, Ivaporunduva, Galvão, São Pedro, Bombas, Cangume, Porto Velho, Morro Seco e Mandira. Juntamente com a síntese histórica

de cada uma delas e suas respectivas agendas de demandas prioridades. Informações sobre as comunidades de André Lopes e Poça também estão incluídas.

Desse modo, serão 14 Agendas Socioambientais Quilombolas com seus respectivos Mapas de Uso e Ocupação da Terra.



Vista parcial da comunidade às margens do rio Pedro Cubas. Foto: Felipe Leal/ISA

5.1. Agenda Socioambiental de Pedro Cubas

Localização e origem da comunidade

Pedro Cubas se localiza a aproximadamente 34 Km da cidade de Eldorado. O início da estrada que conduz à comunidade está na altura do km 96 da estrada que liga as cidades de Eldorado e Iporanga (SP-165). Para chegar até Pedro Cubas é preciso atravessar o Rio Ribeira de Iguape utilizando a balsa que fica na altura do bairro Batatal, e percorrer 10 km por estrada não pavimentada.

A ocupação das terras banhadas pelo Rio Pedro Cubas teve início com escravos fugidos que trabalhavam em fazendas de mineração do ouro em outras localidades da região no século XVIII. O tronco Marinho é uma das famílias fundadoras de Pedro Cubas. Esta família veio da região de Ivaporunduva.

Ainda no século XIX, todo o Vale do Ribeira sofreu pressões de grileiros de terras e latifundiários, o mesmo ocorrendo com a área da comunidade de Pedro Cubas. Por conta disso muitas famílias venderam suas terras a fazendeiros que introduziram nas terras férteis banhadas pelo Rio Pedro Cubas, áreas cultivadas com arroz e banana, além do gado.

As famílias de Pedro Cubas que conseguiram se manter na terra, trabalhavam nas fazendas de arroz e gado e praticavam a agricultura de pousio. Em meados de 1990, familiares que haviam saído da localidade, iniciaram regresso a Pedro Cubas.

O reconhecimento oficial como comunidade quilombola pelo Itesp, ocorreu em 1998. Em 2003, a área da comunidade foi titulada, permanecendo ainda no território terceiros (não-quilombolas) que aguardam indenização.

Aspectos sócio-econômicos

1. Perfil dos entrevistados

Total dos entrevistados: 34 chefes de família, configurando aproximadamente 87,2% do total das famílias da comunidade.

Local de origem: a maioria nascida no município de Eldorado.

2. Perfil da população (faixa etária, ocupação e fontes de renda)

A população levantada é de 143 pessoas: 53% sexo feminino e 47% do sexo masculino.

Do total da população, aproximadamente 66% têm idade inferior a 30 anos, conforme demonstra o Gráfico 1. Trata-se, portanto, de uma população formada em sua maioria por crianças e jovens.

A venda de artesanatos, embora seja considerada fonte de renda complementar, está presente no orçamento de quase metade das famílias entrevistadas. Os benefícios de governo também são fontes de renda bastante presentes, conforme pode ser observado no Gráfico 2.

Pode-se verificar no Gráfico 3, na página a seguir, que pouco mais de 25% da população entrevista se declara agricultor(a). Já a grande maioria das pessoas ainda são apenas estudantes, fato explicado pelo grande número de jovens que integram a comunidade.

3. Infra-estrutura, bens e serviços

A comunidade possui um agrupamento central, chamada vila. Ali se localiza o galpão multiuso, onde funciona o telecentro com acesso à internet, além



Vista do quilombo às margens do rio Pedro Cubas.

gráfico 1. Faixa etária

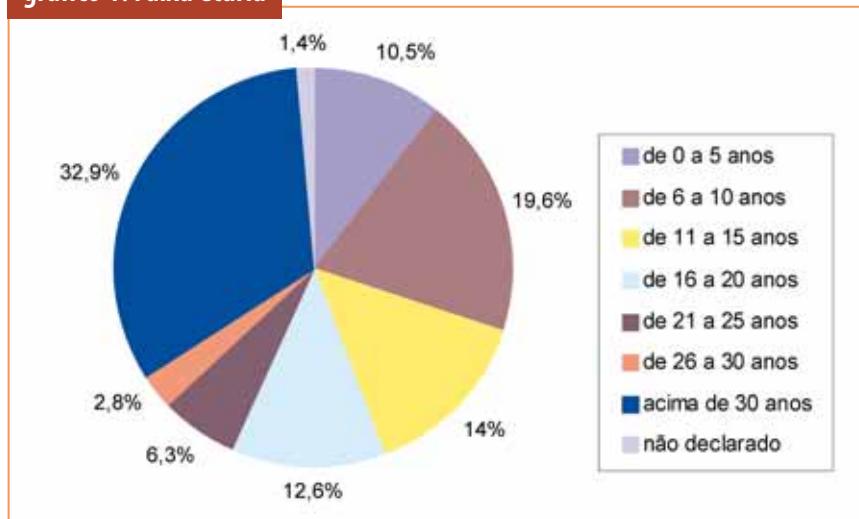
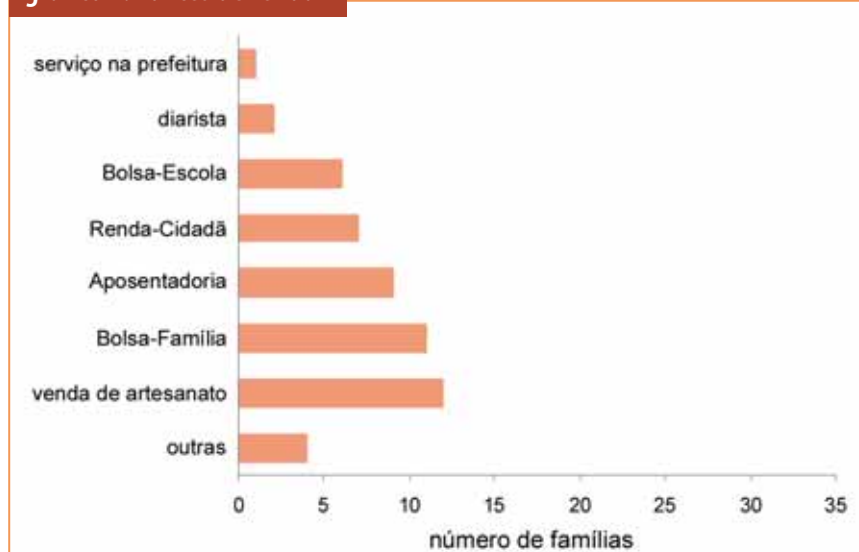


gráfico 2. Fontes de renda



das atividades de produção de artesanato e fabricação de pães caseiros. Nela também se localizam a escola, o galpão da associação, o posto de saúde, o telefone público, a quadra de futebol e várias casas próximas umas às outras, construídas pela CDHU, em 2006. Outras casas podem ser vistas nos arredores da vila, ao longo da estrada principal e às margens do Rio Ivaporunduvinha.

As benfeitorias e equipamentos de uso comunitário são: o galpão multiuso; o galpão da associação, o telecentro e seus computadores.

Menos da metade das famílias possui TV e rádio em suas casas. Metade das famílias possui fogão a gás e geladeira. Mesmo aquelas que possuem fogão utilizam lenha diariamente para cozinhar.

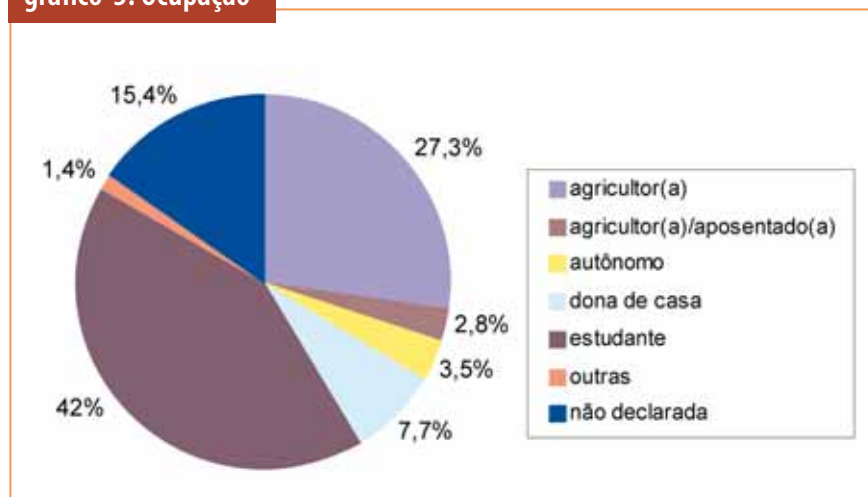
A maior parte das casas tem fossa negra. Tanto a água proveniente da cozinha como da pia do banheiro é lançada nos cursos d'água próximos das casas. Já o lixo produzido na comunidade é queimado, prática esta feita em grupo.

A água que abastece a maioria das casas vem de minas, também chamadas nascentes. A água do rio Pedro Cubas não é utilizada para beber nem cozinhar porque recebe dejetos de agrotóxicos provenientes de fazendas de terceiros, localizadas nas terras reconhecidas da comunidade, as quais produzem arroz e cultivam pastos para gado. Além disso, a longa distância entre o rio e as casas torna a captação das suas águas, para abastecimento, inviável.

Em média, mensalmente, 30 pessoas da comunidade se deslocam à cidade de Eldorado para utilizar os alguns serviços públicos oferecidos (hospitais, correio), a rede bancária e estabelecimentos comerciais.

Pra cima da fazenda de terceiro a água do rio Pedro Cubas é boa. Tem mina pra algumas pessoas pegarem água, mas precisa de muita mangueira. Então pegam do rio. (depoimento de um morador)

gráfico 3. Ocupação



Carolina Born Toffoli/ISA



Escola da comunidade. Ao lado, sala do Telecentro.

4. Saúde e Educação

O atendimento médico oferecido pelo Programa de Saúde da Família, tanto aos moradores de Pedro Cubas quanto aos de Pedro Cubas de Cima, é realizado no pequeno posto de saúde localizado na vila. Este atendimento é feito semanalmente, porém de maneira irregular.

Os jovens da comunidade deslocam-se, diariamente, até o bairro de Itapeúna, distante aproximadamente 17 km da comunidade, para dar continuidade ao ensino fundamental ou cursar o ensino médio, já que na comunidade só é oferecido o Ensino Infantil (pré-escola).

5. Lazer, Cultura e Religião

A festa de Santa Catarina, padroeira da comunidade, é a manifestação considerada mais representativa. Além dessa há a manifestação cultural e religiosa chamada Recomendação das Almas. É praticada anualmente por um grupo de pessoas da comunidade¹ e para convidados de fora.

O catolicismo é a religião predominante na comunidade, havendo algumas famílias evangélicas da Assembléia de Deus.

Felipe Leal/ISA



6. Forma de Organização

A comunidade está organizada em torno da Associação Remanescentes de Quilombo do Bairro Pedro Cubas, criada em 1998.

As atividades que são desenvolvidas comunitariamente contam com o esforço e com a participação dos que moram em Pedro Cubas e em Pedro Cubas de Cima.

¹ Esta manifestação cultural foi objeto de pesquisa realizada por PAES, Gabriela Segarra Martins. A "Recomendação das Almas" na Comunidade Remanescente de Quilombo de Pedro Cubas. 2007. Dissertação (Mestrado em História) FFLCH/USP.

As organizações não-governamentais atuantes na comunidade, apontadas pelos entrevistados, foram: Igreja Batista de Água Branca (IBAB), Instituto Socioambiental (ISA), Movimento dos Ameaçados por Barragens (Moab), Eaacone e Pastorais da Igreja Católica (Grupos de pessoas que realizam trabalhos sociais voluntários). Já as organizações governamentais: Fundação Florestal-SMA-SP, Prefeitura de Eldorado e Itesp.

Aspectos do uso e ocupação da terra

1. Distribuição espacial das formas de uso

A área oficial do território de Pedro Cubas, titulado em nome da Associação é de 3.806,23 hectares (Itesp, 1998).

No mapa de uso e ocupação da terra de Pedro Cubas, na página a seguir, pode-se observar como se deu a distribuição das formas de uso em 2007. A Tabela 1 apresenta a área absoluta e relativa ocupada por cada classe de uso.

tabela 1. Formas de uso da terra em Pedro Cubas em 2007*		
Classes de uso da terra	Área ocupada (hectares)	Área ocupada (%)
roça	7,76	0,2
bananal	12,41	0,33
pastagem	81,21	2,13
cultivo de palmito	0,66	0,02
cultivo de palmeira real	0,92	0,02
cultivo de pupunha	1,42	0,04
cultivo de cana	0,36	0,01
cultivo de maracujá	1,97	0,05
horta**	0,58	0,02
sistema agroflorestal	0,22	0,01
bambuzal	1,17	0,03
vegetação rasteira	8,86	0,23
vegetação de brejo	2,59	0,07
tiguera/capoeirinha/capoeira	148,79	3,91
capoeirão / mata	3.530,77	92,8
estrada	1,22	0,03
moradias CDHU	2,99	0,08
corpos d´água	1,5	0,04
área de repovoamento de palmito**	57,01	1,5
vila**	5,94	0,16
Total	3.804,83	100

* O cálculo de áreas foi efetuado pelo Sistema de Informações Geográficas do ISA, acarretando algumas diferenças em relação à área oficial do Quilombo de Pedro Cubas, presente no memorial descritivo do Itesp.

** As áreas ocupadas por estas classes não foram consideradas no valor total, posto que se sobrepõem a outras classes ou se localizam fora dos limites de Pedro Cubas.

*** Estes valores são relativos à área do território de Pedro Cubas segundo o limite elaborado pelo ISA, com base no memorial descritivo fornecido pelo Itesp (3.804,83 hectares).



Renata Barros/ISA

Sr. Adão junto a palmito juçara semeado em repovoamento anterior a 2006.

Pedro Cubas mantém 92,8% de seu território ainda coberto por matas quase inexploradas ou com pequenos usos, cessados há mais de 25 anos (capoeirões). Em seguida temos o uso por tigueras, capoeirinhas e capoeiras ocupando 3,91% das terras, áreas anteriormente ocupadas por roças de coivara, hoje em pousio. Já as pastagens correspondem a 2,13% desta ocupação.

Pedro Cubas possui a segunda maior área de repovoamento de palmito (aproximadamente 57,01 hectares) dentre todas as comunidades que participam do projeto de repovoamento do palmito juçara.

2. Casas e quintais

As casas de Pedro Cubas são na grande maioria de alvenaria, embora algumas ainda mantenham a área da cozinha de pau-a-pique. Já as novas casas, construídas pela CDHU, são de tijolo à vista.



Felipe Lea/ISA

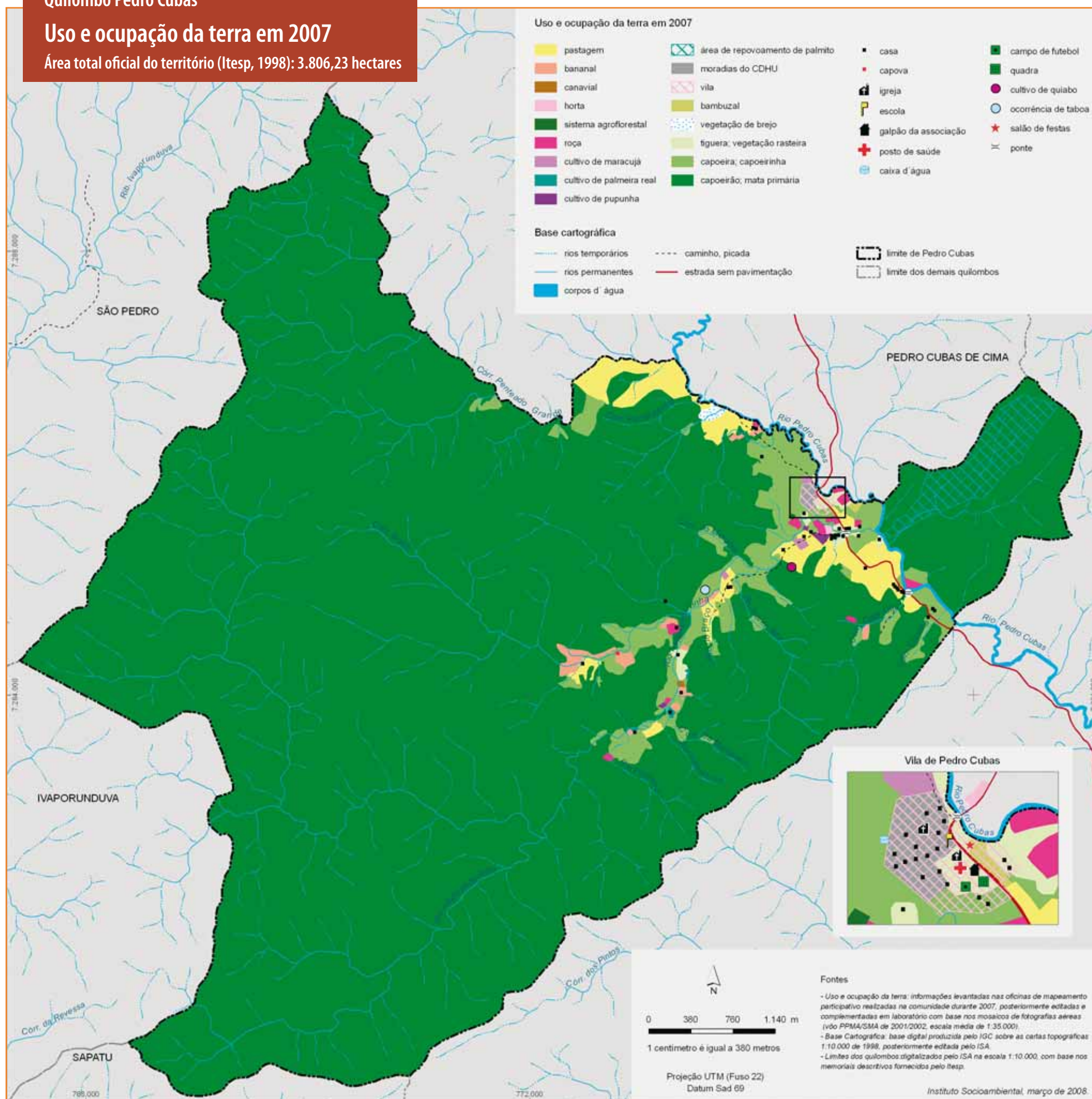
Agenda socioambiental de Pedro Cubas

Moradia tradicional e as novas casas construídas pela CDHU.

Quilombo Pedro Cubas

Uso e ocupação da terra em 2007

Área total oficial do território (Itesp, 1998): 3.806,23 hectares



Os quintais, também chamados de terreiros, possuem uma área média de 1300m². Já os das casas construídas pela CDHU são bem menores. Nestes quintais são cultivadas algumas frutíferas, ervas medicinais e hortaliças. As frutíferas comumente cultivadas nos quintais são: goiaba, limão, laranja e jabuticaba (Tabela 2). Entre as hortaliças destacam-se: a cebola, a couve e a cebolinha. As plantas de uso medicinal são: a hortelã, o poejo e a erva-doce, entre outras.

tabela 2. Cultivos existentes nos quintais		
Frutíferas	Hortaliças	Medicinais
Goiaba	Cebola	Hortelã
Limão	Couve	Poejo
Laranja	Cebolinha	Erva-doce
Jabuticaba	Alface	Guaco
Jaca	Almeirão	Erva-cidreira
Jambolão	Cenoura	Flor da Amazônia
Mamão		Capim Cidrô
Banana		Novalgina
Abacate		Ampicilina
Ameixa		Atroveram
Pitanga		Boldo
Castanha		Sabugueiro
Mexerica		Unha de Gato
Abacaxi		Cuaputanga
Manga		Koravina
Cana		Cipó Baiano
Camarinha		Folha Santa

* Plantas apontadas pelos entrevistados por seu nome popular. Alguns nomes coincidem com os utilizados pela indústria farmacêutica.



Nos quintais são cultivadas frutas e hortaliças consumidas pelas famílias.

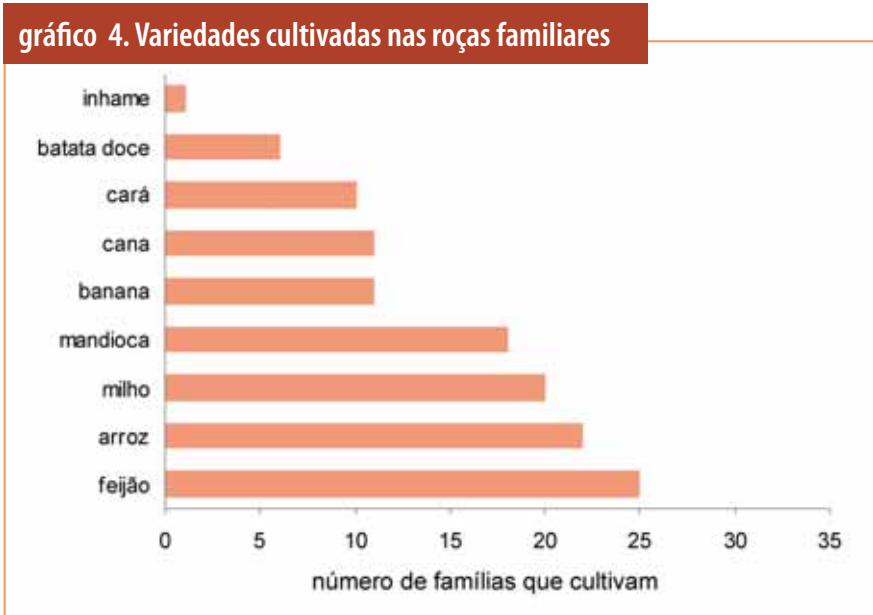
fotos: Felipe Leal/ISA

3. Agricultura

As sementes destinadas ao plantio nas áreas de roça de coivara são adquiridas tanto em lojas agropecuárias como nas roças da própria comunidade.

Nas roças de coivara não se utiliza nenhum tipo de insumo químico (defensivos ou adubos), e a produção é exclusivamente voltada a atender o consumo da família.

Os cultivares comumente encontrados nas roças da comunidade são: o feijão, o arroz, o milho, a mandioca, a cana, o cará, a batata-doce e o inhame. Observa-se que as variedades plantadas por um número maior de agricultores são o feijão e o arroz (Gráfico 4).



A bananicultura é uma atividade praticada por menos da metade das famílias da comunidade.

Em 2007, um grupo de 10 pessoas da comunidade iniciou o cultivo de maracujá, quiabo e outras hortaliças, via crédito agrícola oferecido pelo Pronaf (Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar), contando ainda, com



Cultivo de maracujá.

assessoria técnica do Itesp. Estes gêneros são comercializados no Ceagesp de São Paulo. Somente nas monoculturas do maracujá e do quiabo são utilizados venenos e adubação química.

Também existem na comunidade áreas de plantio de pupunha e palmeira real, a maioria localizada em propriedade de terceiros.

Observa-se um aumento no número de pessoas da comunidade que acha mais prático adquirir sementes híbridas, no caso específico do milho, do que armazenar as cultivadas de forma correta para o plantio no ano seguinte.

Um dos problemas que afeta a agricultura, mencionados pelos entrevistados, diz respeito à diminuição das áreas de roça pela falta de interesse dos jovens nesta atividade, devido ao árduo trabalho braçal.

Outros problemas apontados pelos entrevistados foram: a restrição ambiental para corte de vegetação; a posse das melhores terras para cultivo ainda nas mãos de terceiros; a necessidade de infra-estrutura para escoar os itens agrícolas produzidos na comunidade; a falta de máquinas adequadas para as tarefas agrícolas e a broca da bananeira.

4. Recursos naturais

Os recursos coletados, de origem florestal, citados pelos entrevistados, foram: os cipós, as taquaras, vários tipos de madeira, o palmito juçara, plantas medicinais nativas e tipos de sementes. Alguns desses recursos são utilizados na construção de casas, cercas e abrigos das criações e também para confecção de artesanato tradicional quilombola. Outros são utilizados para venda e uso alimentar. Entre os recursos não-florestais existentes no território foram destacados as nascentes d'água, algumas espécies de peixes e caças.



Felipe Leal/ISA

Agenda das Prioridades e Recomendações

Demandas	Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos				
			Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008); M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo	
Meio Ambiente e Fundiário	1. Implantação de programa de monitoramento e fiscalização, com a participação da comunidade, para impedir a retirada de palmito de forma ilegal e insustentável.	Recurso que está sendo repovoado e com potencial se explorado de forma sustentável	1	Continuidade do projeto da juçara e maior articulação com outras comunidades	Associação com parceiros (ISA, FF, Itesp)	Associação implementar o projeto com apoio dos parceiros	E.U.
	2. Acabar com a ameaça oferecida pelas barragens projetadas no rio Ribeira de Iguape	Perda da biodiversidade e socio-diversidade provocam o êxodo para as cidades, perda da cidadania e da cultura quilombola e de outras comunidades tradicionais	1	Buscar novos parceiros que sejam contrários a essa iniciativa e fontes confiáveis de pesquisa para discutir os aspectos técnicos	Todos os movimentos contrários à construção das barragens	Capacitação para equipe de articulação e comunicação, divulgação em nível internacional	E.U.
	3. Autorização para abertura de área de roça por período de 10 anos e áreas maiores que contemplem toda a comunidade	Para evitar a perda das licenças anuais, valorizar os aspectos culturais, e garantir a subsistência das famílias	1	Pressionar os órgãos competentes como SMA, DEPRN e formação de GT para definir as áreas a serem autorizadas	Associações junto com os órgãos que trabalham nas comunidades	Reuniões nas comunidades e junto ao órgão competente, SMA, DEPRN, Itesp	E.U.
	4. Adequação da legislação ambiental de forma a permitir a abertura de áreas para roça de subsistência com o uso do fogo e em locais onde o estágio de recuperação da vegetação está, atualmente, sob proteção legal	Porque são poucas as melhores áreas disponíveis para cultivo que não estejam protegidas pelo Código Florestal (art. 215/216) ou pela Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428, de 22/12/06). Além disso, as roças de subsistência são consideradas pela ciência como lavouras de mínimo impacto	2	Buscar junto aos órgãos competentes a solução do problema, Ibama, DEPRN, SMA, MDA	Comunidades, órgãos públicos	Ofícios, reuniões, audiências, mobilização, articulação em nível regional	E.U.

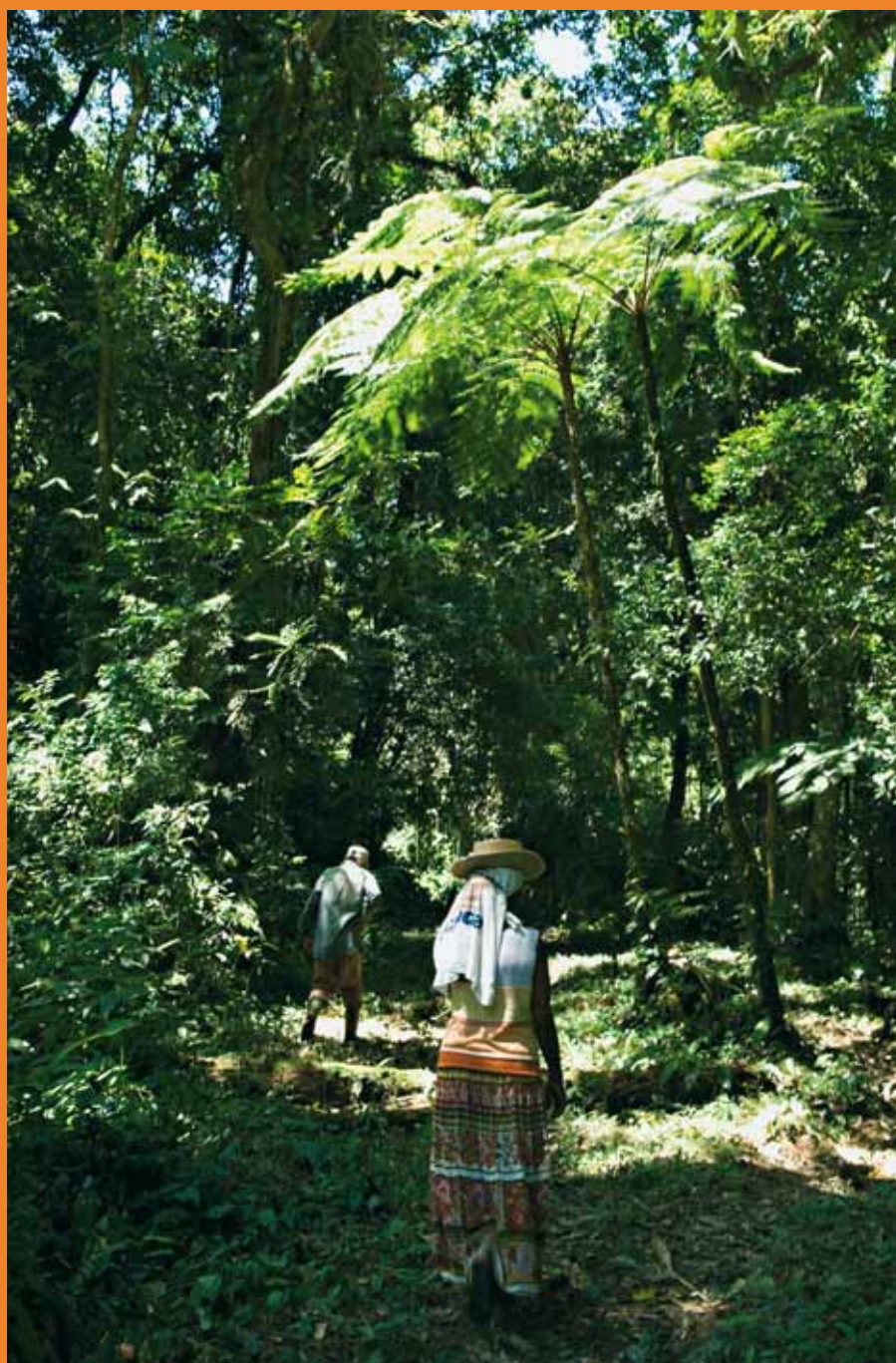
Demandas		Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos			
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008); M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo
Meio Ambiente e Fundiário	5. Extinção do uso de fogo para ampliação de pasto, praticado em áreas que estão em posse dos terceiros	Porque são práticas insustentáveis e impactantes que ocorrem em terras da comunidade	1	Solicitar aos órgãos ambientais acordo com os terceiros, de forma que a comunidade possa provar como está a situação da área	Comunidades e Órgãos Públicos	Órgãos x fazendeiros, mas antes a Associação tem que procurar um órgão de apoio e reclamar por escrito	M.P.
	6. Interpretação e explicação sobre as leis ambientais em linguagem acessível para a comunidade	Falta clareza e entendimento por parte da comunidade	1	Elaboração de um material escrito de forma simplificada	GT que envolva as comunidades e assessores para compor conteúdo do material	Formar o GT e definir o cronograma de trabalho	M.P.
	7. Retirada dos terceiros do território	Para garantir o território, a sustentabilidade e evitar danos ambientais	1	Relatar os fatos que estão acontecendo e levar ao poder público, acelerar o processo de indenização de terceiros	Comunidade deve relatar os fatos e solicitar aos órgãos responsáveis velocidade no processo	Fotos, documentos, Boletim de Ocorrência, e encaminhar ao órgão competente	E.U.
	8. Regularização Fundiária/ Titulação	Para garantir o território e aumento da produção, o resgate de valores tradicionais e culturais e garantir a sustentabilidade da comunidade	1	A comunidade deve conhecer bem o território, para poder pressionar política e juridicamente os órgãos competentes	Associação, comunidades e órgãos responsáveis	A partir do conhecimento do território, criar embasamento político e jurídico para pressionar os órgãos competentes	E.U.
	9. Obtenção do direito de uso, para a comunidade, das áreas abertas (sem mata) que estão em mãos de terceiros.	Para fazer uso do território e das áreas abertas que são ocupadas por terceiros, mas não estão em uso	1	Formar GT para fazer estudo dessas áreas para solicitar na Justiça as medidas cabíveis	As comunidades junto ao GT e órgãos competentes	Fazer um estudo e manejar as áreas para discutir com o GT	E.U.
	10. Parar a invasão de gado dos fazendeiros que ainda estão dentro do território do quilombo	A invasão destrói os cultivos e causa erosão	1	Denunciar com ações cabíveis (consultar Código Civil que trata de relações de vizinhança)	Os prejudicados e comunidade	Criar um GT que possa discutir essas questões e levantar as possibilidades de entendimento	E.U.
	11. Implantar na comunidade um planejamento sócio-econômico e ambiental sustentável	Necessidade de desenvolvimento cultural, social e ambiental da comunidade	2	Tem que ter colaboração dos associados e o apoio das instituições do Governo e da sociedade civil para implantação da Agenda	Os agentes socioambientais quilombolas, Associação e parceiros, como Itesp, Moab, ISA, Fundação Florestal	Tem que ter diagnóstico das comunidades, seminários, encontros, oficinas de mapeamento dos territórios e troca de informações	M.P.
Comunicação, eletricidade, transporte e moradia	1. Instalação de iluminação publica na vila da comunidade.	Dificuldade de circulação dos moradores durante a noite para as atividades coletivas e pela segurança pública	2	Encaminhar solicitação às autoridades.	Associação com as autoridades municipais	Associação encaminha ofício solicitando	M.P.
	2. Término do programa de habitação em andamento e entrega das casas	Situação de risco que estão submetidas as famílias que aguardam a entrega das casas	1	A Associação deve pressionar o Itesp, Prefeitura e CDHU	Prefeitura	A Associação deve pressionar o Itesp, Prefeitura e CDHU	E.U.

Demandas		Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos			
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008); M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo
Comunicação, eletricidade, transporte e moradia	3. Diminuição do valor da taxa de energia elétrica rural	Porque o valor das contas é muito alto, e as famílias não têm condições de pagar, pois são de baixa renda	1	Reivindicar junto à Elektro a isenção do ICMS na conta de energia	Elektro	Solicitar ao Itesp encaminhamento destes pedidos	E.U.
	4. Manutenção e regularização das estradas existentes na comunidade	As estradas estão em péssimas condições, dificultando o acesso, principalmente aos alunos da escola	1	Melhorar o acesso às estradas, cascalhar, fazer lombadas e sinalizar	Prefeitura	Associação reivindica e cobra o poder público	E.U.
	5. Obtenção de transporte coletivo para atender a comunidade	Porque a comunidade não tem meio de transporte para as emergências	1	Reivindicar junto às Prefeituras uma linha coletiva regular	Prefeitura	Solicitar ônibus junto ao departamento transporte e Prefeitura	E.U.
	6. Ter creche e correio na comunidade	Porque é difícil chegar correspondência na comunidade	3	Instalação de creche e banco postal	Prefeitura	Através de requerimento e ofícios	M.P.
Saúde	1. Ter atividades de conscientização voltadas à saúde, como por exemplo: prevenção do alcoolismo	Para conscientizar o dependente da importância de realizar um tratamento e fazer um trabalho preventivo com os jovens	c	Criação de AAA, palestras explicativas	Associação com parceiros	Parceria com órgão de saúde	E.U.
	2. Aquisição de uma ambulância	Não há ambulâncias que possam levar doentes da comunidade para a cidade	1	Reunião com Secretaria de Saúde e Prefeitura	Prefeitura - SUS	Através de assembléia com a comunidade e reunião com Prefeitura e Secretaria de Saúde	E.U.
	3. Aumento e regularidade na frequência do atendimento médico e odontológico	Há necessidade de tratamento médico na comunidade	1	Pressionar a Secretaria de Saúde junto com órgãos estadual e municipal	Prefeitura - SUS	Através de cobrança junto ao órgão competente	E.U.
	4. Melhoria na qualidade do serviço de saúde	Há necessidade de tratamento médico nas comunidades	1	Pressionar a Secretaria de Saúde junto com órgãos estaduais e municipais	Prefeitura - SUS	Através de cobrança junto ao órgão competente	E.U.
	5. Conscientização dos bananicultores sobre os cuidados com o uso dos agrotóxicos, destino correto das embalagens e a compra ilegal desses produtos para evitar doenças	Porque a contaminação da água, solo, ar, faz mal para saúde das pessoas e prejudica os animais		Reflorestamento de rios, nascentes, usar adubos orgânicos, devolução de embalagens de agrotóxicos nas lojas que comercializam	Associação com parceiros e órgãos ambientais	Reuniões com os moradores e apoio dos órgãos ambientais	E.U.
	6. Ter agente de saúde na comunidade	Ajudar a comunidade nos encaminhamentos sobre as questões referentes à saúde	1	Pressionar o Estado e Prefeitura	Associação e Prefeitura	Através da organização da comunidade	E.U.
Saneamento básico	1. Regularidade na coleta de lixo	Não tem dia certo para coleta e o lixo fica acumulado	1	A Associação deve fazer um cronograma de dias junto com a Prefeitura para a realização da coleta	Associação e Prefeitura	Deve ser realizada reunião entre Associação e Prefeitura	E.U.
	2. Ter coleta de lixo	Porque o lixo está sendo jogado em qualquer lugar, prejudicando a saúde e meio ambiente		Associação tem que reivindicar à Prefeitura a coleta de lixo na comunidade	Associação junto à comunidade e Prefeitura	Associação deve fazer requerimento e reunião com Prefeitura	E.U.

Demandas		Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos			
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008); M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo
Saneamento básico	3. Instalação de rede de esgoto e tratamento	Porque o tratamento é indispensável para a saúde da comunidade	1	Construção de fossas sépticas e rede de esgoto	Prefeitura, Funasa com fiscalização da Associação	Associação e comunidade pressionar a Prefeitura	E.U.
	4. Reciclagem de lixo	Porque o lixo está afetando o meio ambiente da comunidade		Cursos e palestras de esclarecimento de como realizar a coleta e separação do lixo	Associação e comunidade	Parceria com Prefeitura e instituições atuantes	M.P.
Cultura e Lazer	1. Divulgação das coisas tradicionais da comunidade	Conservação da história e cultura, pois as culturas estão se perdendo, havendo necessidade de resgate cultural	1	Através de histórias, palestras e prática, tentando resgatar as atividades que eram praticadas	A própria comunidade, com os parceiros: órgãos públicos e ONGs	Fortalecimento das Associações e troca de experiências entre elas	M.P.
	2. Fortalecimento do artesanato quilombola	Promove geração de renda e resgate do artesanato tradicional	2	Organizar exposições	As Associações e ONGs, Minc, Secretaria da Cultura	Através de projetos e parcerias	M.P.
	3. Projeto que incentive a integração de crianças e jovens na comunidade	A falta de participação de jovens	2	Tendo esporte, cultura, lazer e inclusão digital	Parcerias, como Prefeitura, Secretaria do Esporte, da educação e Ministério da Cultura	Promovendo atividades em projetos que atraíam os jovens com linguagem atraente	E.U.
	4. Curso de violão	Por ser de interesse de alguns jovens		Procurar a Secretaria de Cultura local	Associação com parceiros	Através de cursos	E.U.
	5. Aulas de capoeira	O resgate cultural da história dos negros e a necessidade de participação e envolvimento dos jovens	1	Reunir os interessados e escolher o professor	Tem que buscar apoio com os parceiros, como Itesp, Unicamp, ISA	Através de projetos culturais	M.P.
Educação	1. Implantação de escola de Ensino Fundamental e implementação de Ensino diferenciado	As crianças e jovens precisam se deslocar para fora da comunidade para frequentar a escola	1	A Associação deve solicitar a Diretoria de Ensino de Registro.	Prefeitura e Secretaria de Educação do Estado	Em conjunto com comunidades, professores, prefeitura e delegacias de ensino	E.U.
	2. Curso de informática	Necessidade de fazer os trabalhos da Associação de maior envolvimento dos jovens	1	Equipar as comunidades e capacitar lideranças	Associações com parcerias	Em conjunto com instituições parceiras	M.P.
	3. Ter um educador ambiental	Para conscientizar sobre a preservação dos rios, matas, coleta de lixo, trabalho de conscientização sobre o lixo na comunidade	3	Capacitar pessoas da comunidade	Entidades parceiras	Em conjunto entre Associação e entidades parceiras	M.P.
	4. Melhoria do transporte escolar	Porque a qualidade do transporte escolar é deficiente, com veículos quebrando constantemente	1	Cobrar da secretaria de transporte e órgãos competentes	A comunidade	Associação em conjunto com órgãos competentes	E.U.
	5. implantação de Ensino Médio na comunidade	A escola fica longe da comunidade, tornando difícil o acesso aos alunos	1	As ações devem ser decididas em reunião entre Associação e comunidade, junto com Delegacia de Ensino e Secretaria de Educação Estadual	A Secretaria de Educação Estadual e Municipal e Associação	A secretaria depois de informada deve tomar as medidas necessárias	E.U.

Demandas		Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos			
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008); M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo
	6. Curso de formação para cidadania	Devido a necessidade dos moradores em conhecerem assuntos sobre direitos e deveres	1	Mobilizar, motivar a comunidade para participar destes cursos	Criar um grupo junto com Associação para coordenar este trabalho	Buscar apoio junto à Prefeitura e instituições parceiras	M.P.
Atividades Produtivas	Agricultura (atividades, infra-estrutura e equipamentos)	1. Aquisição de despolderia para beneficiamento do maracujá	1	Elaboração de projeto e busca de apoio	Associação com parceiros	Associação elabora projeto com apoio de parceiros	E.U.
		2. Aquisição de um caminhão	1	Crédito, doação (fundo perdido)	Petrobras, PDA e outras	Fazer projetos, associações, ISA e outros, procurar doadores	E.U.
		3. Aquisição de trator	1	Crédito, doação (fundo perdido)	Para crédito, os bancos são apontados e doação, a Petrobras e PDA Mata Atlântica	Fazer projetos, associações em parceria com ISA	E.U.
		4. Construção de barracão para guardar máquinas agrícolas da comunidade	2	Doação e fundo perdido	Petrobras e ITESP	Fazer projetos	E.U.
		5. Aquisição de máquina de beneficiar arroz	2	Doação	MDA, Idesc, Itesp, Proter e outros	Escrever projetos e encaminhar para os órgãos citados	E.U.
		6. Aquisição de um triturador de milho	1	Doação	Cáritas, Fundação Palmares, Idesc e Proter	Fazer projetos	E.U.
		7. Construção de casa para beneficiamento de mel e obtenção de SIF	2	Doação	Itesp, MDA, Idesc, Proter e Prefeitura	Elaborar projetos e encaminhar para os órgãos citados	E.U.
		8. Receber assistência técnico-agrícola	1	Cobrar da Prefeitura e Itesp	Prefeitura e Itesp	Através de requerimento encaminhado a Prefeitura e Itesp	E.U.
		9. Melhorar a comercialização da produção agrícola da comunidade, de forma geral	1	Venda direta ao mercado consumidor com o programa da Conab, evitando atravessadores	Grupos de produtores da Associação e parceiros (ISA, Itesp)	Pesquisa de mercado e organização das comunidades	E.U.
		10. Melhorar a comercialização do maracujá	1	Venda direta ao mercado consumidor com o programa da Conab, evitando atravessadores	Grupos de produtores da Associação e parceiros (ISA, Itesp)	Pesquisa de mercado e organização das comunidades	E.U.
		11. Melhorar a comercialização da banana	1	Venda direta ao mercado consumidor com o programa da Conab, evitando atravessadores	Grupos de produtores da Associação e parceiros (ISA, Itesp)	Pesquisa de mercado e organização das comunidades	E.U.

Demandas		Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos				
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008); M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo	
Atividades Produtivas	Agricultura (atividades, infra-estrutura e equipamentos)	12. Tornar formas de financiamento acessíveis ao produtor	Melhorar a produção e desta forma, melhores condições de vida	1	Conhecer o Pronaf e propor adaptação as necessidades dos quilombos e garantia de preços mínimos	Itesp, MDA, Pronaf, Secretaria de Agricultura	Chamar o ministro do Desenvolvimento Agrário para Audiência Pública ou secretário do Pronaf	E.U.
		13. Fortalecimento para manutenção das sementes tradicionais e aquisição das sementes que não temos	Para não perder as sementes e garantir alimentos saudáveis	1	Fundo de sementes	associações e ISA	O ISA vai formar o fundo de sementes; organizar uma feira dos quilombos	E.U.
		14. Assistência técnica para produção de produtos orgânicos	Para ter melhor qualidade de produtos	1	Formar técnicos da própria comunidade e solicitar assistência técnica aos parceiros	Prefeitura, Secretaria de Educação, ISA, Itesp, Secretaria de Agricultura, escolas técnicas	Participar do planejamento com Itesp e elaboração de projetos com ISA	E.U.
		15. Construção de casa de farinha para uso coletivo	Aproveitar o potencial de produção de mandioca na comunidade	2	Associação deve elaborar projeto com apoio de parceiros	Associação com ISA, Itesp	Elaborar projeto	M.P.
		16. Reestruturar a produção de mel na comunidade	Desejo de melhorar a renda e necessidade de organizar esta produção na comunidade	2	Levantamento da situação da produção atual e tomar as medidas necessárias	ISA e Itesp	Fazer um diagnóstico, viabilizar a capacitação dos produtores e bom aproveitamento dos equipamentos existentes	E.U.
	Extra-agroflorestais e extra-criação	1. Desenvolver atividades de ecoturismo	Cada comunidade tem seu potencial turístico	1	Identificar os atrativos, criar e melhorar a infra-estrutura, divulgar e organizar a atividade	Associação, parceiros	A Associação realiza o levantamento dos atrativos e da necessidade de infra-estrutura e elaborar um projeto	M.P.
		2. Desenvolver o turismo cultural	Porque há um potencial turístico-cultural na comunidade	1	Identificar os atrativos, criar e melhorar a infra-estrutura, divulgar e organizar a atividade	Associação, parceiros	A Associação realiza o levantamento dos atrativos e da necessidade de infra-estrutura e elaborar um projeto	M.P.
		3. Curso de corte e costura	Porque algumas famílias necessitam	2	Através de projetos	Sebrae, Itesp, outras comunidades	Parceria entre as associações	E.U.
		4. Atividades de geração de renda que incentivem a permanência dos jovens na comunidade	A falta de opções de trabalho na comunidade		Cursos de capacitação, inclusão digital	Associação, grupo de jovens, ISA e outros parceiros	Definir com os jovens suas expectativas e oportunidades e transformá-las em projetos	E.U.
		5. Cursos profissionalizantes para jovens	Necessidade de pessoas capacitadas para gerenciar os projetos existentes e para implantação de novos projetos	1	Definir os temas e as formas de capacitação, criar espaço para capacitação e adquirir os equipamentos necessários	Sebrae, Senac, outros parceiros (Ibama, Itesp, ISA, Idesc)	Organizar uma conversa com Sebrae e Senac e elaborar projetos	E.U.



Trilha na mata em Pedro Cubas de Cima. Foto: Felipe Leal/ISA

5.2. Agenda Socioambiental de Pedro Cubas de Cima

Localização e origem da comunidade

Localizada no município de Eldorado-SP, limita-se com a comunidade de Pedro Cubas, e seu acesso se dá pela estrada que liga Eldorado a Iporanga (SP-165). Na altura do km 96 segue-se por estrada de terra até cruzar o rio Ribeira de Iguape por balsa, no bairro Batatal. Percorre-se aproximadamente 12 km da mesma estrada até a vila de Pedro Cubas, atravessando-a necessariamente, até chegar a Pedro Cubas de Cima.

A ocupação das terras de Pedro Cubas de Cima teve o mesmo histórico que Pedro Cubas, ambas iniciadas por escravos fugidos, que trabalhavam na mineração do ouro em outras localidades na região no século XVIII, e a Gregório Marinho, escravo fugido da fazenda Caiacanga, conhecida, na época, pelos horrores praticados contra os escravos. Assim como em Pedro Cubas, o tronco “Marinho” foi uma das famílias fundadoras de Pedro Cubas de Cima.

Devido às pressões sofridas por grileiros e latifundiários pela posse da terra no Vale do Ribeira, já no século XIX, muitas famílias venderam suas terras a fazendeiros que introduziram nas terras banhadas pelo rio Pedro Cubas, áreas de arroz, banana e gado.

Em meados de 1990, muitas pessoas iniciaram o processo de regresso às áreas não ocupadas pelos fazendeiros. As famílias que se mantiveram no local e outras, ocuparam a área onde hoje está a comunidade de Pedro Cubas de Cima. Posteriormente as lideranças locais resolveram reivindicar seus direitos territoriais e assumiram a divisão de Pedro Cubas. Formou-se outra figura jurídica representativa dos moradores: a Associação dos Remanescentes de Quilombos de Pedro Cubas de Cima.

O reconhecimento da área de Pedro Cubas de Cima como terra quilombola pelo Itesp ocorreu em 2003, e até o início de 2008, a situação fundiária não estava solucionada.

Aspectos sócio-econômicos

1. Perfil dos entrevistados

Total de entrevistados: 25 chefes de família, ou seja, 98% do total das famílias existentes na comunidade.

Local de origem: a maioria nascida no município de Eldorado-SP.

2. Perfil da população (faixa etária, ocupação e fontes de renda)

Foram levantadas 79 pessoas: 43% do sexo feminino e 57% do sexo masculino.

A comunidade é constituída por aproximadamente 15% de jovens na faixa etária entre 11 e 25 anos, sendo que a maior parte da população tenha acima de 30 anos, conforme demonstra o Gráfico 1.

As fontes de renda mais expressivas são: aposentadoria, renda cidadão e bolsa família, conforme o Gráfico 2.

Embora não presentes no gráfico, todos os tipos de artesanatos confeccionados, tanto o tradicional quilombola como os de pano e bijuterias, produzidos para venda, complementam a renda mensal de algumas famílias. As demais fontes de renda dizem respeito ao trabalho de pedreiro, trabalho com a roça, à venda de leite e de farinha de mandioca.



Vista parcial da comunidade.

gráfico 1. Faixa etária

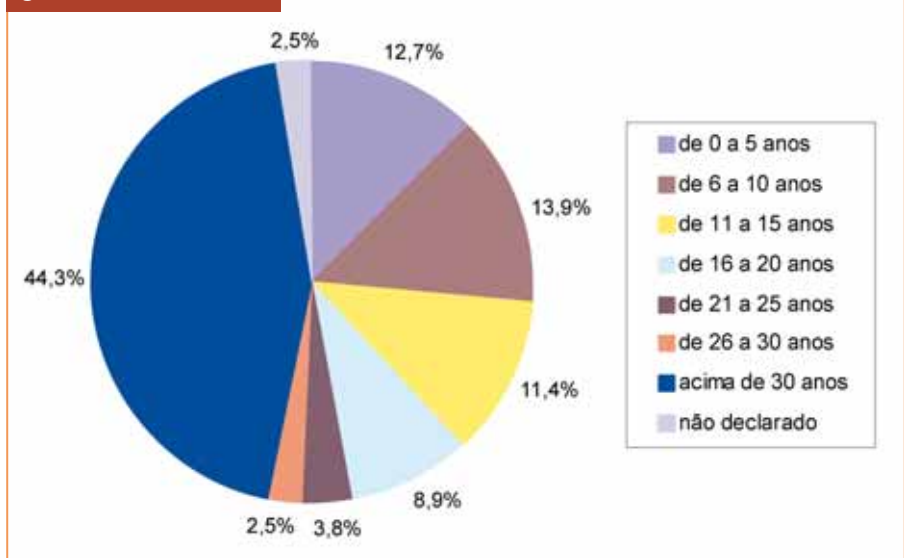
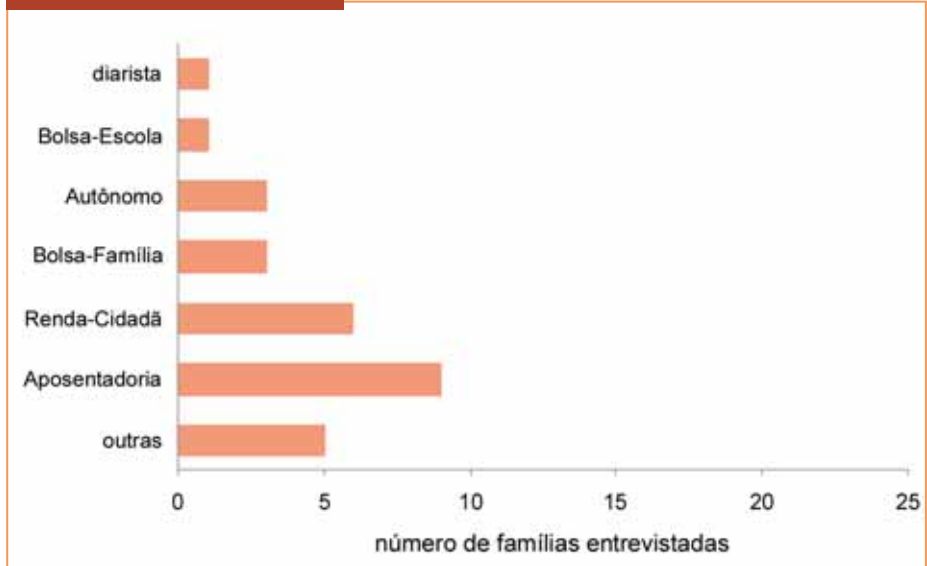
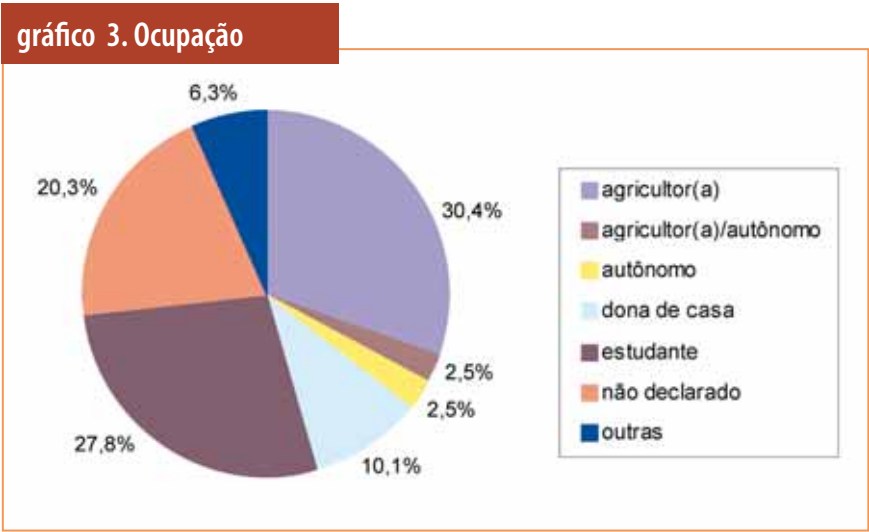


gráfico 2. Fontes de renda



A maioria dos moradores se declara agricultor, conforme observa-se no Gráfico 3.



3. Infra-estrutura, bens e serviços

Mais da metade das casas têm fossa negra, e despejam as águas provenientes da pia da cozinha em cursos d’água próximos. A água que abastece as casas é proveniente de minas. Apenas uma casa é abastecida por água de poço.

O lixo produzido nas casas comumente é queimado e os detritos provenientes da cozinha servem de alimento para os animais criados no quintal.

Em mais da metade das casas há fogão a gás, mas o uso do fogão à lenha para cozinhar ainda é hábito na maioria das famílias.

Menos da metade das famílias possui rádio, e apenas oito famílias possuem TV.

Em média, mensalmente, deslocam-se 20 pessoas da comunidade para Eldorado, para utilizar-se dos serviços públicos e os disponíveis no comércio da cidade.

4. Saúde e Educação

O atendimento médico é feito no pequeno posto de saúde de Pedro Cubas, semanalmente.

Não há escola na comunidade. As crianças que estão cursando o ensino fundamental se deslocam para a escola da comunidade do Bairro Batatal ou para o Bairro Itapeúna.

5. Lazer, Cultura e Religião

Os integrantes dessa comunidade realizam, juntamente com os moradores da comunidade de Pedro Cubas, suas manifestações culturais, como a Festa de Santa Catarina.

A maioria das famílias segue a religião evangélica das seguintes igrejas: Biblica Formosa; Prumo de Deus, Igreja Evangélica Casa de Oração. A minoria das famílias segue a religião católica.

A morte dos mais velhos e a influência das religiões foram os motivos apontados pela maioria para o término de outras festas tradicionais da comunidade, como a festa de São Gonçalo e o Fandango.

6. Forma de Organização

A comunidade está organizada, juridicamente, através da figura da Associação dos Remanescentes de Quilombos de Pedro Cubas de Cima, criada em 2003.

As organizações não-governamentais apontadas com atuantes na comunidade foram: Moab, Eaacone, Ibab e ISA, e as governamentais: Itesp, Fundação Florestal, Fundação Palmares, Prefeitura de Eldorado e Secretaria de Estado da Cultura.

Aspectos do uso e ocupação da terra

1. Distribuição espacial das formas de uso

Pedro Cubas de Cima possui oficialmente uma área de 6.875,22 hectares (Itesp, 2003) dos quais 3.074,97 hectares são terras devolutas e 3.800,25 hectares são áreas particulares.

A maior parte das áreas de Pedro Cubas de Cima que não estão cobertas por algum tipo de cobertura vegetal natural (vegetação rasteira, capoeiras em diversos estágios e matas) são atualmente utilizadas para pastagens e para o cultivo de arroz, conforme observado no mapa de uso e ocupação da terra da comunidade e na Tabela 1. Grande parte das áreas acima discriminadas são de propriedade de terceiros.

tabela 1. Formas de uso da terra em Pedro Cubas de Cima em 2007*		
Classes de uso da terra	Área ocupada (ha)	Área ocupada (%)***
roça de coivara	14,39	0,21
bananal	1,49	0,02
pastagem	325,11	4,69
cultivo de arroz	60,88	0,88
cultivo de palmeira real	2,49	0,04
cultivo de mandioca	0,76	0,01
cultivo de pupunha	11,12	0,16
vegetação rasteira	61,12	0,88
capoeirinha / capoeira	365,77	5,28
capoeirão/mata	6.068,6	87,6
corpos d’água	10,65	0,15
estrada	5,31	0,08
área de repovoamento de palmito**	0,91	0,01
total	6.927,68	100

* O cálculo de áreas foi efetuado pelo Sistema de Informações Geográficas do ISA, acarretando algumas diferenças em relação à área oficial do Quilombo de Pedro Cubas de Cima.
** A área ocupada por esta classe de uso não foi considerada no valor total, posto que se sobre- põe a outras classes.
*** Estes valores são relativos à área do território de Pedro Cubas de Cima, segundo o limite elaborado pelo ISA (6927,68 hectares), com base no memorial descritivo fornecido pelo Itesp.

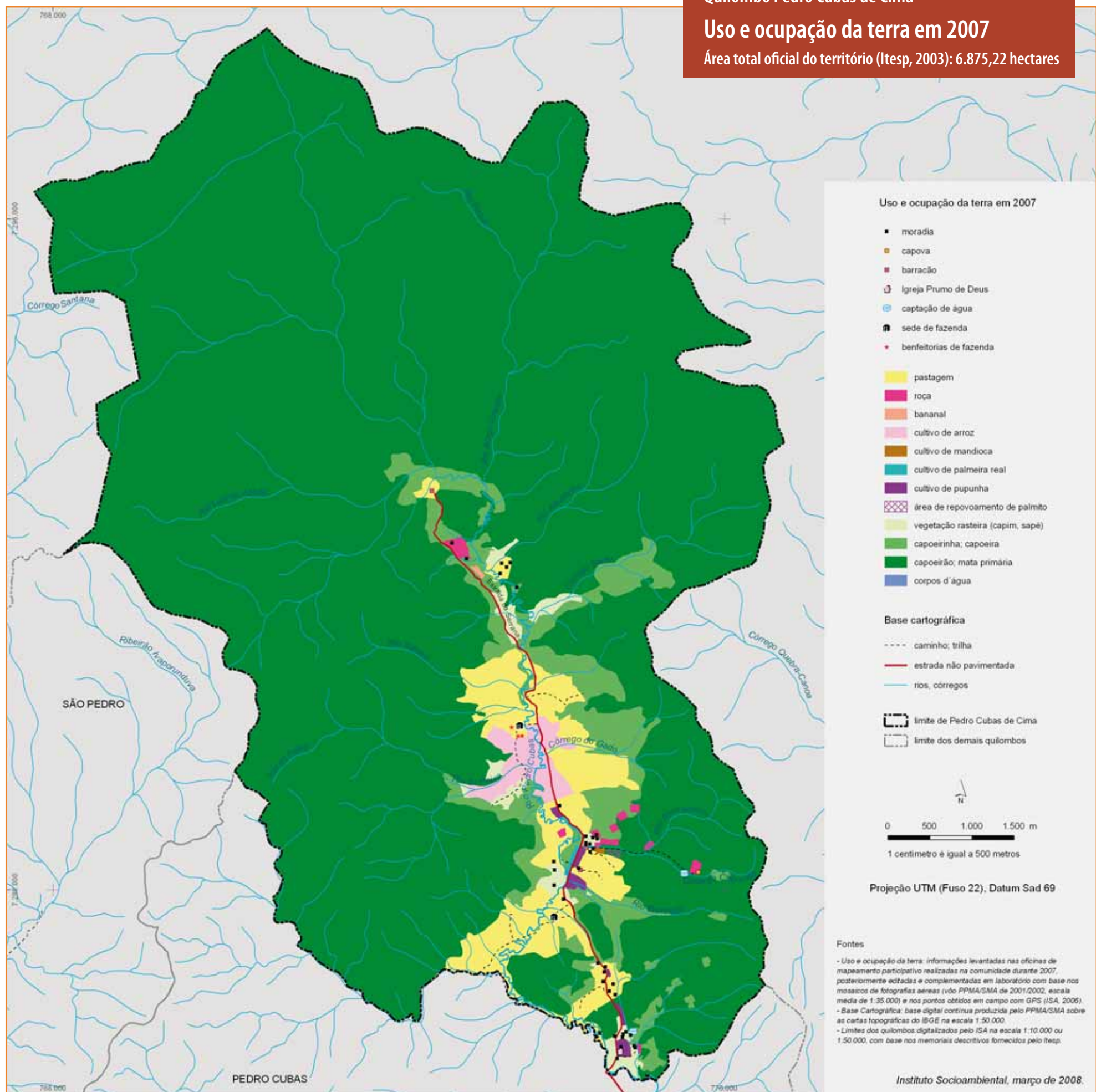
2. Casas e quintais

As casas em sua maioria são de alvenaria, com uma parte de pau-a-pi- que.

Quilombo Pedro Cubas de Cima

Uso e ocupação da terra em 2007

Área total oficial do território (Itesp, 2003): 6.875,22 hectares



Os quintais ou terreiros das casas têm, em média, 1 600m². Frutíferas, hortaliças e alguns tipos de plantas medicinais são cultivos comumente encontrados nesses espaços. As frutíferas mais comuns são: os citros e goiabeiras. Entre as hortaliças, a couve e a cebolinha. As plantas de uso medicinal são: erva cidreira, hortelã e boldo, conforme se observa na Tabela 2, existindo uma diversidade de espécies nos quintais dos quilombolas.

tabela 2. Cultivos existentes nos quintais*		
Frutíferas	Hortaliças	Plantas de uso medicinal
Laranja	Couve	Erva-cidreira
Goiaba	Cebolinha	Hortelã
Limão	Alface	Boldo
Jabuticaba	Assafrão	Ampicilina
Mexerica	Colorau	Erva-doce
Jaca	Cenoura	Flor da Amazônia
Mamão	Pimentão	Novalgina
Café	Salsinha	Rosa Branca
Palmito	Chuchu	Espinheira Santa
Jambolão	Brócolis	Fava
Amora	Gemgibre	Unha de Gato
Banana	Vagem	Erva de Bicho
Abacate		Feijão Fava
Carambola		Terramicina
Acerola		Salva Vidas
Ata		Erva de macuco
Ameixa		
Jambo		
Amora		
Jabuticaba		
Cana		

*Plantas apontadas pelos entrevistados por seu nome popular. Alguns nomes coincidem com os utilizados pela indústria farmacêutica.

3. Agricultura

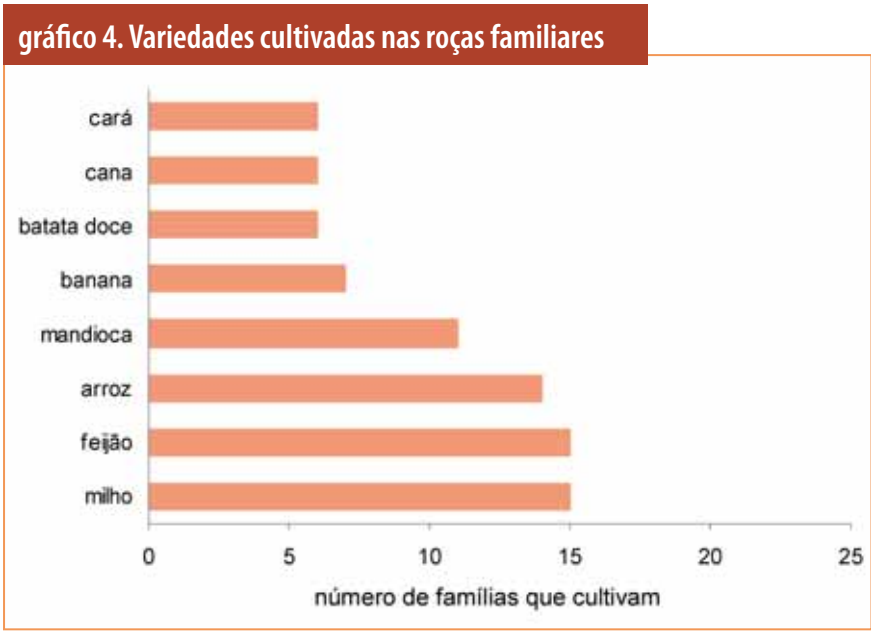
Menos da metade das famílias possui bananal. Os cultivos comumente encontrados nas roças existentes na comunidade são: feijão, milho, arroz, mandioca, batata-doce, cana e cará. Além desses, alguns moradores cultivam o palmito pupunha. Observa-se que as variedades plantadas por um número maior de agricultores, se comparado aos demais tipos, são o milho e o feijão. (Gráfico 4).

Em determinadas situações os produtos da roça são vendidos para comerciantes de Eldorado ou na própria comunidade, como é o caso da farinha de mandioca, assim como o feijão, o milho e o arroz.

Roça de feijão e milho.



Casa de pau-a-pique e quintal.



Os problemas apontados na agricultura são: a dificuldade em escoar a produção e a ausência de maquinário adequado. As formigas as principais pragas da roça, seguida da broca da bananeira.

4. Recursos naturais

Os produtos coletados são: o palmito e as sementes, estas últimas utilizadas como matéria-prima para confecção de peças artesanais.

Entre os recursos naturais existentes na comunidade, as nascentes, o palmito, a caça e os vários tipos de madeiras são os mais utilizados pelos moradores, tanto para uso alimentar como para confecção de utilitários e construções.

Os moradores destacaram que existem trechos, ao longo do rio Pedro Cubas, onde o reflorestamento se faz necessário, especialmente onde há prática da monocultura do arroz por fazendeiros que ainda estão ocupando terras quilombolas.

fotos: Felipe Leal/ISA



Agenda das Prioridades e Recomendações

Demandas	Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos				
			Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008); M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo	
Meio Ambiente e Fundiário	1. Reflorestar beiras de rio e outras áreas na comunidade	Conservar os recursos naturais, evitar assoreamento, melhorar a vida da fauna e flora, recuperação da água	1	Buscar um intermediador para negociação com terceiros, criar projeto de conscientização junto à comunidade	Ação conjunta entre órgãos ambientais e organizações que trabalham com a comunidade	Ação civil pública entre os atores sociais e órgãos envolvidos	E.U.
	2. Acabar com a ameaça das barragens no rio Ribeira do Iguape	Perda da biodiversidade e sociodiversidade provocam êxodo para as cidades; perda da cidadania e da cultura quilombola e comunidades tradicionais	1	Buscar novos parceiros que sejam contrários a essa iniciativa, buscar fontes confiáveis de pesquisa para discutir os aspectos técnicos do empreendimento	Todos os movimentos contrários à construção da barragem	Capacitação para equipe de articulação e comunicação, divulgação em nível internacional	E.U.
	4. Programa de fiscalização com a participação da comunidade, para impedir a entrada de palmiteiros nas áreas reflorestadas com o Juçara ou em outras partes do território	Perda da espécie; possibilidade de geração de renda sustentável, aumento do ICMS municipal	1	Oferecer alternativas sustentáveis de renda aos palmiteiros; tirar ajuda de custo, para quem corta; melhorar a fiscalização por parte da SMA; trabalho de conscientização junto aos palmiteiros, acabar com atravessadores	A Secretaria do Meio Ambiente, junto com ONGs e comunidades, buscando alternativas. As associações devem indicar pessoas para fiscalização junto à SMA.	Projetos com parceiros envolvidos; ter alternativas de geração de renda; atividades educativas, seminários, palestras, debate envolvendo os palmiteiros	E.U.
	5. Autorização para abertura de área para roça por período de 10 anos e áreas maiores que contemplem a comunidade	Para evitar a perda das licenças anuais, valorizar os aspectos culturais, garantir a subsistência das famílias	1	Pressionar os órgãos competentes como SMA, DEPRN e formação de GT para definir as áreas a serem autorizadas	As associações junto com os órgãos que trabalham nas comunidades	Em forma de reuniões nas comunidades e junto ao órgão competente, SMA, DEPRN, Itesp	E.U.

Demandas		Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos			
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008); M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo
Meio Ambiente e Fundiário	6. Adequação da legislação ambiental de forma a permitir a abertura de áreas para roça de subsistência com o uso do fogo e em locais onde o estágio de recuperação da vegetação está, atualmente, sob proteção legal.	Porque são poucas as melhores áreas disponíveis para cultivo que não estejam protegidas pelo Código Florestal (art. 215/216) ou pela Lei da Mata Atlântica (nº 11.428, de 22/12/06). Além disso, as roças de subsistência são consideradas pela ciência como lavouras de mínimo impacto	2	Buscar junto aos órgãos competentes a solução do problema, Ibama, DEPRN, SMA, MDA	Comunidades, órgãos públicos	Ofícios, reuniões, audiências, mobilização, articulação em nível regional	E.U.
	7. Extinção do uso de fogo para ampliação de pasto que é visto em áreas que estão em posse dos terceiros	Áreas da comunidade. Prática insustentável com ação impactante	1	Solicitar aos órgãos ambientais acordo com os terceiros, de forma que a comunidade possa provar como está a situação da área	Comunidades e Órgãos Públicos	Órgãos x fazendeiros, mas antes a Associação tem que procurar um órgão de apoio e reclamar por escrito	M.P.
	8. Interpretação e explicação sobre as leis ambientais em linguagem acessível à comunidade	Falta clareza e entendimento pelas comunidades	1	Elaboração de um material escrito de forma simplificada	GT que envolva as comunidades e assessores para compor conteúdo do material	Formar o GT e definir o cronograma de trabalho	M.P.
	9. Retirada dos terceiros do território	Para garantir o território e sustentabilidade e evitar danos ambientais	1	Relatar os fatos que estão acontecendo e levar ao Poder Público, acelerar o processo de indenização de terceiros	A comunidade deve relatar os fatos e solicitar aos órgãos responsáveis a agilidade no processo	Fotos, documentos, Boletim de Ocorrência, e encaminhamento ao órgão competente	E.U.
	10. Regularização Fundiária/ Titulação	Para garantir a posse sobre o território e o aumento da produção, o resgate de valores tradicionais e culturais, além de garantir a sustentabilidade da comunidade	1	A comunidade deve conhecer bem o território, para poder pressionar política e juridicamente os órgãos competentes	Associação, comunidades e órgãos responsáveis	A partir do conhecimento dos territórios, criar embasamento político e jurídico para pressionar os órgãos competentes	E.U.
	11. Obtenção do direito de uso, para a comunidade, das áreas abertas (sem mata) que estão em mãos de terceiros.	Para fazer uso do território e das áreas abertas que são ocupadas por terceiros, mas não estão em uso.	1	Formar GT para fazer estudo dessas áreas para solicitar junto a Justiça as medidas cabíveis	A comunidade junto ao GT e órgãos competentes	Fazer um estudo e manejar as áreas para discutir com o GT	E.U.
	12. Implantar na comunidade um planejamento socioeconômico e ambiental sustentável	Necessidade de desenvolvimento cultural, social e ambiental da comunidade	2	Tem que ter colaboração dos associados e o apoio a das instituições do Governo e da Sociedade civil para implantação da Agenda	São os Agentes socioambientais quilombolas, Associação e parceiros, como Itesp, Moab, ISA, Fundação Florestal	Tem que ter diagnóstico das comunidades, seminários, encontros, oficinas de mapeamento dos territórios e troca de informações	M.P.
Manejo/ Extrativ.	1. Reflorestamento de palmito e produção de mudas para manejo	Já está acontecendo, mas necessita de apoio para continuar	2	Garantir a continuidade	PDA, ISA e Fundação Florestal	Negociar continuidade junto ao PDA, Associação, ISA e Fundação Florestal	M.P.

Demandas		Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos			
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008); M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo
Comunicação, eletricidade, transporte e moradia	1. Diminuição do valor da taxa de energia elétrica rural	Porque o valor das contas é muito alto, e as famílias não têm condições de pagar, pois são de baixa renda	1	Reivindicar junto à Elektro a isenção do ICMS na conta de energia	Associação solicitar e negociar com a Elektro	Solicitar ao Itesp encaminhamento destes pedidos	E.U.
	2. Manutenção de estradas existentes na comunidade	As estradas estão em péssimas condições, dificultando o acesso, principalmente para os alunos da escola	1	Melhorar o acesso às estradas, cascalhar e fazer lombadas e sinalizar	Prefeitura	Associação reivindica e cobra o poder público	E.U.
	3. Abertura de novos acessos (estrada e pontes) na comunidade	Porque precisa de abertura de novas estradas e construção de pontes metálicas	1	Fazer ofício e reunião com Prefeitura e DER	Prefeitura e Associação	Associação reivindica e cobra o poder público	E.U.
	4. Instalação de internet	Porque queremos participar da inclusão digital e social	1	Capacitação de jovens para ajudar na comunidade	Associação, Gesac, Isa, Banco do Brasil	Solicitar ajuda junto às parcerias e órgãos públicos (Gesac, Itesp, ISA, BB e Prefeitura)	L.P.
	5. Obtenção de transporte coletivo para atender a comunidade	Porque a comunidade tem difícil acesso a transporte	1	Reivindicar junto às Prefeituras a regularidade de uma linha coletiva	Prefeitura e Associação	Solicitar ônibus junto ao departamento transporte de da Prefeitura	E.U.
	6. Ter correio na comunidade	Porque é difícil chegar correspondências na comunidade	3	Instalação banco postal	Prefeitura e Associação	Por meio de requerimento e ofícios	M.P.
Saúde	1. Ter atividades de conscientização voltadas à saúde, como por exemplo: prevenção ao o alcoolismo	Para conscientizar o dependente aa realizar um tratamento e fazer trabalho preventivo com os jovens	1	Criação de AAA, palestras explicativas	Associação	Parceria com órgão de saúde	E.U.
	2. Aquisição de uma ambulância	Não há ambulâncias que possam levar doentes das comunidades para a cidade	1	Reunião com Secretaria de Saúde e Prefeitura	Associação com a comunidade	Através de assembléia com a comunidade e reunião com Prefeitura e Secretaria de Saúde	E.U.
	3. Melhoria nos serviços de saúde, por meio do aumento e regularidade da frequência do atendimento médico e odontológico, além da instalação	Há necessidade de tratamento médico nas comunidades	1	Pressionar a Secretaria de Saúde junto com órgãos estadual e municipal	Associação com a comunidade	Através de cobrança junto ao órgão competente	E.U.
	4. Conscientização dos agricultores sobre os cuidados com o uso dos agrotóxicos, destino correto das embalagens e a compra ilegal desses produtos, para evitar doenças	Contaminação da água, solo, ar, males causados a saúde das pessoas e animais	1	Reflorestamento de rios, nascentes, usar adubos orgânicos, devolução de embalagens de agrotóxicos nas lojas que comercializam	Associação com a comunidade	Reuniões com os moradores e apoio dos órgãos ambientais	E.U.

Demandas		Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos			
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações de- vem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008); M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo
Saúde	5. Instalação de Posto de Saúde	É a necessidade do bairro para ter assistência à saúde	1	Pressionar o Estado e Prefeitura	Associação e Prefeitura	Audiência com departamento de saúde do Estado e órgãos competentes	E.U.
	6. Ter coleta de lixo	Porque os lixos estão sendo jogados em qualquer lugar, prejudicando a saúde e meio ambiente	1	Associação tem que Reivindicar à Prefeitura a coleta de lixo na comunidade	Associação junto à comunidade e Prefeitura	Associação deve fazer requerimento e reunião com Prefeitura	E.U.
	7. Instalação de rede de esgoto e tratamento	Porque o tratamento é indispensável para a saúde da comunidade	1	Construção d fossas sépticas e rede de esgoto	Prefeitura com fiscalização da Associação	Associação e comunidade pressionar a Prefeitura	E.U.
	8. Melhoria na captação de água e equipamentos de distribuição	Porque esta comunidade não tem água tratada	1	Construção de um reservatório central e canalizar e distribuição	Sabesp, Funasa, Prefeitura, Itesp	Realizar reuniões com esses órgãos reivindicando datas e prazos para instalação	E.U.
	9. Reciclagem de lixo	Porque o lixo está afetando o meio ambiente da comunidade	1	Cursos e palestras de esclarecimento de como realizar a coleta e separação destes lixos	Associação e comunidade	Parceria com Prefeitura e instituições atuantes	M.P.
Cultura e Lazer	1. Divulgação das coisas tradicionais da comunidade	Conservação da história e cultura, pois as culturas estão se perdendo, e a necessidade de resgate cultural	2	Através de histórias, palestras e prática, tentando resgatar as atividades que eram praticadas	A própria comunidade, com os parceiros: órgãos públicos e ONGs	Fortalecimento das Associações e troca de experiências entre elas	M.P.
	3. Projeto de incentivo para integração de crianças e jovens na comunidade	A falta de participação de jovens	2	Tendo esporte, cultura, lazer e inclusão digital	Precisa de parcerias, como Prefeitura, Secretaria do Esporte, da educação e Ministério da Cultura	Promovendo atividades em projetos que atraíam os jovens com uma linguagem que os atraíam	E.U.
	3. A comunidade ter um planejamento sócio-econômico e ambiental sustentável	Necessidade de desenvolvimento cultural, social e ambiental das comunidades	2	Tem que ter colaboração dos associados, e o apoio das instituições do Governo e da Sociedade civil para implantação da Agenda	São os agentes, Associação e parceiros, como Itesp, Moab, ISA, Fundação Florestal	Tem que ter diagnóstico das comunidades, seminários, encontros, oficinas de mapeamento dos territórios e troca de informações	M.P.
Educação	1. Ensino escolar para adultos	Carência da comunidade em não ter aceso a escola, altos índices de analfabetismo nas comunidades	3	Capacitação para pessoas da comunidade, agente educador	Associação	Através de financiamento com órgão competente	E.U.
	2. Curso de informática	Necessidade de fazer os trabalhos da Associação e maior envolvimento dos jovens	1	Equipar as comunidades e capacitar lideranças para tal	Associações com parcerias	Em conjunto com instituições parceiras	M.P.
	3. Ter um educador ambiental	A preservação dos rios, matas, coleta de lixo, trabalho de conscientização sobre o lixo nas comunidades	3	Capacitar pessoas da comunidade	Entidades parceiras	Em conjunto entre Associação e entidades parceiras	M.P.

Demandas		Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos			
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações de- vem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008); M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo
Educação	4. Melhoria do transporte escolar	Porque a qualidade do transporte escolar é deficiente, com veículos quebrando constantemente	1	Cobrar da secretaria de transporte e órgãos competentes	A comunidade	Associação em conjunto com órgãos competentes	E.U.
	5. Ensino fundamental e médio na comunidade	A escola fica longe da comunidade, tornando difícil o acesso para os alunos	1	As ações devem ser decididas em reunião entre Associação e comunidade, junto com Delegacia de Ensino e Secretaria de Educação Estadual	A Secretaria de Educação Estadual e Municipal e Associação	A Secretaria depois de informada deve tomar as devidas medidas necessárias	E.U.
	6. Curso de formação para cidadania(direitos e deveres do cidadão)	Devido a necessidade de conhecimento sobre este assunto	1	Mobilizar, motivar a comunidade para participar destes cursos	Criar um grupo junto com Associação para coordenar este trabalho	Buscar apoio junto à Prefeitura e Instituições parceiras	M.P.
Atividades Produtivas	Agricultura (atividades, infra-estrutura e equipamentos)	1. Aquisição de um caminhão	1	Crédito, doação (fundo perdido)	Petrobras, PDA e outras	Fazer projetos, Associações e ISA e outros, procurar doadores	E.U.
		2. Apoio para construção do centro comunitário e sede da associação	1	Associação cobrar apoio do Itesp	Itesp e outros parceiros da comunidade	Associação deve buscar os apoios	E.U.
		3. Construção da casa de farinha e aquisição de equipamentos.	1	Associação fazer projeto para buscar apoio junto com parceiros	Itesp, ISA	Associação deve buscar apoios	M.P.
		4. Aquisição de máquina de beneficiar arroz e construção do galpão para armazenar o maquinário	2	Doação	MDA, Idesc, Itesp, Proter e outros	Escrever projetos e encaminhar para os órgãos citados	E.U.
		5. Apoio para construção de um galpão/armazém comunitário para os produtos agrícolas	1	Elaboração de projeto com apoio dos parceiros	ISA, Itesp	Escrever projeto e buscar financiamento	E.U.
		6. Aquisição de um triturador de milho	1	Doação	Cáritas, Fundação Palmares, Idesc e Proter	Fazer projetos	E.U.
		7. Aquisição de uma moenda de cana	1	Doação	MDA, Prefeitura	Elaborar projetos e encaminhar para os órgãos citados	E.U.
		8. Implantar cultura de café	2	Crédito (financiamento), produzir as próprias mudas	Buscar linhas de crédito	As Associações, buscando apoio com outras entidades (ISA e Itesp)	M. P.
		9. Receber assistência técnico-agrícola	1	Cobrar da Prefeitura e Itesp	Prefeitura e Itesp	Através de requerimento encaminhado a Prefeitura e Itesp	E.U.

Demandas		Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos				
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações de- vem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008); M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo	
Atividades Produtivas	Agricultura (atividades, infra-estrutura e equipamentos	10. Melhorar a comerciali- zação do maracujá	Eliminar a comercialização por atravessadores e viabilizar a sustentabilidade das famílias	1	Venda direta ao mercado consumidor através do pro- grama da Conab, evitando os atravessadores.	Grupos de produtores da Associação e parceiros (ISA, Itesp)	Pesquisa de mercado e organização das comu- nidades	E.U.
		11. Melhorar a comerciali- zação da banana	Eliminar a comercialização por atravessadores e viabilizar a sustentabilidade das famílias	1	Venda direta ao mercado consumidor através do pro- grama da Conab, evitando os atravessadores.	Grupos de produtores da Associação e parceiros (ISA, Itesp)	Pesquisa de mercado e organização das comu- nidades	E.U.
		12. Tornar formas de fi- nanciamento acessíveis ao produtor	Melhorar a produção e desta forma, melhores condições de vida	1	Conhecer o Pronaf e propor adaptação as necessidades dos quilombos e garantia de preços mínimos	Itesp, MDA, Pronaf, Secreta- ria de Agricultura	Chamar o Ministro do Desenvolvimento Agrário para Audiência Pública ou secretário do Pronaf	E.U.
		13. Fortalecimento para manutenção das sementes tradicionais e aquisição das sementes que eles não tem.	Para não perder as sementes e garantir alimentos saudáveis	1	Fundo de sementes	Associações e ISA	O ISA vai formar o fundo de sementes; organizar uma feira dos quilombos	E.U.
		14. Assistência técnica para produção de produtos orgânicos	Para ter melhor qualidade de produtos	1	Formar técnicos da própria comunidade e solicitar assis- tência técnica aos parceiros	Prefeitura, Secretaria de Educação, ISA, Itesp, Secre- taria de Agricultura, escolas técnicas	Participar do planejam- to com Itesp e elaboração de projetos com ISA	E.U.
	Extra-agroflorestais e extra-criação	1. Desenvolver atividades de ecoturismo	Cada comunidade tem seu potencial turístico	2	Identificar os atrativos, criar e melhorar a infra-estrutura, divulgar e organizar a ati- vidade	Associação, parceiros	A Associação realiza o levantamento dos atrati- vos e da necessidade de infra-estrutura e elaborar um projeto	M.P.
		2. Desenvolver o turismo cultural	O potencial turístico que tem em cada localidade	2	Identificar os atrativos, criar e melhorar a infra-estrutura, divulgar e organizar a ati- vidade	Associação, parceiros	A Associação realiza o levantamento dos atrati- vos e da necessidade de infra-estrutura e elaborar um projeto	M.P.
		3. Curso de corte e costura	Porque algumas comunidades já têm máquinas, e promove geração de renda	2	Através de projetos	Sebrae, Itesp, outras comu- nidades	Parceria entre as asso- ciações	E.U.
		4. Atividades de geração de renda que incentivem a permanência dos jovens na comunidade	A falta de opções de trabalho nas comunidades		Cursos de capacitação, inclu- são digital	Associação, grupo de jovens, ISA e outros parceiros	Definir com os jovens suas expectativas e oportuni- dades e transformá-las em projetos	E.U.
		5. Cursos profissionalizan- tes para jovens	Necessidade de pessoas capacitadas para gerenciar os projetos existentes e para implantação de novos projetos	1	Definir os temas e as formas de capacitação, criar espaço para capacitação e aquisição de equipamentos necessários	Sebrae, Senac, outros parcei- ros (Ibama, Itesp, ISA, Idesc)	Organizar uma conversa com Sebrae e Senac e elaborar projetos	E.U.



Cachoeira em Sapatu. Foto: Felipe Leal/ISA

5.3. Agenda Socioambiental de Sapatu

Localização e origem da comunidade

Sapatu está localizada no município de Eldorado-SP, a aproximadamente 33 km do centro da cidade. Limita-se com as comunidades quilombolas de Ivaporunduva, André Lopes e Pedro Cubas. É cortada pela estrada que liga as cidades de Eldorado a Iporanga (SP-165). A comunidade de Sapatu é subdividida em três localidades: Indaiatuba, Sapatu e Cordas, todas ligadas pelas redes de parentesco e organização interna quanto às relações de uso e ocupação das terras.

Foi formada por negros que fugiram do recrutamento forçado para combater na Guerra do Paraguai, por volta de 1870, e também pelo estabelecimento de famílias vindas de outras comunidades da região em busca de terras para uso e moradia. É o caso de Julio Furquim, um dos netos de Bernardo Furquim, que veio da comunidade de São Pedro e fixou-se em Sapatu, em Indaiatuba, em terras que adquiriu de um negro comerciante de Barra de São Pedro. Outros troncos familiares da comunidade, além dos Furquim, são os Machado, Pereira, Santos, Rosa, Costa e Pedroso.

Anteriormente à criação da Associação de Remanescentes de Quilombo do Bairro Sapatu, em 1997, já havia na comunidade uma organização formal instituída, a Associação dos Produtores Rurais do Sapatu, criada em 1985, e que funcionou por cerca de dez anos. Esta Associação foi criada por uma iniciativa especialmente das mulheres, organizadas em torno de uma horta comunitária. Posteriormente, com o estímulo da igreja católica na luta pelo território quilombola, esta muda seu caráter, passando a representar os interesses quilombolas. Por ocasião da mudança de objetivos da associação, houve uma revisão do estatuto em 1998, visando adequá-lo à Constituição Federal de 1988.

A malha fundiária atual de Sapatu é complexa e marcada por uma ocupação irregular e heterogênea devido à existência de algumas áreas definidas como de terceiros, pessoas não-quilombolas que residem dentro do território da comunidade e nele desenvolvem suas atividades produtivas.

Em 2001, a comunidade foi reconhecida pelo Itesp como quilombola, mas no início de 2008 sua situação fundiária não estava resolvida, gerando conflitos internos e com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, devido à proposta de mudança nos limites do Parque Estadual do Jacupiranga e posterior criação do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga pela Lei nº 12810 de 21/02/2008. Esta Lei prevê a mudança de categoria da área do Parque que estava sobreposta ao território de Sapatu. Esta área passa a integrar a Área de Proteção Ambiental dos Quilombos do Médio Ribeira, Unidade de Conservação de uso sustentável. Contudo, a gleba denominada Sapatu/Queda de Meu Deus – com área de 169,77 ha – está reservada para estudos e posterior efetivação de compromisso entre a Associação de Sapatu e a Secretaria de Meio Ambiente, para que seja criada a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) de Sapatu/Queda de Meu Deus, a qual passará a compor o mosaico do Jacupiranga.

Aspectos sócio-econômicos

1. Perfil dos entrevistados

Total dos entrevistados: 31 chefes de família, ou seja, 40% do total das famílias da comunidade.¹

Local de origem: maioria nascida no município de Eldorado.

Felipe Leal/ISA



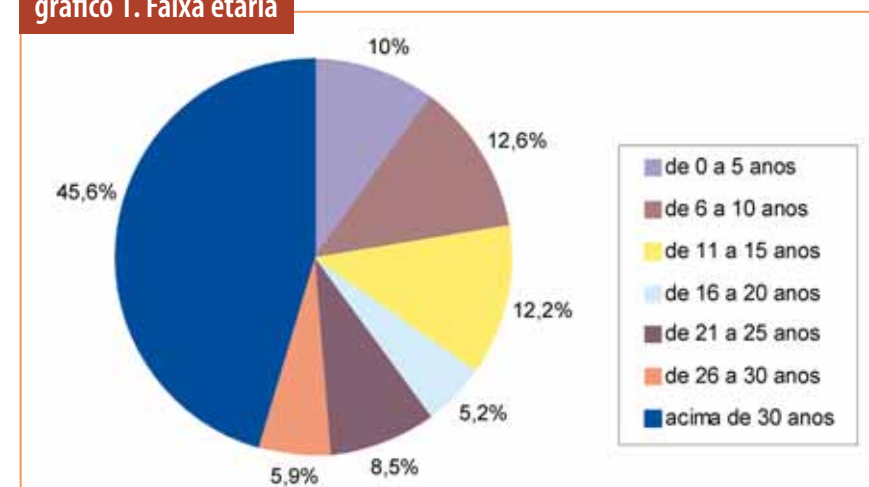
A região onde se localiza Sapatu abriga recursos naturais, como esta cachoeira, que podem incentivar o ecoturismo.

2. Perfil da população (faixa etária, ocupação e fontes de renda)

A população levantada foi de 101 pessoas. Contudo, a população estimada durante o processo de validação foi de 277 pessoas, 52,2% do sexo masculino e 47,8% do sexo feminino.

Quase metade da população tem idade acima de 30 anos (Gráfico 1), ou seja, é uma população majoritariamente formada por adultos e idosos.

gráfico 1. Faixa etária



¹ Dados obtidos do questionário socioeconômico e ambiental que, em Sapatu, foi aplicado somente aos membros da Associação, por decisão de seus associados. Apenas os dados de faixa etária levam em conta outras famílias e foram obtidos durante o processo de validação das informações.

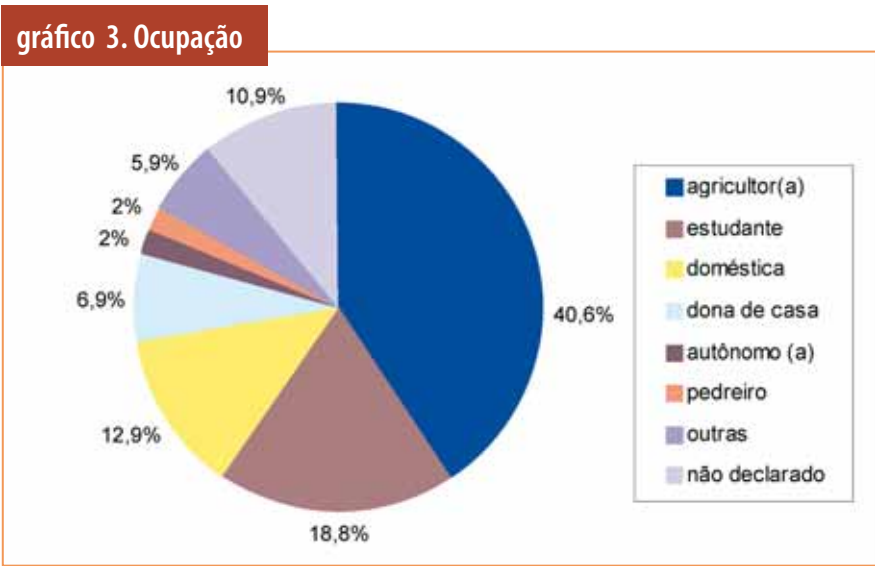
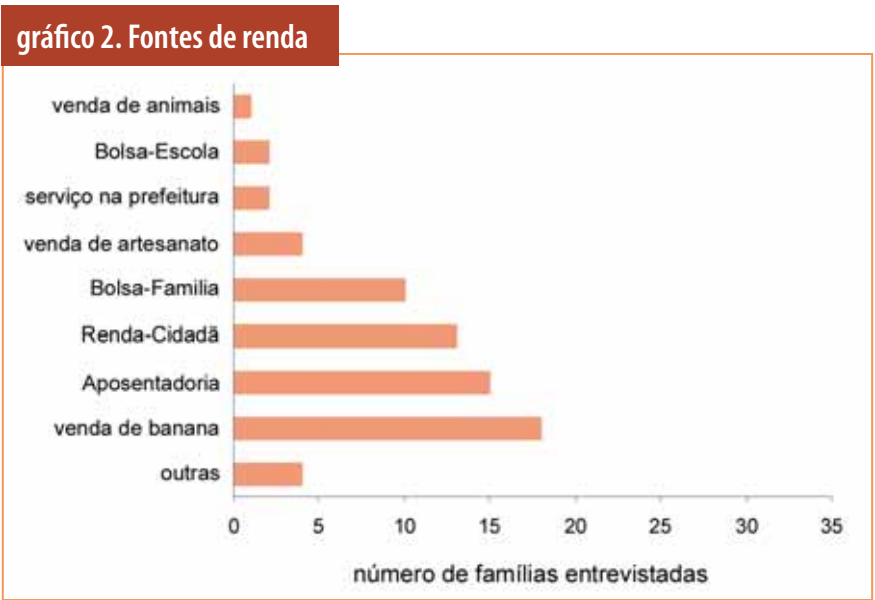
A venda da banana é a principal atividade geradora de renda em Sapatu, praticada por mais da metade das famílias entrevistadas. Os benefícios do governo são fontes de renda também importantes, com destaque para a aposentaria, a qual participa do orçamento de metade destas famílias, conforme observa-se no Gráfico 2.

O artesanato de fibra de bananeira, apesar de praticado por poucos – atualmente o grupo de artesanato da comunidade conta com 13 participantes –, é considerado pelas artesãs uma importante fonte de renda complementar.

A unidade fabril para processamento de banana e fabricação de doces, ora em implantação, também caracteriza-se como uma fonte alternativa de renda para a comunidade.

Pode-se verificar no Gráfico 3 que 40% da população se declara agricultor. Estes agricultores estão envolvidos sobretudo com o cultivo da banana, principal atividade geradora de renda em Sapatu.

As outras formas de ocupação/profissão dizem respeito às atividades de



Centro comunitário.

ajudante de pedreiro, artesão(a), eletricista, agente comunitário, empregado assalariado e monitor ambiental, além de aposentados e assegurados.

3. Infra-estrutura, bens e serviços

A comunidade possui três núcleos de moradia: Indaiatuba, Sapatu e Cordas, todos localizados às margens da estrada Eldorado/Iporanga (SP-165). No núcleo Indaiatuba existe uma Igreja Católica, a fábrica de beneficiamento de banana, o campo de futebol e a sede da Associação, com telecentro e internet. No núcleo Sapatu existe uma escola de ensino fundamental, um posto de saúde, uma quadra poliesportiva, Igreja Católica, Igreja Batista, um telefone público e a casa/oficina do artesanato.

A comunidade ainda tem os seguintes equipamentos de uso comum entre os moradores: uma biblioteca, um caminhão, uma caminhonete, uma pulverizadora e equipamentos para uma fábrica de farinha.

A água que abastece as casas vem de minas e ribeirões existentes na comunidade, por meio de canos, até chegar a um reservatório existente em cada núcleo. Muitas casas se abastecem direto das minas.

Menos da metade das habitações tem fossa negra e, em outras, as águas provenientes das pias da cozinha e banheiro são jogadas em cursos d'água.

Alguns moradores preferem queimar ou enterrar seu lixo, embora a coleta seja realizada semanalmente.

A maioria das casas tem luz elétrica. Para cozinhar, a lenha ainda é a mais utilizada, mesmo que a maioria das famílias tenha fogão à gás. Menos da metade das famílias possui geladeira e televisão.

A comunidade se serve do transporte coletivo, efetuado pelas linhas de ônibus – que ligam as cidades de Eldorado e de Iporanga – em apenas dois horários durante a semana. Há também dois horários de ônibus escolar.

A comunicação para fora da comunidade é feita por dois telefones públicos, localizados em frente à escola. Entretanto, o acesso das pessoas residentes nos extremos do bairro é dificultado pela distância. Há ainda um telefone via rádio e dois computadores na fábrica de beneficiamento da banana, para o uso exclusivo de trabalho da agroindústria.



Felipe Leal/ISA



Escola municipal, a única existente na comunidade.

Estima-se, em média, que 45 pessoas da comunidade se desloquem todos os meses até Eldorado para uso dos serviços de saúde, bancários, para aquisição de alimentos e para uso de outros serviços públicos.

4. Saúde e Educação

Semanalmente uma agente de saúde do Programa de Saúde da Família presta atendimento à comunidade, no posto de saúde ao lado da escola. Em casos mais delicados o atendimento médico é feito no hospital de Eldorado, ou encaminhado para o Hospital Regional em Pariquera- Açu.

As crianças de Sapatu cursam o primeiro ciclo do Ensino Fundamental (1ª a 4ª série) na escola municipal localizada na comunidade. Os interessados em concluir o Ensino Fundamental e cursar o Ensino Médio se deslocam para a escola do bairro de Itapeúna, a 16 km da comunidade, ou para a Escola Estadual Maria Antonia Chules Princesa, na comunidade de André Lopes, localizada a 5 quilômetros.

5. Lazer, Cultura e Religião

A diretoria da Associação promove campeonatos de futebol na comunidade com certa frequência. São poucas as comemorações religiosas e culturais, sendo as mais expressivas a reza do terço, missas, cultos e as festas juninas.

As denominações religiosas seguidas pelos moradores da comunidade são: Católica, Igreja Batista, Deus é Amor, Assembléia de Deus, Congregação Cristã no Brasil e Pentecostal de Jesus Cristo.

6. Forma de Organização

A comunidade está organizada na Associação Remanescentes de Quilombo do Bairro Sapatu, fundada em 1997. Mesmo formalmente instituída e representativa da maioria das famílias, ainda não é reconhecida por algumas famílias. Os membros destas famílias são conhecidos como não-associados, os quilombolas que possuem títulos das suas terras.

As organizações não-governamentais apontadas como atuantes na comunidade são: o Moab, o ISA, a Eacone, a Amamel, e as pastorais da Igreja Católica e a Rede Mocambos. Já organizações governamentais apontadas são: Itesp, Fundação Florestal-SMA-SP, Unicamp e Prefeitura de Eldorado.

Aspectos do uso e ocupação da terra

1. Distribuição espacial das formas de uso

A comunidade de Sapatu têm reconhecidos 3.711 hectares de terra, dos quais 1.584,06 ha são devolutas e 2.127,56 ha são particulares (Itesp, 2001). Até o início de 2008, a situação fundiária não estava resolvida, sendo possível observar moradias, áreas de pastagens e bananais de terceiros (pessoas não-quilombolas).

As formas de uso da terra com maior expressividade espacial em Sapatu, com exceção dos diversos tipos de cobertura vegetal (que somadas dão 89,77 hectares), são os bananais e as pastagens. Observe o mapa de uso da terra deste quilombo, assim como na Tabela 1, com os valores da distribuição das classes de uso de seu território.

tabela 1. Formas de uso da terra em Sapatu em 2007*

Classes de uso da terra	Área ocupada (ha)	Área ocupada (%)**
roça de coivara	21,79	0,58
bananal	117,44	3,15
pastagem	151,65	4,07
cultivo de maracujá	1,44	0,04
cultivo de goiaba	0,11	0
cultivo de palmito	0,39	0,01
cultivo de pupunha	1,69	0,05
pomar	0,39	0,01
bambuzal	7,57	0,2
capoeirinha; capoeira	384,98	10,33
vegetação rasteira	97,98	2,63
capoeirão	265,75	7,13
mata	2.596,05	69,67
pedreira	0,46	0,01
estrada	8,08	0,22
corpos d'água	70,36	1,89
total	3.726,13	100

* O cálculo de áreas foi efetuado pelo Sistema de Informações Geográficas do ISA, acarretando algumas diferenças em relação à área oficial do Quilombo de Sapatu.

** Estes valores são relativos à área do território de Sapatu segundo o limite elaborado pelo ISA (3726,13 hectares), com base no memorial descritivo fornecido pelo Itesp.

2. Casas e quintais

A maioria das casas é de alvenaria, sendo que em algumas casas a área da cozinha ainda é mantida originalmente, ou seja, de pau-a-pique.

Os quintais, que circundam as casas, têm em média de 2900 m². Neles são cultivados legumes/tubérculos, frutíferas, verduras e plantas de uso medicinal.

De modo geral os tipos de frutíferas mais comuns são: laranja, limão, goiaba e jaca e as hortaliças: a couve, a alface e a cebolinha (Tabela 2). Nos quintais também são mantidas criações domésticas para o consumo alimentar, tais como: galinhas e patos.

tabela 2. Cultivos existentes nos quintais*		
Frutíferas	Hortaliças	Medicinais
Banana	Couve	Quina Branca
Laranja	Alface	Poejo
Limão	Pepino	Hortelã
Abacate	Cebola	Guaco
Carambola	Almeirão	Boldo
Mexerica	Cenoura	Melissa
Goiaba	Acelga	Erva-cidreira
Acerola	Cebolinha	Capim-santo
Lima	Manjerona	Camomila
Jabuticaba	Cheiro-Verde	Erva-doce
Ata	Salsinha	Tanchais
Uva	Abóbora	Flor da Amazônia
Abacaxi	Espinafre	Estomalina
Ameixa	Rúcula	Capim Cidrô
Palmito	Tomate	Penicilina
Azeitona	Quiabo	Novalgina
Manga	Escarola	Ampicilina
Maracujá	Moranga	Sabugueiro
Caqui	Jiló	Confrei
Jaca	Batata	Solecine
Pitanga		Chapéu de Couro
Caju		Cavalinha
Guaraná		Costa Brava
Amora		Capichu
Castanha		
João Bolão		
Côco		
Melancia		

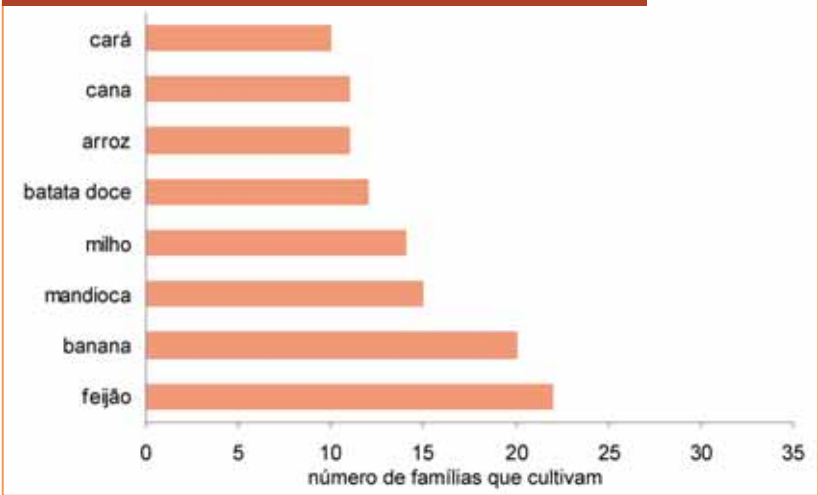
*Plantas apontadas pelos entrevistados por seu nome popular. Alguns nomes coincidem com os utilizados pela indústria farmacêutica.

3. Agricultura

As espécies cultivadas nas roças são: arroz, feijão, batata-doce, cará, cana, mandioca, milho e banana. Observa-se que as variedades plantadas por um número maior de agricultores, se comparado aos demais tipos de variedades, são: feijão, banana e mandioca (Gráfico 4).

Os gêneros cultivados nas roças são apenas para consumo, não sendo utilizados adubos químicos ou venenos. Já nos cultivos de maracujá o uso de

gráfico 4. Variedades cultivadas nas roças familiares



Felipe Leal/ISA

Roça de arroz.

venenos é constante e, no da banana, o uso é eventual em alguns bananais.

Uma minoria dos agricultores adquire as sementes utilizadas no plantio das roças na própria comunidade. Estas são compradas sobretudo em lojas agropecuárias de Eldorado.

Estima-se que existam, em toda a área da comunidade, 50 mil pés de banana. A comercialização da produção de banana ainda é deficiente, uma vez que as vendas são realizadas para atravessadores.

4. Recursos naturais

As plantas nativas de uso medicinal, a fauna, as cavernas e as cachoeiras são importantes recursos naturais disponíveis na área da comunidade. Em Sapatu está localizada a Gruta dos Pedrões, primeira a ser cadastrada no país.

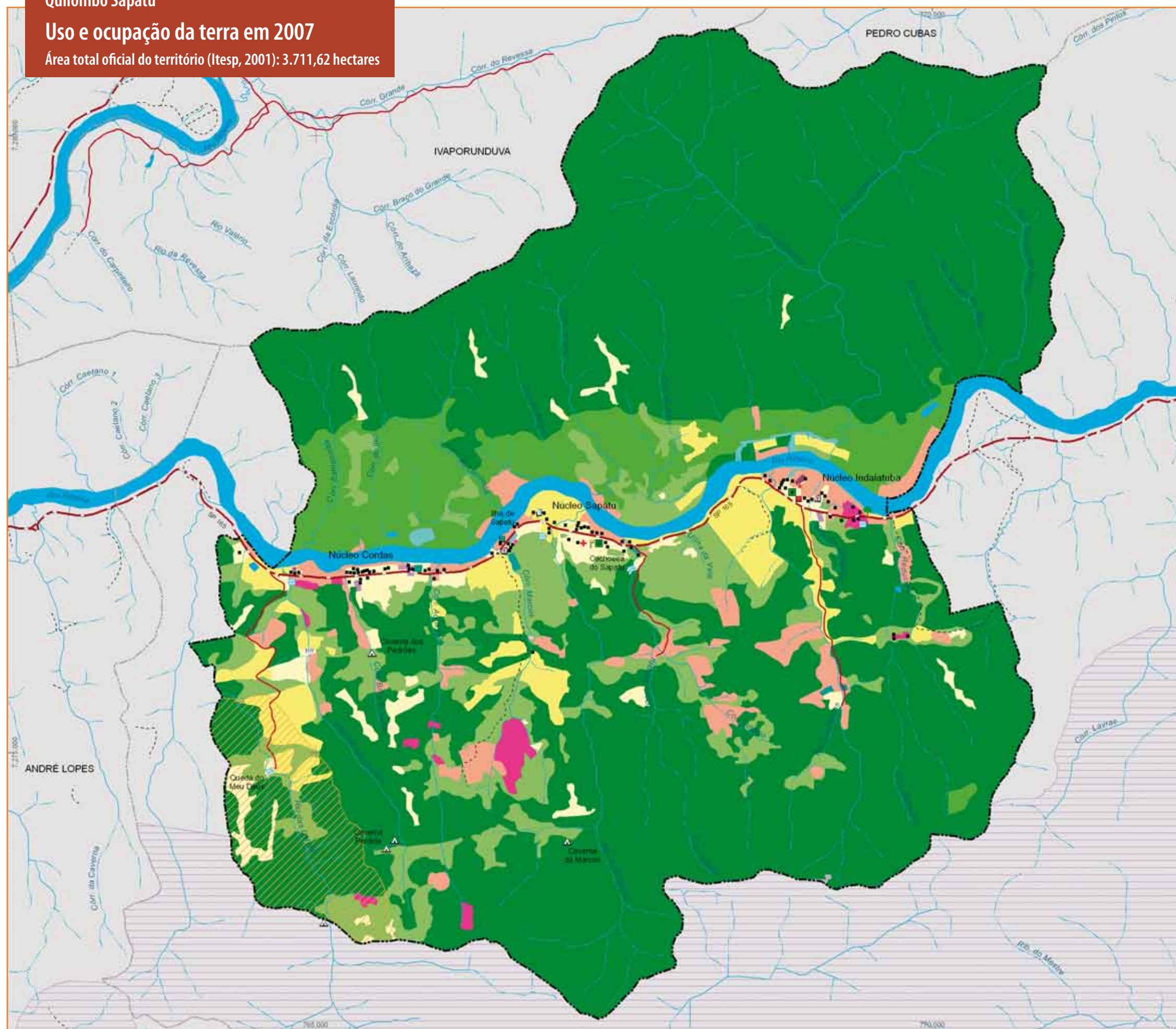
Os recursos florestais comumente coletados são o palmito, os cipós imbé e timbopeva, a taquara e alguns tipos de madeira.

Os entrevistados mencionam a existência de alguns rios que em certos trechos precisam ser reflorestados.

Quilombo Sapatu

Uso e ocupação da terra em 2007

Área total oficial do território (Itesp, 2001): 3.711,62 hectares



Uso e ocupação da terra em 2007

bananal	pomar
pastagem	pedreira
roça	vegetação rasteira (capim, samambaia)
cultivo de maracujá	bambuzal
cultivo de palmito	capoeira; capoeirinha
cultivo de pupunha	capoeirão
cultivo de goiaba	mata

moradia	fábrica de doces
posto de saúde	casa de tráfico de farinha
centro comunitário	casa de artesanato
escola	caixa d'água
campo de futebol	figueira
quadra	cachoeira
igreja católica	caverna
igreja batista	barragem
bar	

Base cartográfica

rios temporários
rios permanentes
caminho, trilha
estrada sem pavimentação
rodovia pavimentada
corpos d'água

limite de Sapatu

limite dos demais quilombos
Parque Estadual Caverna do Diabo
Gleba Sapatu / Queda do Meu Deus
Área da APA Quilombos do Médio Ribeira, reservada a estudos visando a constituição de RPPN em Sapatu.

0 320 640 960 m
1 centímetro é igual a 320 metros

Projeção UTM (Fuso 22), Datum Sad 69

Fontes

- Uso e ocupação da terra: informações levantadas nas oficinas de mapeamento participativo realizadas na comunidade em 2007, posteriormente editadas e complementadas em laboratório com base nos mosaicos de fotografias aéreas (voo RPMA/SMA de 2001/2002, escala média de 1:35.000).
- Base Cartográfica: base digital produzida pelo IGIC sobre as cartas topográficas 1:10.000 de 1998, posteriormente editada pelo ISA.
- Limites dos quilombos: digitalizados pelo ISA na escala 1:10.000, com base nos memoriais descritivos fornecidos pelo Itesp.
- Parque Estadual Caverna do Diabo e Gleba Sapatu / Queda do Meu Deus: Lei nº 12810 de 21/02/2008, que cria o Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga e de outras providências.

Agenda das Prioridades e Recomendações

Demandas		Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos			
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008); M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo
Meio Ambiente e Fundiário	1. Reflorestar beiras de rio e outras áreas na comunidade	Conservar os recursos naturais, evitar assoreamento dos rios, melhorar a fauna e flora e recuperar a água	1	Buscar um intermediador para negociação com terceiros, criar projeto de conscientização junto às comunidades	Ação conjunta entre órgãos ambientais e organizações que trabalham com as comunidades	Ação civil pública entre os atores sociais e órgãos envolvidos	E.U.
	2. Acabar com a ameaça oferecida pelas barragens projetadas no rio Ribeira do Iguape	Perda da biodiversidade e sociodiversidade provocam o êxodo para as cidades, a perda da cidadania e da cultura quilombola e de outras comunidades tradicionais	1	Buscar novos parceiros que sejam contrários a essa iniciativa, buscar fontes confiáveis de pesquisa para discutir os aspectos técnicos dos empreendimentos	Todos os movimentos contrários à construção das barragens	Capacitação para equipe de articulação e comunicação, divulgação em nível internacional	E.U.
	3. Implementar programa de fiscalização com a participação da comunidade, visando impedir a entrada de palmiteiros no território do quilombo	Perda da espécie	1	Oferecer ajuda de custo para quem corta palmito, melhorar a fiscalização por parte da SMA, realizar trabalho de conscientização junto aos palmiteiros, acabar com atravessadores (assim não tem para quem vender)	A Secretaria do Meio Ambiente, junto com ONGs e comunidades, buscando alternativas	Projetos com parceiros envolvidos, ter alternativas de geração de renda	M.P.
	4. Implementar programa de fiscalização para impedir a entrada de palmiteiros nas áreas reflorestadas com palmito juçara dentro do quilombo	Fonte de renda sustentável, aumento do ICMS municipal	1	Trabalho de sensibilização com os infratores, fiscalização rigorosa, ajuda de custo (SMA)	As associações devem indicar pessoas para fiscalização junto à SMA	Atividades educativas, seminários, palestras, debate envolvendo os palmiteiros	E.U.
	5. Autorização para abertura de roça por período de 10 anos e para áreas maiores que contemplem toda a comunidade	Para evitar a perda das licenças anuais, valorizar os aspectos culturais da roça e garantir a subsistência	1	Pressionar os órgãos competentes como SMA, DEPRN e formação de GT para definir as áreas a serem autorizadas	Associações junto com os órgãos que trabalham nas comunidades	Em forma de reuniões nas comunidades e junto ao órgão competente, SMA, DEPRN, Itesp	E.U.
	6. Adequação da legislação ambiental de forma a permitir a abertura de áreas para roça de subsistência com o uso do fogo e em locais onde o estágio de recuperação da vegetação está, atualmente, sob proteção legal.	Porque são poucas as melhores áreas disponíveis para cultivo que não estejam protegidas pelo Código Florestal (art. 215/216) ou pela Lei da Mata Atlântica (nº 11.428, de 22/12/06). Além disso, as roças de subsistência são consideradas pela ciência como lavouras de mínimo impacto	1	Buscar junto aos órgãos competentes a solução do problema, Ibama, DEPRN, SMA, MDA	Comunidades, órgãos públicos	Ofícios, reuniões, audiências, mobilização, articulação em nível regional	E.U.
	7. Retirada dos terceiros do território	Para garantir o território e sustentabilidade e evitar danos ambientais	1	Relatar os fatos que estão acontecendo e levar ao Poder Público, acelerar o processo de indenização de terceiros	Comunidades devem relatar os fatos e pedir aos órgãos responsáveis velocidade no processo	Fotos, documentos, Boletim de Ocorrência, e encaminhar ao órgão competente	E.U.

Demandas		Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos			
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008); M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo
Meio Ambiente e Fundiário	8. Regularização Fundiária/ Titulação	Para garantir o território e aumento da produção, resgate de valores tradicionais e culturais, garantindo a sustentabilidade da comunidade	1	A comunidade deve conhecer bem o território, para poder pressionar política e juridicamente nos órgãos competentes	Associação, comunidades e órgãos responsáveis	A partir do conhecimento dos territórios criar embasamento político e jurídico e pressionar os órgãos competentes	E.U.
	9. Levar conhecimento para os moradores referente às formas alternativas de criação de gado de modo a não aumentar as áreas de pasto já existentes	Tem moradores ampliando as áreas de pasto sem comunicar a comunidade	2	Trabalho de sensibilização dos moradores em relação à ampliação de pastos	Comunidades, Itesp e ONGs	Reunião entre a comunidade e um assessor (advogado) para explicar as consequências legais destas ações (aumento de pasto)	M.P.
	10. Implantar na comunidade um planejamento socioeconômico e ambiental sustentável	Necessidade de desenvolvimento cultural, social e ambiental da comunidade	2	Tem que ter colaboração dos associados e o apoio das instituições do Governo e da Sociedade civil para implantação da Agenda	Os agentes socioambientais quilombolas, Associação e parceiros, como Itesp, Moab, ISA, Fundação Florestal	Fazer diagnóstico das comunidades, seminários, encontros, oficinas de mapeamento dos territórios e troca de informações	M.P.
Manejo e Extrativismo	1. Manejo de ervas medicinais	Melhorar a renda e valorizar o conhecimento tradicional		Valorizar o conhecimento e comercialização	Parceiros (Saúde, ISA, Itesp, Pastoral da criança)	Identificar as pessoas que tem o conhecimento, as ervas com potencial, beneficiar para o mercado	M. P.
	2. Reflorestamento de palmito e produção de mudas para manejo	Já está acontecendo, mas necessita de apoio para continuar		Garantir a continuidade	PDA, ISA e Fundação Florestal	Negociar continuidade do PDA, Associação e ISA e Fundação Florestal e discutir projeto	M.P.
Comunicação, eletricidade, transporte e moradia	1. Diminuição do valor da taxa de energia elétrica rural	O valor das contas é muito alto e as famílias não têm condições de pagar, pois são de baixa renda	1	Reivindicar junto à Elektro a isenção do ICMS na conta de energia	Associação e Elektro	Solicitar ao Itesp encaminhamento destes pedidos	E.U.
	2. Criação de espaço para instalação do telecentro e programa para manutenção.	Porque queremos participar da inclusão digital e social	3	Capacitação de jovens para ajudar na comunidade	Associação e Itesp	Solicitar ajuda às parcerias e órgãos públicos (Gesac, Itesp, ISA, rede Mocambos, Unicamp, BB e Prefeitura)	L.P.
	3. Melhoria no transporte coletivo já existente	Porque as comunidades têm difícil acesso a transporte	1	Reivindicar junto às Prefeituras a regularidade de uma linha coletiva	Associação e Prefeitura	Solicitar ônibus junto ao departamento transporte e Prefeitura	E.U.
Saúde	1. Ter atividades de conscientização voltadas à saúde, como por exemplo: prevenção ao o alcoolismo	Conscientizar o dependente da importância de realizar tratamento e fazer um trabalho preventivo com os jovens		Criação de AAA, palestras explicativas	Associação e parceiros	Parceria com órgão de saúde	E.U.
	2. Aquisição de uma ambulância	Não há ambulâncias que possam levar doentes das comunidades para a cidade	1	Reunião com Secretaria de Saúde e Prefeitura	Associação e Prefeitura	Através de assembléia com a comunidade e reunião com Prefeitura e Secretaria de Saúde	E.U.

Demandas		Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos			
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008); M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo
Saúde	3. Aumento e regularidade na frequência do atendimento médico e odontológico	Há necessidade de tratamento médico nas comunidades	1	Pressionar a Secretaria de Saúde junto com órgãos estadual e municipal	Associação e Prefeitura	Através de cobrança junto ao órgão competente	E.U.
	4. Melhoria na qualidade do serviço de saúde	Há necessidade de tratamento médico nas comunidades	1	Pressionar a Secretaria de Saúde junto com órgãos estadual e municipal	Associação e Prefeitura	Através de cobrança junto ao órgão competente	E.U.
Saneamento	1. Instalação de rede de coleta e tratamento de	Porque o tratamento é indispensável para a saúde da comunidade	1	Construção d fossas sépticas e rede de esgoto	Prefeitura com fiscalização da Associação	Associação e comunidade pressionar a Prefeitura	E.U.
Cultura e Lazer	1. Divulgação das coisas tradicionais da comunidade	Conservação da história e cultura, pois as culturas estão se perdendo, e há necessidade de resgate cultural	1	Através de histórias, palestras e prática, tentando resgatar as atividades que eram praticadas	A própria comunidade, com os parceiros: órgãos públicos e ONGs	Fortalecimento das Associações e troca de experiências entre elas	M.P.
	2. Fortalecimento do artesanato quilombola	Porque promove geração de renda e resgate do artesanato tradicional	1	Organizar exposições	As Associações e ONGs, MINC, secretaria da Cultura	Através de projetos e parcerias	M.P.
	3. Projeto que incentive a integração de crianças e jovens na comunidade	A falta de participação de jovens	1	Tendo esporte, cultura, lazer e inclusão digital	Precisa de parcerias, como Prefeitura, Secretaria do Esporte, da educação e Ministério da Cultura	Promovendo atividades em projetos que atraiam os jovens com uma linguagem que os atraiam	E.U.
	4. Implementação de programas de apoio às atividades esportivas na comunidade	Necessidade de maior integração da comunidade	2	Associação reivindicar ações da Prefeitura	Associação e Prefeitura	Associação cobrar apoio da Prefeitura	M.P
Educação	1. Melhoria no ensino fundamental existente na comunidade e implementação de ensino diferenciado	Para trabalhar com temas específicos à realidade quilombolas, aumentando o conhecimento da comunidade sobre sua cultura	1	Capacitação de professores, envolver a comunidade nesse processo (levar pessoas da comunidade para dar palestra na escola)	Associação com órgãos da educação	Em conjunto com comunidades, professores e delegacias de ensino	E.U.
	2. Realização de curso de informática	Há a necessidade de fazer os trabalhos da Associação e maior envolvimento dos jovens	1	Equipar as comunidades e capacitar lideranças para tal	Associações com parcerias	Em conjunto com instituições parceiras	M.P.
	3. Ter um educador ambiental	A preservação dos rios, matas, coleta de lixo e trabalho de conscientização sobre o lixo na comunidade	3	Capacitar pessoas da comunidade	Entidades parceiras	Em conjunto entre Associação e entidades parceiras	M.P.
	4. Implementação dos programas Agente Jovem, liberando agentes quilombolas para atuação na comunidade.	Necessidade de liberar pessoas da comunidade para atividades gerais da associação	2	Associação buscar apoio da Prefeitura	Prefeitura	Em conjunto, associação e Prefeitura	M.P
	5. Curso de formação para cidadania	Devido à necessidade de conhecimento sobre este assunto	1	Mobilizar, motivar a comunidade para participar dos cursos	Criar um grupo junto com Associação para coordenar este trabalho	Buscar apoio junto à Prefeitura e Instituições parceiras	M.P.

			Demandas	Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos		
						Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?
Atividades Produtivas	Agricultura (atividades, infra-estrutura e equipamentos)	1. Aquisição de trator	Para escoar produtos da agricultura familiar e para entrar em variantes de difícil acesso	2	Crédito, doação (fundo perdido)	Para crédito, os bancos são apontados e doação, a Petrobras e PDA Mata Atlântica	Fazer projetos, Associações em parcerias com ISA	
		2. Receber assistência técnico-agrícola	Trabalhar melhor o uso da terra pela comunidade	1	Cobrar da Prefeitura e Itesp	Prefeitura e Itesp	Encaminhar requerimento à Prefeitura e Itesp	E.U.
		3. Melhorar a comercialização da produção agrícola da comunidade de forma geral	Eliminar a comercialização por atravessadores e viabilizar a sustentabilidade das famílias	1	Venda direta para mercado consumidor, exemplo programa da Conab, evitando atravessadores	Grupos de produtores da Associação e parceiros (ISA, Itesp)	Pesquisa de mercado e organização das comunidades	E.U.
		4. Melhorar a comercialização do maracujá	Eliminar a comercialização por atravessadores e viabilizar a sustentabilidade das famílias	1	Venda direta para mercado consumidor, exemplo programa da Conab, evitando atravessadores	Grupos de produtores da Associação e parceiros (ISA, Itesp)	Pesquisa de mercado e organização das comunidades	E.U.
		5. Melhorar a comercialização da banana	Eliminar a comercialização por atravessadores e viabilizar a sustentabilidade das famílias	1	Venda direta para mercado consumidor, exemplo programa da Conab, evitando atravessadores	Grupos de produtores da Associação e parceiros (ISA, Itesp)	Pesquisa de mercado e organização das comunidades	E.U.
		6. Tornar formas de financiamento acessíveis ao produtor	Melhorar a produção e desta forma, melhorar condições de vida	1	Conhecer o Pronaf e propor adaptação as necessidades dos quilombos e garantia de preços mínimos	Itesp, MDA, Pronaf, Secretaria de Agricultura	Chamar o Ministro do Desenvolvimento Agrário para Audiência Pública ou Secretário do Pronaf	E.U.
		7. Assistência técnica para produção de orgânicos e apoio para certificação.	Para ter melhor qualidade de produtos		Formar técnicos da própria comunidade e solicitar assistência técnica aos parceiros	Prefeitura, Secretaria de Educação, ISA, Itesp, Secretaria de Agricultura, Escolas técnicas	Participar do planejamento com Itesp e elaboração de projetos com ISA	E.U.
	Extra-agroflorestais e extra-criação	1. Desenvolver atividades de ecoturismo	Cada comunidade tem seu potencial turístico		Identificar os atrativos, criar e melhorar a infra-estrutura, divulgar e organizar a atividade	Associação, parceiros	A Associação faz levantamento dos atrativos e da infra-estrutura necessária e elabora um projeto	M.P.
		2. Formar monitores ambientais	Para informar melhor os visitantes e a comunidade		Cursos	Itesp, Prefeitura, ISA, Sebrae	Associação em parceria	E.U.
		3. Desenvolver o turismo cultural	O potencial turístico que tem em cada localidade		Identificar os atrativos, criar e melhorar a infra-estrutura, divulgar e organizar a atividade	Associação, parceiros	A Associação faz levantamento dos atrativos e da infra-estrutura necessária e elabora um projeto	M.P.
		4. Atividades de geração de renda para incentivar a permanência dos jovens na comunidade	A falta de opções de trabalho nas comunidades	1	Cursos de capacitação, inclusão digital	Associação, grupo de jovens, ISA e outros parceiros	Definir com os jovens suas expectativas e oportunidades e transformá-las em projetos	E.U.
		5. Cursos profissionalizantes para jovens	Necessidade de pessoas capacitadas para gerenciar os projetos existentes e para implantar de novos projetos	2	Definir os temas e as formas de capacitação, criar espaço para capacitação e adquirir os equipamentos necessários	Sebrae, Senac, outros parceiros (Ibama, Itesp, ISA, Idesc)	Organizar uma conversa com Sebrae e Senac e elaborar projetos	E.U.



Rio Nhunguara. Foto: Felipe Leal/ISA

5.4. Agenda Socioambiental de Nhunguara

Localização e origem da comunidade

Parte das terras da comunidade de Nhunguara está inserida no município de Eldorado e parte no município de Iporanga. Faz limite com a comunidade de André Lopes e o Mosaico do Jacupiranga. O acesso se dá pela estrada SP 165, que liga Eldorado a Iporanga. Nhunguara está localizada a aproximadamente 40 km do centro da cidade de Eldorado e a 30 km do centro de Iporanga.

A ocupação das terras da comunidade se relaciona à expansão territorial de grupos negros do entorno, como Ivaporunduva e São Pedro (Antiga Lavrinha). Os principais troncos familiares que deram origem à ocupação da área foram: os Maia, os Vieiras e os Dias. O patriarca dos Vieiras teria se fixado na região durante a guerra do Paraguai) e acabou se deslocando para a ‘Lavrinha’ (São Pedro); os Dias têm origem nas terras de Ivaporunduva. Em 1830 alguns dos descendentes do tronco Vieira já ocupavam a região de Nhunguara, dando início à expansão territorial sobre algumas áreas onde mais tarde se formou a comunidade de André Lopes. A história de ambas as comunidades está ligada por estreitas relações sociais e de parentesco. No período de 1882 outros grupos, como os descendentes do tronco Morato de Almeida, se estabeleceram na área.

Nhunguara foi a comunidade negra que liderou na região a produção de arroz, porcos, farinha de mandioca e aguardente de cana, aproximadamente até a década de 50 do século passado.

Em 2001 a comunidade foi reconhecida oficialmente como remanescente de quilombos, embora, até o momento, a situação fundiária da área não tenha sido resolvida. Esta situação vem gerando constantes conflitos entre os quilombolas e os fazendeiros que exercem atividades agropecuárias na área.

Aspectos sócio-econômicos

1. Perfil dos entrevistados:

Total dos entrevistados: 69 chefes de família, perfazendo 70% das famílias existentes na comunidade.

Local de origem: maioria nascida no município de Eldorado.

2. Perfil da população (faixa etária, ocupação e fontes de renda)

A população levantada é de 312 pessoas, das quais, aproximadamente, 49% são do sexo feminino e 51% do sexo masculino. Contudo, tem-se uma população residente estimada de 439 pessoas.

Menos da metade da população tem idade acima de 30 anos, conforme demonstra o Gráfico 1.

Os benefícios de governo são as fontes de renda mais presentes no orçamento familiar, apontados por até 47 das 69 famílias entrevistadas, como no caso da Renda-Cidadã (Gráfico 2).

A venda da banana é a principal fonte de renda para muitas famílias. O trabalho de diarista, assim como a venda de artesanatos, estão também presentes no orçamento familiar, embora de forma complementar. Algumas pessoas fazem artesanato de taquara, cipó, taboa, madeira e há uma citação para palha de milho. Já o extrativismo diminuiu, mas ainda é uma opção de trabalho.



Vista parcial da comunidade.

gráfico 1. Faixa etária

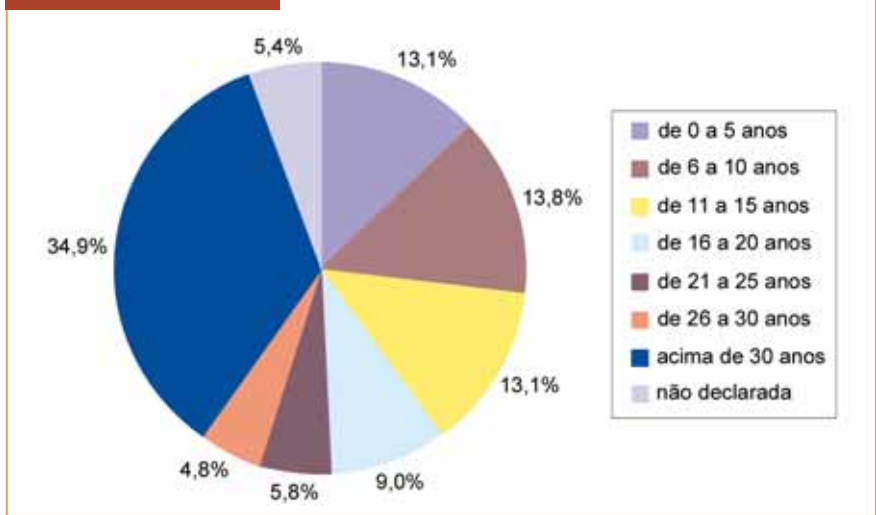
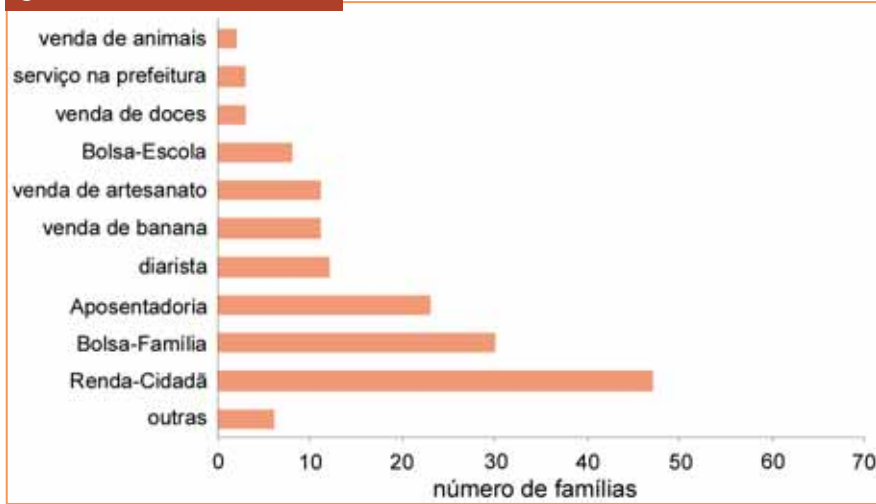
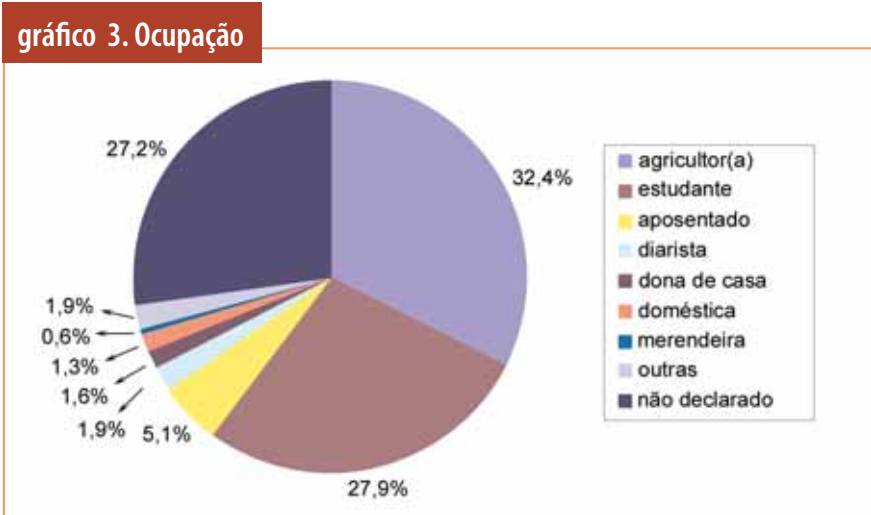


gráfico 2. Fontes de renda



Pode-se verificar no Gráfico 3 que a maioria da população (aproximadamente 46%) se declara agricultor(a), seguido pela ocupação de “estudante”.



3. Infra-estrutura, bens e serviços

Muitas casas estão localizadas ao longo das estradas que cortam a comunidade, onde também estão as escolas e igrejas. As demais são mais distantes, sendo o acesso por carro impossível, pelas péssimas condições das vias.

A maior parte das casas não possui nenhum tipo de fossa. Por este motivo, tanto as águas de pia da cozinha como as de banheiro são despejadas nos cursos d’água próximos.

A água para consumo é oriunda de minas e pequenos córregos existentes no território, como os da Pedra, do Jacu, da Saruva e do Monjolo.

O lixo produzido nas casas é queimado ou enterrado. Na maioria das casas há luz elétrica.

Metade das famílias tem em casa uma televisão e um rádio, enquanto que menos da metade possui geladeira.

Há um telefone público e um via rádio que é mantido pela própria comunidade.



fotos: Felipe Leal/JSA



Escola da comunidade.

Embora em quase todas as casas exista fogão a gás, para cozinhar a maioria das famílias utiliza a lenha proveniente das áreas abertas para a roça, onde ficam os restos de madeira.

As benfeitorias e equipamentos comunitários existentes são: um galpão de maquinário, dois viveiros de mudas de palmito, uma piladeira de arroz, um caminhão e maquinário para beneficiamento de mandioca.

Estima-se que, mensalmente, em média 47 pessoas da comunidade se desloquem até Eldorado ou Iporanga para uso dos serviços de saúde, bancários, aquisição de gêneros alimentícios e outros não mencionados.

4. Saúde e Educação

A comunidade recebe atendimento médico semanal no posto de saúde existente, contando também com um agente de saúde. Nos casos de doenças que requerem cuidados hospitalares, o atendimento é feito no hospital de Eldorado, e, quando necessário, o paciente é encaminhado para o Hospital Regional em Pariquera-Açú.

Duas escolas na comunidade oferecem o Ciclo I do Ensino fundamental. Os jovens que querem cursar o Ensino Médio deslocam-se para as escolas estaduais localizadas na comunidade de André Lopes, no bairro de Itapeúna e na cidade de Iporanga.

5. Lazer, Cultura e Religião

A maioria das pessoas da comunidade freqüenta religiões de denominação evangélicas, e o catolicismo é praticado por algumas famílias. Há uma igreja católica e quatro evangélicas (Congregação Cristã do Brasil, Assembléia de Deus, Casa de Oração e Ministério de Belém).

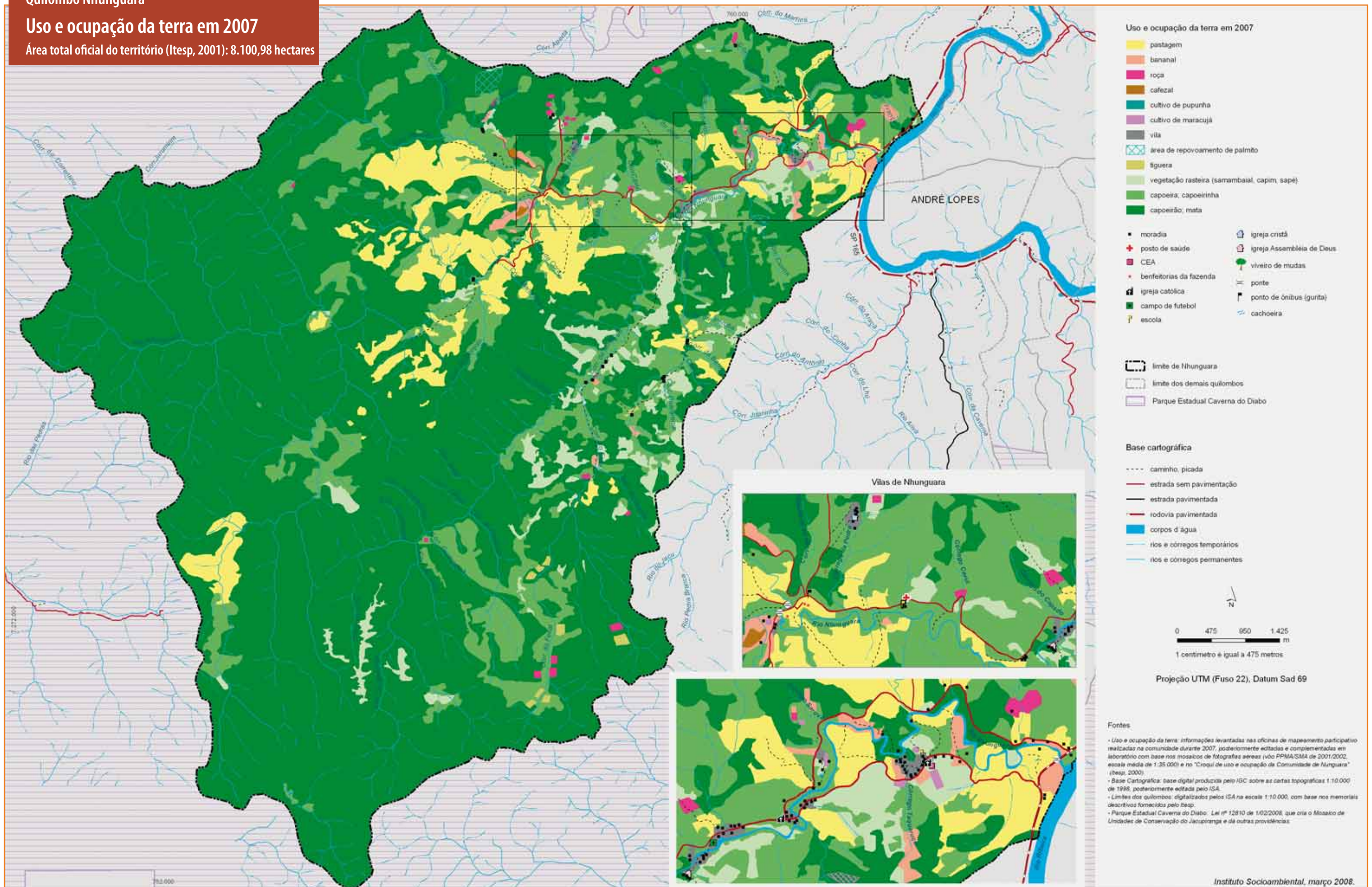
As manifestações culturais são pouco praticadas, sendo apenas citadas as festas juninas e o dia 12 de outubro. Em algumas ocasiões são realizadas festas para arrecadação de fundos para a associação.

Viveiro de mudas de palmito.

Quilombo Nhunguara

Uso e ocupação da terra em 2007

Área total oficial do território (Itesp, 2001): 8.100,98 hectares



O fandango é a atividade cultural mais citada daquelas que não são mais realizadas.

6. Forma de Organização

A comunidade se organiza por meio da Associação Comunidade de Quilombo do Nhunguara, fundada em 1997, sendo a maioria dos moradores associada. Uma de suas principais funções é representar o grupo perante os órgãos públicos e nas ações conjuntas com outras comunidades.

As organizações não-governamentais apontadas como atuantes na comunidade foram: o Moab, o ISA, as Pastorais da Igreja Católica, a Mitra Diocesana, e o Iesp. Já as organizações governamentais citadas são: o Itesp, a Unicamp, a Fundação Florestal (SMA-SP), as Prefeituras de Iporanga e de Eldorado.

Aspectos do uso e ocupação da terra

1. Distribuição espacial das formas de uso

Nhunguara possui uma área total oficial de 8.100,98 hectares (Itesp, 2001), com situação fundiária, em sua totalidade, inserida na categoria de área devoluta.

Dos 8.091,06 hectares mapeados, 91,22% estão cobertos por fisionomias vegetais, preponderantemente as matas com pouca ou nenhuma alteração. Em

tabela 1. Formas de uso da terra em Nhunguara em 2007*		
Classes de uso da terra	Área ocupada (ha)	Área ocupada (%)***
bananal	38,1	0,47
cafezal	2,65	0,03
pastagem	602,18	7,44
roça de coivara	17,07	0,21
tiguera	12,12	0,15
cultivo de pupunha	0,21	0
cultivo de maracujá	2,57	0,03
vila	11,07	0,14
estrada	15,51	0,19
corpos d´água	9,2	0,11
vegetação rasteira	287,51	3,55
capoeirinha/capoeira	1264,6	15,63
capoeirão/mata	5.828,28	72,03
área de repovoamento de palmito**	10,86	0,13
Total	8.091,06	100

* O cálculo de áreas foi efetuado pelo Sistema de Informações Geográficas do ISA, acarretando algumas diferenças em relação à área oficial do Quilombo de Nhunguara.

** A área ocupada por esta classe de uso não foi considerada no valor total, posto que se sobrepõe a outras classes.

*** Estes valores são relativos à área do território de Nhunguara segundo o limite elaborado pelo ISA (8.091,06 hectares) , com base no memorial descritivo fornecido pelo Itesp.

seguida, com 7,44 % estão as pastagens, classe de uso dominante. Observe os demais valores absolutos e relativos (%) das classes de uso da terra em Nhunguara na Tabela 1, e sua distribuição espacial no mapa de uso e ocupação da terra desta comunidade.

2. Casas e quintais

As casas são de alvenaria, na grande maioria, com partes de pau-a-pique, como a cozinha. São circundadas por terrenos, também chamados de quintais ou “terreno de planta”, onde são criados, de forma extensiva, animais de pequeno porte, frutíferas e plantas de pequeno porte.

Os quintais recebem o nome de “terreiro” ou “terreno de planta”. Estes são os locais mais próximos da casa e onde são cultivadas frutíferas, hortaliças e plantas de uso medicinal. As frutíferas cultivadas são: goiaba, laranja e limão. As



Casa de pau-a-pique.



Roça em “terreiro de planta”.

principais hortaliças cultivadas são: couve, alface e cebola. As medicinais mais cultivadas são: hortelã, boldo e losna (Tabela 2).

Nos quintais também são mantidas criações domésticas para o consumo alimentar, com área entre 200m² a 2.000m², de modo geral.

Tabela 2. Cultivos existentes nos quintais*		
Frutíferas	Hortaliças	Medicinais
Banana	Couve	Poejo
Laranja	Alface	Hortelã
Limão	Beterraba	Guaco
Abacate	Cebola	Boldo
Mamão	Almeirão	Erva-cidreira
Mexerica	Cenoura	Erva-doce
Goiaba	Rabanete	Tanchais
Acerola	Acelga	Flor da Amazônia
Lima	Pimentão	Pariparoba
Café	Cebolinha	Estomalina
Jabuticaba	Manjerona	Capim Cidró
Ata	Cheiro-Verde	Hortelã Pimenta
Abacaxi	Pimenta	Penicilina
Ameixa	Salsinha	Arruda
Palmito	Coentro	Anador
Manga	Rúcula	Alecrim
Maracujá	Tomate	Cânfora
Cana	Chicória	Novalgina
Jaca	Hortelã Gordo	Santa Maria
Jambolão	Cheiro-Gordo	Vick
Pêssego	Mandioca	Milome
Pitanga	Alho	Babosa
Graviola		Guiné
Cacau		Ampicilina
Ariticum		Doril
Amora		Vermelhão
Camarinha		Fidério
Jambo		Losna
Araçá		Levanta-Estômago
Castanha		Folha da Amazônia
		Picão
		Confrei
		Jarbão
		Fidego

*Plantas apontadas pelos entrevistados por seu nome popular. Alguns nomes coincidem com os utilizados pela indústria farmacêutica.

3. Agricultura

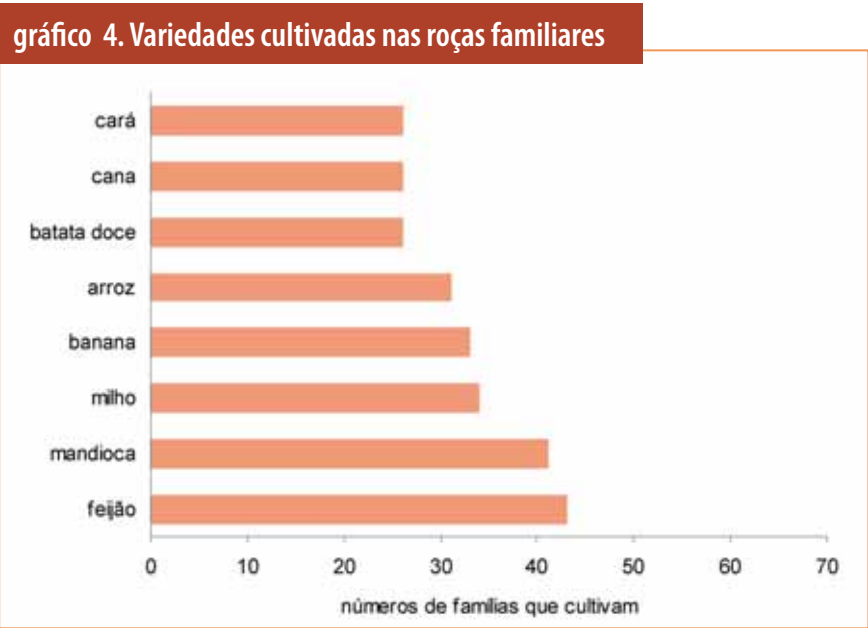
As sementes utilizadas pelos agricultores, na maioria das vezes, são produzidas na própria comunidade.

A bananicultura é a atividade exercida por todas as famílias. O maior produtor de banana da comunidade tem 7.000 pés e os menores têm, em média, 500 pés.

As variedades agrícolas comumente plantadas nas roças são: o feijão, a mandioca, o milho, o arroz, a batata-doce, a cana e o cará. Observa-se que as variedades plantadas por um número maior de agricultores, se comparado aos demais tipos de variedades, são o feijão e a mandioca (Gráfico 4).

Não há uso de venenos e adubação química nas roças, com exceção dos cultivos de maracujá, pupunha e em alguns bananais.

As limitações relacionadas à produção agrícola de modo geral são a questão das áreas ainda em posse de terceiros, uma vez que são áreas antropizadas e, portanto, passíveis de expansão dos cultivos da comunidade. Outra limita-



Felipe Leal/ISA



Roça de pousio.

ção é a impossibilidade de escoar a produção de banana devido à ausência de estrada em certas localidades da comunidade, à dificuldade de obtenção de crédito agrícola e ao desinteresse dos jovens pelas atividades agrícolas, em especial a roça de coivara.

4. Recursos naturais

As nascentes d’água foram o recurso natural destacado por sua abundância na área da comunidade (359, no total, extraídas da base cartográfica 1:10.000 produzida pelo IGC). No entanto, também foi apontada a necessidade de reflorestamento de certos trechos de rios, principalmente nas áreas onde terceiros mantêm o sistema de pastagem extensiva.

O principal rio que corta a área da comunidade é o rio Nhunguara, um dos principais afluentes do rio Ribeira.

Os recursos naturais comumente coletados são as madeiras e os cipós utilizados na construção e na confecção de utensílios domésticos e artesanais. Além do palmito, as plantas medicinais nativas e a taquara são recursos disponíveis e utilizados pelos moradores em seu cotidiano.



Coleta de taboa para confecção de artesanato.

Agenda das Prioridades e Recomendações

Demandas	Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos				
			Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008); M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo	
Meio Ambiente e Fundiário	1. Reflorestar beiras de rio e outras áreas na comunidade	Conservar os recursos naturais, evitar assoreamento, melhorar a vida da fauna e flora, recuperação da água	2	Buscar um intermediador para negociação com terceiros, criar projeto de conscientização junto às comunidades	Ação conjunta entre órgãos ambientais e organizações que trabalham com as comunidades	Ação civil pública entre os atores sociais e órgãos envolvidos	E.U.
	2. Acabar com a ameaça das barragens no Rio Ribeira do Iguape	Perda da biodiversidade e sociodiversidade provocam êxodo para as cidades, perda da cidadania e da cultura quilombola e comunidades tradicionais	1	Buscar novos parceiros que sejam contrários a essa iniciativa, buscar fontes confiáveis de pesquisa para discutir os aspectos técnicos	Todos os movimentos envolvidos na questão da barragem (contrários)	Capacitação para equipe de articulação e comunicação, divulgação em nível internacional	E.U.
	3. Programa de fiscalização com a participação da comunidade para impedir a entrada de palmiteiros na área da comunidade	Perda da espécie	1	Oferecer ajuda de custo para quem corta, melhorar a fiscalização por parte da SMA, trabalho de conscientização junto aos palmiteiros, acabar com atravessadores (assim não tem para quem vender)	A Secretaria do Meio Ambiente, junto com ONGs e comunidades, buscando alternativas	Projetos com parceiros envolvidos, ter alternativas de geração de renda	M.P.
	4. Programa de fiscalização com a participação da comunidade para impedir a entrada de palmiteiros nas áreas reflorestadas com palmito da comunidade	Fonte de renda sustentável, aumento do ICMS municipal	1	Trabalho de sensibilização com os infratores, fiscalização rigorosa, ajuda de custo (SMA)	As Associações devem indicar pessoas para fiscalização junto à SMA	Atividades educativas, seminários, palestras, debate envolvendo os palmiteiros	E.U.

	Demandas	Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos			
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008); M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo
Meio Ambiente e Fundiário	5. Autorização para abertura de área para roça por período de 10 anos e áreas maiores que contemplem a comunidade	Para evitar a perda das licenças anuais, valoriza os aspectos culturais, garantir a subsistência das famílias	1	Pressionar os órgãos competentes como SMA, DEPRN e formação de GT para definir as áreas a serem autorizadas	Associações junto com os órgãos que trabalham nas comunidades	Em forma de reuniões nas comunidades e junto ao órgão competente, SMA, DEPRN, Itesp	E.U.
	6. Adequação da legislação ambiental para permitir a abertura de roça de subsistência com o uso do fogo em locais onde o estágio de recuperação da vegetação está atualmente sob proteção legal	Porque são poucas as melhores áreas disponíveis para cultivo que não estejam protegidas pelo Código Florestal (art. 215/216) ou pela Lei da Mata Atlântica (nº 11.428, de 22/12/06). Além disso, as roças de subsistência são consideradas pela ciência como lavouras de mínimo impacto	2	Buscar junto aos órgãos competentes a solução do problema, Ibama, DEPRN, SMA, MDA	Comunidades, órgãos públicos	Ofícios, reuniões, audiências, mobilização, articulação em nível regional	E.U.
	7. Extinção do uso de fogo para ampliação de pasto que é praticado em áreas que estão em posse dos terceiros	Áreas da comunidade. Prática insustentável com ação impactante	1	Solicitar aos órgãos ambientais acordo com os terceiros, de forma que a comunidade possa provar como está a situação da área	Comunidades e Órgãos Públicos	Órgãos x fazendeiros, mas antes a Associação tem que procurar um órgão de apoio e reclamar por escrito	M.P.
	8. Interpretação e explicação sobre as leis ambientais em linguagem acessível às comunidades	Falta clareza e entendimento pelas comunidades	1	Elaboração de material escrito de forma simplificada	GT que envolva as comunidades e assessores para compor conteúdo do material	Formar o GT e definir o cronograma de trabalho	M.P.
	9. Retirada dos terceiros do território	Para garantir o território e sustentabilidade e evitar danos ambientais	1	Relatar os fatos que estão acontecendo e levar ao poder público, acelerar o processo de indenização de terceiros	Comunidades devem relatar os fatos e solicitar aos órgãos responsáveis velocidade no processo	Fotos, documentos, B.O., e encaminhar ao órgão competente	E.U.
	10. Regularização Fundiária/ Titulação	Para garantir o território e aumento da produção, resgate de valores tradicionais e culturais, garantir a sustentabilidade da comunidade	1	A comunidade deve conhecer bem o território, para poder pressionar política e juridicamente os órgãos competentes	Associação, comunidades e órgãos responsáveis	A partir do conhecimento dos territórios criar embasamento político e jurídico e pressionar os órgãos competentes	E.U.
	11. Obtenção do direito de uso para a comunidade das áreas abertas (sem mata) que estão em mãos de terceiros.	Para fazer uso do território e das áreas abertas que são ocupadas por terceiros, mas não estão em uso	1	Formar GT para fazer estudo dessas áreas para solicitar junto a Justiça as medidas cabíveis	As comunidades junto ao GT e órgãos competentes	Fazer um estudo e manejar as áreas para discutir com o GT	E.U.
	12. Parar a invasão no território de gado dos fazendeiros de Cajati/Iporanga	A invasão destrói os cultivos, causa erosão	3	Denunciar com ações cabíveis (consultar Código Civil que trata de relações de vizinhança)	Os prejudicados e comunidade	Criar um GT que possa discutir essas questões e levantar as possibilidades de entendimento	E.U.

Demandas		Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos			
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008); M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo
	13. As comunidades terem um planejamento sócio-econômico e ambiental sustentável – continuidade do processo da Agenda Socio-ambiental Quilombola	Necessidade de desenvolvimento cultural, social e ambiental das comunidades	2	Tem que ter colaboração dos associados e o apoio das instituições do Governo e da Sociedade civil para implantação da Agenda	São os Agentes socioambientais quilombolas, Associação e parceiros, como Itesp, Moab, ISA, Fundação Florestal	Tem que ter diagnóstico das comunidades, seminários, encontros, oficinas de mapeamento dos territórios e troca de informações	M.P.
Manejo e Extrativismo	1. Manejo de ervas medicinais	Melhorar a renda e valorizar o conhecimento tradicional	2	Valorizar o conhecimento e comercialização	Parceiros (Saúde, ISA, Itesp, Pastoral da criança)	Identificar as pessoas que têm o conhecimento, as ervas com potencial, e beneficiar mercado	M. P.
Comunicação, eletricidade, transporte e moradia	1. Manutenção de estradas existentes na comunidade	As estradas estão em péssimas condições, dificultando o acesso, principalmente aos alunos da escola	1	Melhorar o acesso às estradas, cascalhar, fazer lombadas e sinalizar	Prefeitura	Associação reivindica e cobra o poder público	E.U.
	2. Abertura de novos acessos (estrada e pontes) na comunidade	Porque precisa de abertura de novas estradas e construção de pontes metálicas	1	Fazer officio e reunião com Prefeitura e DER	Prefeitura e Associação	Associação reivindica e cobra o poder público	E.U.
	3. Obtenção de transporte coletivo para atender a comunidade	Porque as comunidades têm difícil acesso a transporte	1	Reivindicar junto às prefeituras uma linha coletiva regular	Associação e Prefeitura	Solicitar ônibus junto ao departamento transporte e Prefeitura	E.U.
	4. Ampliação e melhor distribuição dos telefones públicos na comunidade	Porque o território é grande, as famílias estão espalhadas e isto dificulta a comunicação	1	Reivindicar junto á telefônica e órgãos do governo a instalação de telefones públicos.	Associação e Telefonica	Levantamento de moradores e encaminhamento do requerimento do telefone.	E.U
	5. Instalação de energia elétrica para todas as casas da comunidade	Porque possibilita ter eletrodomésticos como geladeira, facilita comunicação, melhora a qualidade de vida.	1	Reivindicar ao programa Luz para Todos do Governo Federal	Associação e Programa Luz para Todos	Encaminhar novo pedido e conversar com o responsável regional.	E.U
	6. Instalação de antena para sinal de telefone móvel (celular)	Porque o território é grande, as famílias estão espalhadas e isto dificulta a comunicação	1	Reivindicar junto companhia telefônica e órgãos do governo a instalação de antenas;	Associação e parceiros	Levantamento de usuários de celular e encaminhamento do pedido á operadora	M.P
Saneamento básico	1. Regularidade nos dias de coleta de lixo	Não tem dia certo para coleta e o lixo fica acumulado	1	A Associação deve fazer um cronograma de datas com a Prefeitura para a realização da coleta	Associação e Prefeitura	Deve ser realizada reunião entre Associação e Prefeitura	E.U.
	2. Instalação de rede de esgoto e tratamento	Porque o tratamento é indispensável para a saúde da comunidade	1	Construção de fossas sépticas e rede de esgoto	Prefeitura com fiscalização da Associação	Associação e comunidade pressionar a Prefeitura	E.U.
Cultura e Lazer	1. Divulgação das coisas tradicionais da comunidade	Conservação da história e cultura, pois as culturas estão se perdendo, e há necessidade de resgate cultural	2	Através de histórias, palestras e prática, tentando resgatar as atividades que eram praticadas	A própria comunidade, com os parceiros: órgãos públicos e ONGs	Fortalecimento das associações e troca de experiências entre elas	M.P.
	2. Fortalecimento do artesanato quilombola	Promover geração de renda e resgate do artesanato tradicional	2	Organizar exposições	As associações e ONGs, Minc, Secretaria da Cultura	Através de projetos e parcerias	M.P.

Demandas		Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos			
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008); M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo
Cultura e Lazer	3. Projeto de incentivo para integração de crianças e jovens na comunidade	A falta de participação de jovens	1	Tendo esporte, cultura, lazer e inclusão digital	Precisa de parcerias, como Prefeitura, Secretaria do Esporte, da Educação e Ministério da Cultura	Promovendo atividades em projetos que atraiam os jovens com uma linguagem atraente	E.U.
	4. Curso de violão	Por ser de interesse de alguns jovens		Procurar a Secretaria de Cultura local	Prefeitura	Através de cursos	E.U.
	5. Aulas de capoeira	O resgate cultural da história dos negros e a necessidade de participação e envolvimento dos jovens	2	Reunir os interessados e escolher o professor	Tem que buscar apoio com os parceiros, como Itesp, Unicamp, ISA	Através de projetos culturais	M.P.
Educação	1. Melhoria no ensino fundamental existente na comunidade e ensino diferenciado	Para trabalhar com temas específicos à realidade quilombolas e aumentar o conhecimento das comunidades sobre sua cultura	1	Capacitação de professores, envolver a comunidade nesse processo (levar pessoas da comunidade para dar palestra na escola)	Associação com órgãos da educação	Em conjunto com comunidades, professores e delegacias de ensino	E.U.
	2. Curso de formação para cidadania	Devido a necessidade de conhecimento sobre este assunto	1	Mobilizar, motivar a comunidade para participar destes cursos	Criar um grupo junto com Associação para coordenar este trabalho	Buscar apoio junto à Prefeitura e Instituições parceiras	M.P.
Atividades Produtivas	Agricultura (atividades, infra-estrutura e equipamentos)	1. Concluir a construção de barracão para beneficiamento da mandioca e capacitação da comunidade para uso do mesmo	1	Doação	Idesc, Itesp e prefeituras	Fazer projetos	E.U.
		2. Melhorar a comercialização da banana		Venda direta com mercado consumidor e programa da Conab, evitando atravessadores	Grupos de produtores da Associação e parceiros (ISA, Itesp)	Pesquisa de mercado e organização das comunidades	E.U.
		3. Tornar formas de financiamento acessíveis ao produtor		Conhecer o Pronaf e propor adaptação às necessidades dos quilombos e garantia de preços mínimos	Itesp, MDA, Pronaf, Secretaria de Agricultura	Chamar o Ministro do Desenvolvimento Agrário para Audiência Pública ou secretário do Pronaf	E.U.
		4. Reestruturar a produção de mel nas comunidades	2	Levantamento da situação da produção atual e tomar as medidas necessárias	ISA e Itesp	Fazer um diagnóstico, viabilizar a capacitação dos produtores e bom aproveitamento dos equipamentos existentes	E.U.
	Extra-agroflorestais e extra-criação	1. Capacitação em artes (pintura de tecido, cerâmica e outras artes)	2	Criação de projetos	Sebrae, Itesp	Elaboração de projetos, Associação, ISA, Itesp, Sebrae	
		2. Beneficiamento de produtos que são produzidos na comunidade	2		Associação com as entidades parceiras	Elaboração e encaminhamento de projetos	M.P.
		3. Cursos profissionalizantes para jovens	1	Definir os temas e as formas de capacitação, criar espaço para capacitação e aquisição de equipamentos necessários	Sebrae, Senac, outros parceiros (Ibama, Itesp, ISA, Idesc)	Organizar uma conversa com Sebrae e Senac e elaborar projetos	E.U.



Travessia do rio Ribeira de Iguape para Ivaporunduva. Foto: Felipe Leal/ISA

5.5. Agenda Socioambiental de Ivaporunduva

Localização e origem da comunidade

Localiza-se à 55 km do centro da cidade de Eldorado, na margem esquerda do rio Ribeira de Iguape, limitando-se com outras cinco comunidades quilombolas: São Pedro , Pedro Cubas, Sapatu, André Lopes e Nhunguara. A travessia do rio Ribeira para pedestres é feita mais próximo da vila, no ponto central da comunidade, de barco a motor. Já os veículos fazem a travessia de balsa e desembarcam a cerca de 3 km da vila, próximo à comunidade de Galvão.

Ivaporunduva surgiu no século XVII, pela ocupação de mineradores e seus escravos. É a comunidade quilombola mais antiga do Vale do Ribeira, anterior até mesmo à fundação de Eldorado, e da qual se originaram outras comunidades como: São Pedro, Pilões, Maria Rosa e Nhunguara.

A ocupação das terras de Ivaporunduva teve início com os irmãos Cunha, mineradores de ouro, que iniciaram com seu grupo de escravos a exploração do ouro no local. Nesse mesmo período chegou ao lugar a mineira Joana Maria. Por volta de 1791 a Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos foi construída pelos escravos de Joana Maria. Após a morte de seu primeiro marido, ela casou-se com o português João Marinho. Quando este morreu, Joana Maria casou-se com o mineiro João Manoel de Siqueira Lima. Em 1802, ela libertou seus escravos e doou-lhes suas terras. Os principais troncos familiares dos primeiros moradores de Ivaporunduva foram: Furquim, Pupo, Marinho, Meira, Vieira, Pedroso, Moraes, Araújo, Machado, Pereira, Santos, Costa e Silva.

Em meados do século XVIII, com o declínio da extração do ouro na região, os escravos foram sendo libertos e a população branca, gradativamente, se deslocou para outras localidades. A população negra já ali estabelecida foi ampliando seu domínio sobre as terras onde se localizava Ivaporunduva, que com o tempo se transformaram em um local onde negros livres, libertos e também fugidos estabeleceram suas residências e áreas de cultivo. A formação do povoamento ocorreu antes de 1888, data da abolição dos escravos.

Em 1997, foi reconhecida como comunidade quilombola pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp). Já em 2000 este reconhecimento veio pela Fundação Palmares. Em 2003, a Associação recebeu do Itesp o título de parte de suas terras. Até o início de 2008, o título não tinha sido registrado em cartório, estando na dependência de medidas a serem tomadas pelo Estado.

Aspectos sócio-econômicos

1. Perfil dos entrevistados

Total de entrevistados: 80 chefes de família, ou seja, 80% das famílias existentes na comunidade.

Local de origem: a maioria nascida no município de Eldorado.

2. Perfil da população (faixa etária, ocupação e fontes de renda)

A população levantada através do questionário é de 320 pessoas, sendo 45% do sexo feminino e 55% do sexo masculino. Contudo, durante o processo de validação, estimou-se uma população de 347 pessoas.

Na comunidade, aproximadamente 60% das pessoas têm idade inferior a 30 anos, conforme demonstra o Gráfico 1.



Vista do quilombo às margens do rio Ribeira de Iguape.

A principal fonte de renda das famílias de Ivaporunduva é a bananicultura, embora também estejam bastante presentes no orçamento familiar, os be-

gráfico 1. Faixa etária

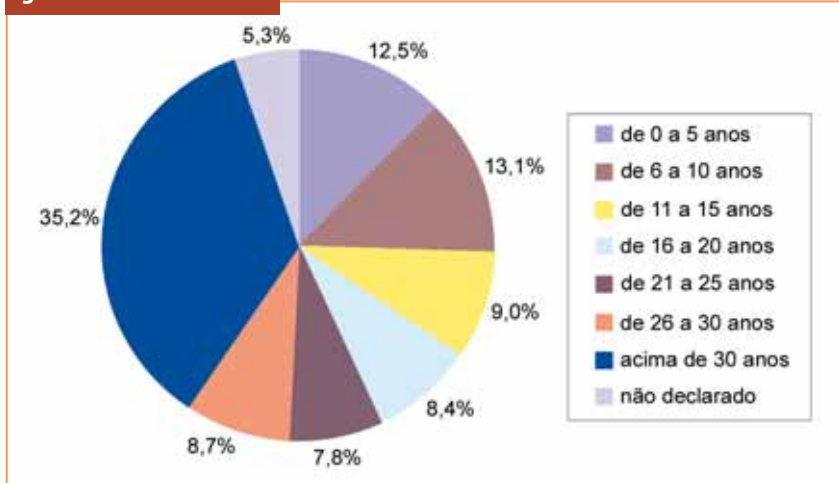
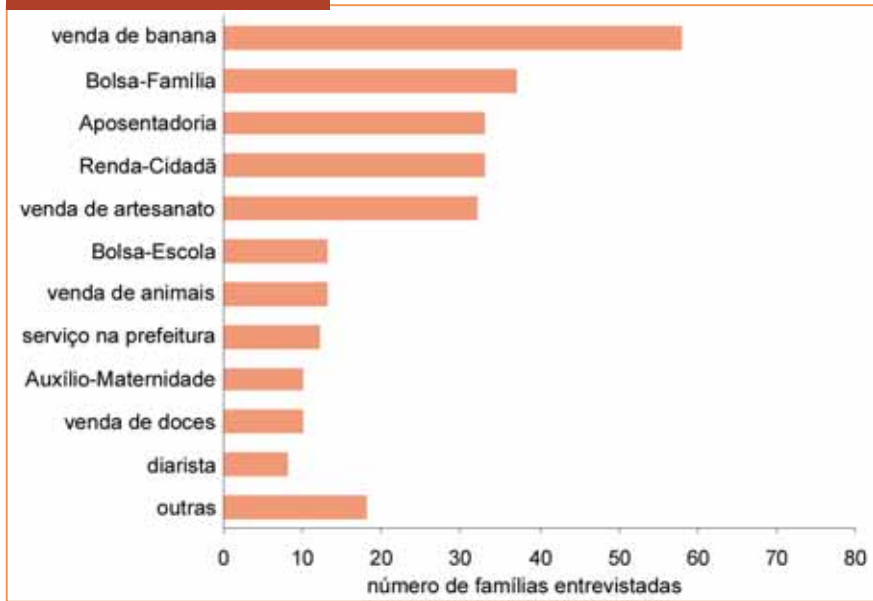


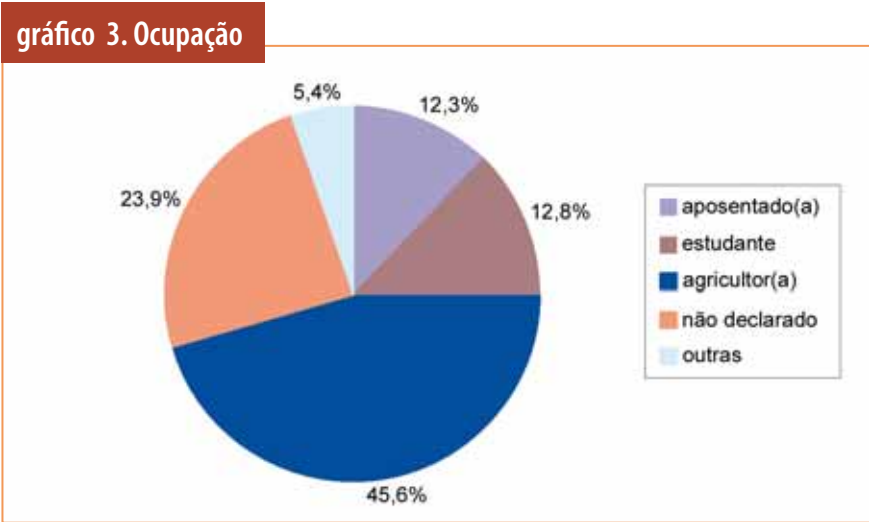
gráfico 2. Fontes de renda



nefícios do governo (Bolsa Família, aposentadoria e Renda Cidadã), conforme observado no Gráfico 2.

A venda de artesanato também tem se destacado nos últimos anos, sendo uma atividade que gera renda complementar às famílias, praticada sobretudo por mulheres. As pessoas que prestam serviços à prefeitura são sobretudo os balseiros, responsáveis pela operação da balsa que realiza a travessia do Rio Ribeira de Iguape. Há na comunidade aproximadamente 43 aposentados e cinco pensionistas, além de três canoieiros.

Quanto à ocupação profissional, a maioria dos membros da comunidade se declara agricultor (Gráfico 3).



3. Infra-estrutura, bens e serviços

A comunidade possui um núcleo de casas e benfeitorias, chamado de vila ou centro da comunidade. Além de algumas casas, ali se localiza a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, a sede da Associação, a escola de ensino fundamental, a Casa do Artesão, o posto de saúde e a praça da comunidade – ponto de encontro, de festas e de lazer da comunidade. Numa distância de aproximadamente 300 metros da vila localiza-se o campo de futebol.



Telecentro.

fotos: Felipe Leal/ISA

Outras moradia e benfeitorias são vistas ao longo das estradas que cortam a comunidade, como é o caso do centro de visitantes (Pousada de Ivaporunduva), da unidade de processamento de banana (em consolidação) e do galpão para processamento de ervas medicinais, com acesso pela estrada do Córrego Grande.

Menos da metade das casas tem fossa negra. A água utilizada nas pias da cozinha e banheiro é lançada no quintal e nos cursos d’água próximos das moradias. A água que abastece a maioria das casas é proveniente de minas d’água, trazida por canos e mangueiras.

Há coleta semanal de lixo, mas a maior parte dele é queimado. O lixo orgânico é lançado no quintal para alimentar as galinhas.

Embora mais da metade das famílias possua fogão a gás, o fogão à lenha ainda é comumente utilizado.

Mais da metade das famílias possui televisão e também rádio.

Existem dois telefones públicos na praça, considerada o centro da comunidade.

A comunidade se serve do transporte coletivo por meio de linhas de ônibus que vêm de Eldorado e de Iporanga, em apenas dois horários durante a semana. Há também dois horários de ônibus escolar. Em alguns casos, o carro da Associação transporta os membros da comunidade.

As benfeitorias e equipamentos de uso comunitário são: a fábrica de beneficiamento de banana (em fase final de construção), o galpão para confecção comunitária de artesanato de fibra de bananeira, o campo de futebol, o galpão de armazenagem de banana, o telecentro (com acesso à internet e oito computadores), a pousada, o viveiro de mudas de palmito (*Euterpe edulis*), a casa de beneficiamento das plantas medicinais, um caminhão, um carro, um motor de popa, as máquinas de costura, uma máquina de pilar arroz, uma motocicleta e uma maquina fotográfica.

A maioria das pessoas vai para Eldorado fazer compras e utilizar os serviços públicos, como bancos e a Santa Casa de Saúde. Mensalmente se deslocam



Visitantes de uma escola da região conhecem o viveiro de mudas de palmito, orientados por monitores da comunidade.

de Ivaporunduva para Eldorado aproximadamente 100 pessoas, e para a cidade de Iporanga, 15 pessoas em média.

4. Saúde e Educação

Há uma escola de ensino fundamental da pré-escola até a 4ª série. Os jovens que cursam o ciclo 2 do ensino fundamental e o ensino médio se deslocam em torno de 6 km, com transporte fornecido pela Prefeitura de Eldorado, até a Escola Estadual Maria Antonia Chules Princesa, localizada em André Lopes. Em Ivaporunduva, cerca de 11 jovens freqüentam o Ensino Superior. Destes, a maioria acaba residindo fora da comunidade (em São Paulo e em Itatiba, no estado de São Paulo). Entretanto, aqueles que cursam ensino superior em Registro ou faculdade à distância moram na própria comunidade.

Há um posto de saúde que presta atendimento à comunidade semanalmente. Nos casos de exames ou tratamento, o atendimento é feito no hospital de Eldorado ou no Hospital Regional em Pariquera-Açu.

5. Lazer, Cultura e Religião

A religião predominante é o catolicismo, havendo alguns poucos evangélicos.

As comemorações festivas mais expressivas são a Festa da Padroeira, Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, e, ao longo do ano, diversas comemorações sociais e jogos de futebol, disputados com os times das outras comunidades e também com o time de Eldorado.

6. Forma de Organização

A comunidade está organizada em torno da Associação Quilombo de Ivaporunduva, fundada em 1994.

Existem cinco grupos de trabalho (GTs) ligados à Associação, mas desenvolvendo atividades diferentes dentro da comunidade:. São eles: os GTs Banana, Artesanato, Turismo, Manejo Florestal e o da fábrica de beneficiamento de banana.

As organizações não-governamentais atuantes, apontadas pelos entrevistados, foram: Moab, Eaacone; ISA e as Pastorais da Igreja Católica. As governamentais foram: Itesp, Fundação Florestal, Prefeitura de Eldorado, Incra, Seppir e Funasa.

Aspectos do uso e ocupação da terra

1. Distribuição espacial das formas de uso

Ivaporunduva possui uma área oficial total de 2.754,36 hectares (Itesp, 1997), dos quais 672,28 hectares são áreas devolutas, tituladas em nome da Associação no ano de 2003; e, 2.082,07 hectares são áreas de terras particulares.

As formas de uso da terra que ganham destaque em Ivaporunduva – com exceção daquelas relativas à cobertura vegetal natural – são as pastagens, os banais (orgânicos e convencionais), as áreas de repovoamento de palmito e as roças de coivara, respectivamente (Tabela 1). Nesta comunidade temos a maior área repovoada com palmito juçara, dentre todas as integrantes do Pro-

jeto de Repovoamento da Juçara desenvolvido pelo ISA em parceria com as comunidades.

tabela 1. Formas de uso da terra em Ivaporunduva em 2007*		
Classes de uso da terra	Área ocupada (ha)	Área ocupada (%)***
roça de coivara	50,39	1,86
bananal convencional	27,78	1,03
bananal orgânico	55,94	2,06
pastagem	122,18	4,51
cultivo de maracujá	0,44	0,02
cultivo de pupunha	0,18	0,01
bambuzal	1,56	0,06
vegetação rasteira	33,7	1,24
quintais	2,68	0,1
capoeirinha/capoeira	335,05	12,36
capoeirão/mata	2.069,29	76,36
estrada	5,8	0,21
vila	3,56	0,13
corpos d´água	1,51	0,06
repovoamento de palmito**	58,76	2,17
total	2.710,06	100

* O cálculo de áreas foi efetuado pelo Sistema de Informações Geográficas do ISA, acarretando algumas diferenças em relação à área oficial do Quilombo de Ivaporunduva.

** A área ocupada por esta classe de uso não foi considerada no valor total, posto que se sobrepõe a outras classes.

*** Estes valores são relativos à área de Ivaporunduva , segundo o limite elaborado pelo ISA (2.710,06 hectares), com base no memorial descritivo fornecido pelo Itesp.

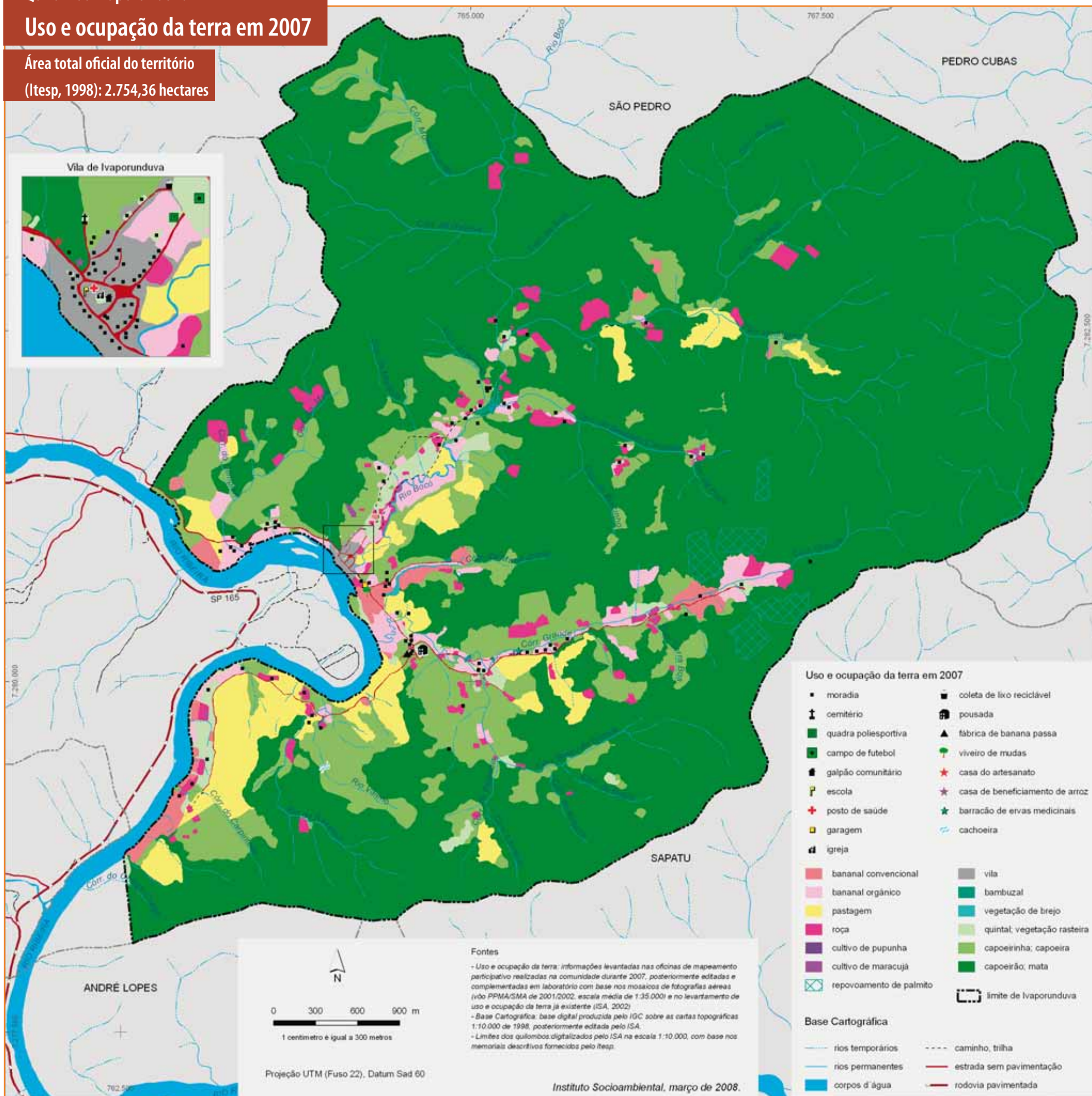


Bananal orgânico.

Quilombo Ivaporunduva

Uso e ocupação da terra em 2007

Área total oficial do território
(Itesp, 1998): 2.754,36 hectares



2. Casas e quintais

As casas, em sua maioria, são de alvenaria, e, em algumas delas,a cozi- nha ainda é mantida originalmente, ou seja, de pau-a-pique. Os quintais têm tamanho médio de 250m². Nesse espaço são cultivadas frutíferas como laranja, abacate, limão e bananeiras, além de outras espécies. As hortaliças e plantas de uso medicinal também são cultivadas nos quintais, conforme se observa nas espécies listadas na Tabela 2.



Área de quintal.

3. Agricultura

A maioria dos agricultores afirmou que as sementes que utilizam para o plantio de suas roças são provenientes da produção agrícola da comunidade. Há algum tempo, uma parte reduzida de agricultores vem adquirindo no comércio de Eldorado as sementes para o plantio da sua roça.

Dos 80 chefes de família entrevistados, 56 deles declararam possuir bananal em produção.

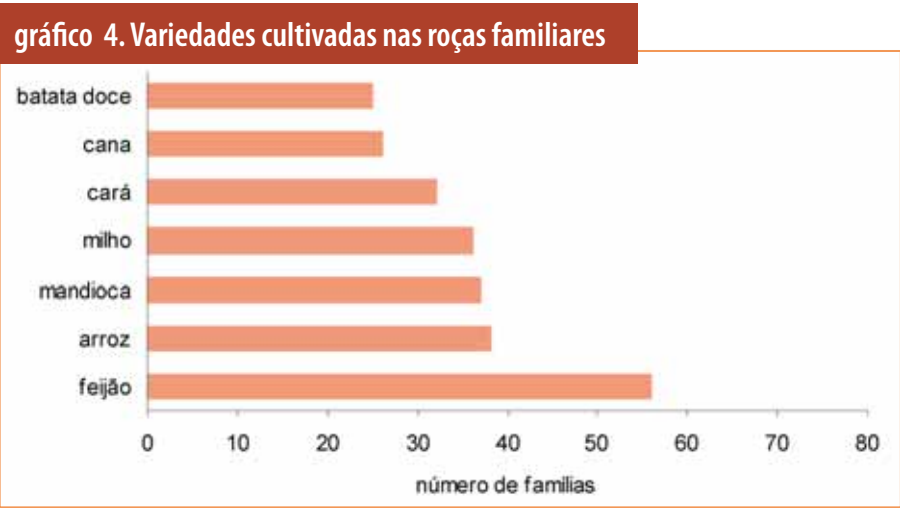


tabela 2. Cultivos existentes nos quintais*		
Frutíferas	Hortaliças	Medicinais
Banana	Couve	Quina Branca
Laranja	Alface	Poejo
Limão	Repolho	Hortelã
Abacate	Beterraba	Mastruz
Mamão	Pepino	Guaco
Carambola	Cebola	Boldo
Mexerica	Almeirão	Erva-cidreira
Goiaba	Cenoura	Camomila
Acerola	Acelga	Erva-doce
Lima	Pimentão	Carqueja
Araçá	Cebolinha	Cana do Brejo
Café	Manjerona	Tanchais
Jabuticaba	Cheiro-Verde	Flor da Amazônia
Ata	Pimenta	Pariparoba
Seriguela	Salsinha	Estomalina
Abacaxi	Chuchu	Capim Cidró
Ameixa	Coentro	Cordão de Frade
Palmito	Abóbora	Hortelã Pimenta
Manga	Rúcula	Penicilina
Maracujá	Tomate	Arruda
Cana	Chicória	Anador
Caqui	Alho	Alecrim
Jaca	Batata	Novalgina
Jambolão	Nhambé	Santa Maria
Pêssego	Manjeriçao	Vick
Pitanga	Palmito Juçara	Babosa
Caju		Guiné
Graviola		Sete Sangria
Cacau		Rosa Branca
Guaraná		Ampicilina
Amora		Fedegoso
Ingá		Espinheira Santa
Cidra		Losna
		Pata de vaca
		Abuto
		Nhotinga
		Agrião
		São Fidelis
		Timbó
		Anhambu
		Confrei

*Plantas apontadas pelos entrevistados por seu nome popular. Alguns nomes coincidem com os utilizados pela indústria farmacêutica.

As espécies cultivadas nas roças de modo geral são: arroz, feijão, batata-doce, cará, cana, mandioca e milho. Observa-se que a variedade plantada por um número maior de famílias, se comparado aos demais tipos de variedades, é o feijão, conforme observa-se no gráfico 4.

Alguns produtos da roça, tais como: o arroz, o feijão e o milho, e outros de origem florestal, não-madeireiros, são vendidos para comerciantes de Eldorado e Iporanga, e na própria comunidade. A banana é o produto de maior comercialização, sendo vendida via Associação, na maioria das vezes, mas também para atravessadores e comerciantes de Eldorado.

O período de descanso das terras utilizadas para agricultura de coivara tem sido de 4 anos em média.

Venenos agrícolas são utilizados por alguns bananicultores, mas a maioria optou há alguns anos pelo cultivo dos bananais orgânicos. Algumas pessoas utilizam veneno para combater as formigas na roça, nos quintais e nas hortas. Já as famílias que aderiram ao cultivo de maracujá utilizam venenos e adubação química nessas áreas.



Feijão produzido em roça de coivara.

fotos: Felipe Leal/SA



Transporte da banana orgânica produzida pela maioria dos agricultores.

4. Recursos naturais

Os recursos naturais de maior importância apontados foram: as nascentes d'água, madeiras, palmito, cipós, caça, as plantas medicinais e pescados. Também alguns tipos de sementes são utilizados como acessórios no artesanato de fibra de bananeira.



Preparação da palha de bananeira para a confecção de artesanato.



Agenda das Prioridades e Recomendações

Demandas	Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos				
			Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008); M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo	
Meio Ambiente e Fundiário	1. Reflorestar beiras de rio e outras áreas na comunidade	Conservar os recursos naturais, evitar assoreamento, melhorar a vida da fauna e flora, recuperação da água	2	Buscar um intermediador para negociação com terceiros, criar projeto de conscientização junto às comunidades	Ação conjunta entre órgãos ambientais e organizações que trabalham com as comunidades	Ação civil pública entre os atores sociais e órgãos envolvidos	E.U.
	2. Acabar com a ameaça das barragens no rio Ribeira do Iguaque	Perda da biodiversidade e sociodiversidade, provoca êxodo para as cidades, perda da cidadania e da cultura quilombola e comunidades tradicionais	1	Buscar novos parceiros que sejam contrários a essa iniciativa, buscar fontes confiáveis de pesquisa para discutir os aspectos técnicos	Todos os movimentos envolvidos na questão da barragem (contrários)	Capacitação para equipe de articulação e comunicação, divulgação em nível internacional	E.U.
	3. Programa de fiscalização coma participação da comunidade, para impedir a entrada de palmiteiros na terra do quilombo	Perda da espécie	1	Oferecer ajuda de Alternativas de renda sustentável) tirar ajuda de custo,para quem corta, melhorar a fiscalização por parte da SMA, trabalho de conscientização junto aos palmiteiros, acabar com atravessadores (assim não tem para quem vender)	A Secretaria do Meio Ambiente, junto com ONGs e comunidades, buscando alternativas	Projetos com parceiros envolvidos, ter alternativas de geração de renda	M.P.
	4. Programa de fiscalização coma participação da comunidade, para impedir a entrada de palmiteiros nas áreas reflorestadas com o palmito no território da comunidade	Fonte de renda sustentável, aumento do ICMS municipal	1	Trabalho de sensibilização com os infratores, fiscalização rigorosa, ajuda de custo (SMA)	As associações devem indicar pessoas para fiscalização junto à SMA	Atividades educativas, seminários, palestras, debate envolvendo os palmiteiros	E.U.
	5. Autorização para abertura de área para roça por período de 10 anos e áreas maiores que contemplem a comunidade	Para evitar a perda das licenças anuais, valoriza os aspectos culturais, garantir a subsistência das famílias	1	Pressionar os órgãos competentes como SMA, DEPRN e formação de GT para definir as áreas a serem autorizadas	Associações junto com os órgãos que trabalham nas comunidades	Em forma de reuniões nas comunidades e junto ao órgão competente, SMA, DEPRN, Itesp	E.U.
	6. Interpretação e explicação sobre as leis ambientais em linguagem acessível às comunidades	Falta clareza e entendimento pelas comunidades	1	Elaboração de um material escrito de forma simplificada	GT que envolva as comunidades e assessores para compor conteúdo do material	Formar o GT e definir o cronograma de trabalho	M.P.
	7. Retirada dos terceiros do território	Para garantir o território e sustentabilidade e evitar danos ambientais	1	Relatar os fatos que estão acontecendo e levar ao poder público, acelerar o processo de indenização de terceiros	Comunidades devem relatar os fatos e solicitar aos órgãos responsáveis velocidade no processo	Fotos, documentos, boletins de ocorrências, e encaminhar ao órgão competente	E.U.

	Demandas	Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos			
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008); M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo
Meio Ambiente e Fundiário	8. Regularização Fundiária/ Titulação	Para garantir o território e aumento da produção, resgate de valores tradicionais e culturais, garantir a sustentabilidade da comunidade	1	A comunidade deve conhecer bem o território, para poder pressionar política e juridicamente os órgãos competentes	Associação, comunidades e órgãos responsáveis	A partir do conhecimento dos territórios criar embasamento político e jurídico e pressionar os órgãos competentes	E.U.
	9. Obtenção do direito de uso para a comunidade das áreas abertas (sem mata) que estão em mãos de terceiros.	Para fazer uso do território e das áreas abertas que são ocupadas por terceiros, mas não estão em uso	2	Formar GT para fazer estudo dessas áreas e solicitar na Justiça as medidas cabíveis	As comunidades junto ao GT e órgãos competentes	Fazer um estudo e manejar as áreas para discutir com o GT	E.U.
	10. Parar a invasão no território do gado dos fazendeiros de entorno e terceiros que ainda estão dentro do quilombo	A invasão destrói os cultivos, causa erosão	2	Denunciar com ações cabíveis (consultar Código Civil que trata de relações de vizinhança)	Os prejudicados e comunidade	Criar um GT que possa discutir essas questões e levantar as possibilidades de entendimento	E.U.
	11. As comunidades terem um planejamento sócio-econômico e ambiental sustentável	Necessidade de desenvolvimento cultural, social e ambiental das comunidades	2	Tem que ter colaboração dos associados e o apoio das instituições do Governo e da Sociedade civil para implantação da Agenda	São os Agentes Socioambientais Quilombolas, Associação e parceiros, como Itesp, Moab, ISA, Fundação Florestal	Tem que ter diagnóstico das comunidades, seminários, encontros, oficinas de mapeamento dos territórios e troca de informações	M.P.
Manejo e Extrativismo	1. Manejo de ervas medicinais	Melhorar a renda e valorizar o conhecimento tradicional		Valorizar o conhecimento e comercialização	Parceiros (Saúde, ISA, Itesp, Pastoral da criança)	Identificar as pessoas que tem o conhecimento, as ervas com potencial, beneficiar para o mercado	M. P.
Comunicação, eletricidade, transporte e moradia	1. Diminuição do valor da taxa de energia elétrica rural	Porque o valor das contas é muito alto, e as famílias não têm condições de pagar, pois são de baixa renda	1	Reivindicar junto à Elektro a isenção do ICMS na conta de energia	Associação	Solicitar ao Itesp encaminhamento destes pedidos	E.U.
	2. Manutenção de estradas existentes na comunidade	As estradas estão em péssimas condições, dificultando o acesso, principalmente aos alunos da escola	3	Melhorar o acesso as estradas, cascalhar, fazer lombadas e sinalizar	Prefeitura	Associação reivindica e cobra o poder público	E.U.
	3. Abertura de novos acessos (estrada e pontes) na comunidade	Porque precisa de abertura de novas estradas e construção de pontes metálicas	1	Fazer ofício e reunião com Prefeitura e DER	Prefeitura e Associação	Associação reivindica e cobra o poder público	E.U.
	4. Instalação de Rádio Comunitária	Porque facilita a comunicação com todos os moradores	2	Solicitar aos programas do governo	Associação	Fazer projetos	M.P.
	5. Obtenção de transporte coletivo para atender a comunidade	Porque as comunidades têm difícil acesso a transporte	1	Reivindicar junto às prefeituras uma linha coletiva regular	Associação	Solicitar ônibus junto ao departamento transporte e Prefeitura	E.U.
	6. Melhoria no transporte coletivo já existente	Porque a comunidade tem difícil acesso a transporte	1	Reivindicar junto às prefeituras uma linha coletiva regular	Associação	Solicitar ônibus junto ao departamento transporte e Prefeitura	E.U.

	Demandas	Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos			
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008); M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo
	7. Ter creche e correio na comunidade	Porque é difícil chegar correspondência na comunidade	2	Instalação de creche e banco postal	Associação	Através de requerimento e ofícios	M.P.
	8. Implementação de programa de moradia na comunidade para as famílias que necessitam.	Porque as construções não foram concluídas		Ir ao Itesp pedir atitudes e enviar ofício de cobrança à CDHU			E.U.
Saúde	1. Ter atividades de conscientização voltadas à saúde, como por exemplo, a prevenção ao o alcoolismo entre outros	Para conscientizar o dependente a realizar um tratamento e conscientizar os jovens	1	Criação de AAA, palestras explicativas	Associação	Parceria com órgão de saúde	E.U.
	2. Aquisição de uma ambulância coletiva	Não há ambulâncias que possam levar doentes das comunidades para a cidade	1	Reunião com Secretaria de Saúde e Prefeitura	Associação com a comunidade	Através de assembléia com a comunidade e reunião com Prefeitura e Secretaria de Saúde	E.U.
	3. Aumento e regularidade da freqüência do atendimento médico e odontológico	Há necessidade de tratamento médico nas comunidades	1	Pressionar a Secretaria de Saúde junto com órgãos estaduais e municipais	As comunidades	Através de cobrança junto ao órgão competente	E.U.
	4. Melhoria na qualidade do serviço de saúde	Há necessidade de tratamento médico nas comunidades	1	Pressionar a Secretaria de Saúde junto com órgãos estadual e municipal	As comunidades	Através de cobrança junto ao órgão competente	E.U.
	5. Conscientização dos bananicultores sobre os cuidados com o uso dos agrotóxicos, destino correto das embalagens e a compra ilegal desses produtos, para evitar doenças	Contaminação da água, solo, ar, faz mal para a saúde das pessoas e prejudica os animais	1	Reflorestamento de rios, nascentes, usar adubos orgânicos, devolução de embalagens de agrotóxicos nas lojas que comercializam	Associação com a comunidade	Reuniões com os moradores e apoio dos órgãos ambientais	E.U.
Saneamento básico	1. Regularidade nos dias de coleta de lixo	Não tem dia certo para coleta e o lixo fica acumulado	1	A Associação deve fazer um cronograma de datas com a Prefeitura para a realização da coleta	Associação e Prefeitura	Deve ser realizada reunião entre Associação e Prefeitura	E.U.
	2. Instalação de rede de esgoto e tratamento	Porque o tratamento é indispensável para a saúde da comunidade	1	Construção d fossas sépticas e rede de esgoto	Prefeitura com fiscalização da Associação	Associação e comunidade pressionar a Prefeitura	E.U.
	3. Implementação de programa de reciclagem de lixo	Porque o lixo está afetando o meio ambiente da comunidade	2	Cursos e palestras de esclarecimento de como realizar a coleta e separação deste lixo	Associação e comunidade	Parceria com Prefeitura e instituições atuantes	M.P.
Cultura e Lazer	1. Divulgação das coisas tradicionais da comunidade	Conservação da história e cultura, pois as culturas estão se perdendo, e a necessidade de resgate cultural	2	Através de histórias, palestras e prática, tentando resgatar as atividades que eram praticadas	A própria comunidade, com os parceiros: órgãos públicos e ONGs	Fortalecimento das Associações e troca de experiências entre elas	M.P.

Demandas		Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos			
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008); M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo
Cultura e Lazer	2. Fortalecimento do artesanato quilombola	Promove geração de renda e resgate do artesanato tradicional	1	Organizar exposições	As Associações e ONGs, Minc, Secretaria da Cultura	Através de projetos e parcerias	M.P.
	3. Projeto de incentivo para integração de crianças e jovens na comunidade	A falta de participação de jovens	2	Tendo esporte, cultura, lazer e inclusão digital	Precisa de parcerias, como Prefeitura, Secretaria do Esporte, da Educação e Ministério da Cultura	Promovendo atividades em projetos que atraiam os jovens com uma linguagem atraente	E.U.
	4. Aulas de capoeira	O resgate cultural da história dos negros e a necessidade de participação e envolvimento dos jovens	1	Reunir os interessados e escolher o professor	Tem que buscar apoio com os parceiros, como Itesp, Unicamp, ISA	Através de projetos culturais	M.P.
Educação	1. Ensino escolar para adultos	Carência da comunidade em não ter acesso à escola, altos índices de analfabetismo nas comunidades		Capacitação para pessoas da comunidade, agente educador	Associação	Através de financiamento com órgão competente	E.U.
	2. Melhoria no ensino fundamental existente na comunidade e implementação do ensino diferenciado	Para trabalhar com temas específicos à realidade quilombola e aumentar o conhecimento das comunidades sobre sua cultura	1	Capacitação de professores, envolver a comunidade nesse processo (levar pessoas da comunidade para dar palestra na escola)	Associação com órgãos da educação	Em conjunto com comunidades, professores e delegacias de ensino	E.U.
	3. Curso de informática	Necessidade de fazer os trabalhos da Associação e maior envolvimento dos jovens	1	Equipar as comunidades e capacitar lideranças para tal	Associações com parcerias	Em conjunto com instituições parceiras	M.P.
	4. Ter um educador ambiental	A preservação dos rios, matas, coleta de lixo, trabalho de conscientização sobre o lixo nas comunidades	3	Capacitar pessoas da comunidade	Entidades parceiras	Em conjunto entre Associação e entidades parceiras	M.P.
	5. Curso de formação para cidadania	Devido a necessidade de conhecimento sobre este assunto	1	Mobilizar, motivar a comunidade para participar destes cursos	Criar um grupo junto com Associação para coordenar este trabalho	Buscar apoio junto à Prefeitura e instituições parceiras	M.P.
Atividades Produtivas	Agricultura (atividades, infra-estr. e equip.	1. Receber assistência técnico-agrícola	1	Cobrar da Prefeitura e Itesp	Prefeitura e Itesp	Através de requerimento encaminhado a Prefeitura e Itesp	E.U.
		2. Melhorar a comercialização da produção agrícola da comunidade	1	Venda direta ao mercado consumidor, evitando atravessadores, programa da Conab	Grupos de produtores da Associação e parceiros (ISA, Itesp)	Pesquisa de mercado e organização das comunidades	E.U.
		3. Melhorar a comercialização do maracujá	1	Venda direta ao mercado consumidor evitando atravessadores, programa da Conab	Grupos de produtores da Associação e parceiros (ISA, Itesp)	Pesquisa de mercado e organização das comunidades	E.U.
		4. Melhorar a comercialização da banana	1	Venda direta ao mercado consumidor evitando atravessadores, programa da Conab	Grupos de produtores da Associação e parceiros (ISA, Itesp)	Pesquisa de mercado e organização das comunidades	E.U.

		Demandas	Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos			
					Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008); M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo
Atividades Produtivas	Agricultura	5. Tornar formas de financiamento acessíveis ao produtor	Melhorar a produção e desta forma, melhores condições de vida	1	Conhecer o Pronaf e propor adaptação as necessidades dos quilombos e garantia de preços mínimos	Itesp, MDA, Pronaf, Secretaria de Agricultura	Chamar o Ministro do Desenvolvimento Agrário para Audiência Pública ou secretário do Pronaf	E.U.
		6. Assistência técnica para produção de produtos orgânicos	Para ter melhor qualidade de produtos	1	Formar técnicos da própria comunidade e solicitar assistência técnica aos parceiros	Prefeitura, Secretaria de Educação, ISA, Itesp, Secretaria de Agricultura, Escolas técnicas	Participar do planejamento com Itesp e elaboração de projetos com ISA	E.U.
		7. Reestruturar a produção de mel nas comunidades	Desejo de melhorar a renda e necessidade de organizar a produção na comunidade	2	Levantamento da situação da produção atual e tomar as medidas necessárias	ISA e Itesp	Fazer um diagnóstico, viabilizar a capacitação dos produtores e bom aproveitamento dos equipamentos existentes	E.U.
	Criações /cultivos	1. Implantar piscicultura	Promover geração de renda	2	Doação	Itesp, Prefeitura, ISA	Elaborar projetos Através da Associação junto com Itesp Prefeitura, ISA	E.U.
	Extra-agroflorestais e extra-criação	1. Capacitação em artes (pintura de tecido, cerâmica e outras artes)	Incentivo a geração de renda, através do artesanato	2	Criação de projetos	Sebrae, Itesp	Elaboração de projetos, Associação, ISA, Itesp, Sebrae	M.P.
		2. Curso de corte e costura	Porque algumas comunidades já têm máquinas, e promove geração de renda	1	Através de projetos	Sebrae, Itesp, outras comunidades	Parceria entre as associações	E.U.
		3. Atividades de geração de renda que incentivem a permanência dos jovens na comunidade	A falta de opções de trabalho nas comunidades	1	Cursos de capacitação, inclusão digital	Associação, grupo de jovens, ISA e outros parceiros	Definir com os jovens suas expectativas e oportunidades e transformá-las em projetos	E.U.
		4. Cursos profissionalizantes para jovens	Necessidade de pessoas capacitadas para gerenciar os projetos existentes e para implantação de novos projetos	1	Definir os temas e as formas de capacitação, criar espaço para capacitação e aquisição de equipamentos necessários	Sebrae, Senac, outros parceiros (Ibama, Itesp, ISA, Idesc)	Organizar uma conversa com Sebrae e Senac e elaborar projetos	E.U.
		5. Continuidade do projeto de turismo, contemplando as capacitações necessárias e infra-estrutura.	Pousada construída e em fase de implantação e com necessidade de novos cursos	1	Elaboração de projeto de continuidade	Associação, ISA, Seppir, Petrobras e outros parceiros	Elaboração de novo projeto para continuidade	E.U.



Roça em Galvão. Foto: Maurício Carvalho/ISA

5.6. Agenda Socioambiental de Galvão

Localização e origem da comunidade

A comunidade de Galvão faz limite com a comunidade de São Pedro e com Parque Estadual Intervales, tendo como vizinhos indiretos as comunidades Pilões e Maria Rosa.

Parte de suas terras está localizada no município de Iporanga e parte em Eldorado, com acesso no Km 41 da estrada Eldorado/Iporanga (SP-165), à margem esquerda do rio Ribeira de Iguape, após travessia de balsa. O agrupamento central da comunidade está localizado a 2,5 km do lugar onde a balsa atraca, cujo acesso é feito por estrada de terra. A distância aproximada de Galvão até o centro de Iporanga é de 25 km e até o centro de Eldorado, de 53 km.

A formação da comunidade de Galvão está intimamente ligada à de São Pedro, já que ambas se originam de um mesmo grupo de parentesco, cujo patriarca foi Bernardo Furquim. Por volta de 1833, com a chegada de Bernardo Furquim das “terras” de Pedro Cubas e Ivaporunduva, iniciou-se o povoamento na Barra do São Pedro, como se chamavam as localidades situadas à margem esquerda do rio Ribeira, caso de São Pedro (antigamente Lavrinha) e Galvão.

No ano de 1997, quando houve a grande enchente do rio Ribeira, os ocupantes da localidade onde hoje está a comunidade de Galvão, foram gravemente atingidos e muitos se abrigaram em casas de parentes em outras comunidades. Um ano depois, muitos moradores já haviam retornado, e, em 1999, organizaram-se para então formalizar a separação física e jurídica entre as comunidades de São Pedro e Galvão. Constituíram a associação da comunidade de Galvão tendo como primeiro coordenador a senhora Jovita Furquim de França, moradora e descendente direta do fundador da comunidade.

A questão fundiária nessa comunidade é marcada por sérios conflitos entre quilombolas, grileiros e fazendeiros, chegando mesmo a causar mortes. No início do século passado alguns moradores venderam parte de suas terras para fazendeiros.

Em 2000, o Itesp concluiu o Relatório Técnico-Científico de Galvão, para que em 2001 a área fosse reconhecida oficialmente como comunidade quilombola. Em 2007, parte do território foi titulado, ficando pendente uma pequena parte ainda em processo de indenização do ocupante terceiro pelo Incra, para que então seja passado o título definitivo à comunidade.

Aspectos sócio-econômicos

1. Perfil dos entrevistados

Total de entrevistados: 27 chefes de família, totalizando 82% de todas as famílias da comunidade.

Local de origem: maioria nascida no município de Eldorado.

2. Perfil da população (faixa etária, ocupação e fontes de renda)

A população levantada foi de 117 pessoas – 35% do sexo feminino e 65% do masculino. Contudo, conforme validação, estima-se que esta população seja de 143 pessoas. Galvão é formada por uma população notadamente jovem. Menos da metade da população tem idade acima de 30 anos (Gráfico 1).

Como fontes de renda mais presentes nas famílias, temos os benefícios e auxílios do governo, além da venda de animais, de acordo com o Gráfico 2.



Maurício Carvalho/ISA

Vista parcial da comunidade.

gráfico 1. Faixa etária

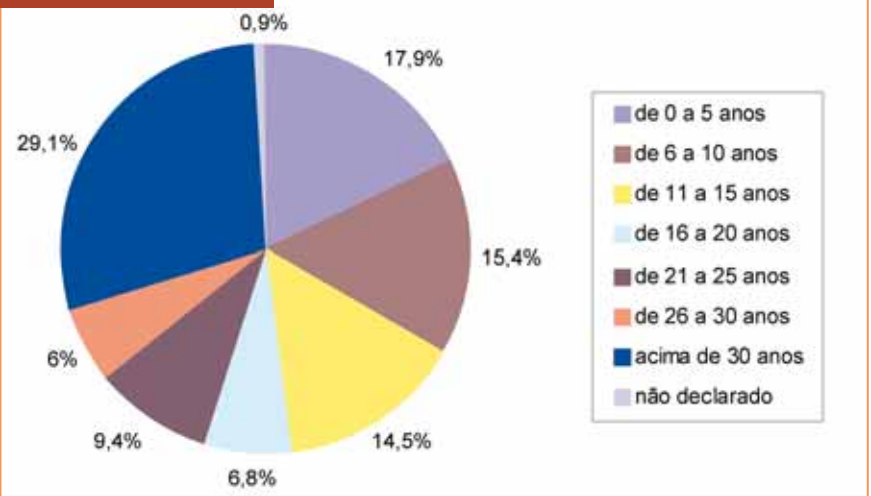
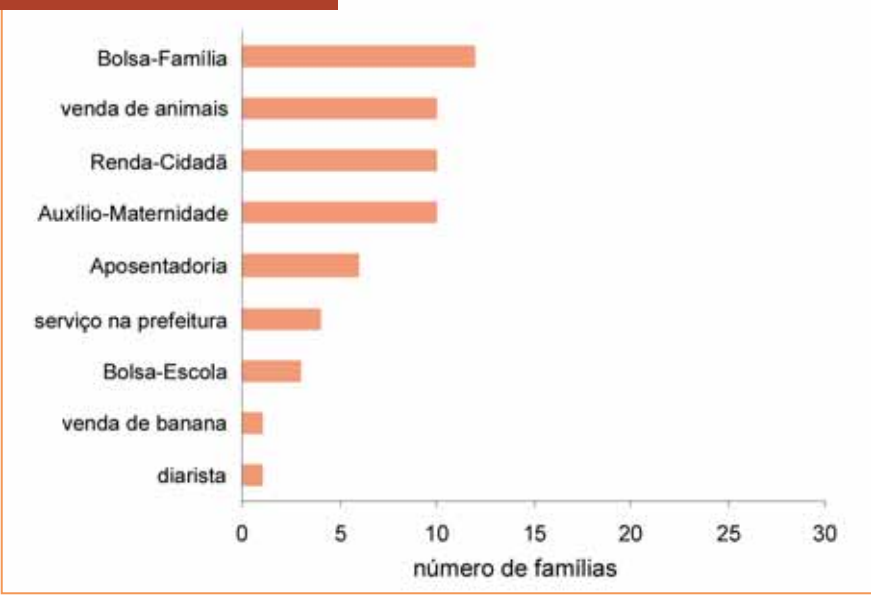
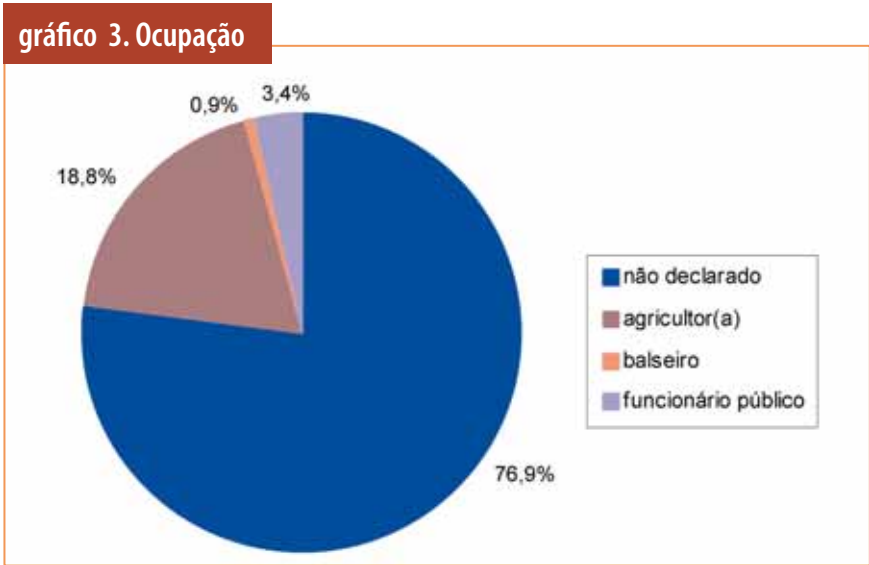


gráfico 2. Fontes de renda



Há alguns aposentados e pessoas que produzem banana e maracujá para venda, e, sazonalmente, algumas pessoas confeccionam peças artesanais tradicionais para venda em feiras e exposições na região.

Pode-se verificar no Gráfico 3 que apenas aproximadamente 20% da população levantada declara ter como ocupação atividades ligadas à agricultura.



3. Infra-estrutura, bens e serviços

A comunidade possui um agrupamento central onde há uma igreja católica, um campo de futebol, um galpão comunitário, uma escola municipal (do ensino infantil até a 4ª série do ensino fundamental) e várias casas próximas. Outras moradias estão dispersas ao longo da estrada que liga a comunidade ao rio Ribeira e à comunidade vizinha, São Pedro.

Poucas casas possuem fossa negra. A maior parte do esgoto vindo das pias da cozinha e do banheiro é lançado nos rios Pilões e São Pedro, ou em outros cursos d'água menores e mais próximos.



Centro comunitário e igreja.

A coleta de lixo, embora quinzenal, não é regular. Por este motivo, a maior parte dos moradores queimam o lixo.

As fontes de água são as minas d'água e o rio Pilões.

Ainda que todas as casas possuam fogão a gás, a maioria das famílias utilizam lenha para cozinhar. A maioria das casas possui energia elétrica e menos da metade das famílias possui televisão ou rádio.

Não há telefone público na comunidade, assim como transporte coletivo. O único meio de transporte diário é o ônibus escolar. A comunidade utiliza a balsa, mantida pela Prefeitura de Eldorado, para chegar à estrada SP-165, onde há circulação de ônibus intermunicipal ligando as cidades de Eldorado e Iporanga, ou a linha municipal de Eldorado.

Os equipamentos e a infra-estrutura relacionados às atividades de produção existentes na comunidade são: o centro comunitário, a biblioteca, um freezer e os equipamentos para beneficiamento da mandioca.

Estima-se, em média, o deslocamento mensal de 25 pessoas da comunidade até a cidade de Eldorado para uso dos serviços de saúde, bancários, aquisição de gêneros alimentícios e outros.

4. Saúde e Educação

As doenças mais comuns apontadas pelos entrevistados foram diabetes e pressão alta, o que talvez se explique pela redução das roças e aumento do consumo de itens da cesta básica.

O atendimento médico na comunidade é feito pelo Programa de Saúde da Família, semanalmente, embora não haja na comunidade um agente de saúde.

Há uma escola de ensino infantil e fundamental de 1ª a 4ª série. A população interessada em cursar da 5ª a 8ª série, assim como o ensino médio, tem que se deslocar até o bairro Castelhana, a 3 km da balsa, ou até a Escola Estadual Maria Antonia Chules Princesa, localizada no bairro de André Lopes.

5. Lazer, Cultura e Religião

Os jogos de futebol são muito presentes na comunidade de Galvão, a qual conta com um amplo campo de futebol.

O dia de Nossa Senhora Aparecida é comemorado com festas. Em certas épocas do ano, alguns festejos como os bailes são organizados pela diretoria da Associação, visando arrecadamento de fundos. Também é comum a maioria das famílias participar de rituais religiosos, como missas e cultos. Já outros jovens e adultos deslocam-se freqüentemente tanto para as comunidades vizinhas como para Eldorado e Iporanga em busca de diversão nas festas oferecidas.

A religião predominante em Galvão é o catolicismo, mas também existem famílias evangélicas.

6. Forma de Organização

A coleta de recursos naturais – como madeira para construções e palmito –, a abertura de áreas para plantio e o trato dos animais de grande porte, são atividades exclusivamente realizadas pelos homens. As mulheres trabalham na casa e nas atividades de colheita e plantio de roças e nos quintais, assim como na coleta de lenha para cozinhar.

A comunidade está organizada em torno da Associação de Remanescentes de Quilombo do Bairro Galvão, fundada em 1999.

As organizações não-governamentais atuantes na comunidade são: o ISA, as Pastorais da Igreja Católica, e, as governamentais: o Itesp, Incra, a Unicamp e a Prefeitura de Eldorado.

Aspectos do uso e ocupação da terra

1. Distribuição espacial das formas de uso

Galvão possui uma área total oficial de 2.234,34 hectares (Itesp, 2001), sendo parte localizada no perímetro do município de Iporanga, e a porção maior no município de Eldorado. Desse total, 1.942,83 hectares são terras devolutas, já tituladas para a comunidade e 291,5 hectares ainda sob a propriedade de terceiros, aguardando indenização do Incra.

Ainda que com valores bem pouco expressivos ao serem comparados a área total mapeada em Galvão (2206,81 hectares) e à área coberta por vegetação natural (1999,8 hectares), as classes de uso da terra predominantes são, respectivamente: pastagem (169,74 ha); bananal (8,31 hectares) e roça de coivara (3,8 hectares). Veja a Tabela 1 e o “Mapa de uso e ocupação da terra em 2007” que mostram a distribuição do uso da terra em Galvão.

2. Casas e quintais

As casas são, na grande maioria, de alvenaria, com partes de pau-a-pique, como a cozinha, e circundadas por terreiros, também chamados quintais, onde animais de pequeno porte são criados de forma extensiva, além

tabela 1. Formas de uso da terra em Galvão em 2007*		
Classes de uso da terra	Área ocupada (hectares)	Área ocupada (%)***
roça de coivara	3,8	0,17
bananal	8,31	0,38
pastagem	169,74	7,69
cultura de maracujá	1,75	0,08
cafezal	0,4	0,02
horta	0,16	0,01
cultivo de açaí	1,58	0,07
cultivo de pupunha	0,46	0,02
bambuzal	1,59	0,07
vila	1,37	0,06
estrada	2,09	0,09
corpos d´água	15,76	0,71
vegetação rasteira	27,42	1,24
capoeirinha/capoeira	183,14	8,3
capoeirão/mata	1.789,24	81,08
área de repovoamento de palmito**	7,6	0,34
total	2.206,81	100

* O cálculo de áreas foi efetuado pelo Sistema de Informações Geográficas do ISA, acarretando algumas diferenças em relação à área oficial do Quilombo de Galvão.

** A área ocupada por esta classe de uso não foi considerada no valor total, posto que se sobre põe a outras classes.

*** Estes valores são relativos à área do território de Galvão segundo o limite elaborado pelo ISA (2.206, 81 hectares), com base no memorial descritivo fornecido pelo Itesp.

de frutíferas e plantas de pequeno porte. Atualmente, existem 27 casas na comunidade.

Os quintais podem variar de tamanho, de 160m² a 2.400m². As variedades de frutas mais comuns nos quintais são: laranja, limão, goiaba e mamão. As hortaliças são: alface, couve e cebola, e as medicinais: boldo, novalgina e anador.

tabela 2. Cultivos existentes nos quintais*		
Frutíferas	Hortaliças	Medicinais
Laranja	Couve	Boldo
Limão	Alface	Anador
Goiaba	Cebola	Novalgina
Mamão	Almeirão	Erva-doce
Abacate	Manjerona	São Fidelis
Jabuticaba	Beterraba	Poejo
Ameixa	Pimenta	Hortelã
Jambolão	Salsinha	Erva-cidreira
Banana	Tomate	Estomalina
Maracujá	Hortelã Gordo	Capim Cidró
Ata	Repolho	Arruda
Jaca	Cenoura	Santa Maria
Conde	Cebolinha	Doril
Camarinha	Quiabo	Jarbão
Côco	Moranga	Sene
Limão Branco	Manjerição	Cibalena
	Abobrinha	Dipirona
		Aruca
		Carqueja
		Abuto
		Quina

*Plantas apontadas pelos entrevistados por seu nome popular. Alguns nomes coincidem com os utilizados pela indústria farmacêutica.



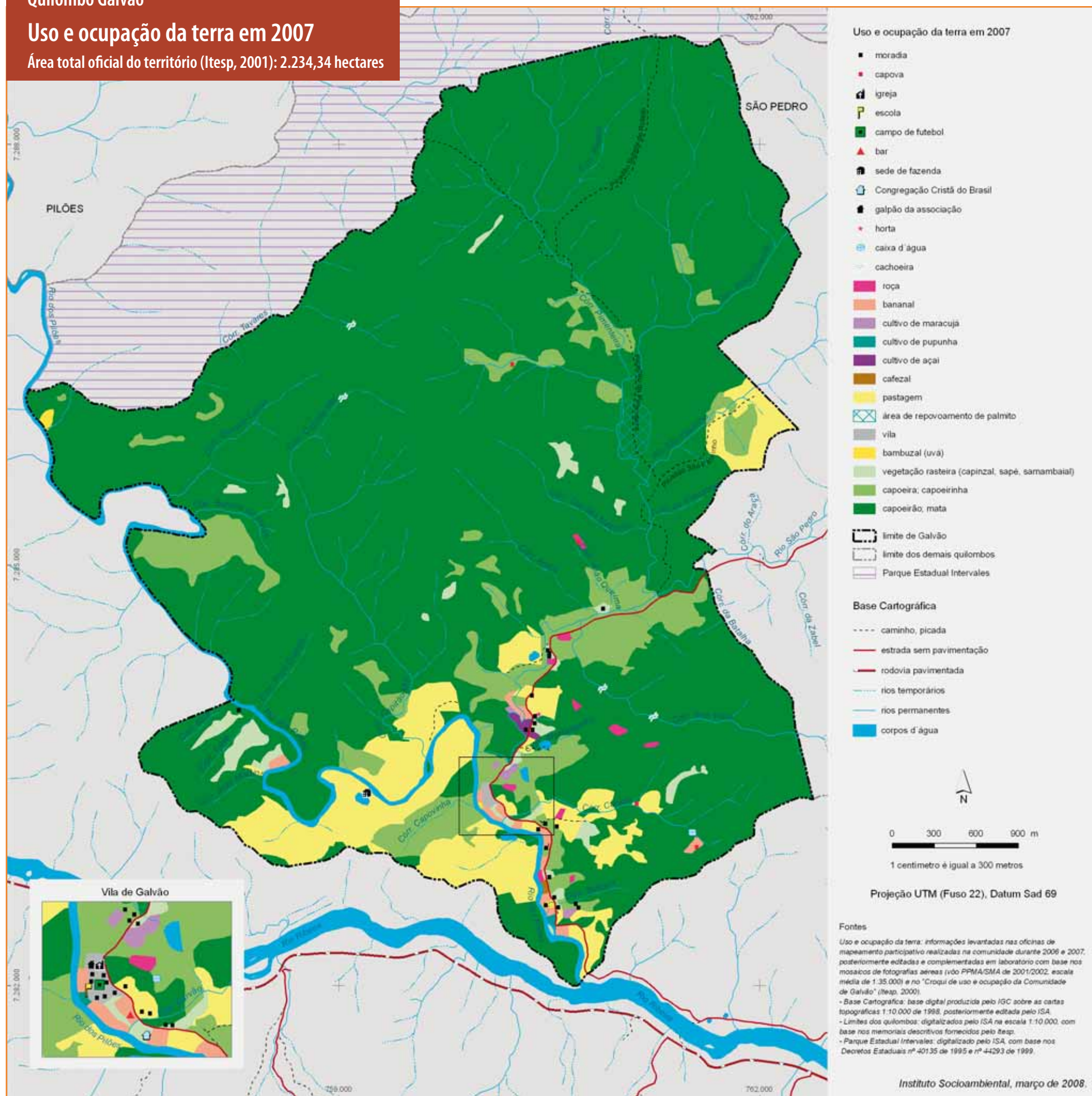
Casa de pau-a-pique com roça de mandioca no quintal.

Maurício Carvalho/ISA

Quilombo Galvão

Uso e ocupação da terra em 2007

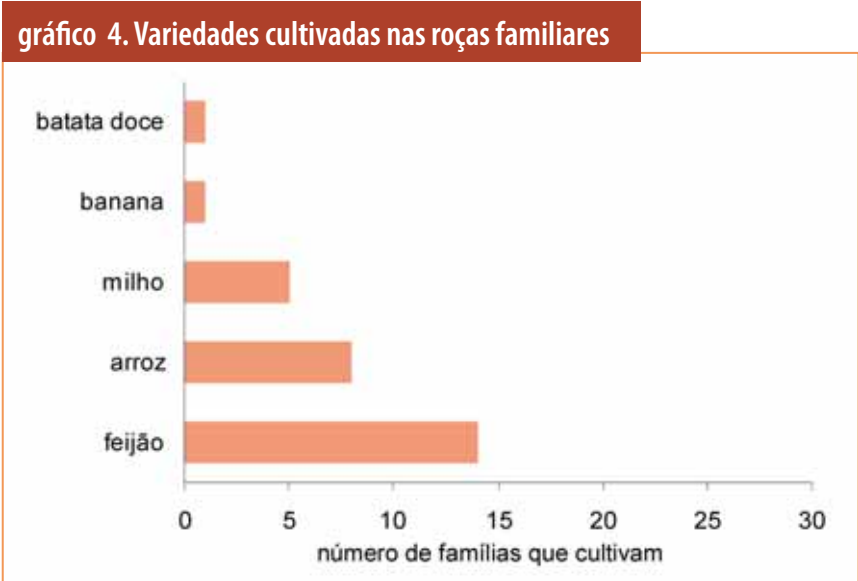
Área total oficial do território (Itesp, 2001): 2.234,34 hectares



3. Agricultura

As sementes de feijão e arroz são da própria comunidade, mas há compra de sementes de milho em lojas agropecuárias de Eldorado e também de outras comunidades quilombolas.

As variedades comumente cultivadas são o feijão, o arroz, o milho, a batata doce e a banana. O feijão e o arroz são as variedades plantadas por um número maior de agricultores, se comparado às demais (Gráfico 4).



Mais da metade das famílias possui bananais, cultivados em modalidade de monocultura, não sendo assim, referenciados adequadamente no Gráfico 5, que trata especificamente das roças de subsistência. Nestes cultivos são utilizados adubos químicos, assim como nos cultivos de maracujá. Ambos são comercializados com atravessadores.



Repovoamento de palmito juçara.

Os problemas apontados pelos entrevistados, que afetam diretamente a produção agrícola são: a broca da bananeira, o amarelão do arroz e a falta de área para fazer roças, sendo este último atrelado ao fato das melhores terras estarem ainda nas mãos de terceiros e também a impossibilidade legal de corte das capoeiras.

Outro problema apontado para justificar a queda na produção das roças de coivara diz respeito à diminuição da força de trabalho.

4. Recursos naturais

Os recursos naturais existentes e considerados relevantes são: cipó imbé, madeira, cipó timbopeva, taquara, palmito, nascentes, peixe, plantas medicinais e argila (barro utilizado na construção de casas). Muitos desses recursos são utilizados nas construções de casas, cercas e utensílios.

A comunidade aponta para a necessidade de reflorestamento das matas ciliares de seus principais rios e córregos, como o Rio Pilões e o Córrego Capitão Mor. Contudo, boa parte destas áreas, a exemplo das margens do Pilões, estão em terras de terceiros, o que tanto dificulta o processo de reflorestamento quanto compromete a qualidade e disponibilidade das águas

“Antes plantávamos bastante roça na base do mutirão, de mais ou menos 20 pessoas. Depois do mutirão fazíamos o baile, onde só entrava quem colaborou. Hoje só se faz mutirão para a derrubada e colheita, mas não mais para o plantio”. (dona Jovita Furquim França, moradora)

Agenda das Prioridades e Recomendações

	Demandas	Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos			
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U.= com extrema urgência (2007/2008); M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo
Meio Ambiente e Fundiário	1. Reflorestar beiras de rio e outras áreas na comunidade	Conservar os recursos naturais, evitar assoreamento, melhorar a vida da fauna e flora, recuperação da água		Buscar um intermediador para negociação com terceiros, criar projeto de conscientização junto às comunidades	Ação conjunta entre órgãos ambientais e organizações que trabalham com as comunidades	Ação civil pública entre os atores sociais e órgãos envolvidos	E.U.
	2. Adequação da legislação ambiental para permitir a abertura de roça de subsistência com o uso do fogo em locais onde o estágio de recuperação da vegetação está atualmente sob proteção legal	Porque são poucas as melhores áreas disponíveis para cultivo que não estejam protegidas pelo Código Florestal (art. 215/216) ou pela Lei da Mata Atlântica (nº 11.428, de 22/12/06). Além disso, as roças de subsistência são consideradas pela ciência como lavouras de mínimo impacto		Buscar junto aos órgãos competentes a solução do problema, Ibama, DEPRN, SMA, MDA	Comunidades, órgãos públicos	Ofícios, reuniões, audiências, mobilização, articulação em nível regional	E.U.
	3. Retirada dos terceiros que ainda estão no território	Para garantir o território e aumento da produção, resgate de valores tradicionais e culturais, garantir a sustentabilidade da comunidade	1	A comunidade deve conhecer bem o território, para poder pressionar política e juridicamente os órgãos competentes	Associação, comunidades e órgãos responsáveis	A partir do conhecimento dos territórios criar embasamento político e jurídico e pressionar os órgãos competentes	E.U.
	4. Obtenção do direito de uso para a comunidade das áreas abertas (sem mata) que estão em mãos de terceiros.	Para fazer uso do território e das áreas abertas que são ocupadas por terceiros, mas não estão em uso	1	Formar GT para fazer estudo dessas áreas e solicitar na Justiça as medidas cabíveis	As comunidades junto ao GT e órgãos competentes	Fazer um estudo e manejar as áreas para discutir com o GT	E.U.
	5. As comunidades terem um planejamento sócio-econômico e ambiental sustentável	Necessidade de desenvolvimento cultural, social e ambiental das comunidades	2	Tem que ter colaboração dos associados e o apoio das instituições do Governo e da Sociedade civil para implantação da Agenda	São os Agentes socioambientais quilombolas, Associação e parceiros, como Itesp, Moab, ISA, Fundação Florestal	Tem que ter diagnóstico das comunidades, seminários, encontros, oficinas de mapeamento dos territórios e troca de informações	M.P.
Manejo e Extrativismo	1. Continuidade do programa de manejo do Juçara e apoio para fiscalização da área de repovoamento	Já está acontecendo, mas necessita de apoio para continuar	2	Garantir a continuidade	PDA, ISA e Fundação Florestal	Negociar continuidade do PDA, Associação e ISA e Fundação Florestal e discutir projeto	M.P.
	2. Implementar projeto de manejo de xaxim	Conservar o recurso e melhorar a renda	3	Elaboração de projeto com a apoio de parceiros	ISA e outros	Fazer projeto	M.P.
Comunicação, eletrificação, transporte e moradia	1. Implementação do programa de moradia na comunidade.	Porque as construções não iniciaram	1	Ir ao Itesp pedir atitudes e enviar ofício de cobrança à CDHU			E.U.
	2. Instalação de telecentro	Comunicação com outras comunidades, com os parceiros e outros serviços	1	Reivindicar antena ao Gesac e projeto de telecentro com outros parceiros	Associação com parceiros	Encaminhamento de ofício ao Gesac e elaboração de projeto com os parceiros	E.U

Demandas		Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos			
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U.= com extrema urgência (2007/2008); M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo
Comunicação, eletricidade, transporte e moradia	3. Diminuição do valor da taxa de energia elétrica rural	Porque o valor das contas é muito alto, e as famílias não têm condições de pagar, pois são de baixa renda	1	Reivindicar junto à Elektro a isenção do ICMS na conta de energia	Associação e Elektro	Solicitar ao Itesp encaminhamento destes pedidos	E.U.
	4. Manutenção de estradas existentes na comunidade	As estradas estão em péssimas condições, dificultando o acesso, principalmente aos alunos da escola	3	Melhorar o acesso às estradas, cascalhar, fazer lombadas e sinalizar	Prefeitura	Associação reivindica e cobra o poder público	E.U.
	5. Instalação de telefone	Porque é o único meio de comunicação entre a comunidade e a cidade	1	Instalação de telefone nas comunidades	Prefeitura e Telefônica	Associação reivindica e cobra o poder público	E.U.
Saúde	1. Ter atividades de conscientização voltadas à saúde, como por exemplo a prevenção ao o alcoolismo	Para conscientizar o dependente a realizar um tratamento e conscientizar os jovens	1	Criação de AAA, palestras explicativas	Associação	Parceria com órgão de saúde	E.U.
	2. Aumento e regularidade da frequência do atendimento médico e odontológico	Há necessidade de tratamento médico nas comunidades	1	Pressionar a Secretaria de Saúde junto com órgãos estaduais e municipais	Associação e Prefeitura	Através de cobrança junto ao órgão competente	E.U.
	3. Melhoria na qualidade do serviço de saúde	Há necessidade de tratamento médico nas comunidades	1	Pressionar a Secretaria de Saúde junto com órgãos estadual e municipal	Associação e Prefeitura	Através de cobrança junto ao órgão competente	E.U.
	4. Instalação de Posto de Saúde	É a necessidade do bairro para ter assistência à saúde		Pressionar o Estado e Prefeitura	Associação e Prefeitura	Audiência com departamento de saúde do Estado e órgãos competentes	E.U.
	5. Ter agente de saúde na comunidade	Ajudar a comunidade nos encaminhamentos sobre as questões referentes a saúde	1	Pressionar o Estado e Prefeitura	Associação e Prefeitura	Através da organização da comunidade	E.U.
Saneamento básico	1. Regularidade nos dias de coleta de lixo	Não tem dia certo para coleta e o lixo fica acumulado	1	A Associação deve fazer um cronograma de datas com a Prefeitura para a realização da coleta	Associação e Prefeitura	Deve ser realizada reunião entre Associação e Prefeitura	E.U.
	2. Instalação de rede de esgoto e tratamento	Porque o tratamento é indispensável para a saúde da comunidade	1	Construção de fossas sépticas e rede de esgoto	Prefeitura com fiscalização da Associação	Associação e comunidade pressionar a Prefeitura	E.U.
	3. Reciclagem de lixo	Porque o lixo está afetando o meio ambiente da comunidade		Cursos e palestras de esclarecimento de como realizar a coleta e separação destes lixos	Associação e comunidade	Parceria com Prefeitura e instituições atuantes	M.P.

Demandas		Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos			
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U.= com extrema urgência (2007/2008); M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo
Cultura e Lazer	1. Divulgação das coisas tradicionais da comunidade	Conservação da história e cultura, pois as culturas estão se perdendo, e a necessidade de resgate cultural	1	Através de histórias, palestras e prática, tentando resgatar as atividades que eram praticadas	A própria comunidade, com os parceiros: órgãos públicos e ONGs	Fortalecimento das associações e troca de experiências entre elas	M.P.
	2. Fortalecimento do artesanato quilombola	Promove geração de renda e resgate do artesanato tradicional	1	Organizar exposições	As associações e ONGs, Minc, Secretaria da Cultura	Através de projetos e parcerias	M.P.
	3. Projeto de incentivo para integração de crianças e jovens na comunidade	A falta de participação de jovens	1	Tendo esporte, cultura, lazer e inclusão digital	Precisa de parcerias, como Prefeitura, Secretaria do Esporte, da Educação e Ministério da Cultura	Promovendo atividades em projetos que atraiam os jovens com uma linguagem atraente	E.U.
	4. Construir quadra poliesportiva	Não existe um espaço adequado	1	Ofício - requerimento encaminhado pela Associação	Estado ou Secretaria do Esporte	Reuniões e cobrança na secretaria	E.U.
Educação	1. Curso de informática	Necessidade de fazer os trabalhos da Associação e maior envolvimento dos jovens	1	Equipar as comunidades e capacitar lideranças para tal	Associações com parcerias	Em conjunto com instituições parceiras	M.P.
	2. Curso de formação para cidadania	Devido a necessidade de conhecimento sobre este assunto	1	Mobilizar, motivar a comunidade para participar destes cursos	Criar um grupo junto com Associação para coordenar este trabalho	Buscar apoio junto à Prefeitura e Instituições parceiras	M.P.
Atividades Produtivas	Agricultura (atividades, infra-estrutura e equipamentos)	1. Aquisição de um caminhão	1	Crédito, doação (fundo perdido)	Petrobras, PDA e outras	Fazer projetos, Associações e ISA e outros, procurar doadores	E.U.
		2. Construção de barracão para instalar maquinário para beneficiamento da mandioca		Doação	Idesc, Itesp e Prefeituras	Fazer projetos	E.U.
		3. Melhorar a comercialização do maracujá		Venda direta ao mercado consumidor através do programa da Conab, evitando atravessadores.	Grupos de produtores da Associação e parceiros (ISA, Itesp)	Pesquisa de mercado e organização das comunidades	E.U.
		4. Melhorar a comercialização da banana		Venda direta ao mercado consumidor através do programa da Conab, evitando atravessadores.	Grupos de produtores da Associação e parceiros (ISA, Itesp)	Pesquisa de mercado e organização das comunidades	E.U.
		5. Implementação de projeto de piscicultura.	2	Elaboração de projeto	Associação e parceiros	Levantamento de possíveis apoiadores e elaboração de projeto	M.P
		6. Reestruturar a produção de mel na comunidade		Levantamento da situação da produção atual e tomar as medidas necessárias	ISA e Itesp	Fazer um diagnóstico, viabilizar a capacitação dos produtores e bom aproveitamento dos equipamentos existentes	E.U.

Demandas		Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos				
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U.= com extrema urgência (2007/2008); M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo	
Atividades Produtivas	Extra-agroflorestais e extra-criação	1. Desenvolver atividades de ecoturismo	cada comunidade tem seu potencial turístico		Identificar os atrativos, criar e melhorar a infra-estrutura, divulgar e organizar a atividade	Associação, parceiros	A Associação realiza o levantamento dos atrativos e da necessidade de infra-estrutura e elaborar um projeto	M.P.
		2. Formar monitores ambientais	Para passar informações certas aos visitantes e comunidade		Cursos	Itesp, Prefeitura, ISA, Sebrae	Associação em parceria	E.U.
		3. Desenvolver o turismo cultural	O potencial turístico que tem em cada localidade		Identificar os atrativos, criar e melhorar a infra-estrutura, divulgar e organizar a atividade	Associação, parceiros	A Associação realiza o levantamento dos atrativos e da necessidade de infra-estrutura e elaborar um projeto	M.P.
		4. Curso de corte e costura	Porque algumas comunidades já têm máquinas, e promove geração de renda	2	Através de projetos	Sebrae, Itesp, outras comunidades	Parceria entre as Associações	E.U.
		5. Aquisição de máquinas de costura	Promover geração de renda e atender a própria comunidade		Discutir o uso e a distribuição das máquinas existentes, comprar novas	PDA, Petrobras, Associação e grupos	Definir o uso das máquinas existentes e elaborar projeto para aquisição de novas	E.U.



Vista parcial da comunidade às margens do rio Pilões. Foto: Felipe Leal/ISA

5.7. Agenda Socioambiental de São Pedro

Localização e origem da comunidade

A comunidade está localizada no município de Eldorado, aproximadamente a 60 km do centro da cidade. O acesso se dá por uma travessia de balsa, na altura do km 41 da estrada Eldorado/Iporanga (SP-165), à margem direita do rio Ribeira de Iguape. Para chegar ao agrupamento central, a chamada vila da comunidade, percorre-se 8 km em estrada de terra.

São Pedro limita-se com as comunidades Ivaporunduva, Galvão, Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima, e com o Parque Estadual Intervales.

A formação da comunidade está intimamente ligada com a de Galvão, pois ambas tem parentesco com Bernardo Furquim, que veio como negro livre das “terras” de Pedro Cubas e Ivaporunduva, por volta da década de 30 do século XIX. Constituiu várias famílias em São Pedro e ficou conhecido por ter mais de 20 filhos. Assim foi o início do povoamento da Lavrinha, como antigamente era conhecida a comunidade de São Pedro.

No ano de 1998 a comunidade foi reconhecida como quilombola pelo Itesp. Em 2004 foram tituladas, em nome da Associação, as áreas da comunidade consideradas como terras devolutas. Já em 2006, por ordem judicial, a associação também ganhou o direito sobre as terras particulares, áreas estas ainda não titulada até o momento.

Aspectos sócio-econômicos

1. Perfil dos entrevistados

Total dos entrevistados: 37 chefes de família, ou seja, 90% das famílias da comunidade.

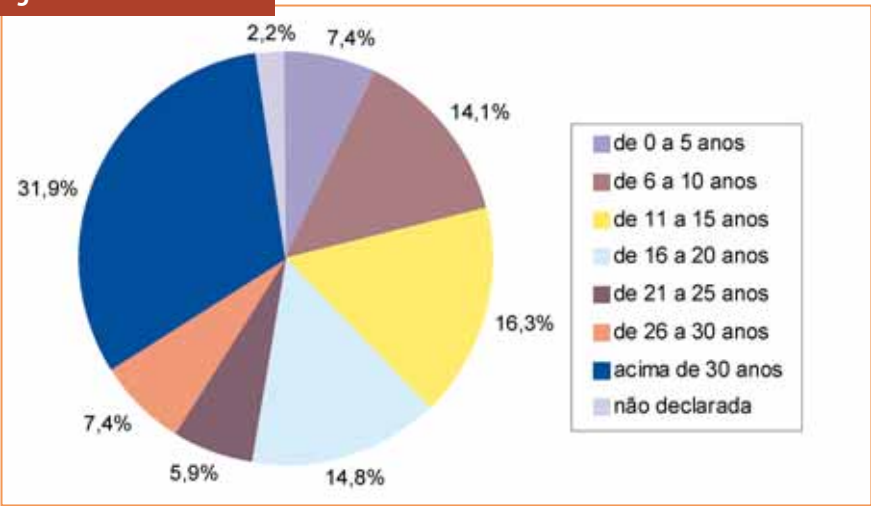
Local de origem: a maioria nascida no município de Eldorado.

2. Perfil da população (faixa etária, ocupação e fontes de renda)

A população levantada é de 135 pessoas, da qual aproximadamente 47% são do sexo feminino e 53% do sexo masculino.

Menos da metade da população tem idade acima de 30 anos, sendo uma população majoritariamente composta por jovens (Gráfico 1).

gráfico 1. Faixa etária

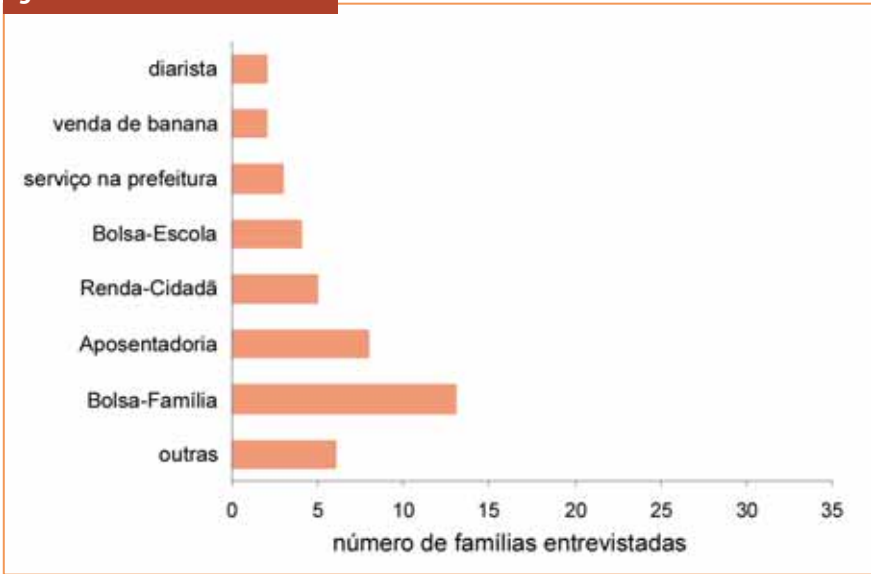


fotos: Felipe Leal/ISA

Vista parcial da comunidade.

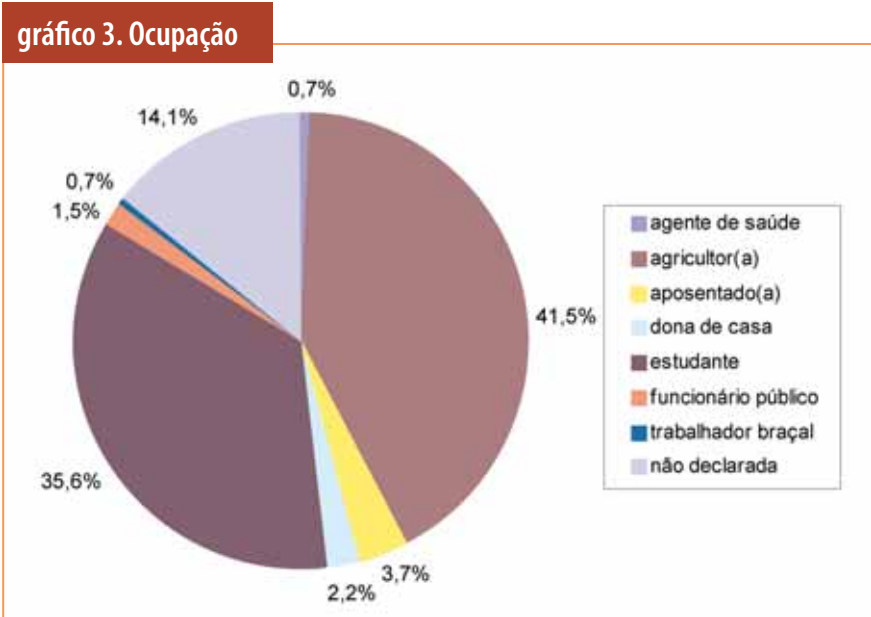
Os benefícios de governo são as fontes de renda mais presentes no orçamento das famílias, conforme pode ser observado no Gráfico 2. Embora não presente no gráfico, o artesanato tradicional quilombola é, para os artesãos da comunidade, uma fonte complementar de renda, de caráter sazonal.

gráfico 2. Fontes de renda



O artesanato é fonte de renda complementar para os moradores.

Pode-se verificar no Gráfico 3 que aproximadamente a metade da população se declara como agricultores, enquanto que 35,6%, como estudantes. Também é forte a presença de agentes de saúde residentes na própria comunidade.



3. Infra-estrutura, bens e serviços

A comunidade possui um agrupamento central conhecido como vila, onde há uma igreja católica, um amplo campo de futebol, um galpão comunitário, uma escola municipal, além de várias casas próximas umas das outras. Existem outras casas nas proximidades do perímetro considerado como vila. Algumas poucas casas também são vistas ao longo da estrada que os liga à comunidade vizinha, Galvão.

A maior parte das residências possui fossa negra. Contudo, mais da metade das casas despeja água da pia da cozinha no rio. A água que abastece a maioria das casas vem de rios que cortam as terras de São Pedro.



Felipe Leal/ISA

A coleta de lixo teve início há um ano, e ocorre quinzenalmente. Mas ainda é costume da maioria da população queimar o lixo.

Na maioria das casas a água que as abastecem vem de rios existentes na comunidade.

Mais da metade das famílias possui fogão e geladeira. E metade das famílias possui TV e rádio em suas casas.

Existem dois telefones públicos localizados na vila.

As benfeitorias e equipamentos comunitários existentes são: o galpão multiuso; os tanques de piscicultura, a casa de beneficiamento de arroz, o galpão comunitário, o refeitório da escola, a escola e uma piladeira de arroz.

Estima-se que todos os meses, em média, 40 pessoas da comunidade desloquem até Eldorado para uso dos serviços de saúde, bancários, aquisição de gêneros alimentícios e outros não mencionados.

“Hoje as pessoas têm mais necessidades, vão às vezes duas vezes por mês para cidade e gastam mais dinheiro, antigamente iam uma vez por mês.”
(depoimento de um morador)

4. Saúde e Educação

Não há posto de saúde na comunidade, embora haja um agente de saúde comunitário. O atendimento médico na comunidade é semanal.

A escola municipal da comunidade oferece somente o Ciclo I do Ensino Fundamental. Os jovens que querem cursar o ensino médio deslocam-se para as escolas estaduais, localizadas na comunidade de André Lopes, no bairro de Itapeúna ou na cidade de Eldorado.

São Pedro conta, ainda, com uma biblioteca comunitária.

5. Lazer, Cultura e Religião

Os jovens e adultos comumente deslocam-se para as comunidades vizinhas para participar das festas que são realizadas na cidade de Eldorado e Iporanga. A principal festividade, realizada anualmente pela comunidade é a Festa de São Pedro, padroeiro da comunidade.

Outra forma de lazer, bastante difundida entre os moradores de São Pedro, são os jogos de futebol, sendo comum, aos finais de semana, a realização de partidas contra times de outras comunidades.

A biblioteca comunitária é utilizada por alguns jovens, tornando a leitura também um momento de lazer.

Comumente as missas e cultos são os rituais religiosos de que participam a maioria das famílias. A religião predominante é o catolicismo, e uma minoria de famílias se denomina evangélica.

Vista parcial da vila, com o galpão comunitário em primeiro plano e escola ao fundo.

6. Forma de Organização

Em 1997 foi criada a Associação Remanescentes de Quilombo do Bairro São Pedro, que representa juridicamente a comunidade. Atualmente os jovens são a maioria dos membros da diretoria da associação.

As organizações não-governamentais apontadas com atuantes na comunidade são: o ISA, o Moab, Eaacone, as Pastorais da Igreja Católica e o Grupo Evangélico coordenado pela missionária Lisa Clovis. Já as organizações governamentais são: Itesp, Unicamp, Fundação Florestal-SMA-SP e as Secretarias da Justiça e da Cultura de São Paulo.

Aspectos do uso e ocupação da terra

1. Distribuição espacial das formas de uso

A área total oficial de São Pedro é de 4.688,26 hectares (Itesp, 1998), parcialmente localizada no perímetro do município de Iporanga, e no município de Eldorado. Desta área, 4.558,20 hectares são titulados em nome da Associação.

Todas as formas agrícolas de uso da terra, com exceção das pastagens, ocupam cada uma, menos de 1% do território mapeado de São Pedro, conforme podemos observar na Tabela 1. As maiores porções de terra são ocupadas por cobertura vegetal natural (vegetação rasteira, capoeiras de diversas idades e matas), totalizando juntas, 95,1% da cobertura. Veja a distribuição espacial destes usos no “Mapa de uso e ocupação da terra em 2007” do Quilombo de São Pedro.

tabela 1. Formas de uso da terra em São Pedro em 2007*		
Classes de uso do território	Área ocupada (ha)	Área ocupada (%)***
roça de coivara	3,8	0,08
soca	8	0,17
bananal	10,23	0,22
canavial	0,3	0,01
pastagem	183,57	3,94
cultivo de maracujá	2,85	0,06
cultivo de pupunha	6,44	0,14
cultivo de palmito	0,52	0,01
bambuzal	2,45	0,05
vegetação rasteira	33,64	0,72
tigueria; capoeirinha; capoeira	593,79	12,76
capoeirão	364,29	7,83
mata	3.432,28	73,74
estrada	6,85	0,15
vila	5,47	0,12
área de repovoamento de palmito**	34,41	0,74
total	4.654,46	100

* O cálculo de áreas foi efetuado pelo Sistema de Informações Geográficas do ISA, acarretando algumas diferenças em relação à área oficial do Quilombo de São Pedro.

** A área ocupada por esta classe de uso não foi considerada no valor total, posto que se sobre- põe a outras classes.

*** Estes valores são relativos à área do território de São Pedro segundo o limite elaborado pelo ISA (4.654,46 hectares), com base no memorial descritivo fornecido pelo Itesp.

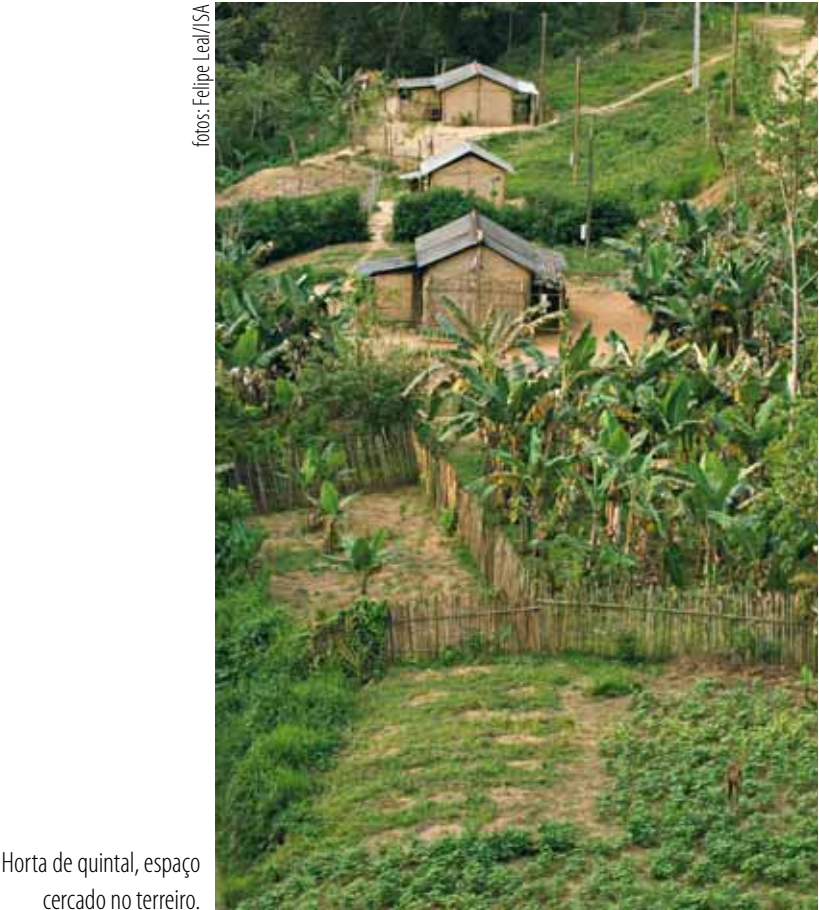


Roça de pousio.

2. Casas e quintais

As casas são, na grande maioria, de alvenaria, e algumas ainda mantêm a cozinha de pau a pique. Com as novas casas construídas pela CDHU neste ano, a comunidade conta com 75 casas.

Para os moradores de São Pedro não existe um único conceito de “quintal”. Alguns definem o “quintal” como o espaço da horta, e o “terreiro” como o espaço em volta da casa. Para outros moradores ambos – quintal e terreiro – são



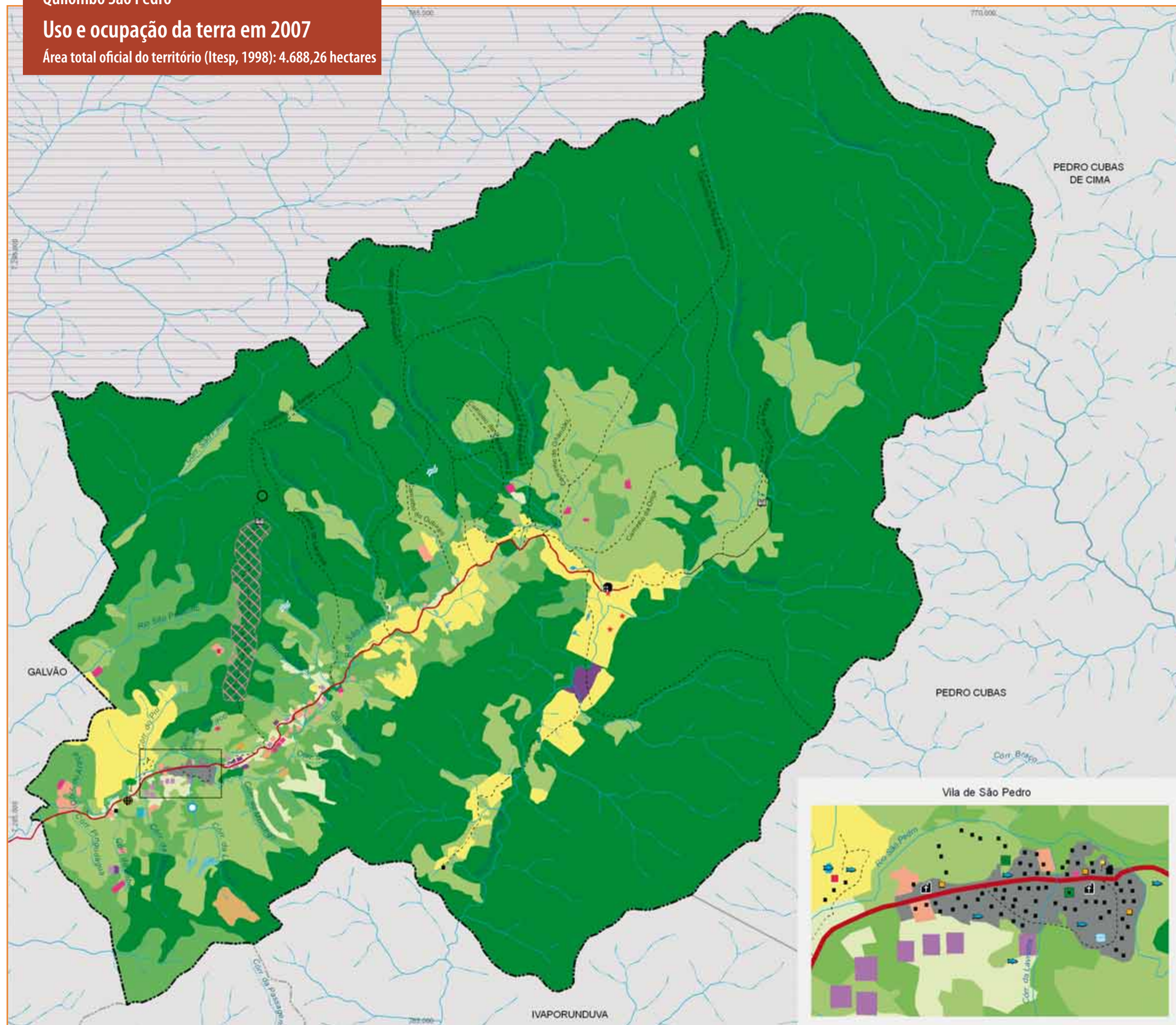
Horta de quintal, espaço cercado no terreiro.

fotos: Felipe Lea/ISA

Quilombo São Pedro

Uso e ocupação da terra em 2007

Área total oficial do território (Itesp, 1998): 4.688,26 hectares



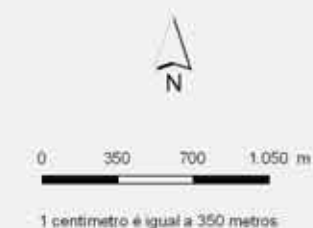
Uso e ocupação da terra em 2007

- | | |
|---------------------------|--|
| bananal | área de repovoamento de palmito |
| roça | bambuzal |
| soca | vegetação rasteira (capinzal, samambaiá, sapé) |
| pastagem | figueira, capoeirinha, capoeira |
| cultivo de maracujá | capoeirão |
| cultivo de pupunha | mata |
| cultivo de palmito juçara | vila |
| canaviais | |

- | | |
|--------------------------|---|
| moradia | caixa d'água |
| capova | apiário |
| escola | experimento de agrofloresta |
| bar | área de amostragem de recursos florestais |
| casa da máquina de arroz | tanque de piscicultura |
| galpão de artesanato | sede da fazenda |
| casa da associação | benfeitorias da fazenda |
| centro comunitário | represa |
| igreja | cachoeira |
| campo de futebol | casa de pedra |
| quadra poliesportiva | |

Base Cartográfica

- | | |
|--------------------------|-----------------------------|
| rios temporários | limite de São Pedro |
| rios permanentes | limite dos demais quilombos |
| corpos d'água | Parque Estadual Intervales |
| caminho, picada | |
| estrada sem pavimentação | |



Projeção UTM (Fuso 22), Datum Sad 69.

Vila de São Pedro



Fontes

Uso e ocupação da terra: informações levantadas nas oficinas de mapeamento participativo realizadas na comunidade em 2007, posteriormente editadas e complementadas em laboratório com base nos mosaicos de fotografias aéreas (voo PPMA/SMA de 2001/2002, escala média de 1:35.000) e no "Croqui de uso e ocupação da Comunidade de São Pedro" (Itesp, 2000).

- Base Cartográfica: base digital produzida pelo IGC sobre as cartas topográficas 1:10.000 de 1998, posteriormente editada pelo ISA.

- Limites dos quilombos: digitalizados pelo ISA na escala 1:10.000, com base nos memoriais descritivos fornecidos pelo Itesp.

- Parque Estadual Intervales: digitalizado pelo ISA, com base nos Decretos Estaduais nº 40135 de 1995 e nº 44293 de 1999.

Instituto Socioambiental, março de 2008.

entendidos como o espaço ao redor da casa. De modo geral os quintais e/ou terreiros apresentam o tamanho médio de 350 m². Nesta área são cultivadas frutíferas tais como: laranja, goiaba e limão. Hortaliças como: couve, alface e cebola, abóbora, salsinha, cenoura, e as plantas de uso medicinal: hortelã, boldo e erva-cidreira, bem como outros cultivos, conforme apresentado na Tabela 2. Também são criados alguns animais domésticos para consumo alimentar, tais como: galinhas, patos e porcos.

tabela 2. Cultivos existentes nos quintais*		
Frutíferas	Hortaliças	Medicinais
Laranja	Couve	Hortelã
Goiaba	Alface	Boldo
Limão	Cebola	Erva-cidreira
Jabuticaba	Abóbora	Capim Cidró
Acerola	Cenoura	Poejo
Ameixa	Salsinha	Erva-doce
Maracujá	Repolho	Embaúba
Banana	Beterraba	Cana do Brejo
Abacate	Almeirão	Flor da Amazônia
Mamão	Cebolinha	Ensencio
Guaraná	Pimenta	Estomalina
Mexerica	Coentro	Santa Maria
Ata		Babosa
Seriguela		Sabugueiro
Abacaxi		Espinheira Santa
Manga		Guaçatongo
Amora		Erva de Macuco
Jambo		Pata de vaca
Morango		
Guapari		
Jacupari		

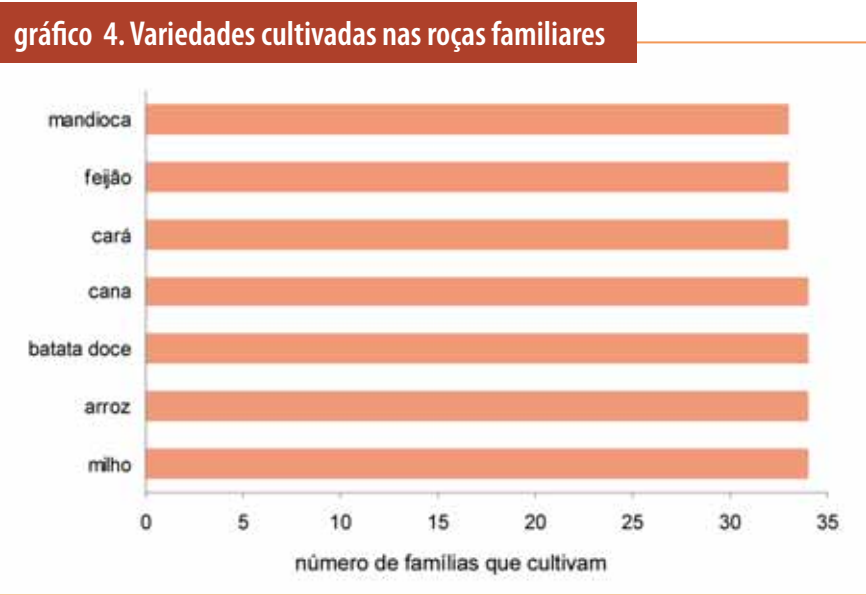
*Plantas apontadas pelos entrevistados por seu nome popular. Alguns nomes coincidem com os utilizados pela indústria farmacêutica.

3. Agricultura

As sementes utilizadas nos plantio são, na maioria das vezes, originárias das roças da própria comunidade.

As espécies cultivadas nas roças em geral são: arroz, feijão, batata-doce, cará, cana, mandioca e milho. Todas elas são cultivadas por quase todas as famílias, conforme demonstra o gráfico 4.

Embora o gráfico demonstre um envolvimento grande das famílias com o cultivo das roças de coivara, a maioria dos agricultores as avaliou insuficientes como núcleo de produção de alimentos básicos para a alimentação familiar, devido ao declínio significativo do número de quilombolas que têm praticado esta modalidade de agricultura. Ou seja, a roça de coivara é bastante praticada pelas famílias, embora poucos membros se envolvam diretamente nesta atividade, diminuindo a área cultivada e, conseqüentemente, a produção.



Já as monoculturas como o maracujá e a pupunha, têm seu cultivo aumentado em virtude da expectativa de venda para o comércio. Atualmente na comunidade há 10 famílias plantando pupunha e 12 plantando maracujá azedo. Esta produção, como também a do palmito, é comprada por atravessadores. Por outro lado, os produtos da roça raramente são vendidos, com exceção do arroz que, em certas situações, pode ser vendido a outro morador. O que explica em parte, o desinteresse pelo cultivo nas roças de coivara.

Mais da metade das (famílias cultivam bananais, sendo a comercialização da produção feita para atravessadores, comerciantes de Eldorado e, algumas vezes, para a associação da comunidade de Ivaporunduva.

Os principais problemas na agricultura apontados foram: dificuldade de acessar crédito financeiro, carência de mecanização agrícola e dificuldade para escoar sua produção por não terem um caminhão.

De modo geral não são utilizados adubos químicos e venenos nas roças, com exceção dos cultivos de maracujá e pupunha. Alguns agricultores utilizam calcário em seus bananais.

“Antigamente o povo trabalhava para produzir, hoje estamos com jovens sem interesse em trabalhar na roça. Amanhã os jovens não terão estudo, nem emprego e não sabem fazer roça”.
(depoimento de um morador)

“As pessoas estão investindo mais nas roças para comércio e deixando as roças de subsistência”.
(depoimento de um morador)

“Antigamente, uns 15 anos atrás, a produção das roças era igual. Homens e mulheres trabalhavam e hoje as mulheres cuidam mais dos filhos e não vão muito para as roças... E as crianças não vão para roça porque tem escola”.
(depoimento de um morador)

4. Recursos naturais

Os recursos hídricos e os locais com paisagens de beleza cênica são os recursos naturais considerados mais importantes pela comunidade.

Os recursos florestais comumente coletados são: o palmito, os cipós: imbé e timbopeva, a taquara e alguns tipos de madeira. O cipó é utilizado tanto nas construções das casas como nos jiraus, nas cercas e na confecção de peças artesanais. As madeiras são utilizadas na construção, e como matéria-prima de peças artesanais, assim como a taquara e alguns tipos de sementes.

Em geral são os homens que fazem artesanatos utilizando como matéria-prima recursos florestais não-madeireiros. Também são os homens que selecionam e extraem certos tipos de madeira para construção de suas casas. Portanto, a coleta de recursos é uma atribuição quase que exclusivamente masculina.

Existem nas terras de São Pedro alguns pequenos trechos em margens de rio que precisam ser reflorestados, segundo os moradores.



Felipe Leal/ISA

Artesanato feito em tear.

Agenda das Prioridades e Recomendações

Demandas		Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos			
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008) M.P. = em médio prazo L.P. = em longo prazo
Meio Ambiente e Fundiário	1. Reflorestar beiras de rio e outras áreas na comunidade	Conservar os recursos naturais, evitar assoreamento, melhorar a vida da fauna e flora, recuperação da água	2	Buscar um intermediador para negociação com terceiros, criar projeto de conscientização junto às comunidades	Ação conjunta entre órgãos ambientais e organizações que trabalham com as comunidades	Ação civil pública entre os atores sociais e órgãos envolvidos	E.U.
	2. Acabar com a ameaça das barragens no Rio Ribeira do Iguape	Perda da biodiversidade e sociodiversidade provocam êxodo para as cidades, perda da cidadania e da cultura quilombola e comunidades tradicionais	1	Buscar novos parceiros que sejam contrários a essa iniciativa, buscar fontes confiáveis de pesquisa para discutir os aspectos técnicos	Todos os movimentos envolvidos na questão da barragem (contrários)	Capacitação para equipe de articulação e comunicação, divulgação em nível internacional	E.U.
	3. Programa de fiscalização com a participação da comunidade para impedir a entrada de palmitérios no território	Perda da espécie	1	Oferecer ajuda de custo para quem corta, melhorar a fiscalização por parte da SMA, trabalho de conscientização junto aos palmitérios, acabar com atravessadores (assim não tem para quem vender)	A secretaria do meio ambiente, junto com ONGs e comunidades, buscando alternativas	Projetos com parceiros envolvidos, ter alternativas de geração de renda	M.P.
	4. Programa de fiscalização com a participação da comunidade para impedir a entrada de palmitérios nas áreas reflorestadas do quilombo	Fonte de renda sustentável, aumento do ICMS municipal	1	Trabalho de sensibilização com os infratores, fiscalização rigorosa, ajuda de custo (SMA)	As Associações devem indicar pessoas para fiscalização junto à SMA	Atividades educativas, seminários, palestras, debate envolvendo os palmitérios	E.U.
	5. Autorização para abertura de área para roça por período de 10 anos e áreas maiores que contemplem a comunidade	Para evitar a perda das licenças anuais, valoriza os aspectos culturais, garantir a subsistência das famílias	1	Pressionar os órgãos competentes como SMA, DEPRN e formação de GT para definir as áreas a serem autorizadas	Associações junto com os órgãos que trabalham nas comunidades	Em forma de reuniões nas comunidades e junto ao órgão competente, SMA, DEPRN, Itesp	E.U.

	Demandas	Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos			
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008) M.P. = em médio prazo L.P. = em longo prazo
Meio Ambiente e Fundiário	6. Adequação da legislação ambiental para permitir a abertura de roça de subsistência com o uso do fogo em locais onde o estágio de recuperação da vegetação está atualmente sob proteção legal	Porque são poucas as melhores áreas disponíveis para cultivo que não estejam protegidas pelo Código Florestal (art. 215/216) ou pela Lei da Mata Atlântica (nº 11.428, de 22/12/06). Além disso, as roças de subsistência são consideradas pela ciência como lavouras de mínimo impacto		Buscar junto aos órgãos competentes a solução do problema, Ibama, DPRN, SMA, MDA	Comunidades, órgãos públicos	Ofícios, reuniões, audiências, mobilização, articulação em nível regional	E.U.
	7. Interpretação e explicação sobre as leis ambientais em linguagem acessível às comunidades	Falta clareza e entendimento pelas comunidades	2	Elaboração de um material escrito de forma simplificada	GT que envolva as comunidades e assessores para compor conteúdo do material	Formar o GT e definir o cronograma de trabalho	M.P.
	8. Retirada dos terceiros do território	Para garantir o território e sustentabilidade e evitar danos ambientais	1	Relatar os fatos que estão acontecendo e levar ao Poder Público, acelerar o processo de indenização de terceiros	Comunidades devem relatar os fatos e solicitar aos órgãos responsáveis para dar velocidade no processo	Fotos, documentos, B.O., e ancaminhar ao órgão competente	E.U.
	9. Regularização Fundiária/ Titulação	Para garantir o território e aumento da produção, resgate de valores tradicionais e culturais, garantir a sustentabilidade da comunidade	1	A comunidade deve conhecer bem o território, para poder pressionar política e juridicamente os órgãos competentes	Associação, comunidades e órgãos responsáveis	A partir do conhecimento dos territórios criar embasamento político e jurídico e pressionar os órgãos competentes	E.U.
	10. Obtenção do direito de uso para a comunidade das áreas abertas (sem mata) que estão em mãos de terceiros.	Para fazer uso do território e das áreas abertas que são ocupadas por terceiros, mas não estão em uso	1	Formar GT para fazer estudo dessas áreas para solicitar junto a Justiça as medidas cabíveis	As comunidades junto ao GT e órgãos competentes	Fazer um estudo e manejar as áreas para discutir com o GT	E.U.
	11. As comunidades terem um planejamento sócio-econômico e ambiental sustentável	Necessidade de desenvolvimento cultural, social e ambiental das comunidades	2	Tem que ter colaboração dos associados e o apoio a das instituições do Governo e da Sociedade civil para implantação da Agenda	São os Agentes socioambientais quilombolas, Associação e parceiros, como Itesp, Moab, ISA, Fundação Florestal	Tem que ter diagnóstico das comunidades, seminários, encontros, oficinas de mapeamento dos territórios e troca de informações	M.P.
Manejo e Extrativismo	1. Manejo de ervas medicinais	Melhorar a renda e valorizar o conhecimento tradicional	1	Valorizar o conhecimento e comercialização	Parceiros (Saúde, ISA, Itesp, Pastoral da Criança)	Identificar as pessoas que tem o conhecimento, as ervas com potencial, beneficiar para o mercado	M. P.
Comunicação, eletricidade, transporte e moradia	1. Instalação de energia para iluminação em todas as casas	Porque várias famílias não têm energia elétrica ainda	3	Reivindicação junto à Elektro e o Programa Luz para todos	Associação	Associação junto ao Itesp pressionar os órgãos competentes	E.U.
	2. Diminuição do valor da taxa de energia elétrica rural	Porque o valor das contas são muito alto, e as famílias não têm condições de pagar, pois são de baixa renda	1	Reivindicar junto à Elektro a isenção do ICMS na conta de energia	Associação	Solicitar ao Itesp encaminhamento destes pedidos	E.U.

	Demandas	Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos			
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008) M.P. = em médio prazo L.P. = em longo prazo
Comunicação, eletricidade, transporte e moradia	3. Manutenção de estradas existentes na comunidade	As estradas estão em péssimas condições, dificultando o acesso, principalmente para os alunos da escola	3	Melhorar o acesso as estradas, cascalhar e fazer lombadas e sinalizar	Prefeitura	Associação reivindica e cobra o poder público	E.U.
	4. Abertura de novos acessos (estrada e pontes) na comunidade	Porque precisa de abertura de novas estradas e construção de pontes metálicas	3	Fazer ofício e reunião com Prefeitura e DER	Prefeitura e Associação	Associação reivindica e cobra o poder público	E.U.
	5. Apoio na manutenção do telecentro	Porque queremos participar da inclusão digital e social	2	Capacitação de jovens para ajudar na comunidade	Associação E Gesac	Solicitar ajuda junto às parcerias e órgãos públicos (Gesac, Itesp, ISA, BB e Prefeitura)	L.P.
	6. Obtenção de transporte coletivo para atender a comunidade	Porque a comunidade tem difícil acesso a transporte	1	Reivindicar junto as Prefeituras a regularidade de uma linha coletiva	Associaçã e Prefeitura	Solicitar ônibus junto ao departamento transporte e Prefeitura	E.U.
Saúde	1. Ter atividades de conscientização voltadas à saúde, como por exemplo: prevenção ao o alcoolismo	Para conscientizar o dependente para realizar um tratamento e conscientização dos jovens	2	Criação de AAA, palestras explicativas	Associação e parceiros	Parceria com órgão de saúde	E.U.
	2. Aquisição de uma ambulância	Não há ambulâncias que possam levar doentes das comunidades para a cidade	1	Reunião com Secretaria de Saúde e Prefeitura	Associação com a comunidade	Através de assembléia com a comunidade e reunião com Prefeitura e Secretaria de Saúde	E.U.
	3. Aumento e regularidade da frequência do atendimento médico e odontológico	Há necessidade de tratamento médico nas comunidades	1	Pressionar a Secretaria de Saúde junto com órgãos estadual e municipal	Associação e Prefeitura	Através de cobrança junto ao órgão competente	E.U.
	4. Melhoria na qualidade do serviço de saúde	Há necessidade de tratamento médico nas comunidades	1	Pressionar a Secretaria de Saúde junto com órgãos estadual e municipal	Associação e Prefeitura	Através de cobrança junto ao órgão competente	E.U.
	5. Instalação de Posto de Saúde	É a necessidade do bairro para ter assistência à saúde	1	Pressionar o Estado e Prefeitura	Associação e Prefeitura	Audiência com departamento de saúde do Estado e órgãos competentes	E.U.
Saneamento básico	1. Regularidade nos dias de coleta de lixo	Não tem dia certo para coleta e o lixo fica acumulado	1	A Associação deve fazer um cronograma de dias junto com a Prefeitura para a realização da coleta	Associação e Prefeitura	Deve ser realizada reunião entre Associação e Prefeitura	E.U.
	2. Instalação de rede de esgoto e tratamento	Porque o tratamento é indispensável para a saúde da comunidade	1	Construção d fossas sépticas e rede de esgoto	Prefeitura com fiscalização da Associação	Associação e comunidade pressionar a Prefeitura	E.U.
	3. Melhoria na captação de água e equipamentos de distribuição	Porque esta comunidade não tem água tratada		Construção de um reservatório central e canalizar e distribuição	Sabesp, Funasa, Prefeitura, Itesp	Realizar reuniões com esses órgãos reivindicando datas e prazos para instalação	E.U.

Demandas		Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos			
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008) M.P. = em médio prazo L.P. = em longo prazo
Cultura e Lazer	1. Divulgação das coisas tradicionais da comunidade	Conservação da história e cultura, pois as culturas estão se perdendo, e a necessidade de resgate cultural	2	Através de histórias, palestras e prática, tentando resgatar as atividades que eram praticadas	A própria comunidade, com os parceiros: órgãos públicos e ONGs	Fortalecimento das Associações e troca de experiências entre elas	M.P.
	2. Fortalecimento do artesanato quilombola	Promove geração de renda e resgate do artesanato tradicional	1	Organizar exposições	As Associações e ONGs, MINC, secretaria da Cultura	Através de projetos e parcerias	M.P.
	3. Projeto de incentivo para integração de crianças e jovens na comunidade	A falta de participação de jovens	1	Tendo esporte, cultura, lazer e inclusão digital	Precisa de parcerias, como Prefeitura, Secretaria do Esporte, da educação e Ministério da Cultura	Promovendo atividades em projetos que atraiam os jovens com uma linguagem que os atraiam	E.U.
	4. Aulas de capoeira	O resgate cultural da história dos negros e a necessidade de participação e envolvimento dos jovens	2	Reunir os interessados e escolher o professor	Tem que buscar apoio com os parceiros, como Itesp, Unicamp, ISA	Através de projetos culturais	M.P.
	5. Atividades para deficientes	na comunidade existe pessoas com necessidades especiais	3	Buscar parceiros	Associação e Prefeitura	Associação e Prefeitura	E.U.
Educação	1. Melhoria no ensino fundamental existente na comunidade e implementação de ensino diferenciado	Para trabalhar com temas específicos à realidade quilombola e aumentar o conhecimento das comunidades sobre sua cultura	1	Capacitação de professores, envolver a comunidade nesse processo (levar pessoas da comunidade para dar palestra na escola)	Associação com órgãos da educação	Em conjunto com comunidades, professores e delegacias de ensino	E.U.
	2. Curso de informática	Necessidade de fazer os trabalhos da Associação e maior envolvimento dos jovens	1	Equipar as comunidades e capacitar lideranças para tal	Associações com parcerias	Em conjunto com instituições parceiras	M.P.
	3. Ter um educador ambiental	A preservação dos rios, matas, coleta de lixo, trabalho de conscientização sobre o lixo nas comunidades	3	Capacitar pessoas da comunidade	Entidades parceiras	Em conjunto entre Associação e entidades parceiras	M.P.
	4. Melhoria do transporte escolar	Porque a qualidade do transporte escolar é deficiente, com veículos quebrando constantemente	3	Cobrar da secretaria de transporte e órgãos competentes	Associação e Prefeitura	Associação em conjunto com órgãos competentes	E.U.
	5. Curso de formação para cidadania	Devido a necessidade de conhecimento sobre este assunto	1	Mobilizar, motivar a comunidade para participar destes cursos	Criar um grupo junto com Associação para coordenar este trabalho	Buscar apoio junto à Prefeitura e Instituições parceiras	M.P.
Atividades Produtivas Agricultura	1. Aquisição de um caminhão	Para escoamento da produção para não passar por atravessadores	1	Crédito, doação (fundo perdido)	Petrobras, PDA e outras	Fazer projetos, Associações e ISA e outros, procurar doadores	E.U.
	2. Aquisição de trator	Para escoar produtos da agricultura familiar; e para entrar em variantes de difícil acesso	1	Crédito, doação (fundo perdido)	Para crédito, os bancos são apontados e doação, a Petrobras e PDA Mata Atlântica	Fazer projetos, Associações em parcerias com ISA	E.U.

		Demandas	Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos			
					Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008) M.P. = em médio prazo L.P. = em longo prazo
Atividades Produtivas	Agricultura (atividades, infra-estrutura e equipamentos)	3. Construção de barracão para instalar maquinário para beneficiamento da mandioca	Já possuem o equipamento, mas não tem barracão para instalar os maquinários	1	Doação	Idesc, Itesp e Prefeituras	Fazer projetos	E.U.
		4. Casa para beneficiamento de mel e ter SIF	Porque o mel é coletado e armazenado e o selo facilita a comercialização no estado	1	Doação	Itesp, MDA, Idesc, Proter e Prefeitura	Elaborar projetos e encaminhar para os órgãos citados	E.U.
		5. Receber assistência técnico-agrícola	Trabalhar melhor o uso da terra pela própria comunidade	1	Cobrar da Prefeitura e Itesp	Prefeitura e Itesp	Através de requerimento encaminhado a Prefeitura e Itesp	E.U.
		6. Melhorar a comercialização da produção agrícola da comunidade	Eliminar a comercialização por atravessadores e viabilizar a sustentabilidade das famílias	1	Venda direta ao mercado consumidor através do programa da Conab, evitando atravessadores	Grupos de produtores da Associação e parceiros (ISA, Itesp)	Pesquisa de mercado e organização das comunidades	E.U.
		7. Melhorar a comercialização da banana	Eliminar a comercialização por atravessadores e viabilizar a sustentabilidade das famílias	1	Venda direta ao mercado consumidor através do programa da Conab, evitando atravessadores	Grupos de produtores da Associação e parceiros (ISA, Itesp)	Pesquisa de mercado e organização das comunidades	E.U.
		8. Fortalecimento para manutenção das sementes tradicionais e aquisição das sementes que eles não têm	Para não perder as sementes e garantir alimentos saudáveis	1	Fundo de sementes	Associações e ISA	O ISA vai formar o fundo de sementes; organizar uma feira dos quilombos	E.U.
		9. Assistência técnica para produção de produtos orgânicos	Para ter melhor qualidade de produtos		Formar técnicos da própria comunidade e solicitar assistência técnica aos parceiros	Prefeitura, Secretaria de Educação, ISA, Itesp, Secretaria de Agricultura, Escolas técnicas	Participar do planejamento com Itesp e elaboração de projetos com ISA	E.U.
		10. Reestruturar a produção de mel na comunidade	Desejo de melhorar a renda e necessidade de organizar a produção na comunidade	2	Levantamento da situação da produção atual e tomar as medidas necessárias	ISA e Itesp	Fazer um diagnóstico, viabilizar a capacitação dos produtores e bom aproveitamento dos equipamentos existentes	E.U.
	Extra-agroflorestais e extra-criação	1. Desenvolver atividades de ecoturismo	Cada comunidade tem seu potencial turístico	2	Identificar os atrativos, criar e melhorar a infra-estrutura, divulgar e organizar a atividade	Associação, parceiros	A Associação realiza o levantamento dos atrativos e da necessidade de infra-estrutura e elaborar um projeto	M.P.
		2. Desenvolver o turismo cultural	O potencial turístico que tem em cada localidade	2	Identificar os atrativos, criar e melhorar a infra-estrutura, divulgar e organizar a atividade	Associação, parceiros	A Associação realiza o levantamento dos atrativos e da necessidade de infra-estrutura e elaborar um projeto	M.P.
		3. Curso de corte e costura	Porque algumas comunidades já têm máquinas, e promove geração de renda	2	Através de projetos	Sebrae, Itesp, outras comunidades	Parceria entre as Associações	E.U.
		4. Aquisição de máquinas de costura	Promover geração de renda e atender a própria comunidade	2	Discutir o uso e a distribuição das máquinas existentes, comprar novas	PDA, Petrobras, Associação e grupos	Definir o uso das máquinas existentes e elaborar projeto para aquisição de novas	E.U.

Demandas		Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos				
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008) M.P. = em médio prazo L.P. = em longo prazo	
Atividades Produtivas	Extra-agroflorestais e extra-criação	5. Atividades de geração de renda que incentivem a permanência dos jovens na comunidade	A falta de opções de trabalho nas comunidades	1	Cursos de capacitação, inclusão digital	Associação, grupo de jovens, ISA e outros parceiros	Definir com os jovens suas expectativas e oportunidades e transformá-las em projetos	E.U.
		6. Beneficiamento de produtos que são produzidos na comunidade	Melhorar a qualidade de vida nas comunidades	2		Associação com as entidades parceiras	Elaboração e encaminhamento de projetos	M.P.
		7. Cursos profissionalizantes para jovens	Necessidade de pessoas capacitadas para gerenciar os projetos existentes e para implantação de novos projetos	2	Definir os temas e as formas de capacitação, criar espaço para capacitação e aquisição de equipamentos necessários	Sebrae, Senac, outros parceiros (Ibama, Itesp, ISA, Idesc)	Organizar uma conversa com Sebrae e Senac e elaborar projetos	E.U.



Trilha de acesso a Bombas. Foto: Felipe Leal/ISA

5.8. Agenda Socioambiental de Bombas

Localização e origem da comunidade

A comunidade de Bombas está localizada no município de Iporanga e tem as comunidades de Praia Grande, Porto Velho, Cangume e João Surrá como suas vizinhas distantes. Está assentada sobre um terreno cuja formação geológica é rica em rocha calcária, constituindo-se numa das regiões mais ricas em cavernas do país.

O acesso principal à comunidade se dá na altura do Km 6 da Rodovia Antônio Honório da Silva, mais conhecida por Estrada Iporanga-Apiáí, na margem direita do Rio Betari. Após atravessar uma ponte sobre o Rio Betari e andar a pé, ou sobre o lombo dos animais, durante uma hora e meia, por uma variante (caminho largo) bastante sinuosa, chega-se ao primeiro agrupamento de casas, chamado de Bombas de Baixo. Seguindo a caminhada por mais uma hora chega-se no outro agrupamento, Bombas de Cima. Há outro acesso possível por trilha, mas pouco utilizado pelos moradores, que se inicia no Bairro da Serra, ainda na estrada Iporanga-Apiáí, passando pelo Lageado e seguindo para a região do Roncador.

A comunidade é formada pelas seguintes localidades ou regiões: Cotia (mais conhecida como Bombas de Baixo), Cotia Grande, Lagoa, Mona, Paca, Roncador e Córrego Grande (mais conhecido como Bombas de Cima). As denominações “Bombas de Cima” e “Bombas de Baixo” são uma referência para localização dos agrupamentos de casas existentes na área da comunidade, e, uma maneira de orientar as pessoas de fora quanto à localização de suas moradias. Ressalte-se que estas denominações se reportam às condições do relevo, e por conseguinte, da altitude relativa de cada agrupamento.

A área da comunidade teve sua ocupação iniciada no século XIX, por volta de 1910 e 1920, devido à fixação de escravos fugidos, de descendentes de escravos e de portugueses que ocupavam uma área próxima, conhecida como Fazenda Furquim. Também vieram pessoas de outras localidades de Iporanga, oriundas das famílias Mota e Ursolino, descendentes de famílias da comunidade de Nhunguara. Também vieram pessoas da região de Minas Gerais, como foi o caso do senhor Celestino Muniz, que antes de chegar à localidade de Bombas passou por Itaóca. Vieram também pessoas de Porto Velho, João Surrá (Paraná) e Três Águas (próximo da comunidade de Porto Velho).

Entre os anos de 1920 e 1930 chegaram pessoas da família Teixeira, provavelmente da região de Itapeva, e a partir de 1935, outros vieram do quilombo João Surrá, descendentes dos Peniche e também de famílias do quilombo de Praia Grande. A rede de parentesco existente em Bombas é formada pelas famílias Dias Peniche, Peniche de Matos, Dias Marinho, Ursolino e Muniz.

Em 1958 foi criado o Petar (Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira), e em 1983, o governo do Estado de São Paulo o delimitou com picadas, estabelecendo também as normas legais de ocupação próprias a uma Unidade de Conservação desta categoria.

Os limites do Petar se sobrepuseram às áreas utilizadas pela comunidade de Bombas, que se viu a partir disso, impedida de realizar suas atividades agrícolas, as quais implicavam em corte de vegetação em estágios mais avançados de recuperação (capoeira grossa) e de matas. As famílias de Bombas,

Caminho que dá acesso às localidades que compõem a comunidade de Bombas.

Felipe Leal/ISA



além de assistirem à diminuição das áreas passíveis de cultivo, também foram restringidas nas atividades de criações de animais e proibidas de realizar qualquer atividade extrativista. Até hoje não podem cultivar palmito juçara ou pupunha, nem coletar sementes para repovoamento de *Euterpe edulis* (palmito juçara).

Em 2003, o Instituto de Terras do Estado de São Paulo viabilizou a elaboração do Relatório Técnico e Científico (RTC) da comunidade, mas o processo de reconhecimento como comunidade quilombola não foi concluído até o momento, devido aos conflitos com o governo do Estado de São Paulo, em relação ao Petar.

Aspectos sócio-econômicos

1. Perfil dos entrevistados

Foram entrevistados 18 chefes de família, totalizando 100% das famílias da comunidade.

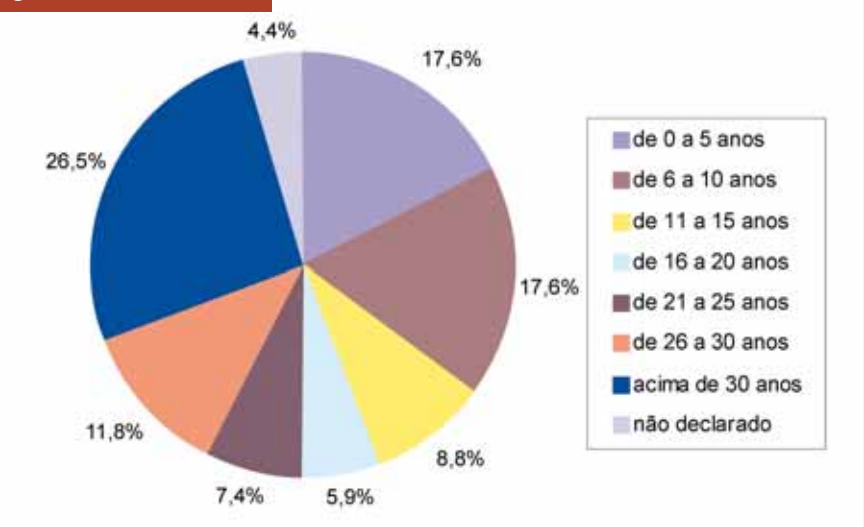
Local de origem: a maioria nascida em Iporanga - SP.

2. Perfil da população (faixa etária, ocupação e fontes de renda)

A população levantada é de 68 pessoas, das quais, aproximadamente 46% são do sexo feminino e 54 % do sexo masculino.

Apenas aproximadamente 26% da população tem idade acima de 30 anos, tratando-se de uma comunidade formada basicamente por pessoas jovens, conforme demonstra o Gráfico 1, na página a seguir.

gráfico 1. Faixa etária



Embora todos os chefes de família de Bombas se declarem agricultores, a principal fonte de renda vem dos benefícios e auxílios de governo, presentes no orçamento de mais da metade destas famílias, conforme pode ser observado no Gráfico 2. Isto se explica pelo fato da atividade agrícola estar voltada basicamente à agricultura de subsistência, por meio do cultivo nas roças de coivara. Apenas um agricultor pratica a modalidade “permacultura” há mais de cinco anos.

Entretanto as famílias de Bombas comercializam o excedente da criação de animais (porcos e galinhas) e do cultivo de frutas (incluindo a banana), ambos realizados nos próprios quintais para atender ao consumo familiar. As frutas são vendidas no comércio de Iporanga, sendo transportadas no lombo de animais.

Outra fonte de renda é a venda de doces de fabricação caseira, atividade esta realizada até o momento apenas por um morador. São produzidos rapaduras, taiadas (doce feito com melado de cana, gengibre e farinha de mandioca) e outros doces adoçados com o melado. Esta produção é comercializada na cidade de Iporanga e com pessoas da própria comunidade. Tanto a venda de animais e futas, quanto a de doces, estão representadas no Gráfico 2 pela categoria “outras” fontes de renda.

gráfico 2. Fontes de renda

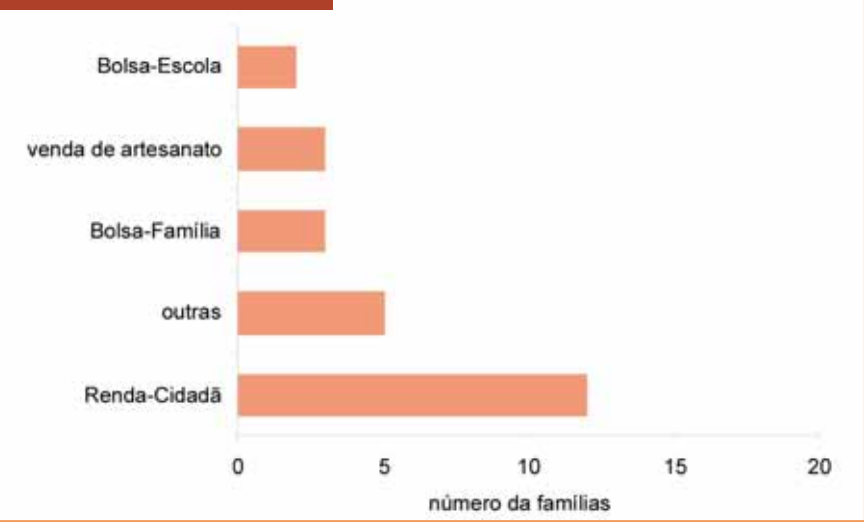
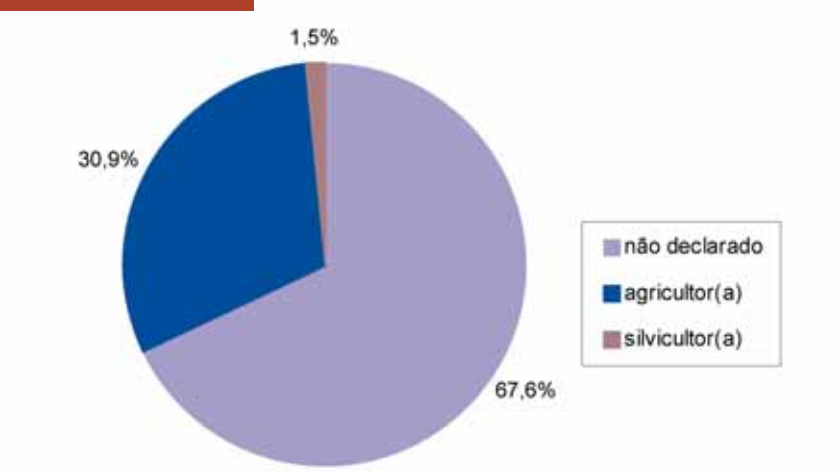


gráfico 3. Ocupação



A apicultura é uma atividade de geração de renda que envolve atualmente quatro famílias da comunidade. Estas famílias recebem assistência técnica do Itesp, tanto nas etapas de produção do mel quanto para sua comercialização.

Sazonalmente, alguns moradores realizam trabalhos remunerados em fazendas próximas e na construção civil.

3. Infra-estrutura, bens e serviços

A comunidade possui dois agrupamentos de moradia. O primeiro na localidade denominada de Bombas de Baixo, onde tem uma escola municipal (pré-escola até a 4ª série do ensino fundamental) e três casas nas proximidades. E o segundo agrupamen-



Escola municipal de Ensino Fundamental.

to, em Bombas de Cima, onde também tem uma escola municipal (pré-escola até a 4ª série do ensino fundamental), uma Igreja Católica em ruína, um pequeno campo de futebol, um posto de saúde desativado e várias casas próximas. Outras casas estão distribuídas, sempre ao longo dos córregos e caminhos.

Somente em quatro casas existe fossa negra. Não há coleta de lixo na comunidade. Com isso, o lixo seco (plásticos, papéis) é queimado, enquanto que o lixo orgânico (restos da cozinha) é lançado nos terreiros como alimento para os animais domésticos (porcos e galinhas). A água utilizada na cozinha também é lançada no terreiro ou em cursos d'água próximos. A água que abastece as casas provém de minas e riachos. Apenas uma casa se utiliza de poço.

Para cozinhar as famílias utilizam a lenha. Apenas na escola e em duas casas há fogão a gás, utilizado no preparo das refeições das crianças e também das professoras, que moram na comunidade de segunda a sexta-feira.

A comunidade não é atendida pelos serviços de telefonia e iluminação públicos. Velas, lampiões ou lamparinas são usados na iluminação das casas, enquanto que as pilhas alimentam os poucos rádios existentes.

Bombas também não é servida por estradas. O deslocamento dos moradores até a Estrada Iporanga-Apiá é realizado, com caminhadas ou no lombo de animais, apenas por trilhas em péssimas condições de conservação.

Por este motivo, a maior parte das famílias possui mulas ou cavalos, usados no transporte de cargas e pessoas, da comunidade até a cidade de Iporanga, onde busca-se os serviços de saúde, bancários, a aquisição de gêneros alimentícios e outros. Estima-se que, em média, 15 pessoas da comunidade se desloquem mensalmente até Iporanga.

As difíceis condições de acesso e a regularização da terra foram os principais problemas levantados pelos moradores de Bombas, merecendo destaque em sua Agenda Socioambiental.

4. Saúde e Educação

Há duas escolas municipais de ensino fundamental ciclo 1 (1ª a 4ª série) e a pré-escola. Cursar o Ensino fundamental completo e o Ensino Médio só é



Sem estradas, os moradores se deslocam por trilhas em precárias condições de conservação.

possível na cidade de Iporanga. Entretanto, as dificuldades de locomoção restringem consideravelmente a população interessada.

Há posto de saúde, mas não há atendimento médico, nem agente de saúde comunitário. Em caso de doenças mais graves na comunidade, muitas vezes são improvisadas macas para carregar o paciente por duas a três horas caminhando na trilha que dá acesso à cidade de Iporanga.

5. Lazer, Cultura e Religião

As crianças costumam brincar no campo de futebol improvisado, localizado em frente à escola do segundo agrupamento de moradias (Bombas de Cima). Já os jovens e adultos deslocam-se para Iporanga e para o Bairro da Serra em dias de festas e comemorações. Neste último se concentram várias pousadas, posto que é a porta de entrada aos pontos de visitação do Petar.

Na própria comunidade são realizadas as seguintes festas: a Mesada dos Anjos, no mês de junho; o dia de São Sebastião; o dia de Santo Antonio, o dia de Nossa Senhora Aparecida, que é a padroeira da comunidade de Bombas e; a Festa de Santa Luzia. Missas e cultos são realizados quase que mensalmente.

A religião predominante é o catolicismo, sendo que uma minoria de famílias se denomina evangélica, da Igreja Cristã do Brasil.

6. Forma de Organização

A coleta de recursos naturais – como madeira para construção –, a abertura de áreas para plantio e o trato dos animais de grande porte são atividades exclusivamente realizada pelos homens. As mulheres trabalham na casa, e nas atividades de colheita e plantio nas roças e nos quintais, e também na coleta de lenha para cozinhar.

A comunidade de Bombas foi incorporada à listagem oficial das comunidades quilombolas identificadas no Vale do Ribeira, no ano de 1996, mas somente em 2003 os moradores enviaram pedido de reconhecimento como comunidade quilombola ao Itesp. Há uma família quilombola que foi contrária ao reconhecimento, ficando a área ocupada por ela fora dos limites da terra quilombola, conforme acordo entre as famílias da comunidade. Nas terras de Bombas residem ainda três famílias não quilombolas. Segundo os próprios entrevistados, uma delas ocupou o local há muitos anos atrás, e convive harmonicamente com a comunidade.

A comunidade está organizada em torno da Associação de Remanescentes de Quilombo do Bairro Bombas, fundada em 2004.

As organizações não-governamentais atuantes na comunidade, apontadas pelos entrevistados foram o ISA, a Eaacone, o Moab. Já como instituições governamentais apontou-se o Itesp.

Aspectos do uso e ocupação da terra

1. Distribuição espacial das formas de uso

Bombas possui, segundo o Itesp (2003), uma área total de aproximadamente 1.200 hectares. Já segundo o limite informado pelos moradores durante as oficinas de mapeamento, a área deste quilombo seria de 3229, 56 hectares. É considerada oficialmente pelos órgãos públicos, até o momento, como área pertencente ao petar, uma vez que o processo de reconhecimento da comunidade pelo Itesp ainda não foi oficializado.

Felipe Leal/ISA

Com exceção da área ocupada por vegetação natural (matas e capoeiras de diversas idades), que cobre quase que inteiramente a área ocupada por Bombas (97,37%), o uso da terra com maior extensão espacial está representado pelas roças de coivara (1,69%), conforme observado na Tabela 1 e no “Mapa de uso e ocupação da terra em 2007” de Bombas.

2. Casas e quintais

A localização das casas – de pau-a-pique – se dá de maneira distribuída, ao longo dos principais córregos que cortam a comunidade. Atualmente existem 27 casas na comunidade. São circundadas por terreiros e/ou quintais, onde são criados, de forma extensiva, animais de pequeno porte, frutíferas e plantas de pequeno porte.



Casa de pau-a-pique e terreiro.



Horta no quintal, espaço cercado dentro do terreiro.

tabela 1. Formas de uso da terra em Bombas em 2007*		
Classes de uso da terra	Área ocupada (hectares)	Área ocupada (%)*
roça de coivara	54,65	1,69
pastagem	30,18	0,93
vegetação rasteira	9,15	0,28
capoeirinha; capoeira	427,19	13,23
capoeirão; mata	2.708,39	83,86
total	3.229,56	100

* Estes valores são relativos à área do território de Bombas segundo o limite informado pelos moradores e digitalizado pelo ISA (3.229,56 hectares).

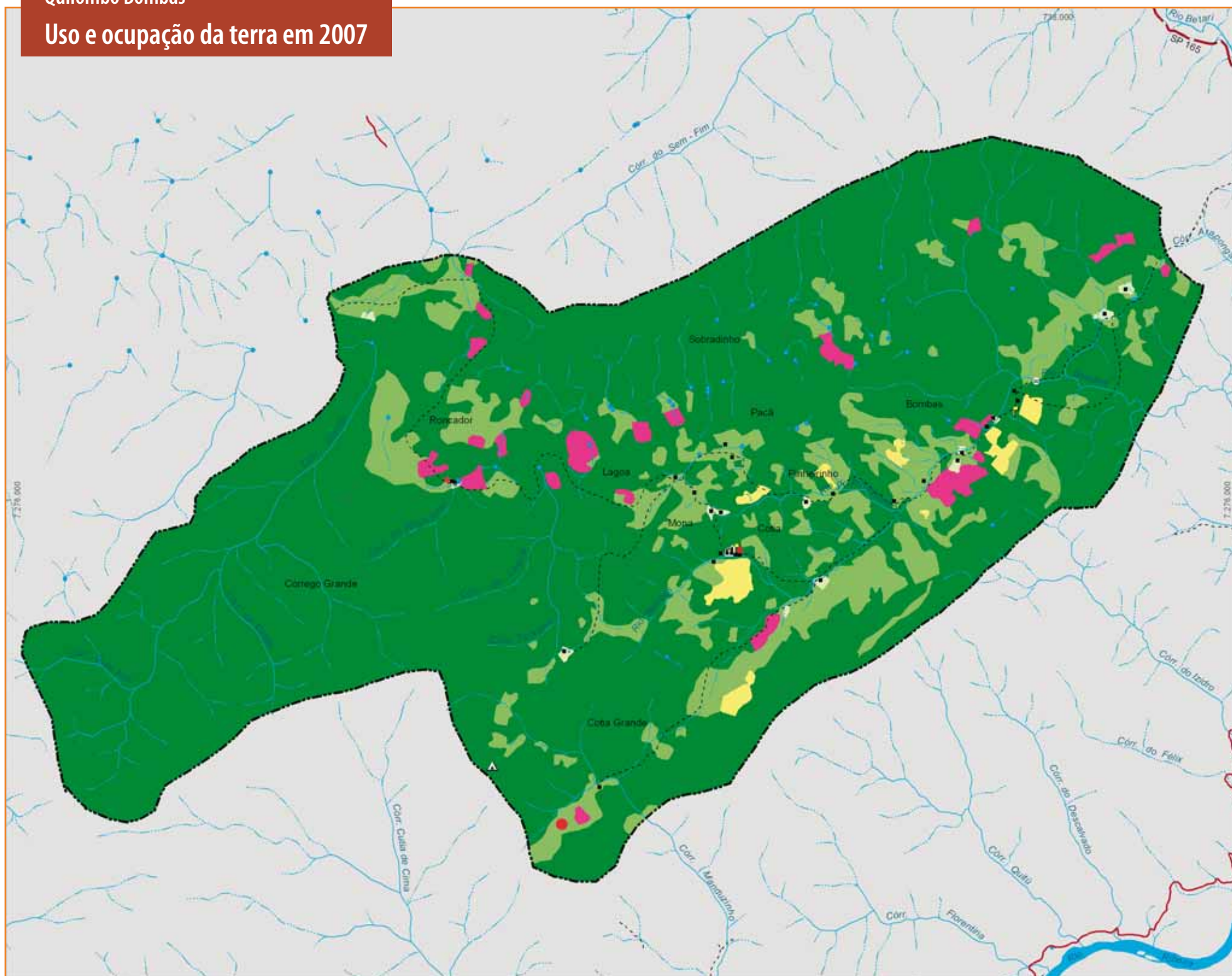
O terreiro e/ou quintal ocupam, em média, um espaço de 1700 m². Vale destacar que na comunidade algumas pessoas consideram como quintal somente um espaço limitado, geralmente cercado dentro do terreiro, como por exemplo, o local da horta. Entre as diversas espécies cultivadas nesses espaços, as principais frutíferas encontradas são laranjeiras e goiabeiras. As hortaliças são: a alface e a couve, e as plantas de uso medicinal mais cultivadas são: a hortelã, o poejo e o boldo (Tabela 2).

tabela 2. Cultivos existentes nos quintais*		
Frutíferas	Hortaliças	Medicinais
Laranja	Couve	Hortelã
Goiaba	Alface	Poejo
Banana	Beterraba	Boldo
Limão	Cenoura	Caité
Lima	Cebola	Alevante
Jabuticaba	Repolho	Erva-doce
Abacate	Braça	Pacova
Ata	Pepino	Tanchais
Mexerica	Almeirão	Ensecio
Café	Rabanete	Quina
Abacaxi	Acelga	Cipó Milame
Araçá	Pimentão	Prátudo
Seriguela	Cebolinha	Cana do Brejo
Uva	Manjerona	Estomalina
Ameixa		Erva-cidreira
Palmito		Azedinha
		Flor da Amazônia
		Rubins
		Pariparoba
		Gengibre
		Capim Cidró
		Jabotitana

*Plantas apontadas pelos entrevistados por seu nome popular. Alguns nomes coincidem com os utilizados pela indústria farmacêutica.

Uso e ocupação da terra em 2007

Uso e ocupação da terra em 2007



Uso e ocupação da terra em 2007

-  moradias
 escola
 igreja
 monjolos atuais
 ponte
 caverna
 posto de saúde
 roça
 pastagem
 vegetação rasteira (capim, samambaia, sapé)
 capoeirinha, capoeira
 capoeirão; mata primária
 limite de Bombas

Base cartográfica

- - - caminho, picada
 — estrada sem pavimentação
 — rodovia sem pavimentação
 ■ corpos d'água
 — rios temporários
 — rios permanentes
 ● sumidouros



0 400 800 1,200 m

1 centímetro é igual a 400 metros.

Projeção UTM (Fuso 22), Datum Sad 69

Fontes

- Uso e ocupação da terra: informações levantadas nas oficinas de mapeamento participativo realizadas na comunidade durante 2006 e 2007, posteriormente editadas e complementadas em laboratório com base nos mosaicos de fotografias aéreas (do PMA/ISMA de 2001/2002, escala média de 1:35 000) e no "Croqui de uso e ocupação da Comunidade de Bombas" (Iteso 2003).

- Base Cartográfica: base digital produzida pelo IGC sobre as cartas topográficas 1:10.000 de 1998, posteriormente editada pelo ISA.

- Limite do quilombo: informação de moradores

Instituto Socioambiental, março de 2008

3. Agricultura

As sementes dos cultivares têm sua origem na própria comunidade. Os cultivos existentes são mandioca, feijão, milho, arroz, cana, banana, batata-doce, cará.

O arroz, a banana e a batata-doce são as variedades plantadas por um número maior de agricultores se comparado às demais (Gráfico 4).

A banana, o feijão e o arroz são produtos comercializados por alguns moradores com os comerciantes de Iporanga e pessoas da própria comunidade.

Não há uso de qualquer produto químico nas roças, seja como defensivos de pragas ou adubos.

A dificuldade de acessar crédito financeiro e de comercializar os produtos da comunidade por falta de acesso entre esta e a cidade de Iporanga, foi o principal problema que afeta a agricultura, apontado pelos moradores.



Roça de milho.

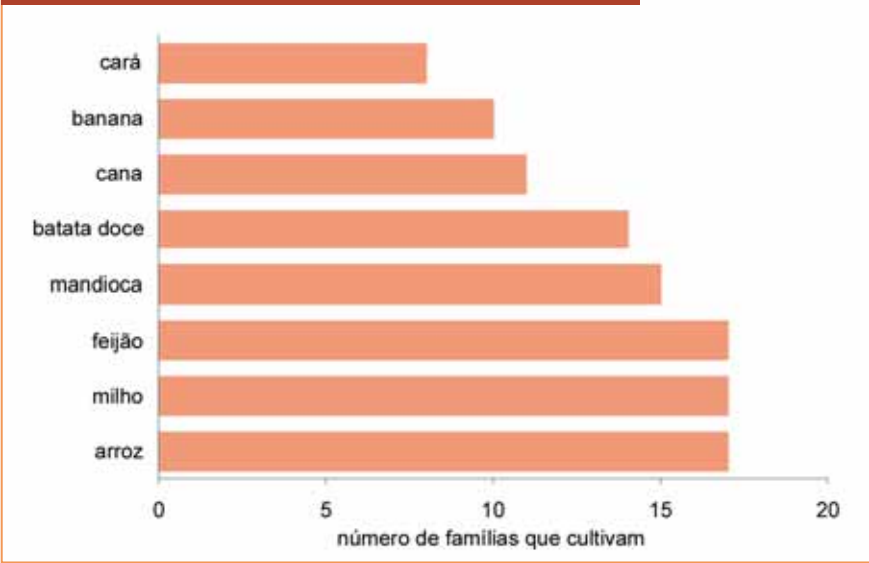
4. Recursos naturais

A paisagem é formada por um mosaico de florestas maduras e matas secundárias em regeneração. Em vários locais próximos das casas são vistos afloramentos de rocha calcária, assim como formações de grutas e cavernas. São diversos os córregos, todos tributários do Córrego Bombas, principal curso d’água da comunidade. E também os sumidouros, poços com até 4 metros de diâmetro e profundidade de até 170 metros, acessíveis apenas com rapel, bastante comuns nestas condições geológicas formadas por rochas calcáreas. Algumas cachoeiras, como as do Rio da Cotia e do Pinheirinho (não identificadas no mapa de uso e ocupação da terra da comunidade), também são atrativos naturais das terras de Bombas.

A madeira, para uso na construção de casas, os cipós (imbé, timbopeva), taquaras e plantas medicinais, para preparo de remédio caseiro, são recursos coletados nas matas e capoeiras. Os cipós, taquaras e madeiras mortas são tam-

Uma das várias quedas d’água existentes na região.

gráfico 4. Variedades cultivadas nas roças familiares



bém utilizados como matéria-prima para confecção de peças artesanais e utilitárias. Já o palmito e a caça são recursos obtidos para alimentação. A coleta destes recursos é feita tanto por homens quanto mulheres.

Os entrevistados destacaram, como potencialidade ambiental na comunidade, as nascentes d’água, o palmito juçara, as cachoeiras e cavernas e os recursos não madeiros (pescados e plantas medicinais).



Peneiras de taquara.



Fotos: Felipe Leal/ISA

Agenda das Prioridades e Recomendações

Demandas	Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos				
			Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008) M.P. = em médio prazo L.P. = em longo prazo	
Meio Ambiente e Fundiário	1. Acabar com a ameaça oferecida pelas barragens no Rio Ribeira do Iguape	Perda da biodiversidade e sociodiversidade provocam êxodo para a cidade, perda da cidadania e da cultura das comunidades quilombolas e outras tradicionais.	1	Buscar novos parceiros que sejam contrários à iniciativa, buscar fontes confiáveis de pesquisa para discutir os aspectos técnicos do empreendimento	Todos os movimentos contrários à construção das barragens.	Capacitação para equipe de articulação e comunicação, divulgação em nível internacional	E.U.
	2. Implementar programa de fiscalização com a participação da comunidade para impedir a entrada de palmiteiros	Perda da espécie	1	Oferecer ajuda de custo para quem corta, melhorar a fiscalização por parte da SMA, trabalho de conscientização junto aos palmiteiros, acabar com atravessadores (assim não tem para quem vender)	A secretaria do meio ambiente, junto com ONGs e comunidades, buscando alternativas	Projetos com parceiros envolvidos, ter alternativas de geração de renda	M.P.
	3. Autorização para abertura de área para roça por período de 10 anos, sendo áreas maiores que contemplem a comunidade	Para evitar a perda das licenças anuais, valorizando os aspectos culturais e garantindo a subsistência das famílias	1	Pressionar os órgãos competentes como SMA, DEPRN e formação de GT para definir as áreas a serem autorizadas	Associações junto com os órgãos que trabalham nas comunidades	Em forma de reuniões nas comunidades e junto ao órgão competente, SMA, DEPRN, Itesp	E.U.
	4. Adequação da legislação ambiental para permitir a abertura de roça de subsistência com o uso do fogo em locais onde o estágio de recuperação da vegetação está atualmente sob proteção legal.	Porque são poucas as melhores áreas disponíveis para cultivo que não estejam protegidas pelo Código Florestal (art. 215/216) ou pela Lei da Mata Atlântica (nº 11.428, de 22/12/06). Além disso, as roças de subsistência são consideradas pela ciência como lavouras de mínimo impacto	2	Buscar junto aos órgãos competentes a solução do problema, IBAMA, DEPRN, SMA, MDA	Comunidades, órgãos públicos	Ofícios, reuniões, audiências, mobilização, articulação em nível regional	E.U.
	5. Interpretação e explicação sobre as leis ambientais em linguagem acessível às comunidades	Falta clareza e entendimento pelas comunidades	1	Elaboração de um material escrito de forma simplificada	GT que envolva as comunidades e assessores para compor conteúdo do material	Formar o GT e definir o cronograma de trabalho	M.P.
	6. Regularização Fundiária/ Titulação	Para garantir o território e o aumento da produção, o resgate de valores tradicionais e culturais, além de garantir a sustentabilidade da comunidade	1	A comunidade deve conhecer bem o território, para poder pressionar política e juridicamente os órgãos competentes	Associação, comunidades e órgãos responsáveis	A partir do conhecimento dos territórios criar embasamento político e jurídico e pressionar os órgãos competentes	E.U.
	7. Reconhecimento imediato do território	Velocidade no processo de retirada de terceiros, avançar o processo de titulação, verificar os limites do Petar, continuar o processo de reconhecimento no Itesp que está parado	1	Declaração da comunidade de auto-identificação e declaração da FCP como comunidade quilombola, outros documentos da Associação e do Presidente	A comunidade deve providenciar e encaminhar ao Incra e pressionar o Itesp	Reunir a comunidade para encaminhar ofício ao Itesp, pedindo continuidade na elaboração do RTC e ir ao cartório para retirar os documentos e encaminhá-los ao Incra	E.U.

Demandas		Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos			
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008) M.P. = em médio prazo L.P. = em longo prazo
	8. Realização de um planejamento sócio-econômico e ambiental sustentável para as terras utilizadas pela comunidade	Necessidade de desenvolvimento cultural, social e ambiental das comunidades	2	Tem que ter colaboração dos associados e o apoio a das instituições do Governo e da Sociedade civil para implantação da Agenda	Agentes socioambientais quilombolas, Associação e parceiros, como Itesp, MOAB, ISA, Fundação Florestal	Tem que ter diagnóstico das comunidades, seminários, encontros, oficinas de mapeamento dos territórios e troca de informações	M.P.
Manejo e Extrativismo	1. Reflorestamento de palmito e produção de mudas para manejo	Já está acontecendo, mas necessita de apoio para continuar	2	Garantir a continuidade	PDA, ISA e Fundação Florestal	Negociar continuidade do PDA, Associação e ISA e Fundação Florestal e discutir projeto	M.P.
Comunicação, eletricidade, transporte e moradia	1. Instalação de energia para iluminação em todas as casas	Várias famílias não têm energia elétrica ainda	1	Reivindicação junto à Elektro e ao Programa Luz para todos	Associação, Luz para Todos, Elektro	Associação junto ao Itesp pressionar os órgãos competentes	E.U.
	2. Abertura de acessos (estrada e pontes) na comunidade	Porque de estradas para deslocamento da população e escoamento das mercadorias comercializadas	1	Fazer ofício e reunião com Prefeitura e DER	Prefeitura e Associação	Associação reivindica e cobra o poder público	E.U.
	3. Instalação de telefone	Porque é o único meio de comunicação entre a comunidade e a cidade	1	Instalação de telefone nas comunidades	Prefeitura e Telefônica	Associação reivindica e cobra o poder público	E.U.
	4. Obtenção de computador para comunidade	Porque a comunidade precisa do computador para fazer documentos e realizar outras atividades	2	Solicitar à Fundação BB a doação de computadores	Associação, ISA, Banco do Brasil, Gesac	Através de parcerias com instituições parceiras	M.P.
	5. Instalação de internet	Porque queremos participar da inclusão digital e social	2	Capacitação de jovens para ajudar na comunidade	Associação, ISA, Banco do Brasil, Gesac	Solicitar ajuda junto às parcerias e órgãos públicos (GESAC, Itesp, ISA, BB e Prefeitura)	L.P.
Saúde	1. Ter atividades de conscientização voltadas à saúde, como por exemplo: prevenção ao o alcoolismo	Para conscientizar o dependente da importância de realizar um tratamento e fazer um trabalho preventivo com os jovens	1	Criação de AAA, palestras explicativas	Associação e Parceiros	Parceria com órgão de saúde	E.U.
	2. Ter um serviços de saúde com qualidade	Há necessidade de tratamento médico nas comunidades, inexistente até o momento	1	Pressionar a Secretaria de Saúde e junto com órgãos estadual e municipal	Associação e Prefeitura	Através de cobrança junto ao órgão competente	E.U.
	3. Reativação e funcionamento do Posto de Saúde	É necessário um local no bairro onde possa se realizar o atendimento médico	1	Pressionar o Estado e a Prefeitura	Associação e Prefeitura	Audiência com departamento de saúde do Estado e demais órgãos competentes	E.U.
	4. Ter agente de saúde na comunidade	Ajudar a comunidade nos encaminhamentos sobre as questões referentes à saúde	1	Pressionar o Estado e Prefeitura	Associação e Prefeitura	Através da organização da comunidade	E.U.
	5. Ter coleta de lixo	Porque os lixos estão sendo jogados em qualquer lugar, prejudicando a saúde e meio ambiente	1	Associação tem que reivindicar à Prefeitura a coleta de lixo na comunidade	Associação e Prefeitura	Associação deve fazer requerimento e reunião com Prefeitura	E.U.

Demandas		Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos			
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008) M.P. = em médio prazo L.P. = em longo prazo
Saneamento básico	6. Instalação de rede coleta e tratamento de esgoto	Porque o tratamento é indispensável para a saúde da comunidade	1	Construção d fossas sépticas e rede de esgoto	Prefeitura com fiscaliza- ção da Associação	Associação e comunidade pressionar a Prefeitura	E.U.
	7. Melhoria na captação de água e equipamentos de distribuição	Porque não temos água tratada	1	Construção de um reservató- rio central e canalização da distribuição	Sabesp, Funasa, Prefeitu- ra, Itesp	Realizar reuniões com esses órgãos reivindican- do datas e prazos para instalação	E.U.
	8. Reciclagem de lixo	Porque o lixo está afetando o meio ambiente da comu- nidade	1	Cursos e palestras de esclari- cimento de como realizar a coleta e separação destes lixos	Associação e Prefeitura	Parceria com Prefeitura e instituições atuantes	M.P.
Cultura e Lazer	1. Fortalecimento do artesanato quilombola	Isto promove geração de renda e resgate do artesanato tradicional	1	Organizar exposições	As Associações e ONGs, Minc, secretaria da Cul- tura	Através de projetos e parcerias	M.P.
	2. Elaboração de projeto que incentive a integração de crianças e jovens na comunidade	A falta de participação de jovens	1	Tendo esporte, cultura, lazer e inclusão digital	Precisa de parcerias, como Prefeitura, Secretaria do Esporte, da educação e Ministério da Cultura	Promovendo atividades em projetos que atraíam os jovens com uma linguagem que os atraíam	E.U.
	3. Aulas de capoeira	O resgate cultural da história dos negros e a necessidade de participação e envolvimento dos jovens	1	Reunir os interessados e escolher o professor	Tem que buscar apoio com os parceiros, como Itesp, Unicamp, ISA	Através de projetos culturais	M.P.
	4. Construção de quadra poliesportiva	não existe um espaço adequado	1	Ofício - requerimento encaminhado pela Associação	Estado ou Secretaria do Esporte	Reuniões e cobrança na secretaria	E.U.
Educação	1. Melhoria no ensino fundamental existente na comunidade e implementação de ensino diferenciado	Para trabalhar com temas específicos à realidade quilombolas	1	Capacitação de professores, envolvimento da comunidade nesse processo (levar pessoas da comunidade para dar palestra na escola)	Associação com órgãos da educação (Prefeitura e Estado)	Em conjunto com comunidades, professores e delegacias de ensino	E.U.
	2. Implantação de Ensino fundamental completo e médio na comunidade	A escola que oferece estes ciclos do ensino fica longe da comunidade, tornando difícil o acesso para os alunos	1	As ações devem ser decididas em reunião entre Associação e comunidade, junto com Delegacia de Ensino e Secretaria de Educação Estadual	A Secretaria de Educação Estadual e Municipal e Associação	A Secretaria após informada deve tomar as devidas medidas necessárias	E.U.
	3. Curso de informática	Necessidade de fazer os trabalhos da Associação e maior envolvimento dos jovens	1	Equipar as comunidades e capacitar lideranças para tal	Associações com parcerias	Em conjunto com instituições parceiras	M.P.
	4. Ter um educador ambiental	A preservação dos rios, matas, coleta de lixo, trabalho de conscientização sobre o lixo na comunidade	3	Capacitar pessoas da comunidade	Entidades parceiras (ISA, Itesp e Eaacone)	Em conjunto entre Associação e entidades parceiras	M.P.
	5. Curso de formação para cidadania	Devido a necessidade de conhecimento sobre este assunto	1	Mobilizar, motivar a comunidade para participar destes cursos	Criar um grupo junto com Associação para coordenar este trabalho	Buscar apoio junto à Prefeitura e Instituições parceiras	M.P.

Demandas		Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos				
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008) M.P. = em médio prazo L.P. = em longo prazo	
Atividades Produtivas	Agricultura (atividades, infra-estrutura e equipamentos)	1. Aquisição de máquina de beneficiar arroz	Porque produzem grande quantidade de arroz e facilitará a mão-de-obra	2	Doação	MDA, IDESC, Itesp, PROTER e outros	Escrever projetos e encaminhar para os órgãos citados	
		2. Aquisição de um triturador de milho	Para uso das famílias e geração de renda para as mesmas		Doação	Cáritas, Fundação Palmares, IDESC e PROTER	Fazer projetos	E.U.
		3. Aquisição de uma moenda de cana	Para uso das famílias e geração de renda para as mesmas	2	Doação	MDA, Prefeitura	Elaborar projetos e encaminhar para os órgãos citados	E.U.
		4. Implantação de culturas de banana, horta, pomar, pupunha/palmito	Para promover geração de renda		Doação de sementes e mudas	Fundação Florestal e ISA	Criar ponte entre o ISA e a organização doadora para captar os recursos necessários	E.U.
		5. Implantação de cultura de café	Para promover geração de renda e o clima é favorável		Crédito (financiamento), produzir as próprias mudas	Buscar linhas de crédito	As Associações, buscando apoio com outras entidades (ISA e Itesp)	M. P.
		6. Receber assistência técnica para produção agrícola	Trabalhar melhor o uso da terra pela própria comunidade		Cobrar da Prefeitura e Itesp	Prefeitura e Itesp	Através de requerimento encaminhado a Prefeitura e Itesp	E.U.
		7. Fortalecimento para manutenção das sementes tradicionais e aquisição das sementes que não existem na comunidade	Para não perder as sementes e garantir alimentos saudáveis	1	Fundo de sementes	Associações e ISA	O ISA vai formar o fundo de sementes; organizar uma feira dos quilombos	E.U.
		8. Assistência técnica para produção de produtos orgânicos	Para ter melhor qualidade de produtos	1	Formar técnicos da própria comunidade e solicitar assistência técnica aos parceiros	Prefeitura, Secretaria de Educação, ISA, Itesp, Secretaria de Agricultura, Escolas técnicas	Participar do planejamento com Itesp e elaboração de projetos com ISA	E.U.
	Extra-agrofl. e extra-criação	1. Capacitação em artes: (artesanatos de taquara, palha de milho e cerâmicas)	Incentivo a geração de renda, através do artesanato	2	Criação de projetos	Sebrae, Itesp	Elaboração de projetos, Associação, ISA, Itesp, SEBRAE	M.P.
		2. Atividades de geração de renda que incentivem a permanência dos jovens na comunidade	A falta de opções de trabalho nas comunidades	2	Cursos de capacitação, inclusão digital	Associação, grupo de jovens, ISA e outros parceiros	Definir com os jovens suas expectativas e oportunidades e transformá-las em projetos	E.U.
		3. Realização de cursos profissionalizantes para jovens	Necessidade de pessoas capacitadas para gerenciar os projetos existentes e para implantação de novos projetos	2	Definir os temas e as formas de capacitação, criar espaço para capacitação e aquisição de equipamentos necessários	Sebrae, Senac, outros parceiros (Ibama, Itesp, ISA, Idesc)	Organizar uma conversa com Sebrae e Senac e elaborar projetos	E.U.
	Criações e cultivos	1. Implantação de um aviário de frango	Geração de renda	2	Obter doação dos materiais e matrizes	Associação e Itesp	Fazer um projeto	M.P.
		2. Implantar piscicultura	Promover geração de renda		Doação	Itesp, Prefeitura, ISA	Elaborar projetos Através da Associação junto com Itesp, Prefeitura, ISA	E.U.



Vista da região onde se localiza Cangume. Foto: Felipe Leal/ISA

5.9. Agenda Socioambiental de Cangume

Localização e origem da comunidade

Está localizada no município de Itaóca, a aproximadamente 11 km do centro da cidade. Foi formada por negros que fugiram do recrutamento forçado para a Guerra do Paraguai, por volta de 1870. João Cangume foi um dos primeiros negros que chegaram à localidade chamada Pinheiro Alto, posteriormente denominada Cangume.

A maior parte das áreas tradicionalmente ocupadas pelos fundadores da comunidade, foi vendida a fazendeiros, na segunda metade do século XX, por vezes cedendo à pressões e outras por necessidade de recursos. Por desconhecimento do valor da terra a maioria das famílias delas se desfizeram, partindo para outras regiões como Itapeva e Sorocaba, ambas em São Paulo. Restam, hoje, para as famílias de Cangume, aproximadamente 16 hectares, cercados por fazendas de gado.

No final do século XX, alguns membros da comunidade tomaram conhecimento de outras comunidades negras rurais que estavam se organizando para obter o reconhecimento de suas terras como quilombola, destacando-se o papel da EACONE como disseminador de informações a respeito dos direitos das comunidades remanescentes de quilombo.

Em 2004, o Itesp reconheceu a comunidade como remanescente de quilombo. Mas até o momento a situação fundiária não foi resolvida, deixando as famílias em situação de insegurança e impossibilitadas de exercerem suas atividades de produção.

Em 2005, através da assessoria jurídica da Igreja Católica, conseguiram uma liminar judicial autorizando a comunidade a se utilizar de área pertencente a um dos fazendeiros, situada dentro da terra quilombola, como medida emergencial para viabilizar às famílias um espaço em que pudessem realizar suas atividades agrícolas.

Aspectos sócio-econômicos

1. Perfil dos entrevistados

Total dos entrevistados: 36 chefes de família, perfazendo 88% das famílias da comunidade.

Local de origem: a maioria nascida no município de Itaóca.

2. Perfil da população (faixa etária, ocupação e fontes de renda)

Segundo levantamento realizado, temos uma população estimada de 175 pessoas, sendo aproximadamente 44% do sexo feminino e 56% do sexo masculino.

A maior parte da população possui menos de 30 anos de idade, conforme pode-se observar no Gráfico 1.

Algumas pessoas exercem atividades como diaristas, havendo também um funcionário da Prefeitura de Itaóca. Pelo menos um tipo de benefício do governo está presente no orçamento de pouco mais da metade das famílias, conforme observado no Gráfico 2.

Embora não presentes no gráfico, tanto a venda de produtos das roças quanto a do mel – produzido desde 2004, são fontes de renda para algumas famílias.

Nilto Tatto/ISA



Vista parcial da comunidade.

gráfico 1. Faixa etária

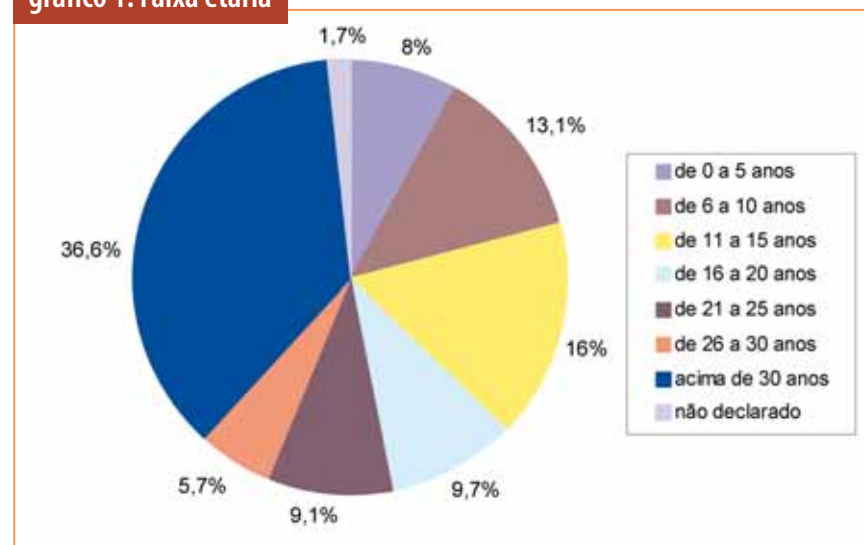
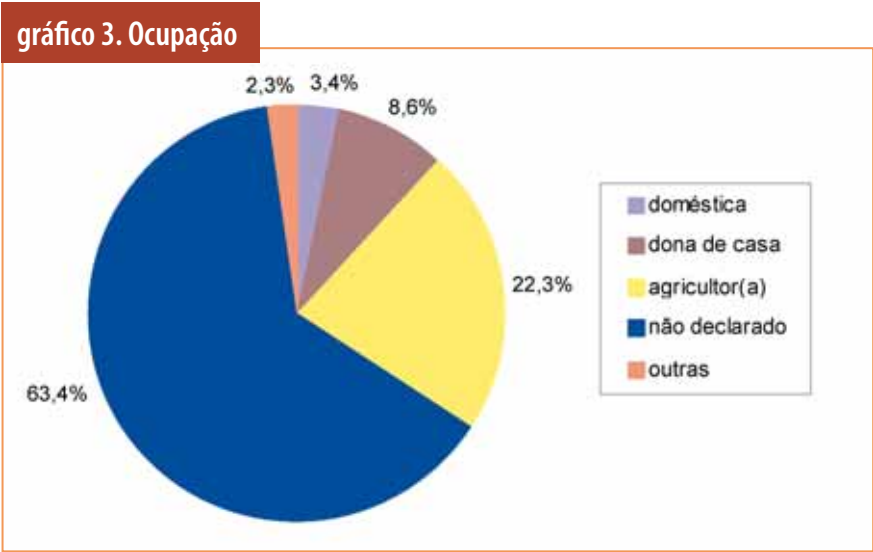


gráfico 2. Fontes de renda



Os animais como porcos, galinhas e cabritos são criados tanto para venda como para alimentação. O cavalo é utilizado como meio de transporte e como força de trabalho na roça por quase todos os agricultores da comunidade.

Pode-se verificar no Gráfico 3 que quase 23% da população se declarou como agricultores enquanto que aproximadamente 9%, como donas de casa.



3. Infra-estrutura, bens e serviços

Na comunidade há um agrupamento central onde estão parte das casas, a escola municipal (pré-escola até a 4ª série do ensino fundamental), o galpão multiuso e o telefone. Um pouco adiante está o campo de futebol, o viveiro de mudas, a granja (desativada) e o restante das moradias. A comunidade é cortada por estrada que permite o acesso às casas por carro.

Na maioria das casas há fossa negra. Uma minoria dos moradores despeja os dejetos de cozinha no rio.

Há coleta de lixo na comunidade, entretanto a maioria dos moradores afirmou dar outros destinos ao lixo doméstico.

A maioria das famílias utiliza lenha para cozinhar, mesmo as que possuem fogão a gás.

A água utilizada pela maioria das famílias é proveniente de minas. A região das roças, também conhecida como “Toca da Onça”, está situada nas proximidades do rio Companhia, um dos mais importantes em Cangume.

Existe luz elétrica na maioria das casas, mas em algumas delas é



O beneficiamento do mel é uma atividade comunitária e fonte de renda.



Viveiro comunitário de mudas de palmito.

constante o corte de luz devido ao alto valor da taxa de energia rural em relação à realidade econômica das famílias. O uso de lampião e vela é comum.

Menos de um terço das famílias possui televisão. O rádio é o veículo de comunicação de metade das famílias.

O meio de transporte da maioria das pessoas são os cavalos. A estrada que liga a comunidade a Itaóca é precária.

Os equipamentos e infra-estrutura de uso comunitário existentes são: maquinário para fazer farinha de mandioca, equipamentos para fabricação de pães caseiros (ainda sem funcionamento), barracão multiuso, uma granja com alguns equipamentos (desativada), maquinário para beneficiar mel e um viveiro de palmito (*Euterpe edulis*).

A maioria das pessoas faz suas compras (alimentos e vestuário) e se utiliza dos serviços públicos em Itaóca, e, em alguns casos, em Apiaí. Estima-se que mensalmente, em média, 25 pessoas da comunidade se desloquem até Itaóca.

4. Saúde e Educação

Não existe posto de saúde na comunidade. Quando necessário, as pessoas têm que se deslocar até o posto de saúde de Itaóca ou, em casos mais graves, são encaminhadas ao hospital de Apiaí. Contudo, mensalmente, há uma agente de saúde que atende a comunidade.

Há uma escola de 1ª a 4ª série. Os jovens que querem cursar o ensino médio deslocam-se para o bairro Pavão, distante 10 km. Para tanto, contam com o transporte escolar fornecido pela Prefeitura de Itaóca.

5. Lazer, Cultura e Religião

As festas juninas e os bailes com forró, organizados pela Associação, são as formas de lazer que ocorrem comumente na comunidade.

A religião predominante é o espiritismo.

6. Forma de Organização

A Associação foi criada em 2003.

A produção de mel é feita por dois grupos da comunidade com assessoria técnica do Itesp.

O ISA foi apontado como a organização não-governamental atuante, enquanto o Itesp como organização governamental.

Aspectos do uso e ocupação da terra

1. Distribuição espacial das formas de uso

Cangume possui uma área reconhecida de 724,6039 hectares (Itesp, 2004), com situação fundiária, em sua totalidade, inserida na categoria de área particular. Hoje, a comunidade tem direito de uso garantido sobre aproximadamente 5% desta área, destinada às atividades de produção, construção de suas casas e benfeitorias. Observa-se assim que as 41 famílias de Cangume estão restritas à aproximadamente 37 hectares, insuficientes ao desenvolvimento de suas atividades de produção e à acomodação da população crescente.

Conforme observamos na Tabela 1, à exceção das áreas de pastagem, que cobrem 61,47% da área reconhecida de Cangume, são as roças de coivara (4,23%) que possuem maior expressão espacial dentre as classes de uso da terra, desconsiderando assim a cobertura vegetal natural (capoeiras em diversos estágios e mata).

tabela 1. Formas de uso da terra em Cangume em 2007		
Classes de uso da terra	Área ocupada (ha)	Área ocupada (%)
roça de coivara	30,63	4,23
pastagem	445,45	61,47
cultivo de mandioca	0,31	0,04
silvicultura de eucalipto	1,39	0,19
capoeirinha/capoeira	150,06	20,71
capoeirão/mata	84,52	11,66
vila	8,19	1,13
estrada	4,06	0,56
total	724,6	100



2. Casas e quintais

As casas existentes são, na maioria, de alvenaria, construídas pela CDHU, sendo, na maior parte, com cozinhas de pau-a-pique ou de madeira de pinus ou eucalipto. Os quintais têm em média 400 m² e é nesse espaço que são cultivados vários tipos de frutíferas, hortaliças e plantas de uso medicinal. São variedades mais cultivadas: banana, laranja, limão, couve, alface, cebolinha; e as de uso medicinal: o poejo e a hortelã (Tabela 2). Nos quintais são criados soltos porcos, cabritos e galinhas.

tabela 2. Cultivos existentes nos quintais*		
Frutíferas	Hortaliças	Medicinais
Banana	Couve	Poejo
Laranja	Alface	Hortelã
Limão	Cebola	Melissa
Ameixa	Cebolinha	Erva-cidreira
		Erva-doce
		Penicilina
		Voltaren
		Canfora
		Insenso
		Boldo
		Camomila
		Sabugueiro
		Capim Cidrô
		Erva Cidreira
		Estomasil
		Malva
		Arruda
		Anador
		Alecrim
		Cânfora

*Plantas apontadas pelos entrevistados por seu nome popular. Alguns nomes coincidem com os utilizados pela indústria farmacêutica.

3. Agricultura

A origem das sementes usadas nas roças é da própria comunidade. Há uma rede de troca, ou mesmo venda, entre os seus pares.

As áreas para roça são insuficientes devido à questão fundiária já mencionada. Sua abertura é feita em áreas de tigüera e de capoeira nova (capoeirinha, capoeira).

São gêneros cultivados nas roças: feijão, milho, arroz, mandioca, batata-doce, cana, banana, amendoim, alho, abóbora e pepino. Entretanto, ganham destaque o feijão e o milho, posto que são cultivados por um maior número de famílias, conforme observado no Gráfico 4, na página seguinte.

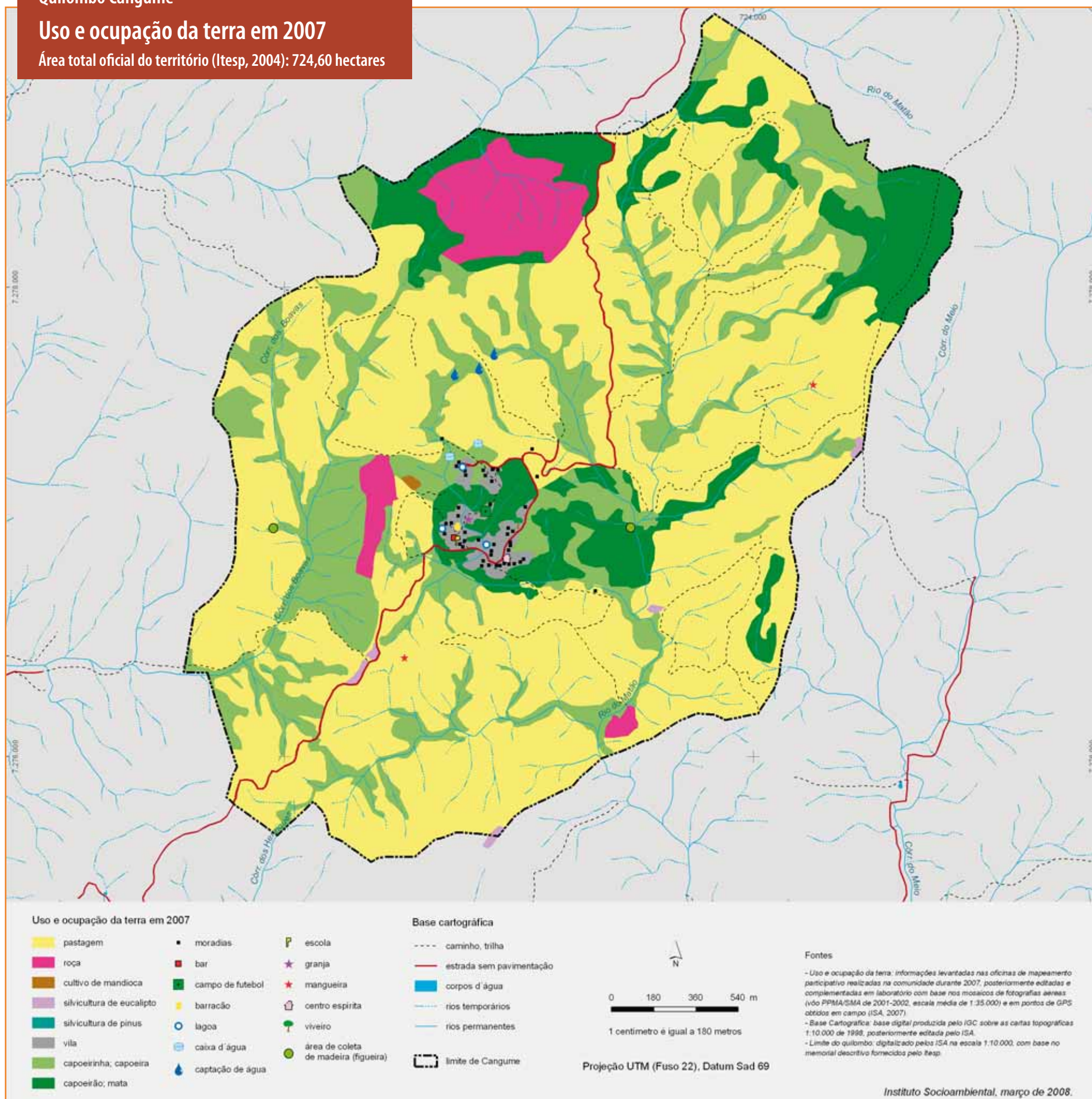
Casa de alvenaria com a cozinha de pau-a-pique.

Felipe Leal/ISA

Quilombo Cangume

Uso e ocupação da terra em 2007

Área total oficial do território (Itesp, 2004): 724,60 hectares



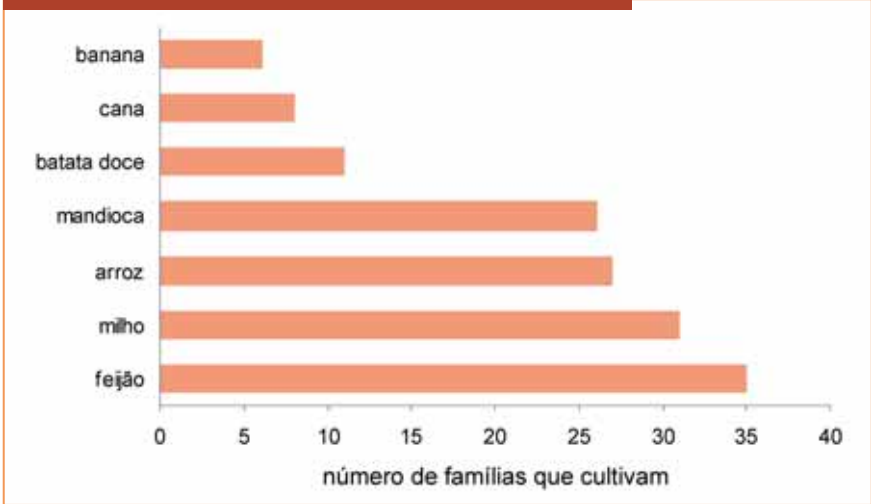
Os produtos da roça comercializados são: o feijão, que é considerado o principal produto de venda; a farinha de mandioca, o milho e a mandioca. Tanto o feijão como a mandioca in natura são vendidos para comerciantes de Itaóca. Em determinadas situações o milho, o feijão e também a banana são vendidos na própria comunidade. Algumas pragas e doenças ocorrem na cultura do feijão, mas até o momento não têm causado grande impacto nas roças dos agricultores de Cangume.

4. Recursos naturais

Os recursos hídricos e as espécies madeireiras são considerados os recursos naturais mais importantes da comunidade.

Os recursos florestais comumente coletados são madeiras, taquara e cipós. Todos utilizados nas construções das casas, nos jiraus, em andaimes, nas cercas, cochos e na confecção de algumas peças utilitárias como pilão, peneiras, cestos e gamelas.

gráfico 4. Variedades cultivadas nas roças familiares



Agenda das Prioridades e Recomendações

Demandas	Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos			
			Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008) M.P. = em médio prazo L.P. = em longo prazo
Meio Ambiente e Fundiário	1. Reflorestar beiras de rio e outras áreas na comunidade	2	Buscar um intermediador para negociação com terceiros, criar projeto de conscientização junto às comunidades	Ação conjunta entre órgãos ambientais e organizações que trabalham com as comunidades	Ação civil pública entre os atores sociais e órgãos envolvidos	E.U.
	2. Acabar com a ameaça das barragens no Rio Ribeira do Iguape	1	Buscar novos parceiros que sejam contrários a essa iniciativa, buscar fontes confiáveis de pesquisa para discutir os aspectos técnicos	Todos os movimentos envolvidos na questão da barragem (contrários)	Capacitação para equipe de articulação e comunicação, divulgação em nível internacional	E.U.
	3. Adequação da legislação ambiental para permitir a abertura de roça de subsistência com o uso do fogo em locais onde o estágio de recuperação da vegetação está atualmente sob proteção legal	2	Buscar junto aos órgãos competentes a solução do problema, Ibama, DEPRN, SMA, MDA	Comunidades, órgãos públicos	Ofícios, reuniões, audiências, mobilização, articulação em nível regional	E.U.
	4. Extinção do uso de fogo para ampliação de pasto que é visto em áreas que estão em posse dos terceiros	2	Solicitar aos órgãos ambientais acordo com os terceiros, de forma que a comunidade possa verificar como está a situação da área	Comunidades e Órgãos Públicos	Órgãos x fazendeiros, mas antes a Associação tem que procurar um órgão de apoio e reclamar por escrito	M.P.

Demandas		Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos			
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008) M.P. = em médio prazo L.P. = em longo prazo
Meio Ambiente e Fundiário	6. Interpretação e explicação sobre as leis ambientais em linguagem acessível às comunidades	Falta clareza e entendimento pelas comunidades	1	Elaboração de um material escrito de forma simplificada	GT que envolva as comunidades e assessores para compor conteúdo do material	Formar o GT e definir o cronograma de trabalho	M.P.
	7. Retirada dos terceiros do território	Para garantir o território e sustentabilidade e evitar danos ambientais	1	Relatar os fatos que estão acontecendo e levar ao Poder Público, acelerar o processo de indenização de terceiros	Comunidades devem relatar os fatos e solicitar aos órgãos responsáveis para dar velocidade no processo	Fotos, documentos, B.O., e encaminhar ao órgão competente	E.U.
	8. Regularização Fundiária/ Titulação	Para garantir o território e aumento da produção, resgate de valores tradicionais e culturais, garantir a sustentabilidade da comunidade		A comunidade deve conhecer bem o território, para poder pressionar política e juridicamente nos órgãos competentes	Associação, comunidades e órgãos responsáveis	A partir do conhecimento dos territórios criar embasamento político e jurídico e pressionar os órgãos competentes	E.U.
	9. Obtenção do direito de uso para a comunidade das áreas abertas (sem mata) que estão em mãos de terceiros.	Para fazer uso do território e das áreas abertas que são ocupadas por terceiros, mas não estão em uso	1	Formar GT para fazer estudo dessas áreas para solicitar junto a Justiça as medidas cabíveis	As comunidades junto ao GT e órgãos competentes	Fazer um estudo e manejar as áreas para discutir com o GT	E.U.
	10. As comunidades terem um planejamento sócio-econômico e ambiental sustentável	Necessidade de desenvolvimento cultural, social e ambiental das comunidades	2	Tem que ter colaboração dos associados e o apoio a das instituições do Governo e da Sociedade civil para implantação da Agenda	Agentes socioambientais quilombolas, Associação e parceiros, como Itesp, Moab, ISA, Fundação Florestal	Tem que ter diagnóstico das comunidades, seminários, encontros, oficinas de mapeamento dos territórios e troca de informações	M.P.
Manejo e Extrativismo	1. Continuidade do programa de reflorestamento de palmito e produção de mudas para manejo	Já está acontecendo, mas necessita de apoio para continuar		Garantir a continuidade	PDA, ISA e Fundação Florestal	Negociar continuidade do PDA, Associação e ISA e Fundação Florestal e discutir projeto	M.P.
Comunicação, eletricidade, transporte e moradia	1. Instalação de energia para iluminação em todas as casas	Porque várias famílias não têm energia elétrica ainda	1	Reivindicação junto à Elektro e o Programa Luz para todos	Associação e Programa Luz para Todos	Associação junto ao Itesp pressionar os órgãos competentes	E.U.
	2. Diminuição do valor da taxa de energia elétrica rural	Porque o valor das contas são muito alto, e as famílias não tem condições de pagar, pois são de baixa renda	1	Reivindicar junto à Elektro a isenção do ICMS na conta de energia	Associação e Elektro	Solicitar ao Itesp encaminhamento destes pedidos	E.U.
	3. Manutenção de estradas existentes na comunidade	As estradas estão em péssimas condições, dificultando o acesso, principalmente para os alunos da escola	1	Melhorar o acesso as estradas, cascalhar e fazer lombadas e sinalizar	Prefeitura	Associação reivindica e cobra o poder público	E.U.
	4. Instalação de internet	Porque queremos participar da inclusão digital e social	2	Capacitação de jovens para ajudar na comunidade	Associação, Gesac, Banco do Brasil e ISA	Solicitar ajuda junto às parcerias e órgãos públicos (GESAC, Itesp, ISA, BB e Prefeitura)	L.P.

Demandas		Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos			
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008) M.P. = em médio prazo L.P. = em longo prazo
Comunicação, eletricidade, transporte e moradia	5. Obtenção de computador para comunidade	Porque a comunidade precisa fazer documentos e realizar outras atividades que precisam do computador	2	Solicitar Fundação BB a doação de computadores	Associação e Banco do Brasil	Através de parcerias com instituições parceiras	M.P.
	6. Obtenção de transporte coletivo para atender a comunidade	Porque a comunidade tem difícil acesso a transporte	1	Reivindicar junto as Prefeituras a regularidade de uma linha coletiva	Associação e Prefeitura	Solicitar ônibus junto ao departamento transporte e Prefeitura	E.U.
	7. Adequação do tamanho das casas construídas pela CDHU para a realidade da comunidade e construção de mais casas para atender todas as famílias da comunidade	Porque as casas são muito pequenas	1	Readequação do projeto e revisão do tamanho das casas	Caixa Econômica e Prefeitura	Associação Reivindicar a revisão do projeto	E.U.
Saúde	1. Ter atividades de conscientização voltadas à saúde, como por exemplo: prevenção ao o alcoolismo	Para conscientizar o dependente para realizar um tratamento e realizar trabalho preventivo junto aos jovens	1	Criação de AAA, palestras explicativas	Associação e parceiros	Parceria com órgão de saúde	E.U.
	2. Aquisição de uma ambulância	Não há ambulâncias que possam levar doentes das comunidades para a cidade	1	Reunião com Secretaria de Saúde e Prefeitura	Associação com a comunidade	Através de assembléia com a comunidade e reunião com Prefeitura e Secretaria de Saúde	E.U.
	3. Aumento e regularidade da frequência do atendimento médico e odontológico	Há necessidade de tratamento médico nas comunidades	1	Pressionar a Secretaria de Saúde junto com órgãos estadual e municipal	Associação e Prefeitura	Através de cobrança junto ao órgão competente	E.U.
	4. Melhoria na qualidade do serviço de saúde	Há necessidade de tratamento médico nas comunidades	1	Pressionar a Secretaria de Saúde junto com órgãos estadual e municipal	Associação e Prefeitura	Através de cobrança junto ao órgão competente	E.U.
	5. Instalação de Posto de Saúde	É a necessidade do bairro para ter assistência à saúde	1	Pressionar o Estado e Prefeitura	Associação e Prefeitura	Audiência com departamento de saúde do Estado e órgãos competentes	E.U.
Saneamento básico	1. Regularidade nos dias de coleta de lixo	Não tem dia certo para coleta e o lixo fica acumulado	1	A Associação deve fazer um cronograma de dias junto com a Prefeitura para a realização da coleta	Associação e Prefeitura	Deve ser realizada reunião entre Associação e Prefeitura	E.U.
	2. Instalação de rede de coleta e tratamento de esgoto	Porque o tratamento é indispensável para a saúde da comunidade	1	Construção d fossas sépticas e rede de esgoto	Prefeitura com fiscalização da Associação	Associação e comunidade pressionar a Prefeitura	E.U.
	3. Melhoria na captação de água e equipamentos de distribuição	Porque estas comunidades não têm água tratada	1	Construção de um reservatório central, canalização e distribuição	Sabesp, Funasa, Prefeitura, Itesp	Realizar reuniões com esses órgãos reivindicando datas e prazos para instalação	E.U.

Demandas		Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos			
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008) M.P. = em médio prazo L.P. = em longo prazo
	4. Implementação de programa de reciclagem de lixo	Porque o lixo está afetando o meio ambiente da comunidade	1	Cursos e palestras de esclarecimento de como realizar a coleta e separação destes lixos	Associação e comunidade	Parceria com Prefeitura e instituições atuantes	M.P.
Cultura e Lazer	1. Divulgação das coisas tradicionais da comunidade	Conservação da história e cultura, pois as culturas estão se perdendo, e a necessidade de resgate cultural	1	Através de histórias, palestras e prática, tentando resgatar as atividades que eram praticadas	A própria comunidade, com os parceiros: órgãos públicos e ONGs	Fortalecimento das Associações e troca de experiências entre elas	M.P.
	2. Fortalecimento do artesanato quilombola	Promove geração de renda e resgate do artesanato tradicional	2	Organizar exposições	As Associações e ONGs, MINC, secretaria da Cultura	Através de projetos e parcerias	M.P.
	3. Projeto de incentivo para integração de crianças e jovens na comunidade	A falta de participação de jovens	1	Tendo esporte, cultura, lazer e inclusão digital	Precisa de parcerias, como Prefeitura, Secretaria do Esporte, da educação e Ministério da Cultura	Promovendo atividades em projetos que atraíam os jovens com uma linguagem que os atraíam	E.U.
	4. Curso de violão	Por ser de interesse de alguns jovens	1	Procurar a secretaria de cultura local	Prefeitura	Através de cursos	E.U.
	5. Aulas de capoeira	O resgate cultural da história dos negros e a necessidade de participação e envolvimento dos jovens	1	Reunir os interessados e escolher o professor	Tem que buscar apoio com os parceiros, como Itesp, Unicamp, ISA	Através de projetos culturais	M.P.
	6. Construir quadra poliesportiva	Não existe um espaço adequado	1	Ofício-requerimento encaminhado pela Associação	Estado ou Secretaria do Esporte	Reuniões e cobrança na secretaria	E.U.
Educação	1. Melhoria no ensino fundamental existente na comunidade e implantação de ensino diferenciado	Para trabalhar com temas específicos à realidade quilombola e aumentar o conhecimento das comunidades sobre sua cultura	1	Capacitação de professores, envolver a comunidade nesse processo (levar pessoas da comunidade para dar palestra na escola)	Associação com órgãos da educação	Em conjunto com comunidades, professores e delegacias de ensino	E.U.
	2. Curso de informática	Necessidade de fazer os trabalhos da Associação e maior envolvimento dos jovens	1	Equipar as comunidades e capacitar lideranças para tal	Associações com parcerias	Em conjunto com instituições parceiras	M.P.
	3. Ter um educador ambiental	A preservação dos rios, matas, coleta de lixo, trabalho de conscientização sobre o lixo nas comunidades	3	Capacitar pessoas da comunidade	Entidades parceiras	Em conjunto entre Associação e entidades parceiras	M.P.
	4. Melhoria do transporte escolar	Porque a qualidade do transporte escolar é deficiente, com veículos quebrando constantemente	1	Cobrar da secretaria de transporte e órgãos competentes	Associação e Prefeitura	Associação em conjunto com órgãos competentes	E.U.
	5. Curso de formação para cidadania	Devido a necessidade de conhecimento sobre este assunto	1	Mobilizar, motivar a comunidade para participar destes cursos	Criar um grupo junto com Associação para coordenar este trabalho	Buscar apoio junto à Prefeitura e Instituições parceiras	M.P.

Demandas		Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos				
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008) M.P. = em médio prazo L.P. = em longo prazo	
Atividades Produtivas	Agricultura (atividades, infra-estrutura e equipamentos)	1. Aquisição de um caminhão	Para escoamento da produção, para não passar por atravessadores	1	Crédito, doação (fundo perdido)	Petrobras, PDA e outras	Fazer projetos, Associações e ISA e outros, procurar doadores	E.U.
		2. Aquisição de trator	Para escoar produtos da agricultura familiar; e para entrar em variantes de difícil acesso	1	Crédito, doação (fundo perdido)	Para crédito, os bancos são apontados e doação, a Petrobras e PDA Mata Atlântica	Fazer projetos, Associações em parcerias com ISA	E.U.
		3. Construção de barracão para instalar maquinário para beneficiamento da mandioca	Já possuem o equipamento, mas não tem barracão para instalar os maquinários	1	Doação	Idesc, Itesp e Prefeituras	Fazer projetos	E.U.
		4. Aquisição de máquina de beneficiar arroz	Porque produzem grande quantidade de arroz e facilitará a mão-de-obra	1	Doação	MDA, Idesc, Itesp, Proter e outros	Escrever projetos e encaminhar para os órgãos citados	E.U.
		5. Implantar fábrica de beneficiamento de milho	Para uso das famílias e geração de renda para as mesmas	2	Doação	Cáritas, Fundação Palmares, Idesc e Proter	Fazer projetos	E.U.
		6. Casa para beneficiamento de mel e ter SIF	Porque o mel é coletado e armazenado e o selo facilita a comercialização no estado	1	Doação	Itesp, MDA, Idesc, Proter e Prefeitura	Elaborar projetos e encaminhar para os órgãos citados	E.U.
		7. Implantar culturas de banana, horta, pomar, pupunha/palmito	Para promover geração de renda	2	Doação de sementes e mudas	Fundação Florestal e ISA	Criar ponte entre o ISA e a organização doadora para captar os recursos necessários	E.U.
		8. Receber assistência técnico-agrícola	Trabalhar melhor o uso da terra pela própria comunidade	1	Cobrar da Prefeitura e Itesp	Prefeitura e Itesp	Através de requerimento encaminhado a Prefeitura e Itesp	E.U.
		9. Melhorar a comercialização da produção agrícola da comunidade	Eliminar a comercialização por atravessadores e viabilizar a sustentabilidade das famílias	1	Venda direta ao mercado consumidor através do programa da Conab, evitando atravessadores	Grupos de produtores da Associação e parceiros (ISA, Itesp)	Pesquisa de mercado e organização das comunidades	E.U.
		10. Melhorar a comercialização da banana	Eliminar a comercialização por atravessadores e viabilizar a sustentabilidade das famílias	1	Venda direta ao mercado consumidor através do programa da Conab, evitando atravessadores	Grupos de produtores da Associação e parceiros (ISA, Itesp)	Pesquisa de mercado e organização das comunidades	E.U.
		11. Tornar formas de financiamento acessíveis ao produtor	Melhorar a produção e destar forma, melhores condições de vida	1	Conhecer o Pronaf e propor adaptação as necessidades dos quilombos e garantia de preços mínimos	Itesp, MDA, Pronaf, Secretaria de Agricultura	Chamar o Ministro do Desenvolvimento Agrário para Audiência Pública ou Secretário do Pronaf	E.U.
		12. Fortalecimento para manutenção das sementes tradicionais e aquisição das sementes que eles não têm	Para não perder as sementes e garantir alimentos saudáveis	1	Fundo de sementes	Associações e ISA	O ISA vai formar o fundo de sementes; organizar uma feira dos quilombos	E.U.

		Demandas	Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos			
					Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008) M.P. = em médio prazo L.P. = em longo prazo
Atividades Produtivas	Criações, cultivos e outras	1. Comprar pintinhos e ração para por a granja em funcionamento	Porque já possuem viveiro e para geração de renda	1	Doação	Itesp, Prefeitura	Elaborar projetos Através da Associação junto com Itesp, Prefeitura, ISA	E.U.
		2. Implantar piscicultura	Promover geração de renda	2	Doação	Itesp, Prefeitura, ISA	Elaborar projetos Através da Associação junto com Itesp, Prefeitura, ISA	E.U.
		3. Aquisição de máquinas de costura e implantação de curso de corte e costura	Uso das famílias quilombolas e alternativa para geração de renda	1	Através de projetos	Sebrae, Itesp, outras comunidades	Parceria entre as associações	E.U.
		4. Atividades de geração de renda que incentivem a permanência dos jovens na comunidade	A falta de opções de trabalho nas comunidades	1	Cursos de capacitação, inclusão digital	Associação, grupo de jovens, ISA e outros parceiros	Definir com os jovens suas expectativas e oportunidades e transformá-las em projetos	E.U.
		5. Cursos profissionalizantes para jovens	Necessidade de pessoas capacitadas para gerenciar os projetos existentes e para implantação de novos projetos	1	Definir os temas e as formas de capacitação, criar espaço para capacitação e aquisição de equipamentos necessários	Sebrae, Senac, outros parceiros (Ibama, Itesp, ISA, Idesc)	Organizar uma conversa com Sebrae e Senac e elaborar projetos	E.U.



Rio Ribeira de Iguape, divisa de Porto Velho. Foto: Felipe Leal/ISA

5.10. Agenda Socioambiental de Porto Velho

Localização e origem da comunidade

Localizada no município de Iporanga, o acesso é feito pelo município de Itaóca, por uma estreita estrada de terra, que sai da estrada principal, ligando o bairro Pavão ao centro da cidade de Itaóca, na altura do bairro Fazenda. A comunidade fica na margem esquerda do rio Ribeira na divisa dos estados do Paraná e São Paulo, a 8 km do centro de Itaóca.

No século XIX, a área da comunidade de Porto Velho era uma fazenda que utilizava mão-de-obra escrava. Mais tarde o fazendeiro saiu da fazenda deixando-a para seus escravos. Um deles, Basílio da Rosa, estabeleceu-se com sua família ali, dando origem ao povoamento. Em meados do século XX, chegou ao lugar um paranaense alegando ser o dono legítimo da área. Com isso os negros que ali viviam foram obrigados a trabalhar em regime de escravidão para garantir sua permanência na terra.

Constantes conflitos ocorriam por conta do uso da terra, forçando muitas famílias a abandonar o local, migrar para localidades vizinhas e mesmo para outras cidades. As famílias que resistiram viveram sob ameaças e conflitos até os anos 1980. Nessa época, alguns membros da comunidade tomaram conhecimento de outras comunidades negras rurais que estavam se organizando para obter o reconhecimento de suas terras como terra quilombola. Neste sentido, vale destacar o papel da EAACONE como disseminador de informações sobre os direitos das comunidades remanescentes de quilombo, como era o caso de Porto Velho e outras existentes no Vale do Ribeira.

Em 2001, o Itesp iniciou os trabalhos de identificação da comunidade e, no final de 2002, com a conclusão do RTC, foi concedido o reconhecimento como comunidade de remanescente de quilombo, sendo publicado em 2003, no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

No ano de 2003, um dos fazendeiros da área mandou demolir a igreja freqüentada pela comunidade. A atitude causou revolta e o caso foi levado à Justiça. A comunidade de Porto Velho, com o auxílio de pessoas de outras comunidades da região, reconstruiu a Igreja, como ato de resistência ao ataque sofrido. De acordo com os moradores, esse ato de violência contra a comunidade os motivou a buscar o fortalecimento e a melhoria de sua organização.

Ainda em 2003, foi concedida uma liminar judicial autorizando a comunidade a usar 72 hectares, em área juridicamente pertencente a um dos fazendeiros, para que realizassem suas atividades agrícolas. São ações pontuais que não solucionam o problema fundiário, questão que mais preocupa os membros de Porto Velho, impossibilitados de utilizar e gerir plenamente suas terras.

Aspectos sócio-econômicos

1. Perfil dos entrevistados

Total dos entrevistados: 18 chefes de família, totalizando 90% das famílias. Local de origem: a maioria nascida no município de Iporanga.

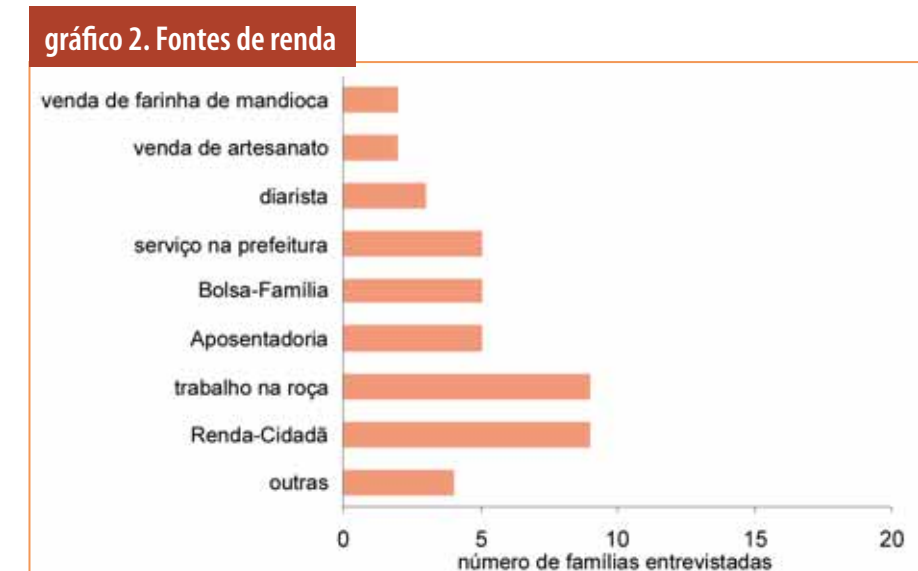
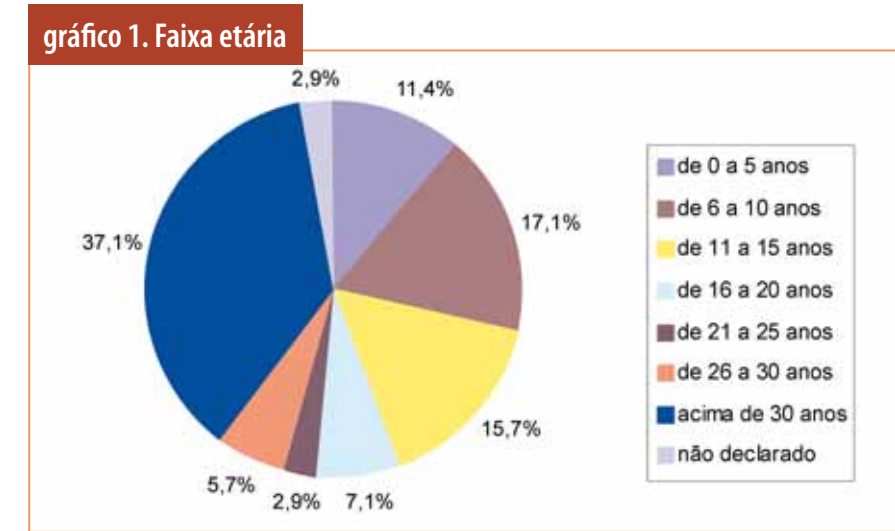
2. Perfil da população (faixa etária, ocupação e fontes de renda)

A população é de 70 pessoas – 51% do sexo feminino e 49% do masculino. Menos da metade da população tem idade acima de 30 anos, conforme demonstra o Gráfico 1.



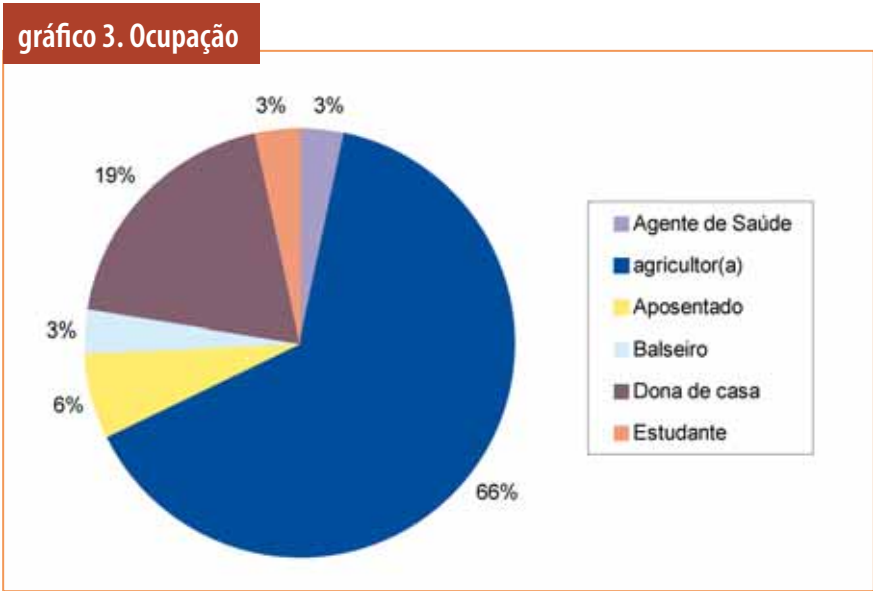
Rio Ribeira de Iguape, divisa da comunidade

As fontes de renda mais citadas pelas famílias entrevistadas se referem ao trabalho na roça e ao Renda-Cidadã, benefício concedido pelo governo, conforme podemos observar no Gráfico 2. Os animais criados para venda são bovinos,



porcos e galinhas. O artesanato de taquara, madeira e palha de milho é feito pelas duas únicas artesãs da comunidade e, mesmo vendido sazonalmente, é considerado fonte de renda complementar.

Verifica-se no Gráfico 3 que mais da metade da população se declara agricultor.



3. Infra-estrutura, bens e serviços

A comunidade possui um agrupamento central (vila) onde há uma igreja católica, uma escola municipal (pré-escola até a 4ª série do ensino fundamental), o refeitório da escola e um posto de saúde. A maioria das casas está localizada ao longo da estrada que corta a comunidade, onde também está a benfeitoria destinada à fabrica de beneficiamento da mandioca para produção de farinha, em fase de consolidação. Outras casas são mais distantes, com acesso também possível por carro.

A maior parte das casas possui fossa negra, e o restante despeja águas da cozinha e do banheiro em cursos d’água. A água que abastece a maioria das casas vem de rios. Em apenas duas casas a água é captada de poço.

A maioria das pessoas queima o lixo que produz em suas casas.

Todas as casas da comunidade têm luz elétrica. Menos da metade das casas possui televisão, assim como geladeira e rádio.



Máquina comunitária para beneficiar mandioca.

Para cozinhar, metade das casas utiliza fogão a gás e metade utiliza fogão à lenha.

Mesmo a comunidade estando integralmente localizada no município de Iporanga, a Prefeitura de Itaóca colabora com o fornecimento do transporte escolar até as localidades com escola de ensino médio.

As benfeitorias e infra-estrutura comunitárias existentes são: uma estrutura física em construção para beneficiamento de mandioca e produção de farinha, maquinário para fabricação de farinha de mandioca, kit padaria, um arado, uma pocilga e equipamentos de beneficiamento da produção melífera.

Itaóca é a cidade mais freqüentada pelas pessoas da comunidade. São poucos os moradores que vão para Apiaí ou Iporanga para trabalhar. Estima-se, em média, que mensalmente 10 pessoas se desloquem até Itaóca para uso dos serviços bancários, aquisição de gêneros alimentícios e outros.

4. Saúde e Educação

O atendimento médico na comunidade é feito duas vezes por mês. Há posto de saúde e um agente comunitário de saúde na comunidade.

Há uma escola municipal com sala de pré-escola até a 4ª série do ensino fundamental. Para as séries seguintes é preciso se deslocar para o bairro Pavão, situado no município de Itaóca ou para o centro da cidade.

5. Lazer, Cultura e Religião

O catolicismo é a religião predominante. As festas e manifestações religiosas consideradas mais expressivas na comunidade são: a dança de São Gonçalo, as missas e cultos, as festas juninas, de Santa Cruz e de São Sebastião.

6. Forma de Organização

A comunidade está organizada em torno da Associação dos Remanescentes de Quilombo do Bairro Porto Velho, fundada em 2001.



Escola municipal.

A organização das atividades comunitárias, como a produção de mel, é feita por dois grupos constituídos por 14 homens, no total. O trabalho da produção de hortaliças é realizado por ambos os sexos, sendo as mulheres, em sua maioria, as responsáveis pelos tratos diários na horta comunitária.

As organizações não-governamentais apontadas como atuantes na comunidade foram: o ISA, o Moab, Eacone, as Pastorais da Igreja Católica, a Mitra Diocesana e a Cáritas (instituições ligadas à Igreja Católica). Já as governamentais foram o Itesp e Prefeitura de Iporanga.

Aspectos do uso e ocupação da terra

1. Distribuição espacial das formas de uso

Porto Velho possui oficialmente uma área reconhecida de 941 hectares (Itesp, 2003), com situação fundiária inserida, em sua totalidade, na categoria de área particular. Dessa área, aproximadamente 15% tem direito de uso garantido à comunidade, ou seja, as 20 famílias existentes estão restritas a 141 hectares para exercer as atividades de produção, manejo de recursos naturais, construção de suas casas e benfeitorias necessárias.

Embora a cobertura vegetal natural (vegetação rasteira, capoeiras em diversos estágios e mata) seja 56,82% do total das áreas mapeadas, as pastagens têm grande expressão espacial em Porto Velho, ocupando 36,77% destas áreas. Já a silvicultura de pinus (praticada por terceiros), a área de repovoamento do palmito juçara e as roças de coivara ocupam, respectivamente, as maiores porcentagens. Contudo, áreas mais significativas de roça de coivara (15,75 hectares) são encontradas fora dos limites reconhecidos do quilombo. Veja a Tabela 1.

2. Casas e quintais

As casas são, na grande maioria, de madeira com partes de alvenaria, e circundadas por terreiros, também chamados quintais, onde são criados de forma extensiva animais domésticos, frutíferas e plantas de pequeno porte.

De modo geral os quintais apresentam tamanho médio de 2.000 m². Nesses espaços alguns cultivos são mantidos, tais como as frutíferas, sendo a laranja e a banana as mais comuns. Também são cultivadas as hortaliças como couve,

tabela 1. Formas de uso da terra em Porto Velho, período 2006/2007*			
Localização do uso	Classes de uso da terra	área ocupada (ha)	área ocupada (%)***
Porto Velho	roça de coivara	12,69	1,35
	pastagem	346,98	36,77
	bananal	8,49	0,9
	canavial	0,9	0,1
	cultivo de mandioca	5,78	0,61
	cultivo de palmeira real	0,19	0,02
	maracujá	0,09	0,01
	horta	0,25	0,03
	pomar	0,61	0,07
	silvicultura de eucalipto	0,68	0,07
	silvicultura de pinus	26,06	2,76
	estrada	4,83	0,51
	vegetação rasteira (samambaial; capinzal)	61,96	6,57
	capoeirinha; capoeira	278,56	29,52
	capoeirão; mata	195,69	20,73
	repovoamento de palmito**	23,4	2,48
	área de coleta de taquara**	2,16	0,23
total		943,78	100
fora do quilombo	área de coleta de madeira para artesanato	4,64	
	bananal	0,68	
	capoeirinha; capoeira	3,12	
	roça	15,75	
total		24,19	

* O cálculo de áreas foi efetuado pelo Sistema de Informações Geográficas do ISA, acarretando algumas diferenças em relação à área oficial do Quilombo de Porto Velho.

** A área ocupada por estas classes de uso não foi considerada no valor total, posto que se sobrepõem a outras classes.

*** Estes valores são relativos à área do território de Porto Velho, segundo o limite elaborado pelo ISA (943,78 hectares), com base no memorial descritivo fornecido pelo Itesp.

beterraba, cebola e cheiro-verde, e as plantas de uso medicinal, entre elas a hortelã e o poejo (Tabela 2, na página seguinte).

Como há uma horta comunitária, poucos moradores cultivam variedades de hortaliças em seus quintais. Neles também são criados animais de pequeno porte como galinhas e patos, que são consumidos pelas famílias e vendidos ocasionalmente.

A área da horta é de 2.500 m², mantida por um grupo de mulheres, e a produção vendida para a Prefeitura de Itaóca, que a utiliza na merenda da escola da comunidade e em escolas municipais.



Horta comunitária.

Quilombo Porto Velho

Uso e ocupação da terra em 2007

Área total oficial do território (Itesp, 2003): 941 hectares

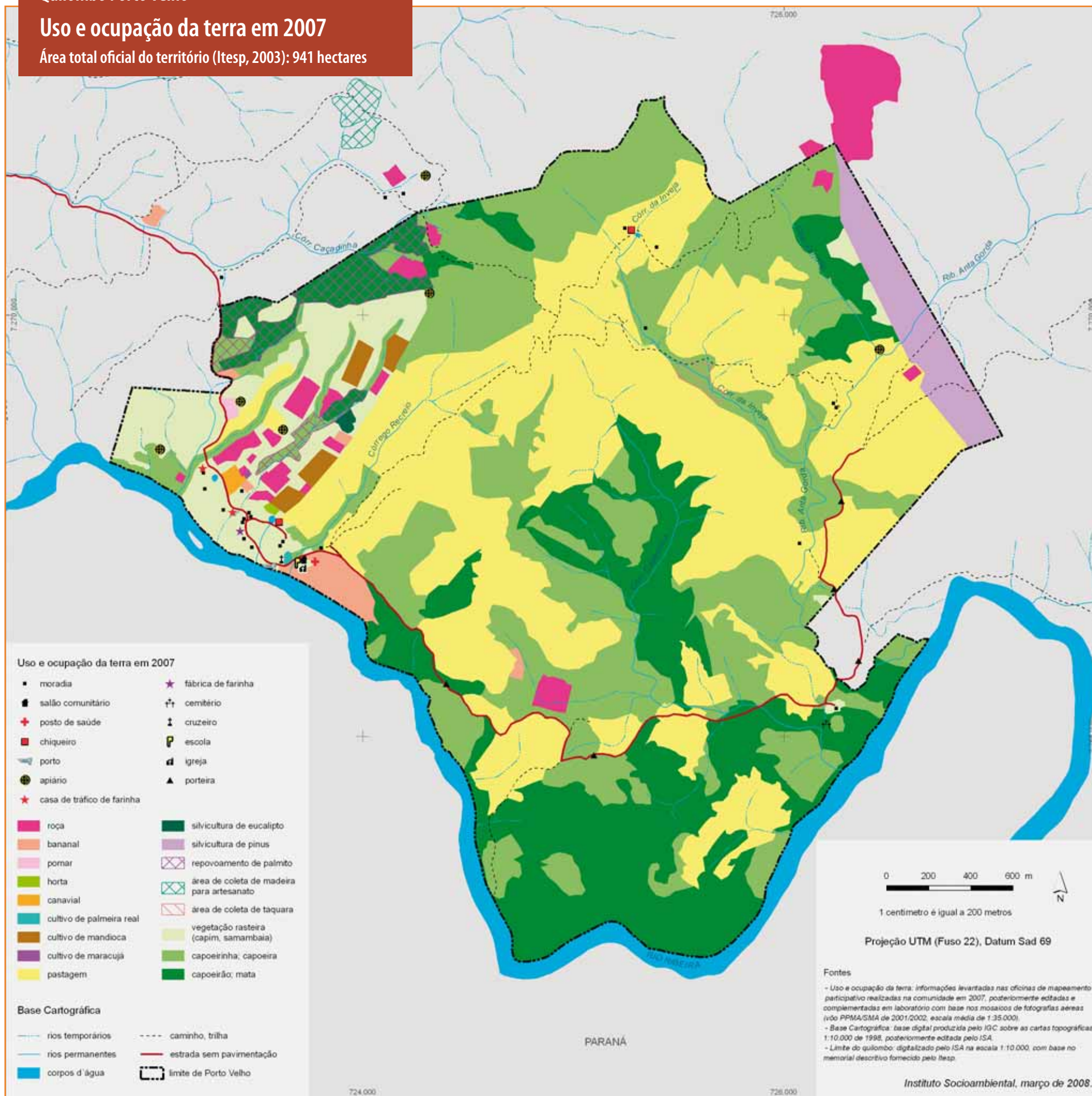


tabela 2. Cultivos existentes nos quintais*		
Frutíferas	Hortaliças	Medicinais
Banana	Couve	Poejo
Laranja	Alface	Hortelã
Limão	Beterraba	Boldo
Abacate	Pepino	Melissa
Mamão	Cebola	Erva-cidreira
Goiaba	Cebolinha	Camomila
Acerola	Manjerona	Erva-doce
Café	Cheiro-Verde	Alevante
Jabuticaba	Repolho	Capim Cidró
Ata	Mostarda	Cordão de Frade
Uva	Pimenta	Malva
Abacaxi		Violeta
Ameixa		Hortelã Pimenta
Palmito		Penicilina
Azeitona		Pontaliva
Manga		Arruda
Gabirova		Alfavaca Doce
Pinhão		Anador
Maracujá		Alecrim
Cana		Gengibre
		Arnica
		Erva-de-Santa-Maria
		Sorguinha
		Mangericão
		Picão

*Plantas apontadas pelos entrevistados por seu nome popular. Alguns nomes coincidem com os utilizados pela indústria farmacêutica.

3. Agricultura

As sementes utilizadas nos plantios, na maioria das vezes, são originárias das roças da própria comunidade.

Fazem uso de venenos nos cultivos de maracujá – principalmente o “mata-mata” – e também do calcário.

As espécies cultivadas nas roças são: arroz, feijão, batata-doce, cará, cana, mandioca, milho, abóbora e banana.

As áreas de roça são deixadas em pousio, por um período médio de 4,5 anos, até serem utilizadas para novo plantio. Observa-se que a variedade plantada por um maior número de agricultores, se comparado aos demais tipos de variedades, é o feijão, conforme demonstra o Gráfico 4.

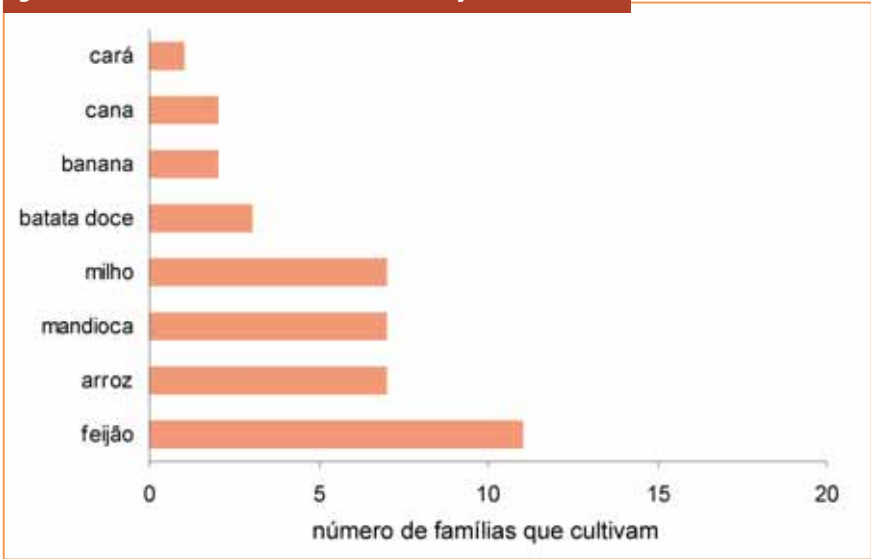
Como produtos comumente vendidos para comerciantes de Iporanga, Itaóca, Apiaí, e diretamente ao consumidor, temos o feijão e a farinha de mandioca. O milho, a mandioca in natura e o arroz são vendidos para comerciantes de Itaóca e na comunidade. A banana é vendida para atravessadores de Apiaí, e o mel, a rapadura e alguns doces se destinam a comerciantes de Itaóca, Iporanga e para a comunidade.



fotos: Felipe Leal/ISA

Bananal.

gráfico 4. Variedades cultivadas nas roças familiares



Os principais problemas apontados na agricultura foram: a dificuldade de comercialização da produção, tanto o escoamento como o armazenamento; a carência de crédito financeiro; a ausência de maquinário e a restrição da Casa da Agricultura de Iporanga quanto à linha de produção que não seja a pecuária.

Também a questão fundiária não resolvida tem restringido as áreas para uso agrícola, uma vez que a maior parte da área da comunidade está nas mãos de terceiros.



Mel comercializado pela comunidade.

4. Recursos naturais

A área da comunidade é, em grande parte, coberta por pastagens, atividade extensiva praticada pelos fazendeiros que ainda detêm o domínio das terras quilombolas. Restam algumas áreas onde a cobertura florestal é capoeira e uma pequena área onde a vegetação é de mata mais alta, local onde os recursos florestais, como diferentes tipos de madeiras e taquaras, são observados. Estes recursos coletados são utilizados para confecção de utensílios domésticos e peças artesanais.

A madeira utilizada na construção das casas é de eucalipto ou pinus, comprada na região. A utilização do eucalipto se deve à escassez de madeiras na área da comunidade por conta do desmatamento.

Segundo a maioria dos entrevistados, há trechos de rios que necessitam ser reflorestados. Também é crítica a disponibilidade de fontes de água para abastecer a comunidade. Fora do período das chuvas, muitas nascentes chegam a secar e a água é salobra. Há desmatamento nas cabeceiras de alguns rios dentro das terras ocupadas por terceiros, observado em alguns pontos da estrada que corta a comunidade.



Artesanato em madeira e taquara.

Felipe Leal/ISA

Agenda das Prioridades e Recomendações

Demandas	Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos				
			Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008); M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo	
Meio Ambiente e Fundiário	1. Reflorestar beiras de rio e outras áreas na comunidade	Conservar os recursos naturais, evitar assoreamento, melhorar a vida da fauna e flora, recuperação da água	1	Buscar um intermediador para negociação com terceiros, criar projeto de conscientização junto às comunidades	Ação conjunta entre órgãos ambientais e organizações que trabalham com as comunidades	Ação civil pública entre os atores sociais e órgãos envolvidos	E.U.
	2. Acabar com a ameaça das barragens no rio Ribeira do Iguape	Perda da biodiversidade e sociodiversidade, provoca êxodo para as cidades, perda da cidadania e da cultura quilombola e comunidades tradicionais	1	Buscar novos parceiros que sejam contrários a essa iniciativa, buscar fontes confiáveis de pesquisa para discutir os aspectos técnicos	Todos os movimentos envolvidos na questão da barragem (contrários)	Capacitação para equipe de articulação e comunicação, divulgação em nível internacional	E.U.
	3. Programa de fiscalização com a participação da comunidade para impedir a entrada de palmiteiros nas áreas reflorestadas	Fonte de renda sustentável, aumento do ICMS municipal	1	Trabalho de sensibilização com os infratores, fiscalização rigorosa, ajuda de custo (SMA)	As associações devem indicar pessoas para fiscalização junto à SMA	Atividades educativas, seminários, palestras, debate envolvendo os palmiteiros	E.U.
	4. Autorização para roças e manejo de lenha para fábrica de farinha para período de 10 anos	Para evitar a perda das licenças anuais, valoriza os aspectos culturais, garantir a subsistência das famílias	1	Pressionar os órgãos competentes como SMA, DEPRN e formação de GT para definir as áreas a serem autorizadas	Associações junto com os órgãos que trabalham nas comunidades	Em forma de reuniões nas comunidades e junto ao órgão competente, SMA, DEPRN, Itesp	E.U.

Demandas		Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos			
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008); M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo
Meio Ambiente e Fundiário	5. Adequação da legislação ambiental para permitir a abertura de roça de subsistência com o uso do fogo em locais onde o estágio de recuperação da vegetação está atualmente sob proteção legal	Porque são poucas as melhores áreas disponíveis para cultivo que não estejam protegidas pelo Código Florestal (art. 215/216) ou pela Lei da Mata Atlântica (nº 11.428, de 22/12/06). Além disso, as roças de subsistência são consideradas pela ciência como lavouras de mínimo impacto	2	Buscar junto aos órgãos competentes a solução do problema, Ibama, DEPRN, SMA, MDA	Comunidades, órgãos públicos	Ofícios, reuniões, audiências, mobilização, articulação em nível regional	E.U.
	6. Extinção do uso de fogo para renovação de pasto que é praticado em áreas que estão em posse dos terceiros	Áreas da comunidade. Prática insustentável com ação impactante	2	Solicitar aos órgãos ambientais acordo com os terceiros, de forma que a comunidade possa provar como está a situação da área	Comunidades e Órgãos Públicos	Órgãos x fazendeiros, mas antes a Associação tem que procurar um órgão de apoio e reclamar por escrito	M.P.
	7. Interpretação e explicação sobre as leis ambientais em linguagem acessível às comunidades	Falta clareza e entendimento pelas comunidades	2	Elaboração de um material escrito de forma simplificada	GT que envolva as comunidades e assessores para compor conteúdo do material	Formar o GT e definir o cronograma de trabalho	M.P.
	8. Retirada dos terceiros do território	Para garantir o território e a sustentabilidade e evitar danos ambientais	1	Relatar os fatos que estão acontecendo e levar ao poder público, acelerar o processo de indenização de terceiros	Comunidades devem relatar os fatos e solicitar aos órgãos responsáveis para dar velocidade no processo	Fotos, documentos, B.O., e encaminhar ao órgão competente	E.U.
	9. Regularização Fundiária/ Titulação	Para garantir o território e aumento da produção, resgate de valores tradicionais e culturais, garantindo a sustentabilidade da comunidade	1	A comunidade deve conhecer bem o território, para poder pressionar política e juridicamente os órgãos competentes	Associação, comunidades e órgãos responsáveis	A partir do conhecimento dos territórios criar embasamento político e jurídico e pressionar os órgãos competentes	E.U.
	10. Obtenção do direito de uso para a comunidade das áreas abertas (sem mata) que estão em mãos de terceiros.	Para fazer uso do território e das áreas abertas que são ocupadas por terceiros, mas não estão em uso	2	Formar GT para fazer estudo dessas áreas para solicitar na Justiça as medidas cabíveis	As comunidades junto ao GT e órgãos competentes	Fazer um estudo e manejar as áreas para discutir com o GT	E.U.
	11. As comunidades terem um planejamento sócio-econômico e ambiental sustentável	Necessidade de desenvolvimento cultural, social e ambiental das comunidades	2	Tem que ter colaboração dos associados e o apoio das instituições do Governo e da Sociedade civil para implantação da Agenda	São os Agentes socioambientais quilombolas, Associação e parceiros, como Itesp, Moab, ISA, Fundação Florestal	Tem que ter diagnóstico das comunidades, seminários, encontros, oficinas de mapeamento dos territórios e troca de informações	M.P.

Demandas		Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos			
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008); M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo
Comunicação, eletricidade, transporte e moradia	1. Diminuição do valor da taxa de energia elétrica rural	Porque o valor das contas é muito alto, e as famílias não têm condições de pagar, pois são de baixa renda	1	Reivindicar junto à Elektro a isenção do ICMS na conta de energia	Associação e Elektro	Solicitar ao Itesp encaminhamento destes pedidos	E.U.
	2. Manutenção de estradas existentes na comunidade	As estradas estão em péssimas condições, dificultando o acesso, principalmente aos alunos da escola	1	Melhorar o acesso as estradas, cascalhar, fazer lombadas e sinalizar	Prefeitura	Associação reivindica e cobra o poder público	E.U.
	3. Instalação de telefone	Porque é o único meio de comunicação entre a comunidade e a cidade	1	Instalação de telefone nas comunidades	Prefeitura e Telefônica	Associação reivindica e cobra o poder público	E.U.
	4. Instalação de internet	Porque queremos participar da inclusão digital e social	2	Capacitação de jovens para ajudar na comunidade	Associação, ISA, Banco do Brasil e GSAC	Solicitar ajuda junto às parcerias e órgãos públicos (Gesac, Itesp, ISA, Banco do Brasil (BB) e Prefeitura)	L.P.
	5. Obtenção de computador para comunidade	Porque a comunidade precisa fazer documentos e realizar outras atividades que precisam do computador	2	Solicitar Fundação BB a doação de computadores	Associação e Banco do Brasil	Através de parcerias com instituições parceiras	M.P.
	6. Obtenção de transporte coletivo para atender a comunidade	Porque a comunidade tem difícil acesso a transporte	1	Reivindicar junto às prefeituras uma linha coletiva regular	Associação e Prefeitura	Solicitar ônibus junto ao departamento transporte e Prefeitura	E.U.
Saúde	1. Ter atividades de conscientização voltadas à saúde, como por exemplo: prevenção ao o alcoolismo	Para conscientizar o dependente a realizar um tratamento e conscientizar os jovens	3	Criação de AAA, palestras explicativas	Associação	Parceria com órgão de saúde	E.U.
	2. Aumento e regularidade da frequência do atendimento médico e odontológico	Há necessidade de tratamento médico nas comunidades	1	Pressionar a Secretaria de Saúde junto com órgãos estaduais e municipais	As comunidades e Prefeitura	Através de cobrança junto ao órgão competente	E.U.
	3. Melhoria na qualidade do serviço de saúde	Há necessidade de tratamento médico nas comunidades	1	Pressionar a Secretaria de Saúde junto com órgãos estaduais e municipais	As comunidades e Prefeitura	Através de cobrança junto ao órgão competente	E.U.
Saneamento básico	1. Ter coleta de lixo	Porque o lixo está sendo jogado em qualquer lugar, prejudicando a saúde e meio ambiente	1	Associação tem que reivindicar à Prefeitura a coleta de lixo na comunidade	Associação junto à comunidade e Prefeitura	Associação deve fazer requerimento e reunião com Prefeitura	E.U.
	2. Instalação de rede de esgoto e tratamento	Porque o tratamento é indispensável para a saúde da comunidade	1	Construção de fossas sépticas e rede de esgoto	Prefeitura com fiscalização da Associação	Associação e comunidade pressionar a Prefeitura	E.U.
	3. Melhoria na captação de água e equipamentos de distribuição	Porque estas comunidades não têm água tratada	1	Construção de um reservatório central e canalizar e distribuição	Sabesp, Funasa, Prefeitura, Itesp	Realizar reuniões com esses órgãos reivindicando datas e prazos para instalação	E.U.

Demandas	Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos				
			Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008); M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo	
Cultura e Lazer	1. Divulgação das coisas tradicionais da comunidade	Conservação da história e cultura, pois as culturas estão se perdendo, e há necessidade de resgate cultural	2	Através de histórias, palestras e prática, tentando resgatar as atividades que eram realizadas	A própria comunidade com os parceiros: órgãos públicos e ONGs	Fortalecimento das associações e troca de experiências entre elas	M.P.
	2. Fortalecimento do artesanato quilombola	Promove geração de renda e resgate do artesanato tradicional	1	Organizar exposições	As associações e ONGs, Minc, Secretaria da Cultura	Através de projetos e parcerias	M.P.
	3. Projeto de incentivo para integração de crianças e jovens na comunidade	A falta de participação de jovens	1	Tendo esporte, cultura, lazer e inclusão digital	Parcerias, como Prefeitura, Secretaria do Esporte, da Educação e Ministério da Cultura	Promovendo atividades em projetos que atraíam os jovens com uma linguagem atraente	E.U.
	4. Construir quadra poli esportiva	não existe um espaço adequado	1	Ofício - requerimento encaminhado pela Associação	Estado ou Secretaria do Esporte	Reuniões e cobrança na secretaria	E.U.
Educação	1. Ensino escolar para adultos	Carência da comunidade em não ter acesso à escola, altos índices de analfabetismo nas comunidades	3	Capacitação para pessoas da comunidade, agente educador	Associação e Fundação Banco do Brasil	Através de financiamento com órgão competente	E.U.
	2. Melhoria no ensino fundamental existente na comunidade e implantação de ensino diferenciado	Para trabalhar com temas específicos à realidade quilombola e aumentar o conhecimento das comunidades sobre sua cultura	1	Capacitação de professores, envolver a comunidade nesse processo (levar pessoas da comunidade para dar palestra na escola)	Associação com órgãos da educação	Em conjunto com comunidades, professores e delegacias de ensino	E.U.
	3. Curso de informática	Necessidade de fazer os trabalhos da Associação e maior envolvimento dos jovens	1	Equipar as comunidades e capacitar lideranças para tal	Associações com parcerias	Em conjunto com instituições parceiras	M.P.
	4. Ter um educador ambiental	A preservação dos rios, matas, coleta de lixo, trabalho de conscientização sobre o lixo nas comunidades	3	Capacitar pessoas da comunidade	Entidades parceiras	Em conjunto entre Associação e entidades parceiras	M.P.
	5. Melhoria do transporte escolar	Porque a qualidade do transporte escolar é deficiente, com veículos quebrando constantemente	1	Cobrar da Secretaria de Transporte e órgãos competentes	Prefeitura	Associação em conjunto com órgãos competentes	E.U.
	6. Ensino médio na comunidade	A escola fica longe da comunidade, tornando difícil o acesso para os alunos		As ações devem ser decididas em reunião entre Associação e comunidade, junto com Delegacia de Ensino e Secretaria de Educação Estadual	A Secretaria de Educação Estadual e Municipal e Associação	A Secretaria após informada deve tomar as devidas medidas necessárias	E.U.
	7. Curso de formação para cidadania	Devido à necessidade de conhecimento sobre este assunto	1	Mobilizar, motivar a comunidade para participar destes cursos	Criar um grupo junto com Associação para coordenar este trabalho	Buscar apoio junto à Prefeitura e instituições parceiras	M.P.

Demandas		Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos			
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008); M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo
Atividades produtivas	Agricultura (atividades, infra-estrutura e equipamentos)	1. Aquisição de um caminhão	3	Crédito, doação (fundo perdido)	Petrobras, PDA e outras	Fazer projetos, associações, ISA e outros, procurar doadores	E.U.
		2. Aquisição de trator	1	Crédito, doação (fundo perdido)	Para crédito, os bancos são apontados e doação, a Petrobras e PDA Mata Atlântica	Fazer projetos, associações em parceria com ISA	E.U.
		3. Aquisição de máquina de beneficiar arroz	2	Doação	MDA, Idesc, Itesp, Proter e outros	Escrever projetos e encaminhar aos órgãos citados	E.U.
		4. Implantar fábrica de beneficiamento de milho	2	Doação	Cáritas, Fundação Palmares, Idesc e Proter	Fazer projetos	E.U.
		5. Aquisição de um triturador de milho	2	Doação	Cáritas, Fundação Palmares, Idesc e Proter	Fazer projetos	E.U.
		6. Aquisição de uma moenda de cana	1	Doação	MDA, Prefeitura	Elaborar projetos e encaminhar aos órgãos citados	E.U.
		7. Casa para beneficiamento de mel e ter SIF	1	Doação	Itesp, MDA, Idesc, Proter e Prefeitura	Elaborar projetos e encaminhar aos órgãos citados	E.U.
		8. Receber assistência técnico-agrícola	1	Cobrar da Prefeitura e Itesp	Prefeitura e Itesp	Através de requerimento encaminhado à Prefeitura e Itesp	E.U.
		9. Melhorar a comercialização da produção agrícola da comunidade	1	Venda direta ao mercado consumidor através do programa Conab, evitando atravessadores.	Grupos de produtores da Associação e parceiros (ISA, Itesp)	Pesquisa de mercado e organização das comunidades	E.U.
		10. Melhorar a comercialização do maracujá	1	Venda direta ao mercado consumidor através do programa da Conab, evitando atravessadores.	Grupos de produtores da Associação e parceiros (ISA, Itesp)	Pesquisa de mercado e organização das comunidades	E.U.
		11. Melhorar a comercialização da banana	1	Venda direta ao mercado consumidor através do programa da Conab, evitando atravessadores.	Grupos de produtores da Associação e parceiros (ISA, Itesp)	Pesquisa de mercado e organização das comunidades	E.U.
		12. Tornar formas de financiamento acessíveis ao produtor	1	Conhecer o Pronaf e propor adaptação às necessidades dos quilombos e garantia de preços mínimos	Itesp, MDA, Pronaf, Secretaria de Agricultura	Chamar o ministro do Desenvolvimento Agrário para Audiência Pública ou secretário do Pronaf	E.U.
		13. Obter apoio da Casa da Agricultura de Iporanga para realizar atividades de interesse da comunidade	1	Cobrar da Prefeitura	Prefeitura	As associações em parceria com ISA e Itesp devem cobrar dos órgãos competentes	E.U.

Demandas		Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos				
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008); M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo	
Atividades Produtivas		14. Implantar sistemas de irrigação para roças e hortas	Escassez de água na comunidade	1	Cobrar do Itesp apoio para a implantação de um sistema de irrigação	Itesp	Associação encaminhar pedido para o Itesp	E.U.
		15. Assistência técnica para produção de produtos orgânicos	Para ter melhor qualidade de produtos	1	Formar técnicos da própria comunidade e solicitar assistência técnica aos parceiros	Prefeitura, Secretaria de Educação, ISA, Itesp, Secretaria de Agricultura, escolas técnicas	Participar do planejamento com Itesp e elaboração de projetos com ISA	E.U.
	Extra-agroflorestais e extra-criação	1. Capacitação em artes (pintura de tecido, cerâmica e outras artes)	Incentivo à geração de renda, através do artesanato	2	Criação de projetos	Sebrae, Itesp	Elaboração de projetos, Associação, ISA, Itesp, Sebrae	M.P.
		2. Atividades de geração de renda que incentivem a permanência dos jovens na comunidade	A falta de opções de trabalho nas comunidades	1	Cursos de capacitação, inclusão digital	Associação, grupo de jovens, ISA e outros parceiros	Definir com os jovens suas expectativas e oportunidades e transformá-las em projetos	E.U.
		3. Cursos profissionalizantes para jovens	Necessidade de pessoas capacitadas para gerenciar os projetos existentes e para implantação de novos projetos		Definir os temas e as formas de capacitação, criar espaço para capacitação e aquisição de equipamentos necessários	Sebrae, Senac, outros parceiros (Ibama, Itesp, ISA, Idesc)	Organizar uma conversa com Sebrae e Senac e elaborar projetos	E.U.



Lago para piscicultura em Morro Seco. Foto: Felipe Leal/ISA

5.11. Agenda Socioambiental de Morro Seco

Localização e origem da comunidade

Localizada no município de Iguape, o acesso é pela rodovia BR-116, na altura do Km 419, sentido Curitiba/São Paulo. Nesse ponto entra-se numa estrada de terra localizada à direita da rodovia, no município de Juquiá, percorrendo-se 5 km, até alcançar as primeiras casas da comunidade.

A área onde hoje é a terra quilombola de Morro Seco era de propriedade da família Modesto Pereira. Ainda que parte dela tenha sido vendida, restou aos herdeiros, lideranças atuantes da comunidade, uma área de aproximadamente 150 hectares.

O conceito de comunidade chegou ao Morro Seco trazido por um representante da Igreja Católica, em meados do século XIX, quando os moradores do local começaram a se organizar como um grupo único. Formaram-se representantes de grupo para dialogar, quando necessário, com as pessoas de fora da comunidade. Em 1999, iniciaram-se discussões internas sobre a criação de uma associação local, se auto-reconhecendo como comunidade remanescente de quilombos. No ano seguinte, solicitaram ao Itesp o reconhecimento oficial, o que ocorreu em 2006.

Aspectos sócio-econômicos

1. Perfil dos entrevistados

Entrevistados: 22 chefes de família, totalizando 100% das famílias da comunidade.

Local de origem: maioria nascida no município de Iguape.

2. Perfil da população (faixa etária, ocupação e fontes de renda)

A população levantada é de 75 pessoas – 50,6% do sexo feminino e 49,4% do sexo masculino.

Quase metade da população (40%) tem idade acima de 30 anos, enquanto que 12% dos moradores declaram ter entre 21 e 25 anos, conforme demonstra o Gráfico 1. Constata-se que a população de Morro Seco é majoritariamente formada por adultos.

Os benefícios e auxílios do governo são as fontes de renda mais presentes no orçamento das famílias de Morro Seco, conforme pode ser observado no Gráfico 2. Alguns moradores produzem lichia nos quintais e vendem a produção no fim de ano (período da safra da fruta). O artesanato tradicional quilombola é para os artesãos da comunidade uma fonte complementar de renda, de caráter sazonal. Recentemente, um grupo de mulheres da comunidade se organizou para produzir e vender pães caseiros na comunidade.



fotos: Felipe Lea/ISA



Vista parcial da comunidade.

gráfico 1. Faixa etária

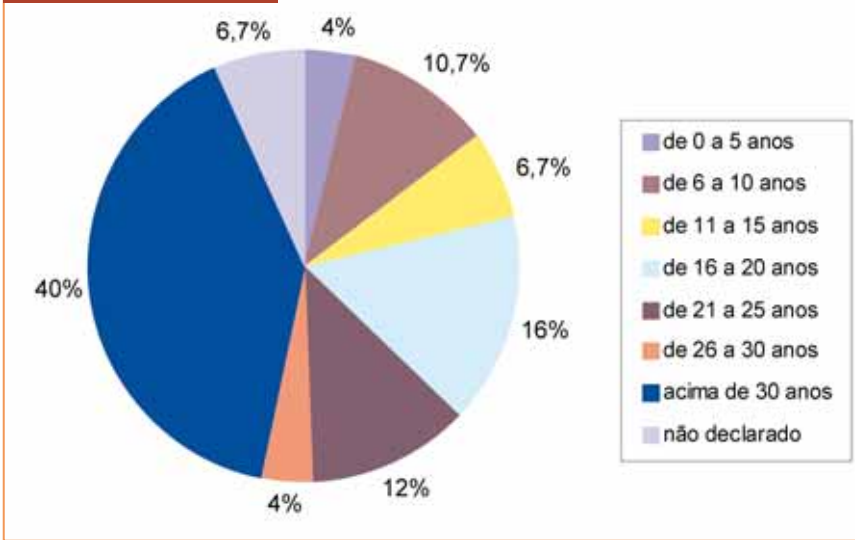
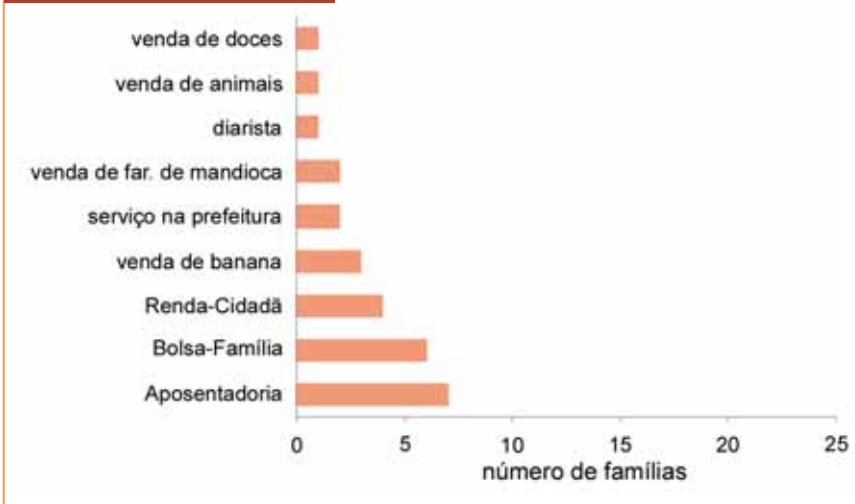
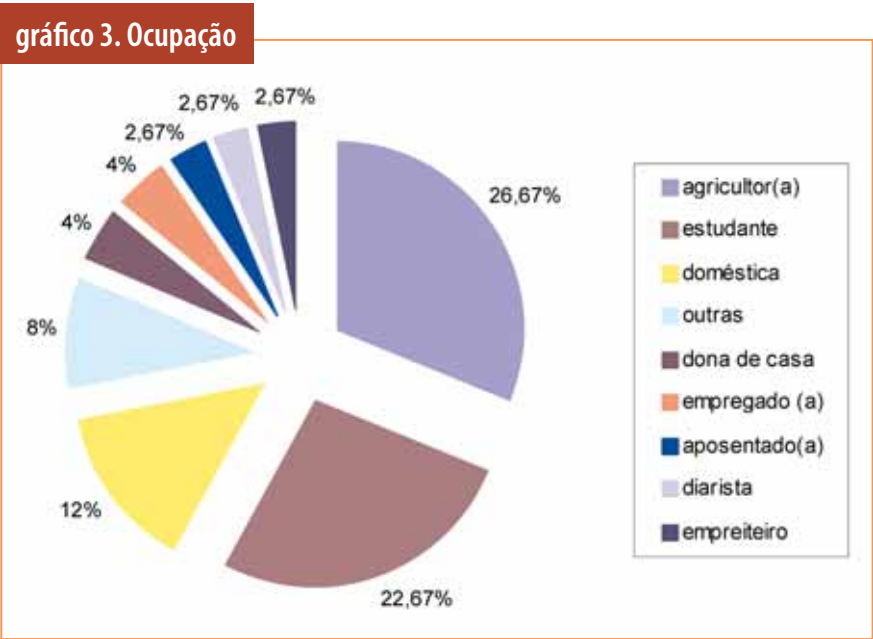


gráfico 2. Fontes de renda



Fabricação artesanal de pão.

Pode-se verificar no Gráfico 3 que aproximadamente 26% da população se declarou agricultor, enquanto que 22,67% dos moradores são estudantes. As Agentes de Saúde estão representadas pela categoria “outras” do mesmo gráfico, assim como a profissão de pedreiro e a atividade de coordenação da comunidade.



3. Infra-estrutura, bens e serviços

A comunidade possui um agrupamento central onde há uma igreja católica, um galpão comunitário, um telefone público, a escola municipal (pré-escola até a 4ª série do ensino fundamental) e várias casas. Outras casas estão localizadas ao longo da estrada que corta a comunidade.

Mais da metade das casas possui fossa negra. Menos da metade delas despeja água da pia da cozinha em cursos d’água próximos.

A água que abastece a comunidade, armazenada em uma caixa d’água e escoada até as casas por mangueiras, é oriunda de minas existentes na comunidade. Esta água armazenada não sofre nenhum tipo de tratamento. Apenas duas casas utilizam água de poço.

A prática da queima do lixo é hábito da maioria dos moradores. Alguns moradores juntam materiais recicláveis, como plásticos e vidros, para serem vendidos. Já o lixo orgânico é utilizado como adubo, além de servir para alimentar as criações domésticas.

Mais da metade das famílias possui fogão e geladeira, e metade das famílias tem TV e rádio em suas casas.

Na comunidade não há linha de transporte público. Os moradores utilizam o ônibus escolar que circula em quatro horários semanalmente, saindo de Juquiá até a comunidade.

Os equipamentos e a infra-estrutura existentes de uso comunitário são: um trator de pequeno porte e dois galpões comunitários.

A cidade mais freqüentada por um maior número de moradores é Juquiá. Estima-se que mensalmente, 20 pessoas da comunidade se desloquem até Juquiá, e 5 pessoas até Iguape e Registro, para uso dos serviços de saúde, bancários, aquisição de gêneros alimentícios e outros.

4. Saúde e Educação

Na comunidade existe uma escola de ensino fundamental, de 1ª a 4ª série. Algumas crianças e jovens se deslocam até o município de Juquiá para cursar o restante do ensino fundamental e o ensino médio.

O posto de saúde existente na comunidade está desativado. Desta forma, o atendimento médico, mensal, ocorre no Centro Comunitário.

5. Lazer, Cultura e Religião

As festividades mais expressivas são: a Festa do Padroeiro, São Miguel Arcanjo, a Festa de Reis ou Epifania, as festas juninas e a Dança do Fandango. Vale destacar que na comunidade há um grupo de fandango, conhecido como Fandango de Morro Seco, composto por jovens e lideranças da comunidade. O grupo se apresenta nas comemorações festivas de várias localidades do Vale do Ribeira e na cidade de São Paulo nos eventos relacionados aos quilombos.

Os rituais religiosos, como missas e rezas, são comumente realizados. O catolicismo é a religião seguida por todos os membros da comunidade.

A diretoria da Associação, em certas épocas do ano, organiza festejos como bailes para arrecadar fundos.

6. Forma de Organização

A comunidade se organiza em torno da Associação dos Remanescentes de Quilombo do Bairro de Morro Seco, fundada em 2002 e legalmente instituída em 2003.

As organizações não-governamentais apontadas com atuantes na comunidade foram: o ISA, o Moab, a Eaacone, as Pastorais da Igreja Católica e o Itesp como organização governamental.

Aspectos do uso e ocupação da terra

1. Distribuição espacial das formas de uso

A área total reconhecida de Morro Seco é de 164,6869 hectares (Itesp, 2006), com parte do espaço ocupado por não-quilombolas.

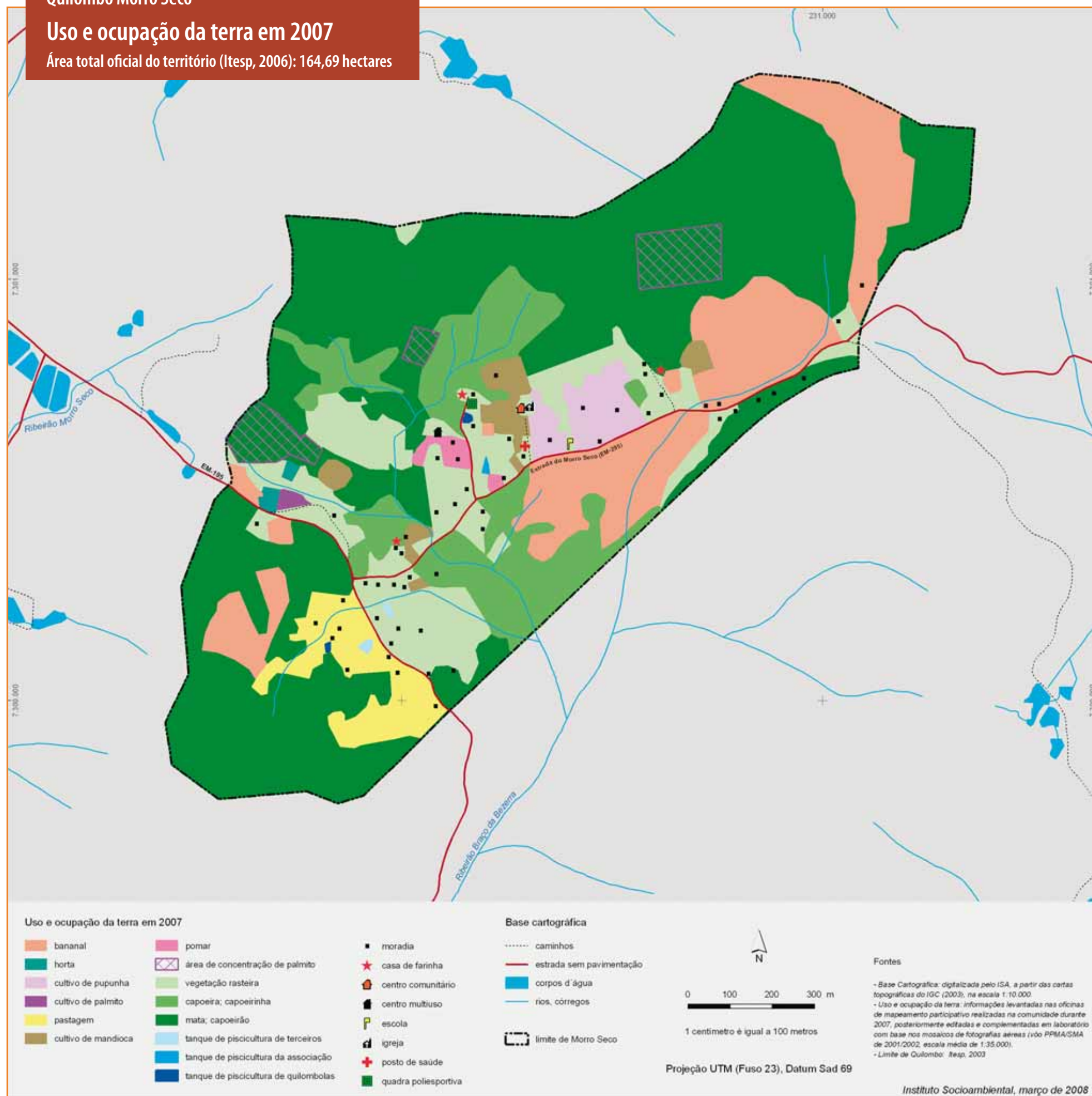


Agrupamento central da comunidade com o galpão comunitário e igreja.

Quilombo Morro Seco

Uso e ocupação da terra em 2007

Área total oficial do território (Itesp, 2006): 164,69 hectares



Logo após a cobertura vegetal natural (vegetação rasteira, capoeiras em diversos estágios e mata), a classe de uso da terra mais significativa espacialmente (conforme observado no mapa de uso e ocupação da terra de Morro Seco) é a formada pelos bananais, ocupando 16,22% das terras de Morro Seco. Entretanto, dos 26,71 hectares de bananais, 18 hectares aproximadamente são de particulares, ou seja, 67,42%.

O cultivo de mandioca é a forma de uso de maior expressão, dentre os exercidos predominantemente por moradores quilombolas, ocupando 2,03% de Morro Seco. Outros dados podem ser observados na Tabela 1.

tabela 1. Formas de uso da terra em Morro Seco em 2007*		
Classes de uso do terra	Área ocupada (hectares)	Área ocupada (%)***
bananal	26,71	16,22
pastagem	6,78	4,12
horta	0,4	0,24
pomar	0,82	0,5
cultivo de mandioca	3,35	2,03
cultivo de palmito	0,28	0,17
cultivo de pupunha	3,39	2,06
vegetação rasteira	20,75	12,6
capoeira/capoeirinha	19	11,54
mata/capoeirão	81,17	49,29
vila/estrada	1,95	1,19
corpos d´água	0,07	0,04
área de repovoamento de palmito**	5,09	3,09
total	164,68	100

* O cálculo de áreas foi efetuado pelo Sistema de Informações Geográficas do ISA, acarretando algumas diferenças em relação à área oficial do Quilombo de Morro Seco.
** A área ocupada por esta classe de uso não foi considerada no valor total, posto que se sobrepõe a outras classes.
***Estes valores são relativos à área total de Morro Seco segundo o limite digitalizado pelo ISA (164,68 hectares), com base no memorial descritivo fornecido pelo Itesp.

2. Casas e quintais

As casas são de alvenaria, de modo geral, e a parte da cozinha de muitas delas se mantém com a estrutura original – madeira, bambu e barro obtido na própria comunidade. Nos quintais e/ou terreiros, com tamanho médio de 1.000m², são cultivadas frutíferas, hortaliças e plantas de uso medicinal e também o palmito (*Euterpes edulis*). Neles são encontradas também as criações domésticas de galinhas, patos e, por vezes, de porcos, para consumo alimentar. As principais frutíferas plantadas nos quintais são jaca, laranja, abacate e limão. As hortaliças mais cultivadas são alface e couve. Já as plantas de uso medicinal mais cultivadas são o poejo e a anador (Tabela 2).

3. Agricultura

As sementes utilizadas nos plantios, na maioria das vezes, são originárias das roças da própria comunidade, assim como as ramas de mandioca.

tabela 2. Cultivos existentes nos quintais*		
Frutíferas	Hortaliças	Medicinais
Jaca	Alface	Poejo
Laranja	Couve	Anador
Abacate	Cebola	Sabugueiro
Limão	Cebolinha	Fedegoso
Goiaba	Salsinha	Hortelã-Preto
Lichia	Cenoura	Hortelã
Jabuticaba	Chicória	Erva-doce
Caqui	Almeirão	Ampicilina
Mexerica-Poncã	Hortelã Gordo	Boldo
Banana	Tomate	Quebra-pedra
Mamão	Abóbora	Alecrim
Seriguela	Beterraba	Novalgina
Ameixa	Brócolis	Erva Moira
Caju	Cebola Verde	Babosa
Cacau	Colorau	Doril
Tangerina	Manjerona	Espinheira Santa
Maria Cabeluda	Milho	Gerbão
	Pimenta	Alfazema
	Quiabo	Saguassajá
	Repolho	
	Rúcula	

*Plantas apontadas pelos entrevistados por seu nome popular. Alguns nomes coincidem com os utilizados pela indústria farmacêutica.



Os quintais são utilizados para produção de alimentos para consumo familiar.

José Strabeli/ISA



Roça de mandioca.

fotos: Felipe Leal/ISA



Viveiro de mudas na roça comunitária.

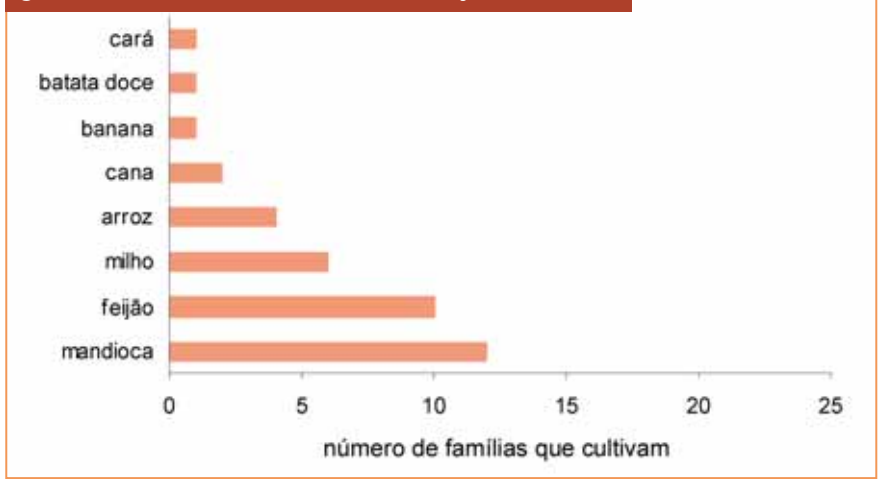
A escolha das áreas para as roças depende do tipo de cultura escolhida e da idade da terra (tempo de uso).

Derrubar a vegetação da área da futura roça é uma atividade realizada pelos homens, cabendo às mulheres auxiliar no plantio e na capina.

Os cultivos existentes são mandioca, feijão, milho, arroz, cana, banana, batata-doce, cará, cará roxo, inhame, taioba, também conhecido por taiá. Entre esses cultivares, a banana é vendida para atravessadores e a farinha de mandioca para comerciantes de Juquiá.

A mandioca e o feijão são as variedades plantadas por um número maior de agricultores, se comparado às demais (Gráfico 4).

gráfico 4. Variedades cultivadas nas roças familiares



Não é prática dos agricultores da comunidade utilizar adubação química nas roças mas, nas áreas destinadas ao cultivo de hortaliças, tem sido introduzido o uso de calcário no preparo da terra.

A maioria dos agricultores avaliou que a roça, como núcleo de produção de alimentos básicos para a alimentação familiar, não é mais suficiente. Isto devido ao declínio significativo do número de quilombolas que estão praticando a agricultura tradicional. A maioria tem se ocupado com trabalhos fora da comunidade – como empregados – diminuindo o tempo para o cultivo de suas roças.

4. Recursos naturais

Os recursos existentes e sazonalmente coletados são cipós e taquaras. O cipó timbopeva é usado na confecção de utensílios domésticos e artesanato.

As nascentes d'água existentes na área da comunidade são consideradas como o recurso natural de maior relevância para a comunidade. Os moradores apontaram que as margens do ribeirão da Bezerra e do ribeirão Prancha (não identificadas no mapa de uso e ocupação da terra na comunidade de Morro Seco) precisam ser reflorestadas.

Uma das ameaças à manutenção dos recursos florestais nas terras de Morro Seco é a extração de palmito por pessoas de fora da comunidade.

“Mesmo o palmito, apenas encontrado nos quintais das casas, não impede que os infratores invadam e cortem” (Hermes Modesto Pereira, morador)

Agenda das Prioridades e Recomendações

Demandas	Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos				
			Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008); M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo	
Meio Ambiente e Fundiário	1. Reflorestar beiras de rio e outras áreas na comunidade	Conservar os recursos naturais, evitar assoreamento, melhorar a vida da fauna e flora, recuperação da água	2	Buscar um intermediador para negociação com terceiros, criar projeto de conscientização junto às comunidades	Ação conjunta entre órgãos ambientais e organizações que trabalham com as comunidades	Ação civil pública entre os atores sociais e órgãos envolvidos	E.U.
	2. Acabar com a ameaça das barragens no rio Ribeira do Iguape	Perda da biodiversidade e sociodiversidade provocam êxodo para as cidades, perda da cidadania e da cultura quilombola e comunidades tradicionais	1	Buscar novos parceiros que sejam contrários a essa iniciativa, buscar fontes confiáveis de pesquisa para discutir os aspectos técnicos	Todos os movimentos envolvidos na questão da barragem (contrários)	Capacitação para equipe de articulação e comunicação, divulgação em nível internacional	E.U.
	3. Implementar um programa de fiscalização com a participação da comunidade para impedir a entrada de palmiteiros no território do quilombo	Perda da espécie	1	Oferecer ajuda de custo para quem corta, melhorar a fiscalização por parte da SMA, trabalho de conscientização junto aos palmiteiros, acabar com atravessadores (assim não tem para quem vender)	A Secretaria do Meio Ambiente, junto com ONGs e comunidades, buscando alternativas	Projetos com parceiros envolvidos, ter alternativas de geração de renda	M.P.
	4. Autorização para abertura de área para roça por período de 10 anos e áreas maiores que beneficiem a comunidade	Para evitar a perda das licenças anuais, valorizar os aspectos culturais, garantir a subsistência das famílias	1	Pressionar os órgãos competentes como SMA, DEPRN e formação de GT para definir as áreas a serem autorizadas	Associações junto com os órgãos que trabalham nas comunidades	Em forma de reuniões nas comunidades e junto ao órgão competente, SMA, DEPRN, Itesp	E.U.
	5. Adequação da legislação ambiental para permitir a abertura de roça de subsistência com o uso do fogo em locais onde o estágio de recuperação da vegetação está atualmente sob proteção legal	Porque são poucas as melhores áreas disponíveis para cultivo que não estejam protegidas pelo Código Florestal (art. 215/216) ou pela Lei da Mata Atlântica (nº 11.428, de 22/12/06). Além disso, as roças de subsistência são consideradas pela ciência como lavouras de mínimo impacto	2	Buscar junto aos órgãos competentes a solução do problema, Ibama, DEPRN, SMA, MDA	Comunidades, órgãos públicos	Ofícios, reuniões, audiências, mobilização, articulação em nível regional	E.U.
	6. Interpretação e explicação sobre as leis ambientais em linguagem acessível às comunidades	Falta clareza e entendimento pelas comunidades	1	Elaboração de um material escrito de forma simplificada	GT que envolva as comunidades e assessores para compor conteúdo do material	Formar o GT e definir o cronograma de trabalho	M.P.

Demandas		Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos			
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008); M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo
Meio Ambiente e Fundiário	7. Retirada dos terceiros do território	Para garantir o território e sustentabilidade e evitar danos ambientais	1	Relatar os fatos que estão acontecendo e levar ao poder público, acelerar o processo de indenização de terceiros	Comunidades devem relatar os fatos e solicitar aos órgãos responsáveis velocidade no processo	Fotos, documentos, B.O., e encaminhar ao órgão competente	E.U.
	8. Regularização Fundiária/ Titulação	Para garantir o território e aumento da produção, resgatar valores tradicionais e culturais, garantir a sustentabilidade da comunidade	1	A comunidade deve conhecer bem o território para poder pressionar política e juridicamente os órgãos competentes	Associação, comunidades e órgãos responsáveis	A partir do conhecimento dos territórios criar embasamento político e jurídico e pressionar os órgãos competentes	E.U.
	9. Obtenção do direito de uso para a comunidade das áreas abertas (sem mata) que estão em mãos de terceiros.	Para fazer uso do território e das áreas abertas que são ocupadas por terceiros, mas não estão em uso	2	Formar GT para fazer estudo dessas áreas e solicitar junto na Justiça as medidas cabíveis	As comunidades junto ao GT e órgãos competentes	Fazer um estudo e manejar as áreas para discutir com o GT	E.U.
	10. As comunidades terem um planejamento sócio-econômico e ambiental sustentável	Necessidade de desenvolvimento cultural, social e ambiental das comunidades	2	Tem que ter colaboração dos associados e o apoio das instituições do Governo e da Sociedade civil para implantação da Agenda	São os Agentes socioambientais quilombolas, Associação e parceiros, como Itesp, Moab, ISA, Fundação Florestal	Tem que ter diagnóstico das comunidades, seminários, encontros, oficinas de mapeamento dos territórios e troca de informações	M.P.
Manejo e Extrativismo	1. Continuidade do programa de reflorestamento de palmito	Já está acontecendo, mas necessita de apoio para continuar	2	Garantir a continuidade	PDA, ISA e Fundação Florestal	Negociar continuidade do PDA, Associação e ISA e Fundação Florestal e discutir projeto	M.P.
Comunicação, eletricidade, transporte e moradia	1. Manutenção de estradas existentes na comunidade	As estradas estão em péssimas condições, dificultando o acesso, principalmente aos alunos da escola	1	Melhorar o acesso às estradas, cascalhar, fazer lombadas e sinalizar	Prefeitura	Associação reivindica e cobra o poder público	E.U.
	2. Instalação de internet	Porque queremos participar da inclusão digital e social	3	Capacitação de jovens para ajudar na comunidade	Associação, ISA, Gesac e Banco do Brasil	Solicitar ajuda junto às parcerias e órgãos públicos (Gesac, Itesp, ISA, Banco do Brasil e Prefeitura)	L.P.
	3. Obtenção de transporte coletivo para atender a comunidade	Porque a comunidade tem difícil acesso a transporte	1	Reivindicar junto às prefeituras uma linha coletiva regular	Associação e Prefeitura	Solicitar ônibus junto ao departamento transporte e Prefeitura	E.U.
Saúde	1. Aquisição de uma ambulância	Não há ambulâncias que possam levar doentes das comunidades para a cidade	1	Reunião com Secretaria de Saúde e Prefeitura	Associação com a comunidade e Prefeitura	Através de assembléia com a comunidade e reunião com Prefeitura e Secretaria de Saúde	E.U.
	2. Aumento e regularidade da frequência do atendimento médico e odontológico	Há necessidade de tratamento médico nas comunidades	1	Pressionar a Secretaria de Saúde junto com órgãos estaduais e municipais	Associação e Prefeitura	Através de cobrança junto ao órgão competente	E.U.

Demandas		Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos			
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008); M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo
Saúde	3. Melhoria na qualidade do serviço de saúde	Há necessidade de tratamento médico nas comunidades	1	Pressionar a Secretaria de Saúde junto com órgãos estaduais e municipais	Associação e Prefeitura	Através de cobrança junto ao órgão competente	E.U.
	4. Conscientização dos bananicultores sobre os cuidados com o uso dos agrotóxicos, destino correto das embalagens e a compra ilegal desses produtos, para evitar doenças	Contaminação da água, solo, ar, faz mal para a saúde das pessoas e prejudica os animais		Reflorestamento de rios, nascentes, usar adubos orgânicos, devolução de embalagens de agrotóxicos nas lojas que comercializam	Associação com a comunidade e parceiros	Reuniões com os moradores e apoio dos órgãos ambientais	E.U.
	5. Instalação de Posto de Saúde	É a necessidade do bairro para ter assistência à saúde	1	Pressionar o Estado e Prefeitura	Associação e Prefeitura	Audiência com departamento de saúde do Estado e órgãos competentes	E.U.
Saneamento básico	1. Instalação de rede de esgoto e tratamento	Porque o tratamento é indispensável para a saúde da comunidade	1	Construção de fossas sépticas e rede de esgoto	Prefeitura com fiscalização da Associação	Associação e comunidade pressionar a Prefeitura	E.U.
	2. Melhoria na captação de água e equipamentos de distribuição	Porque esta comunidade não tem água tratada	1	Construção de um reservatório central e canalizar e distribuição	Sabesp, Funasa, Prefeitura, Itesp	Realizar reuniões com esses órgãos reivindicando datas e prazos para instalação	E.U.
	3. Reciclagem de lixo	Porque o lixo está afetando o meio ambiente da comunidade	1	Cursos e palestras de esclarecimento de como realizar a coleta e separação do lixo	Associação e Prefeitura	Parceria com Prefeitura e instituições atuantes	M.P.
Cultura e Lazer	1. Divulgação das coisas tradicionais da comunidade	Conservação da história e cultura, pois as culturas estão se perdendo, e há necessidade de resgate cultural	2	Através de histórias, palestras e prática, tentando resgatar as atividades que eram realizadas	A própria comunidade, com os parceiros: órgãos públicos e ONGs	Fortalecimento das associações e troca de experiências entre elas	M.P.
	2. Fortalecimento do artesanato quilombola	Promove geração de renda e resgate do artesanato tradicional	1	Organizar exposições	As associações e ONGs, Minc, Secretaria da Cultura	Através de projetos e parcerias	M.P.
	3. Projeto de incentivo para integração de crianças e jovens na comunidade	A falta de participação de jovens	1	Tendo esporte, cultura, lazer e inclusão digital	Precisa de parcerias, como Prefeitura, Secretaria do Esporte, da Educação e Ministério da Cultura	Promovendo atividades em projetos que atraiam os jovens com uma linguagem atraente	E.U.
Educação	1. Melhoria no ensino fundamental existente na comunidade e implantação de ensino diferenciado	Para trabalhar com temas específicos à realidade quilombola e aumentar o conhecimento das comunidades sobre sua cultura	1	Capacitação de professores, envolver a comunidade nesse processo (levar pessoas da comunidade para dar palestra na escola)	Associação com órgãos da educação	Em conjunto com comunidades, professores e delegacias de ensino	E.U.
	2. Ter um educador ambiental	A preservação dos rios, matas, coleta de lixo, trabalho de conscientização sobre o lixo nas comunidades	3	Capacitar pessoas da comunidade	Entidades parceiras (ISA, Itesp)	Em conjunto entre Associação e entidades parceiras	M.P.

Demandas		Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos			
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008); M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo
Educação	3. Ensino médio na comunidade	A escola fica longe da comunidade, tornando difícil o acesso para os alunos	1	As ações devem ser decididas em reunião entre Associação e comunidade, junto com Delegacia de Ensino e Secretaria de Educação Estadual	A Secretaria de Educação Estadual e Municipal e Associação	A Secretaria depois de informada deve tomar as devidas medidas necessárias	E.U.
	4. Curso de formação para cidadania	Devido à necessidade de conhecimento sobre este assunto	1	Mobilizar, motivar a comunidade para participar destes cursos	Criar um grupo junto com Associação para coordenar este trabalho	Buscar apoio junto à Prefeitura e Instituições parceiras	M.P.
Atividades Produtivas	Agricultura (atividades, infra-estrutura e equipamentos)	1. Aquisição de um caminhão	2	Crédito, doação (fundo perdido)	Petrobras, PDA e outras	Fazer projetos, Associações e ISA e outros, procurar doadores	E.U.
		2. Aquisição de trator	3	Crédito, doação (fundo perdido)	Para crédito, os bancos são apontados e doação, a Petrobras e PDA Mata Atlântica	Fazer projetos, associações em parcerias com ISA	E.U.
		3. Apoio para melhorar produção e comercialização das culturas de banana, horta, pomar, pupunha/palmito	2	Doação de sementes e mudas	Fundação Florestal, Itesp e ISA	Criar ponte entre o ISA e a organização doadora para captar os recursos necessários	E.U.
		4. Receber assistência técnico-agrícola	1	Cobrar da Prefeitura e Itesp	Prefeitura e Itesp	Através de requerimento encaminhado a Prefeitura e Itesp	E.U.
		5. Melhorar a comercialização da produção agrícola da comunidade	1	Venda direta ao mercado consumidor através do programa da Conab, evitando atravessadores.	Grupos de produtores da Associação e parceiros (ISA, Itesp)	Pesquisa de mercado e organização das comunidades	E.U.
		6. Fortalecimento para manutenção das sementes tradicionais e aquisição das sementes que eles não têm	1	Fundo de sementes	Associações e ISA	O ISA vai formar o fundo de sementes; organizar uma feira dos quilombos	E.U.
	Extra-agroflorestais e extra-criação	1. Atividades de geração de renda que incentivem a permanência dos jovens na comunidade	1	Cursos de capacitação, inclusão digital	Associação, grupo de jovens, ISA e outros parceiros	Definir com os jovens suas expectativas e oportunidades e transformá-las em projetos	E.U.
		2. Cursos profissionalizantes para jovens	2	Definir os temas e as formas de capacitação, criar espaço para capacitação e aquisição de equipamentos necessários	Sebrae, Senac, outros parceiros (Ibama, Itesp, ISA, Idesc)	Organizar uma conversa com Sebrae e Senac e elaborar projetos	E.U.



Área de mangue em Mandira. Foto: Cláudio Tavares/ISA

5.12. Agenda Socioambiental de Mandira

Localização e origem da comunidade

A comunidade de Mandira está localizada no município de Cananéia-SP, com acesso pela estrada que liga a cidade de Jacupiranga à Cananéia, via balsa, entrando na estrada do Itapitangui/Ariri, também conhecida como Estrada do Mandira, até a altura do Km 11.

Vizinha à área quilombola está a Reserva Extrativista do Mandira (Resex de Mandira), cuja área total oficial é de 1.175 hectares (área mencionada do Decreto s/nº de 13/12/2002), em fase de elaboração de seu plano de manejo, conforme determina a lei federal do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

A formação da comunidade se deu no século XIX, em 1868, quando o patriarca da família, Francisco Mandira, recebeu cerca de 2.880 hectares em doação de sua meia irmã Celestina Benícia de Andrade.

O patriarca de Mandira era filho de uma escrava com o fazendeiro Antônio Florêncio de Andrade, dono da fazenda que existia no local onde hoje está a comunidade. Ainda hoje, é possível ver, em pé, as grossas paredes de pedra de um provável armazém da antiga fazenda, que foi construído pelos escravos que ali viveram.

No ano de 2002 a comunidade foi reconhecida pelo Itesp como comunidade de remanescentes de quilombo mas, até o início de 2008, a discriminatória da área não foi realizada.

Aspectos sócio-econômicos

1. Perfil dos entrevistados

Total dos entrevistados: 26 chefes de família, ou seja, 100% das famílias.
Local de origem: maioria nascida no município de Cananéia.

2. Perfil da população (faixa etária, ocupação e fontes de renda)

A população levantada é de 108 pessoas – 54% do sexo feminino e 46% do sexo masculino.

Menos da metade da população tem idade acima de 30 anos, conforme demonstra o Gráfico 1.

gráfico 1. Faixa etária

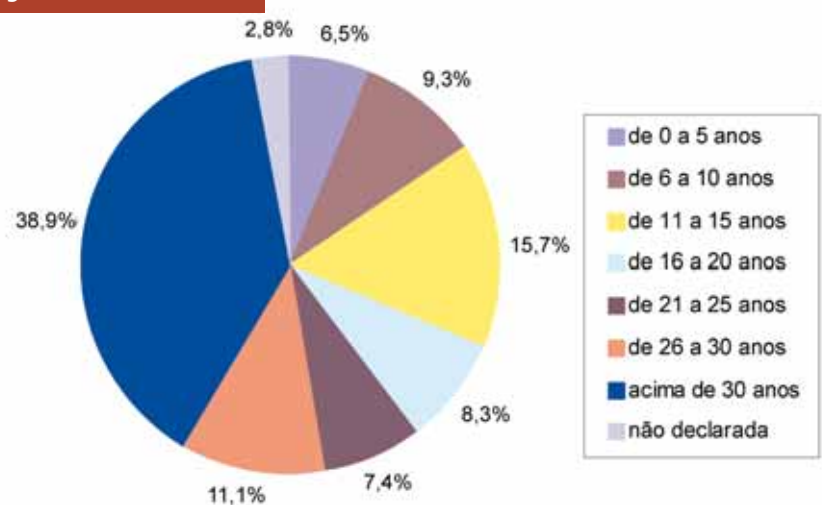
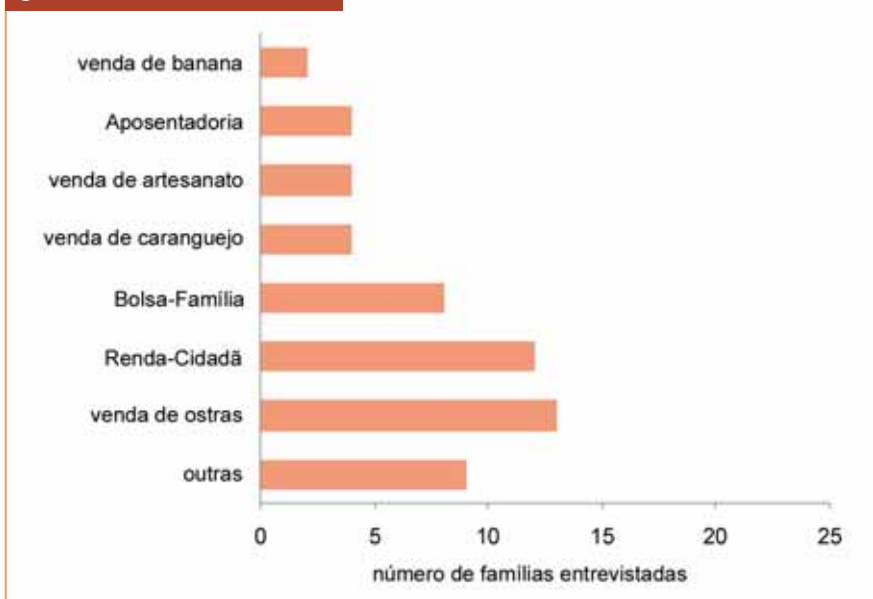


gráfico 2. Fontes de renda



Cláudio Tavares/ISA



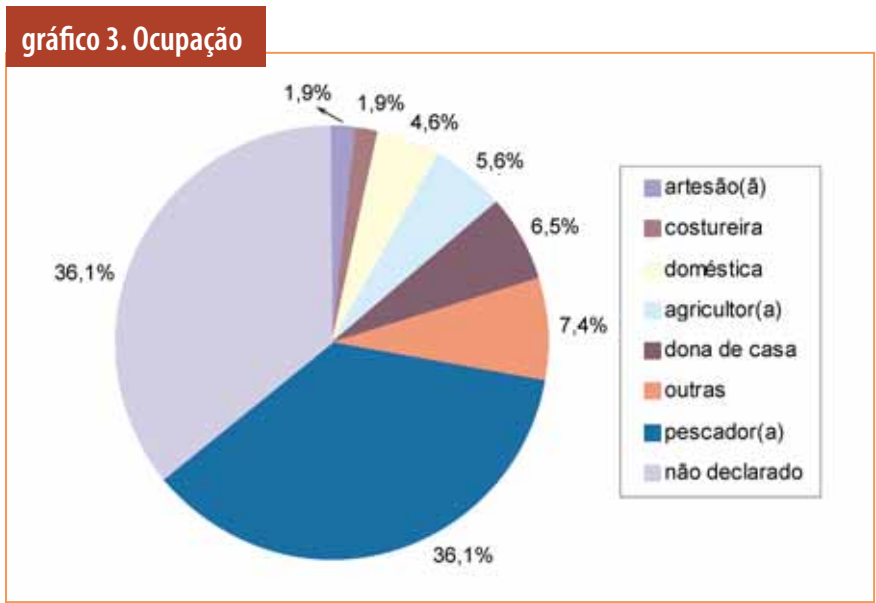
Praça central de Mandira.

A fonte de renda mais presente e também a mais importante no orçamento das famílias de Mandira está relacionada à comercialização de ostras, conforme mostra o Gráfico 2. Os benefícios e auxílios do governo também fazem parte da receita de aproximadamente metade dos membros da comunidade. Alguns procuram formas de trabalho fora da comunidade para complementar a receita da casa.

Os moradores vendem as ostras cultivadas, assim como os mariscos e caranguejos coletados, tanto para a Cooperativa dos Produtores de Ostras de Cananéia (Cooperostra) como para atravessadores. No inverno diminui a comercialização de ostras, e as pessoas envolvidas nestas atividades se voltam para outros recursos, como o pescado, que é vendido tanto para atravessado-

res quanto direto aos consumidores de Cananéia e Jacupiranga. Já os produtos agrícolas como a banana, a farinha de mandioca e a mandioca in natura são vendidos sazonalmente aos próprios moradores locais.

Pode-se verificar no Gráfico 3 que 62% da população masculina se declarou pescador, enquanto que 11% das mulheres são donas de casa.



O cultivo de ostras é uma importante fonte de renda para a comunidade.

3. Infra-estrutura, bens e serviços

A comunidade possui três agrupamentos, chamados pelos moradores de vilas, todos localizados às margens da Estrada do Mandira. A primeira vila é um núcleo composto de casas, igreja católica e uma casa de farinha, mais comumente conhecida por casa de tráfego. Na segunda há um agrupamento maior de casas, uma quadra poliesportiva, o galpão multiuso, o centro comunitário, onde funciona também o telecentro com acesso à internet, e um pequeno ponto de comércio de bebidas e gêneros alimentícios. Na terceira vila há apenas uma casa, o restaurante chamado Rancho Umas e Ostras e o campo de futebol.

Na maioria das residências há fossa negra. As águas da pia da cozinha e do banheiro são lançadas nos cursos d'água próximos às casas.

A água que abastece a maioria das casas vem de pequenos rios existentes nas terras da comunidade, sendo coletada por mangueiras.

A Prefeitura de Cananéia faz a coleta de lixo quinzenalmente. A prática mais comum para o destino do lixo é a queima.

Em todas as casas há fogão à gás, embora em quase todas também exista fogão à lenha, bastante utilizado para cozinhar.

Há energia elétrica nas casas e, na maioria delas, televisão e rádio.

Não existe telefone público e nem serviço de transporte público.

As benfeitorias comunitárias existentes são: o centro comunitário, o galpão de multiuso, a quadra poliesportiva e o campo de futebol. Os equipamentos são: um telecentro com acesso à internet via satélite, um barco, um motor de popa e um carro.

Estima-se que, mensalmente, 20 pessoas da comunidade se desloquem até Cananéia para uso dos serviços de saúde, bancários, aquisição de gêneros alimentícios e outros não mencionados.

4. Saúde e Educação

Na comunidade não há posto de saúde, embora exista um agente comunitário de saúde. O atendimento médico é feito mensalmente.

Há na comunidade uma escola de ensino fundamental de 1ª a 4ª série. Para as séries seguintes as crianças e jovens se deslocam até o bairro de Porto Cubatão, com o auxílio de um ônibus escolar.

5. Lazer, Cultura e Religião

São comemorações religiosas e culturais comumente realizadas: a Festa de Santo Antônio, Festa Unidos pela Cana, as missas, os cultos e o Terço Cantado. Em 2007, a comunidade, através de sua associação, organizou a primeira Festa da Ostra de Mandira e pretende torná-la uma atividade anual da comunidade.



Centro comunitário onde funciona o Telecentro.

A religião predominante é o catolicismo. Há três famílias evangélicas.

A cachoeira existente na comunidade, a cachoeira do Mandira, é bastante freqüentada pelos jovens, sendo uma forma de lazer.

6. Forma de Organização

A comunidade se organiza em torno da Associação Reserva Extrativista dos Moradores do Bairro Mandira (Rema), fundada em 1995.

Os produtores de ostras de Mandira trabalham com a Cooperativa dos Produtores de Ostras de Cananéia, formada pelos extratores tradicionais de ostras do litoral sul de São Paulo, em 1997. O caminhão refrigerado da cooperativa busca semanalmente na comunidade a produção de ostras cultivadas em viveiros localizados nos vários pontos do mangue, áreas que pertencem à Reserva Extrativista de Mandira.

Há um grupo de mulheres que confeccionam camisetas com o logotipo da Resex. Além das camisetas, confeccionam outros tipos de roupas, peças artesanais com retalhos, esteira de piri e taboa, ímãs de geladeira com matéria-prima da mata e do mangue. A casca de ostra também é vendida como matéria-prima para artesãos de fora da comunidade.

Tanto os homens como as mulheres coletam recursos florestais. Já a atividade da pesca e o cultivo das ostras são atividades exclusivas dos homens. O artesanato feito com madeira e cipó também é atividade masculina.

As organizações não-governamentais, apontadas como atuantes na comunidade foram: o ISA, a EAACONE, a Colônia de Pesca Z-9, a Pastoral da Pesca da Igreja Católica e a Cooperostrá. Já as organizações governamentais foram: Itesp, Unifesp, Prefeitura de Cananéia, Fundação Florestal-SMA-SP, Ibama e Instituto de Pesca.

Aspectos do uso e ocupação da terra

1. Distribuição espacial das formas de uso

Mandira tem uma área reconhecida oficialmente de 2.054,65 hectares (Itesp, 2002), que se encontra sob a responsabilidade do Itesp para realização da ação discriminatória, com o levantamento da situação fundiária existente.

Contudo, os limites digitalizados pelo ISA, com base nos memoriais descritivos fornecidos pelo Itesp apontam para uma área total bastante inferior¹ (1275,69 hectares), como podemos observar na Tabela 1 Desta área, 98,63% representam alguma fisionomia vegetal (vegetação rasteira, capoeiras em diversos estágios, localizadas em brejo ou em terra firme, matas em brejo ou em terra firme, mangue e restinga) ou corpos d'água. Com exceção das áreas de concentração de caixeta (5,66%), todas as demais classes não chegam a 1% da área mapeada.

A maior parte dos usos praticados pelos moradores de Mandira se dão ou fora dos limites atualmente reconhecidos do quilombo (bananais, roças, pastagens) ou no interior da Resex (viveiros de ostra), como podemos observar na Tabela 1 e no Mapa de uso e ocupação da terra do Quilombo de Mandira na página a seguir.

¹ Isto se deve ao fato do Itesp, em sua primeira demarcação do território de Mandira, não desconsiderar as áreas úmidas formadas pelos mangues, que foram, nesta ocasião, incorporadas ao mapa.

tabela 1. Formas de uso da terra em Mandira em 2007*

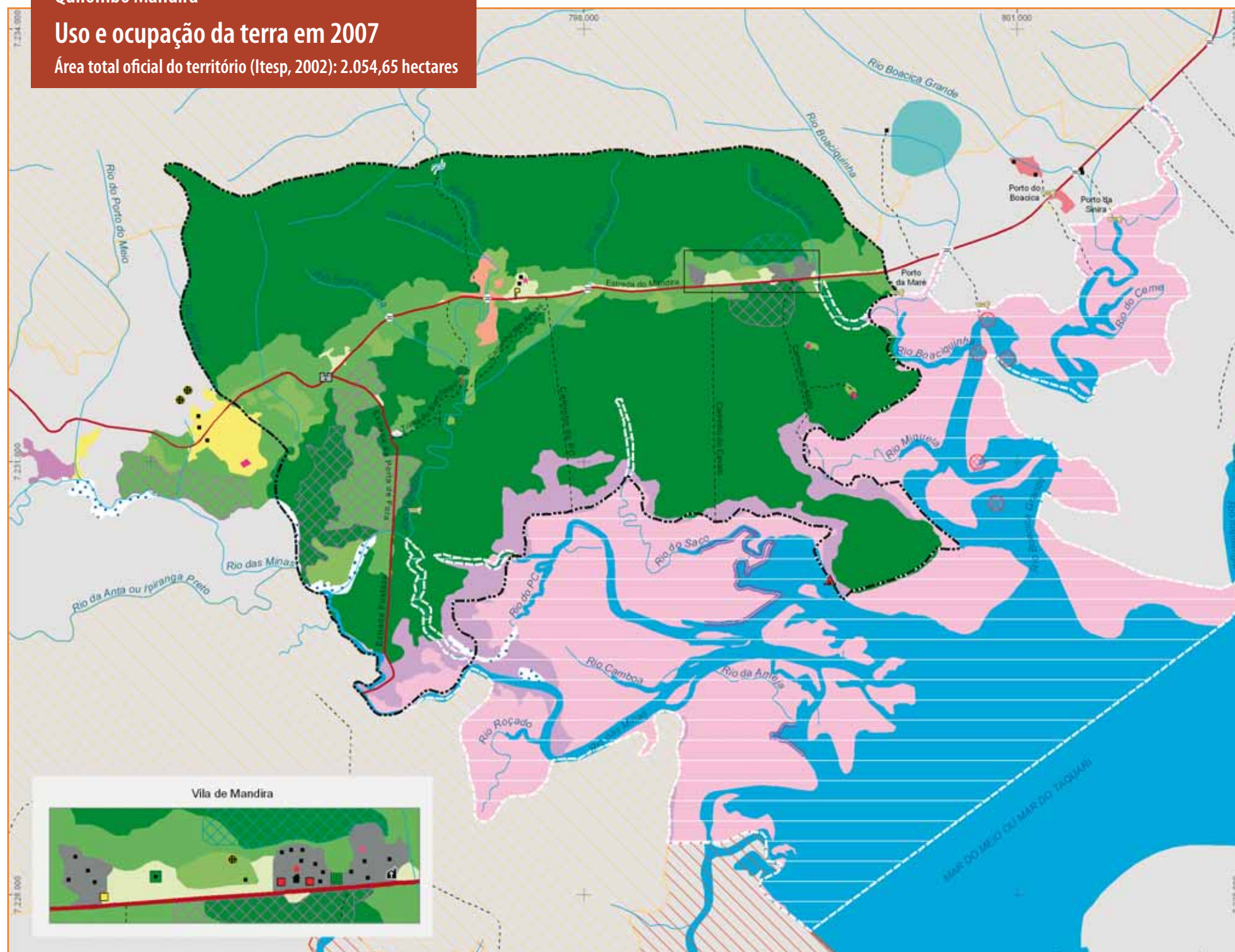
Localização	Classes de uso da terra	Área ocupada (ha)	Área ocupada (%)***
Quilombo do Mandira (área total mapeada de 1275,69 hectares)	bananal	6,43	0,5
	roça	0,25	0,02
	pastagem	0,52	0,04
	estrada	5,87	0,46
	vila	4,39	0,34
	corpos d'água	2,43	0,19
	vegetação rasteira (capim)	10,23	0,8
	vegetação rasteira de brejo	6,73	0,53
	capoeira de terra firme e de brejo	32,07	2,51
	capoeirão de terra firme e de brejo	164,24	12,87
	mata de terra firme e de brejo	947,11	74,24
	mangue	18,4	1,44
	restinga	77,03	6,04
	área de concentração de caixeta**	72,25	5,66
	área de repovoamento de palmito**	7,09	0,56
Total		1.275,69	100
Resex do Mandira (área total mapeada de 1211,02 hectares)	corpos d'água	457,66	37,79
	vegetação rasteira de brejo	2,84	0,23
	mata de terra firme e de brejo	13,78	1,14
	capoeirão de terra firme e de brejo	0,33	0,03
	restinga	29,25	2,42
	mangue	707,15	58,39
	viveiros de ostra*	3,8	0,31
Total		1.211,02	100
Usos fora dos limites do Quilombo ou da Resex do Mandira	Sítio Boacica	3,38	
	pastagem	2,54	
	roça	36,79	
	roça e bananal	0,73	
	vegetação rasteira (capim)	1,44	
	vegetação rasteira de brejo	20,89	
	capoeira de terra firme e de brejo	0,26	
	capoeirão de terra firme e de brejo	5	
	mata de terra firme e de brejo	0,34	
	estrada	5,38	
	área de concentração de caixeta**	21,37	
	área de concentração de palmito**	20,76	
Total		76,75	

* O cálculo de áreas foi efetuado pelo Sistema de Informações Geográficas do ISA, acarretando algumas diferenças em relação à área oficial do Quilombo de Mandira.
** A área ocupada por estas classes de uso não foram consideradas nos valores totais, posto que se sobrepõem a outras classes.
*** Estes valores são relativos às áreas do Quilombo e da Resex do Mandira, segundo os limites elaborados pelo ISA, com base em seus respectivos memoriais descritivos.

Quilombo Mandira

Uso e ocupação da terra em 2007

Área total oficial do território (Itesp, 2002): 2.054,65 hectares



Uso e ocupação da terra em 2007

bananal	vila	moradia	casa de tráfico de farinha
roça e bananal	vegetação rasteira em áreas de uso	galpão comunitário	porto
roça	vegetação rasteira de brejo	casa de costura	barraco do pescador
pastagem	capoeira de terra firme e de brejo	bar	sambaqui
área de repovoamento de palmito	capoeirão de terra firme e de brejo	campo de futebol	casa de pedra
área de concentração de palmito	mata de terra firme e de brejo	quadra	Cachoeira do Mandira
área de concentração de caixeta	restinga	escola	grande figueira
viveiros de ostra	mangue	igreja	ponte
Sítio Boacica (área particular)		Rancho Umas e Ostras	concentração de mariscos adequados à coleta
		caixa de abelha	

Base cartográfica

-----	caminho; trilha
---	estrada não pavimentada
---	rios, córregos
---	corpos d'água
---	limite de Mandira
---	Reserva Extrativista do Mandira (segundo moradores)
---	Parque Estadual Lagamar de Cananéia
---	Reserva Extrativista Taquari

Fontes

- Uso e ocupação da terra: informações levantadas nas oficinas de mapeamento participativo realizadas na comunidade em 2006 e 2007, posteriormente editadas e complementadas em laboratório com base nos mosaicos de fotografias aéreas (vôo PPMA/SMA de 2001-2002, escala média de 1:35.000) e em pontos de GPS obtidos em campo (ISA, 2007).
 - Base Cartográfica: base digital contínua do IBGE, produzida pelo PPMA/SMA e fornecida pelo Instituto Florestal - SP.
 - Limite do quilombo: digitalizado pelo ISA na escala 1:50.000, com base no memorial descritivo fornecido pelo Itesp.
 - Reserva Extrativista do Mandira: digitalizada pelo ISA, com base no Decreto s/nº de 13/12/2002 e editada a sudeste, conforme os pontos de GPS obtidos em campo (jan/2006).
 - Parque Estadual Lagamar de Cananéia e Reserva Extrativista Taquari: digitalizados pelo ISA, com base na Lei nº 12810 de 21/02/2008.

Instituto Socioambiental, março de 2008.

2. Casas e quintais

A maioria das casas é de alvenaria com alguns cômodos de madeira.

Os quintais e/ou terreiros têm, em média, 1.500 m². Neles são cultivadas frutíferas, hortaliças e ervas medicinais. As variedades mais encontradas podem ser observadas na Tabela 2. Nesses espaços, além dos cultivos, são criados galinhas, patos, animais domésticos e outros para alimentação e, em determinadas circunstâncias, para venda.



Quintal com roça de mandioca.

3. Agricultura

As sementes para plantio são, na maioria das vezes, da própria comunidade, mas há agricultores que compram de fora.

Os principais cultivos são mandioca, banana, batata-doce, cana, cará, feijão, milho e arroz. Observa-se que a variedade agrícola plantada por um número maior de moradores, se comparado aos demais tipos de variedades, é a man-

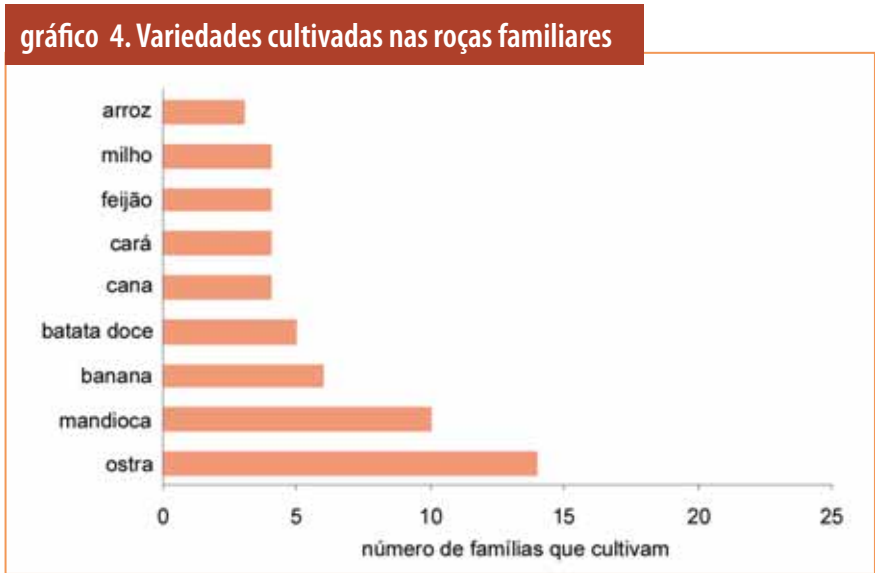


tabela 2. Cultivos existentes nos quintais*		
Frutíferas	Hortaliças	Medicinais
Banana	Couve	Poejo
Laranja	Alface	Hortelã
Limão	Repolho	Mastruz
Abacate	Beterraba	Guaco
Mamão	Pepino	Boldo
Carambola	Cebola	Erva-cidreira
Mexerica	Pimentão	Capim-santo
Goiaba	Cebolinha	Camomila
Acerola	Salsinha	Erva-doce
Lima	Chuchu	Pacova
Jaboticaba	Coentro	Capim Cidró
Ata	Abóbora	Malva
Uva	Espinafre	Penicilina
Abacaxi		Arruda
Ameixa amarela		Anador
Palmito		Alecrim
Manga		Novalgina
Maracujá		Santa Maria
Cana		Sagusaia
Caqui		Vassourinha
Jaca		Erva Moira
Jambolão		Gelol
Conde		Milome
Pêssego		Babosa
Pitanga		Bálsamo
Caju		Guiné
Nectarina		Simãoocar
Cajamanga		Arnica
Graviola		Urucum
Cacau		Caróba
Guaraná		Sete Sangria
		Citronela
		Captiú
		Cidreirinha
		Rosa Branca

*Plantas apontadas pelos entrevistados por seu nome popular. Alguns nomes coincidem com os utilizados pela indústria farmacêutica.

dioca. O cultivo de ostra é a atividade que envolve maior número de famílias da comunidade (Gráfico 4).

O trabalho nas roças é braçal e nelas não são utilizados quaisquer tipos de adubo químico ou venenos.

O principal problema apontado na agricultura são os critérios para obtenção de licença ambiental para abertura de área para roças. Alguns entrevis-

tados relataram a presença de pragas e doenças, sendo a broca da bananeira a principal delas.

4. Recursos naturais

Estima-se que a comunidade de Mandira viva da coleta de ostras há pelo menos 30 anos, assim como algumas comunidades caiçaras localizadas no Estuário de Cananéia. Em 1997, a Fundação Florestal – ligada à Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo – e o Instituto de Pesca – vinculado à Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento – deram início a um projeto para ordenamento da exploração de ostra na região. Em 2002, a Reserva Extrativista do Mandira foi reconhecida oficialmente pelo Governo Federal.



Artesanato produzido e comercializado pela comunidade.

As ostras produzidas fazem parte de um programa de certificação que busca garantir a qualidade sanitária. A maior parte da produção é comercializada via Cooperostra.

Outros recursos comumente utilizados pela comunidade do Mandira são: madeira para construção de casas e barcos; mariscos para venda e consumo; cipó – para fabricação de artesanato; a taquara para artesanato e cerco de pesca; sementes de palmito juçara – para venda. Eventualmente algumas pessoas coletam sementes de palmito para artesanato.



Brincos feitos com casca de ostra e esteira de taboa.



Cachoeira do Mandira.

A área da comunidade é rica em nascentes d'água. Também há uma cachoeira, a Cachoeira do Mandira – um dos atrativos existentes para a visitação, além dos viveiros de cultivo de ostras, localizados na área pertencente à Resex.

fotos: Cláudio Tavares/ISA

Agenda das Prioridades e Recomendações

Demandas		Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos			
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações de- vem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008); M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo
Meio Ambiente e Fundiário	1. Acabar com a ameaça das barragens no rio Ribeira de Iguape	Perda da biodiversidade e sociodiversidade provocam êxodo para as cidades, perda da cidadania e da cultura quilombola e comunidades tradicionais	1	Buscar novos parceiros que sejam contrários a essa iniciativa, buscar fontes confiáveis de pesquisa para discutir os aspectos técnicos	Todos os movimentos envolvidos na questão da barragem (contrários)	Capacitação para equipe de articulação e comunicação, divulgação em nível internacional	E.U.
	2. Adequação da legislação ambiental para permitir a abertura de roça de subsistência com o uso do fogo em locais onde o estágio de recuperação da vegetação está atualmente sob proteção legal	Porque são poucas as melhores áreas disponíveis para cultivo que não estejam protegidas pelo Código Florestal (art. 215/216) ou pela Lei da Mata Atlântica (nº 11.428, de 22/12/06). Além disso, as roças de subsistência são consideradas pela ciência como lavouras de mínimo impacto		Buscar junto aos órgãos competentes a solução do problema, Ibama, DEPRN, SMA, MDA	Comunidades, órgãos públicos	Ofícios, reuniões, audiências, mobilização, articulação em nível regional	E.U.
	3. As comunidades terem um planejamento sócio-econômico e ambiental sustentável	Necessidade de desenvolvimento cultural, social e ambiental das comunidades	2	Tem que ter colaboração dos associados e o apoio das instituições do Governo e da Sociedade civil para implantação da Agenda	São os Agentes socioambientais quilombolas, Associação e parceiros, como Itesp, Moab, ISA, Fundação Florestal	Tem que ter diagnóstico das comunidades, seminários, encontros, oficinas de mapeamento dos territórios e troca de informações	M.P.
Comunicação, eletricidade, transporte e moradia	1. Construção de espaço próprio para instalação do telecentro	A comunidade já tem os equipamentos e não tem local para instalação adequada	1	Associação encaminhar pedido para Itesp	Associação e Itesp	Associação encaminhar pedido para Itesp	E.U.
	2. Construção do espaço para instalação do Museu de Mandira	A comunidade tem coletado várias peças e é um potencial para o turismo	2	Elaboração de projeto e buscar apoio com os parceiros	Associação, ISA, Itesp	Elabora projeto	M.P
	3. Diminuição do valor da taxa de energia elétrica rural	Porque o valor das contas é muito alto, e as famílias não têm condições de pagar, pois são de baixa renda	1	Reivindicar junto à Elektro a isenção do ICMS na conta de energia	Associação com Elektro	Solicitar ao Itesp encaminhamento destes pedidos	E.U.
	4. Instalação de telefone	Porque é o único meio de comunicação entre a comunidade e a cidade	1	Instalação de telefone nas comunidades	Prefeitura e Telefônica	Associação reivindica e cobra o poder público	E.U.
	5. Obtenção de transporte coletivo para atender a comunidade	Porque a comunidade tem difícil acesso a transporte	1	Reivindicar junto às prefeituras uma linha coletiva regular	Associação e Prefeitura	Solicitar ônibus junto ao departamento de transporte e Prefeitura	E.U.
Saúde	1. Aumento e regularidade da frequência do atendimento médico e odontológico	Há necessidade de tratamento médico nas comunidades	1	Pressionar a Secretaria de Saúde junto com órgãos estaduais e municipais	Associação e Prefeitura	Através de cobrança junto ao órgão competente	E.U.

Demandas		Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos			
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações de- vem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008); M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo
Saúde	2. Melhoria na qualidade do serviço de saúde	Há necessidade de tratamento médico nas comunidades	1	Pressionar a Secretaria de Saúde junto com órgãos estaduais e municipais	Associação e Prefeitura	Através de cobrança jun- to ao órgão competente	E.U.
	3. Instalação de Posto de Saúde	É a necessidade do bairro para ter assistência à saúde	1	Pressionar o Estado e Prefeitura	Associação e Prefeitura	Audiência com depar- tamento de saúde do Estado e órgãos compe- tentes	E.U.
Saneamento básico	1. Instalação de rede de esgoto e tratamento	Porque o tratamento é in- dispensável para a saúde da comunidade	1	Construção de fossas sépti- cas e rede de esgoto	Prefeitura com fiscaliza- ção da Associação	Associação e comu- nidade pressionar a Prefeitura	E.U.
	2. Melhoria na captação de água e equipamentos de distribuição	Porque esta comunidade não tem água tratada	1	Construção de um reserva- tório central e canalizar e distribuição	Sabesp, Funasa, Prefeitu- ra, Itesp	Realizar reuniões com esses órgãos reivindican- do datas e prazos para instalação	E.U.
Cultura e Lazer	1. Divulgação das coisas tradicionais da comunidade	Conservação da história e cultura, pois as culturas estão se perdendo, e há necessidade de resgate cultural	1	Através de histórias, pa- lestras e prática, tentando resgatar as atividades que eram realizadas	A própria comunidade, com os parceiros: órgãos públicos e ONGs	Fortalecimento das associações e troca de experiências entre elas	M.P.
	2. Fortalecimento do artesa- nato quilombola	Promove geração de renda e resgate do artesanato tradi- cional	1	Organizar exposições	As associações e ONGs, Minc, Secretaria da Cul- tura	Através de projetos e parcerias	M.P.
	3. Projeto de incentivo para integração de crianças e jovens na comunidade	A falta de participação de jovens	1	Tendo esporte, cultura, lazer e inclusão digital	Precisa de parcerias, como Prefeitura, Secretaria do Esporte, da Educação e Ministério da Cultura	Promovendo atividades em projetos que atraíam os jovens com uma linguagem atraente	E.U.
	4. Curso de violão	Por ser de interesse de alguns jovens	1	Procurar a Secretaria de Cultura local	Prefeitura	Através de cursos	E.U.
	5. Aulas de capoeira	O resgate cultural da história dos negros e a necessidade de participação e envolvimento dos jovens	2	Reunir os interessados e escolher o professor	Tem que buscar apoio com os parceiros, como Itesp, Unicamp, ISA	Através de projetos culturais	M.P.
Educação	1. Curso de informática	Necessidade de fazer os tra- balhos da Associação e maior envolvimento dos jovens	1	Equipar as comunidades e capacitar lideranças para tal	Associações com parcerias	Em conjunto com insti- tuições parceiras	M.P.
	2. Melhoria do transporte escolar	O transporte escolar é defi- ciente, com veículos quebran- do constantemente		Cobrar da Secretaria de Transporte e órgãos com- petentes	Associação e Prefeitura	Associação em conjunto com órgãos competentes	E.U.
	3. Curso de formação para cidadania	Devido a necessidade de conhecimento sobre este assunto	1	Mobilizar, motivar a co- munidade para participar destes cursos	Criar um grupo junto com Associação para coordenar este trabalho	Buscar apoio junto à Prefeitura e instituições parceiras	M.P.

Demandas		Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos				
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008); M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo	
Atividades produtivas	Agricultura (atividades, infra-estrutura e equipamentos)	1. Tornar formas de financiamento acessíveis ao produtor	Melhorar a produção e desta forma, melhores condições de vida	1	Conhecer o Pronaf e propor adaptação às necessidades dos quilombos e garantia de preços mínimos	Itesp, MDA, Pronaf, Secretaria de Agricultura	Chamar o ministro do Des. Agrário para Audiência Pública ou secretário do Pronaf	E.U.
		2. Implementação de programa de fiscalização com a participação da comunidade para impedir a entrada de palmiteiros no território do quilombo.	Risco de perda da espécie e potencial de geração de renda para a comunidade	1	Associação junto com os parceiros – ISA, Itesp, Fundação Florestal devem pensar o programa	Associação, ISA, Fundação Florestal e Itesp	Associação com os parceiros organizar proposta	E.U
		3. Implementação de programa de fiscalização com a participação da comunidade para impedir a entrada de infratores na Resex do Mandira	Ameaça ao plano de manejo da Resex e perda da biodiversidade	1	Associação junto com o Conselho da resex e Ibama	Associação, Conselho e Ibama	Associação levar a demanda para o Conselho da Resex	E.U
		4. Reestruturar a produção de mel na comunidade	Desejo de melhorar a renda e necessidade de organizar a produção na comunidade	2	Levantamento da situação da produção atual e tomar as medidas necessárias	ISA e Itesp	Fazer um diagnóstico, viabilizar a capacitação dos produtores e bom aproveitamento dos equipamentos existentes	E.U.
	Extra-agroflorestais e extra-criação	1. Continuidade do programa de comercialização do pescado (atividade pesqueira)	É importante fonte de renda da comunidade e ainda não há comércio estruturado	1	Associação com os parceiros	Associação, Fundação Florestal, Ibama e Conselho da resex	Associação encaminhar a demanda para os parceiros	E.U
		2. Desenvolver atividades de ecoturismo no geral	Cada comunidade tem seu potencial turístico	2	Identificar os atrativos, criar e melhorar a infra-estrutura, divulgar e organizar a atividade	Associação, parceiros	A Associação realiza o levantamento dos atrativos e da necessidade de infra-estrutura e elaborar um projeto	M.P.
		3. Formar monitores ambientais	Para passar informações certas aos visitantes e comunidade	2	Cursos	Itesp, Prefeitura, ISA, Sebrae	Associação em parceria	E.U.
		4. Desenvolver o turismo cultural	O potencial turístico que tem em cada localidade	2	Identificar os atrativos, criar e melhorar a infra-estrutura, divulgar e organizar a atividade	Associação, parceiros	A Associação realiza o levantamento dos atrativos e da necessidade de infra-estrutura e elaborar um projeto	M.P.
		5. Atividades de geração de renda que incentivem a permanência dos jovens na comunidade	A falta de opções de trabalho nas comunidades	1	Cursos de capacitação, inclusão digital	Associação, grupo de jovens, ISA e outros parceiros	Definir com os jovens suas expectativas e oportunidades e transformá-las em projetos	E.U.
		6. Cursos profissionalizantes para jovens	Necessidade de pessoas capacitadas para gerenciar os projetos existentes e para implantação de novos projetos	2	Definir temas e formas de capacitação, criar espaço para capacitação e aquisição de equipamentos	Sebrae, Senac, outros parceiros (Ibama, Itesp, ISA, Idesc)	Organizar uma conversa com Sebrae e Senac e elaborar projetos	E.U.



Plantação de arroz em André Lopes. Foto: Felipe Leal/ISA

5.13. Agenda Socioambiental de André Lopes

Localização e origem da comunidade

Localizada no município de Eldorado, a aproximadamente 40 km do centro da cidade. Limita-se com as comunidades de Ivaporunduva, Nhunguara e Sapatu. André Lopes é cortada pela estrada Eldorado/Iporanga (SP-165), e parte de sua área está sobreposta pelo Parque Estadual da Caverna do Diabo.

A história de André Lopes está entrelaçada à da comunidade de Nhunguara, em função das estreitas relações sociais e de parentesco mantidas entre os dois núcleos. Sua ocupação se deu a partir da expansão territorial de grupos negros estabelecidos no entorno de Ivaporunduva, São Pedro (antiga Lavrinha) e Nhunguara; e de deserções do Exército por ocasião da Guerra do Paraguai.

Os troncos Vieira, Dias e Maia estão relacionados à formação do Bairro André Lopes. A partir de 1830, quando as famílias Vieira iniciaram a ocupação dos sertões de Nhunguara, dispersaram-se também para as terras de André Lopes. No fim do século XIX, a localidade da “gruta” da Tapagem, atualmente chamada de Caverna do Diabo, já era habitada. Segundo levantamentos históricos, um dos Vieira teria descoberto a caverna, que serviu como esconderijo para alguns negros durante a Guerra do Paraguai.

Em 2001, a comunidade foi reconhecida pelo Itesp como quilombola, mas até o momento a situação fundiária de seu território ainda não foi resolvida, gerando conflitos internos e externos. A malha fundiária de André Lopes é complexa e marcada por uma ocupação irregular e heterogênea, com a presença de terceiros que ainda ocupam áreas dentro do quilombo. Além disso, sempre esteve latente um conflito com a Secretaria do Meio Ambiente, em função da sobreposição do antigo Parque Estadual Jacupiranga (PEJ) sobre as terras de André Lopes.

Em 2007, os limites do PEJ foram alterados pela Lei 12.810, que também criou o Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga. Essa alteração reduziu em parte o conflito, já que boa parte do PEJ que se sobrepunha a André Lopes passou à categoria de uso sustentável, por meio da criação da APA dos Quilombos do Médio Ribeira, facilitando o processo de titulação por serem áreas devolutas.

Entretanto, o Parque Estadual da Caverna do Diabo, uma das UCs de proteção integral criadas para compor o Mosaico do Jacupiranga, ainda se sobrepõe aos limites oficiais de André Lopes, num raio de 500 m ao redor da Caverna do Diabo, que é área ocupada historicamente e reivindicada pela comunidade, tendo sido reconhecida no RTC elaborado pelo Itesp. Ainda segundo Lei 12.810, a Gleba André Lopes/Caverna do Diabo – uma área de 663,84 ha pertencente a André Lopes e hoje integrante também da APA Quilombos do Médio Ribeira – está reservada para estudos e posterior efetivação de compromisso entre a Associação de André Lopes e a Secretaria de Meio Ambiente, para que seja criada uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), a qual passará a compor o Mosaico do Jacupiranga.

Aspectos sócio-econômicos

1. Perfil da população (faixa etária, ocupação e fontes de renda)

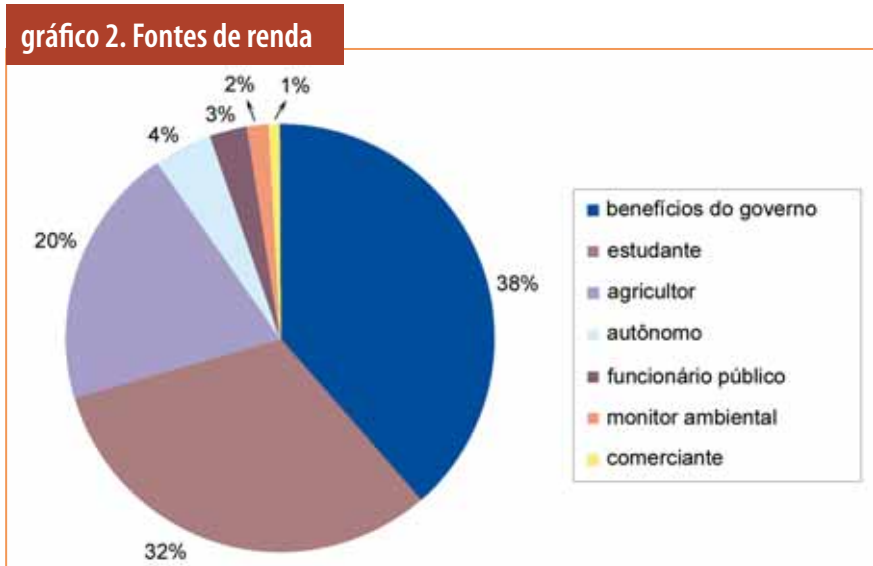
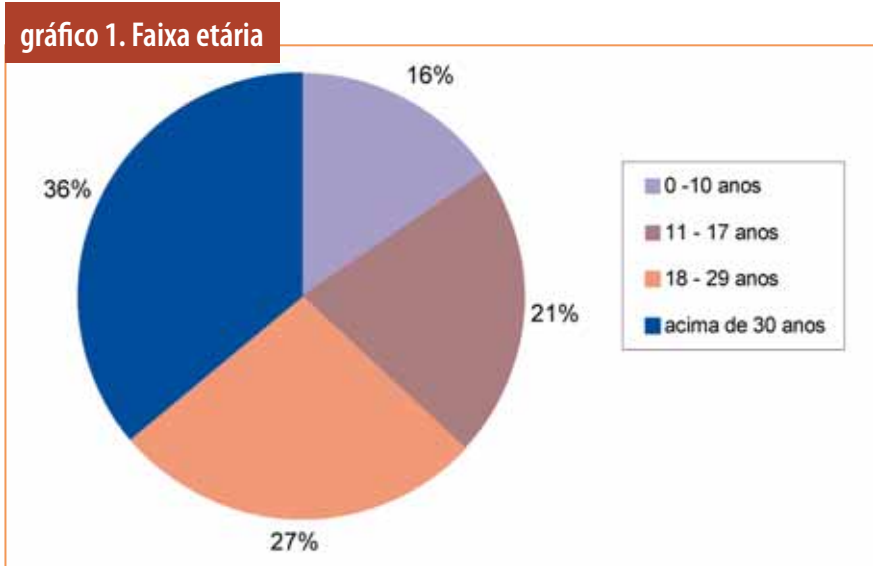
Estima-se 60 famílias, com aproximadamente 262 pessoas, das quais 51% do sexo masculino.

Menos da metade da população tem idade acima de 30 anos (Gráfico 1).



A região onde se localiza a comunidade abriga recursos naturais que podem ser explorados pelo ecoturismo, como esta cachoeira no rio André Lopes.

Pode-se verificar no Gráfico 2 que aproximadamente a metade da população se declara como agricultor e 33% como estudante.





Telecentro.

As fontes de renda dos moradores são os trabalhos esporádicos na região, como pedreiro e diarista, e os sazonais em fazendas. Outros moradores se mantêm exclusivamente da aposentadoria e da extração de recursos da mata. Pelo menos quatro pessoas são funcionárias da Prefeitura de Eldorado. A venda de banana para atravessadores é outra atividade que proporciona renda.

2. Infra-estrutura, bens e serviços

A comunidade possui um agrupamento central com duas igrejas evangélicas, escola, posto de saúde, alguns pequenos estabelecimentos de venda de bebidas e alimentos, a sede da Associação, a quadra poliesportiva e um telecentro com acesso à Internet, além de várias casas próximas umas das outras. Há outras casas distantes desse núcleo, em localidades chamadas de sertão ou capuava, onde também está instalado o viveiro de mudas. Algumas poucas casas também são vistas ao longo da estrada que vai para a vizinha Sapatu.

A água que abastece as casas vem de minas e ribeirões existentes na comunidade, e chegam a um reservatório por meio de canos. Para muitas das casas, a água vem direto de uma mina.

A maior parte das residências não possui fossa negra.

Na maioria das casas há luz elétrica.

A coleta de lixo é realizada irregularmente pela Prefeitura de Eldorado uma vez por semana e algumas casas dão outros destinos ao lixo, como a queima e o aterramento.

A comunidade se serve do transporte coletivo que é feito pelas linhas de ônibus que ligam as cidades de Eldorado e Iporanga, em apenas dois horários em dias de semana. Há também dois horários de ônibus escolar.

Na comunidade existem dois telefones públicos, localizados um próximo ao outro, a aproximadamente 500 metros do Posto de Saúde, o que dificulta o uso pelos moradores que residem afastados do núcleo central.

3. Saúde e Educação

Há um posto de saúde na comunidade, dois agentes comunitários e um técnico em enfermagem. O atendimento médico é semanal. Em caso de necessidade, o atendimento é feito no hospital de Eldorado, ou encaminhado para o Hospital Regional de Pariquera- Açú.

Na Escola Estadual Maria Antonia Chules Princesa, construída dentro do território da comunidade, funcionam salas de ensino fundamental e médio. A escola atende aos alunos da comunidade, e tam-



fotos: Felipe Lea/ISA

Viveiro de mudas.

bém aos de São Pedro, Sapatu, Ivaporunduva, Nhunguara e Galvão, comunidades vizinhas.

5. Lazer, Cultura e Religião

Na comunidade são realizadas festas organizadas pela diretoria da Associação, que visam arrecadar fundos. Outras festas, também com esta finalidade, são organizadas pela escola estadual instalada na comunidade.

As religiões seguidas pelos moradores da comunidade são: Católica Apostólica Romana, Congregação Cristã no Brasil, Pentecostal Deus é Amor, Adventista do Sétimo Dia – Movimento da Reforma, Pentecostal de Jesus Cristo e Assembléia de Deus.

6. Forma de Organização

A comunidade está organizada em torno da Associação dos Remanescentes de Quilombo de André Lopes, fundada em 1998.

As organizações não-governamentais que têm trabalhado junto à comunidade são: Moab, ISA, Idesc, EAACONE e Rede Mocambos. As organizações governamentais apontadas foram: Itesp, Gesac, Prefeitura de Eldorado e Unicamp.

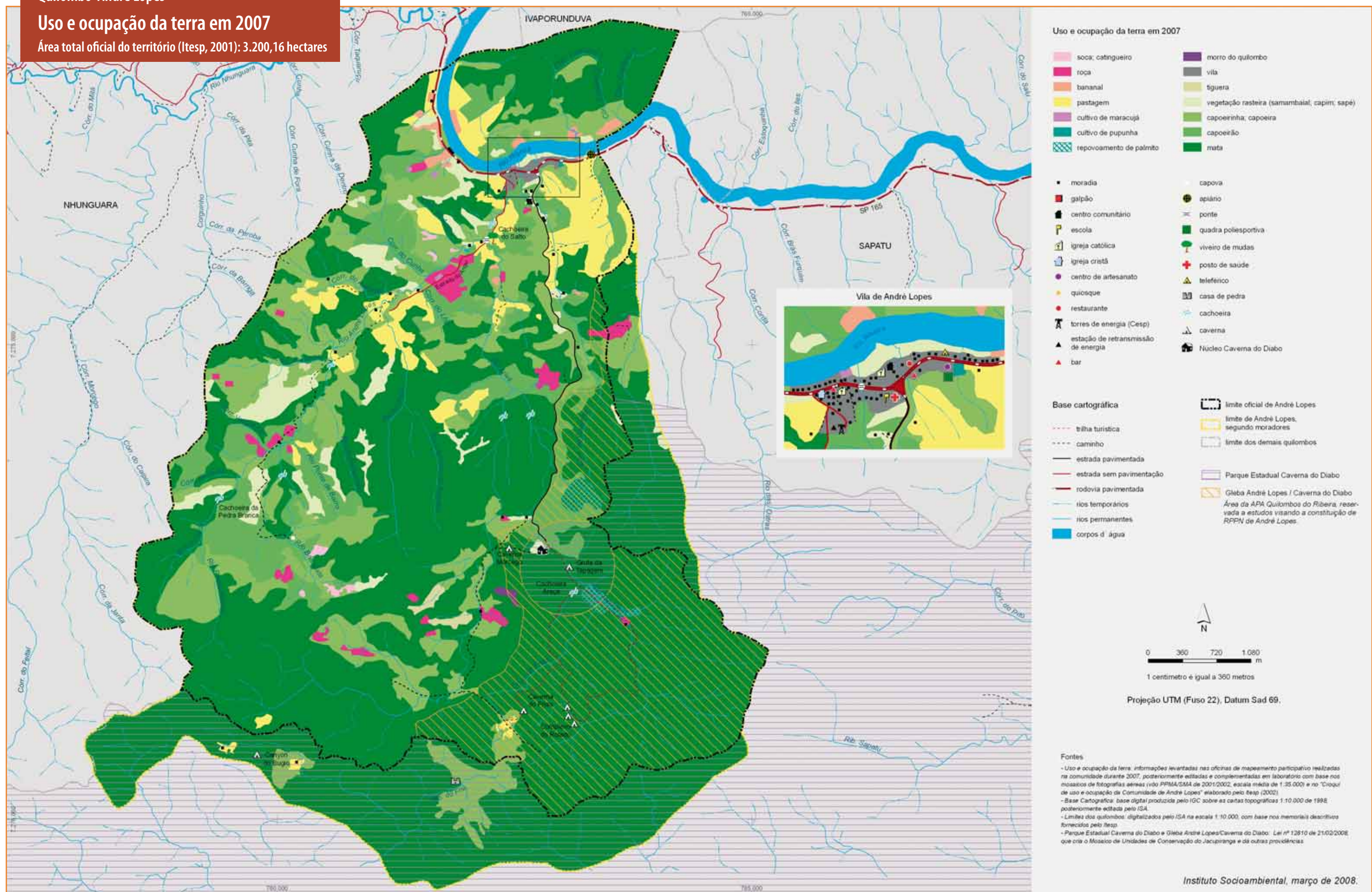
Aspectos do uso e ocupação da terra

1. Distribuição espacial das formas de uso

A área total oficial de André Lopes é de 3.200,16 hectares (Itesp, 2001), dos quais 3.049,20 são terras devolutas e 76,14 hectares são particulares; 74.83 hectares se referem à Caverna do Diabo, sendo, portanto, área considerada pública. Até o início de 2008, a situação fundiária não estava resolvida, observando-se moradias, áreas de pastagens e bananais de terceiros (pessoas não-quilombolas) dentro do território da comunidade.

No entanto, durante o processo de mapeamento participativo, os limites deste quilombo foram ampliados a sul e a leste pelos moradores, totalizando uma área aproximada de 3.933,73 hectares, conforme observado no Mapa de

Área total oficial do território (Itesp, 2001): 3.200,16 hectares



uso e ocupação da terra desta comunidade. Sobre este total foram efetuados os cálculos e percentuais de uso e ocupação aqui demonstrados (Tabela 1).

As classes formadas pelas fisionomias de vegetação natural (vegetação rasteira, capoeiras em diversos estágios e matas) cobrem juntas, um total de 92,43% das terras de André Lopes. Em seguida, mas com um valor bem inferior, temos as pastagens (4,41%) e as roças (1,08%). As demais classes de uso ocupam menos de 1% das terras, cada uma.

tabela 1. Formas de uso da terra em André Lopes em 2007*		
Classes de uso da terra	Área ocupada (ha)	Área ocupada (%) ***
bananal	14,6	0,37
roça	42,59	1,08
soca / catingueiro	5,55	0,14
cultivo de maracujá	1,42	0,04
cultivo de pupunha	0,27	0,01
pastagem	173,56	4,41
repovoamento de palmito*	18,32	0,47
tiguerá	9,2	0,23
vegetação rasteira	116,69	2,97
capoeirinha / capoeira	593,28	15,08
capoeirão	352,76	8,97
mata	2.573,28	65,42
vila	9,28	0,24
estrada	10,49	0,27
morro do quilombo	2,27	0,06
corpos d´água	28,49	0,72
total	3.933,73	100

* O cálculo de áreas foi efetuado pelo Sistema de Informações Geográficas do ISA, tendo como referência o limite de André Lopes informado pelos moradores, o qual possui uma área de 3.933,73 hectares.
** A área ocupada por esta classe de uso não foi considerada no valor total, posto que se sobre- põe a outras classes.

2. Casas e quintais

A maioria das casas é de alvenaria e, em algumas, a área da cozinha ainda é mantida originalmente de pau-a-pique. Nos quintais há cultivos de frutíferas, verduras, legumes/tubérculos e plantas de uso medicinal. De modo geral, os tipos de frutíferas mais comuns são laranja, limão, goiaba e jaca e as hortaliças são a couve, a alface e a cebolinha. Nos quintais também são mantidas criações domésticas para o consumo alimentar, tais como galinhas e patos.

Casa e quintal no sertão, como é chamada a área distante do núcleo central.



Acervo ISA



Felipe Laa/ISA

Roça de arroz.

3. Agricultura

Algumas famílias mantêm a prática da agricultura de pousio. As variedades cultivadas são: arroz, feijão, milho, batata-doce e mandioca. A produção das roças é destinada ao consumo familiar. Outras famílias cultivam também o maracujá azedo. As sementes utilizadas para o plantio são das próprias roças da comunidade ou, na maioria dos casos, compradas em lojas agropecuárias de Eldorado.

4. Recursos naturais

Os recursos florestais comumente coletados são o palmito, os cipós imbé e timbopeva, a taquara e alguns tipos de madeira. As cachoeiras e cavernas são importantes recursos disponíveis na área da comunidade, consideradas pelos moradores como potencialidades para ecoturismo.

Agenda das Prioridades e Recomendações

Demandas	Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos				
			Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008), M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo	
Meio Ambiente e Fundiário	1. Acabar com a ameaça das barragens no rio Ribeira de Iguape	Perda da biodiversidade e sociodiversidade provocam êxodo para as cidades, perda da cidadania e da cultura quilombola	1	Buscar novos parceiros que sejam contrários a essa iniciativa; buscar fontes confiáveis de pesquisa para discutir os aspectos técnicos das obras previstas	Todos os movimentos contrários a construção da barragem.	Capacitação para equipe de articulação e comunicação; divulgação em nível internacional	E.U.
	2. Adequação da legislação ambiental para permitir a abertura de roça de subsistência com o uso do fogo em locais onde o estágio de recuperação da vegetação está atualmente sob proteção legal	Porque são poucas as melhores áreas disponíveis para cultivo que não estejam protegidas pelo Código Florestal (art. 215/216) ou pela Lei da Mata Atlântica (nº 11.428, de 22/12/06). Além disso, as roças de subsistência são consideradas pela ciência como lavouras de mínimo impacto	1	Buscar junto aos órgãos competentes (Ibama, DE-PRN, SMA, MDA) a solução do problema.	Comunidades, órgãos públicos	Ofícios, reuniões, audiências, mobilização, articulação em nível regional	E.U.
	3. Extinção do uso de fogo para ampliação de pasto em áreas que estão sob posse dos terceiros	Ser uma prática insustentável e impactante em terras da comunidade.	1	Solicitar aos órgãos ambientais o acordo com os terceiros, de forma que a comunidade possa provar como está a situação das áreas submetidas ao fogo	Comunidade e Órgãos Públicos	Órgãos competentes x fazendeiros; busca de apoio pela Associação junto aos órgãos para oficializar reclamação por escrito	M.P.
	4. Retirada dos terceiros do território	Para garantir o território e sustentabilidade e evitar danos ambientais	1	Relatar os fatos que estão acontecendo e levar ao poder público, acelerar o processo de indenização de terceiros	Comunidade deve relatar os fatos e solicitar aos órgãos responsáveis velocidade no processo	Fotos, documentos, Boletim de Ocorrência, e encaminhar ao órgão competente	E.U.
	5. Regularização Fundiária/ Titulação	Para garantir o território o e aumento da produção; resgate de valores tradicionais e culturais; garantir a sustentabilidade da comunidade	1	A comunidade deve conhecer bem o território, para poder pressionar política e juridicamente os órgãos competentes.	Associação, comunidade e órgãos responsáveis	A partir do conhecimento dos territórios, criar embasamento político e jurídico e pressionar os órgãos competentes	E.U.
	6. Realização de um planejamento sócio-econômico e ambiental sustentável na comunidade	Necessidade de desenvolvimento cultural, social e ambiental da comunidade.	2	Tem que ter colaboração dos associados e o apoio das instituições do Governo e da Sociedade civil para implantação da Agenda Socioambiental.	Agentes socioambientais quilombolas, Associação e parceiros, como Itesp, Moab, ISA, Fundação Florestal	Tem que ter diagnóstico das comunidades, seminários, encontros, oficinas de mapeamento dos territórios e troca de informações.	M.P.

Demandas		Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos			
				Quais são as ações neces- sárias para que esta de- manda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008), M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo
	7. Estudar a implantação de programa participativo de monitoramento/fiscalização das áreas de repovoamento da juçara no território do quilombo.	Necessidade de controlar os recursos da comunidade e manter a sustentabilidade do território	1	Dar seqüência nas ações em curso e buscar recursos para ampliar as ações.	Associação com os parceiros públicos e da sociedade.	Associação deve elaborar projeto com apoio dos parceiros	E.U
Manejo e Extrativismo	1. Manejo de ervas medicinais	Melhorar a renda e valorizar o conhecimento tradicional	2	Valorizar o conhecimento e comercialização	Parceiros (Saúde, ISA, Itesp, Pastoral da Criança)	Identificar as pessoas que tem o conhecimento, as ervas com potencial, beneficiar para o mercado	M. P.
	2. Reflorestamento de palmito e produção de mudas para manejo	Já está acontecendo, mas necessita de apoio para continuar.	1	Garantir a continuidade	PDA, ISA e Fundação Florestal	Negociar continuidade do projeto junto ao PDA, Associação, ISA e Fundação Florestal .	M.P.
Comunicação, eletricidade, transporte e moradia	1. Instalação de energia elétrica em todas as casas	Várias famílias ainda não possuem energia elétrica em suas casas.	1	Reivindicação junto à Elektro e ao Programa Luz para todos	Associação	Associação junto ao Itesp deve pressionar os órgãos competentes	E.U.
	2. Diminuição do valor da taxa de energia elétrica rural	Porque o valor das contas é muito alto, e as famílias não têm condições de pagar, pois são de baixa renda	1	Reivindicar junto à Elektro a isenção do ICMS na conta de energia	Associação	Solicitar ao Itesp encaminhamento destes pedidos	E.U.
	3. Manutenção de estradas existentes na comunidade	As estradas estão em péssimas condições, dificultando o acesso, principalmente para os alunos da escola	2	Melhorar o acesso às estradas, cascalhar, fazer lombadas e sinalizar	Prefeitura	Associação reivindica e cobra o poder público	E.U.
	4. Abertura de novos acessos (estrada e pontes) na comunidade	Porque precisa de abertura de novas estradas e construção de pontes metálicas	1	Fazer ofício e reunião com Prefeitura e DER	Prefeitura e Associação	Associação reivindica e cobra o poder público	E.U.
	5. Instalação de telefone público nas localidades mais distantes da vila.	Porque é o único meio de comunicação entre a comunidade e a cidade e os dois existentes se localizam na vila	1	Encaminhar ofício para a cia telefônica	Prefeitura e Telefônica	Associação reivindica e cobra o poder público	E.U.
	6. Implantação de um programa de manutenção do telecentro	Porque queremos participar da inclusão digital e social	2	Capacitação de jovens para ajudar na comunidade	Associação	Solicitar ajuda junto às parcerias e órgãos públicos (Gesac, Itesp, ISA, Banco do Brasil e Prefeitura)	L.P.
	7. Instalação de Rádio Comunitária	Porque facilita a comunicação com todos os moradores	1	Solicitar aos programas do governo	Associação	Fazer projetos	M.P.
	8. Obtenção de computador para comunidade	Porque a comunidade precisa fazer documentos e realizar outras atividades que precisam do computador	2	Solicitar à Fundação Banco do Brasil a doação de computadores	Associação	Por meio de parcerias com instituições parceiras	M.P.

Demandas		Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos			
				Quais são as ações neces- sárias para que esta de- manda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008), M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo
Comunicação, eletricidade, transporte e moradia	9. Instalação de antena para telefone móvel - celular	Alguns moradores já pos- suem aparelhos e linhas de telefone móvel e facilita a comunicação para fora da comunidade	2	Levantar em outras comu- nidades vizinhas se há a mesma demanda e buscar negociação com as cias. telefônicas	Associação e parceiros	Pó meio de articulação com outras associações e negociação com as Cias telefônicas.	M.P.
	10. Implementação de programa de moradia	Há muitas famílias morando na mesma casa	1	Associação encaminhar solicitação ao CDHU	Associação, Prefeitura e Itesp	Por meio de parceria entre Associação, CDHU, Prefei- tura e Itesp	E.U
	11. Segurança Pública	Não há ronda da polícia dentro do território da comu- nidade	2	Associação deve encaminhar ofício para a Delegacia Regional da Polícia	Associação/Polícia Militar	Associação encaminha pedido.	M.P.
	12. Implementação de programa de visita da Prefeitura na comunidade	Demora para a Prefeitura ficar sabendo dos problemas que compete a ela resolver	2	Associações de diversas comunidades devem juntas encaminhar pedido para a prefeitura	Associação e outros par- ceiros	Associação encaminha pedido	M.P.
	13. Melhoria no transporte coletivo já existente	Porque o serviço atual não atende as necessidades da comunidade.	1	Reivindicar junto às pre- feituras uma linha coletiva regular	Associação	Solicitar ônibus junto ao departamento de trans- porte da Prefeitura	E.U.
Saúde	1. Ter atividades de cons- cientização voltadas à saúde, como por exemplo: prevenção ao alcoolismo	Para conscientizar o depen- dente a realizar um trata- mento e fazer um trabalho preventivo com os jovens.	1	Criação de AAA, palestras explicativas	Associação	Parceria com órgão de saúde competente	E.U.
	2. Aquisição de uma am- bulância	Não há ambulâncias que possam levar doentes da comunidade para a cidade	1	Reunião com Secretaria de Saúde e Prefeitura	Associação com a comu- nidade	Através de assembléia com a comunidade e reunião com Prefeitura e Secretaria de Saúde	E.U.
	3. Melhorar a qualidade nos serviços de saúde, com o aumento e regula- ridade da frequência do atendimento médico e odontológico	Há necessidade de tratamen- to médico na comunidade	1	Pressionar a Secretaria de Saúde junto com órgãos estaduais e municipais	Associação	Cobrança junto ao órgão competente	E.U.
Sanea- mento	1. Instalação de rede de coleta e tratamento de esgoto	Porque o tratamento é in- dispensável para a saúde da comunidade	1	Construção de fossas sépti- cas e rede de esgoto	Prefeitura com fiscalização da Associação	Associação e comunidade pressionar a Prefeitura	E.U.
Cultura e Lazer	1. Divulgação das coisas tradicionais da comuni- dade	Conservação da história e cultura, pois as culturas estão se perdendo, e há necessida- de de resgate cultural	1	Através de histórias, pa- lestras e prática, tentando resgatar as atividades que eram realizadas	A própria comunidade, com os parceiros, órgãos públi- cos e ONGs	Fortalecimento das asso- ciações e troca de experi- ências entre elas	M.P.
	2. Fortalecimento do artesanato quilombola	Porque promove geração de renda e resgate do artesanato tradicional	2	Organizar exposições	As associações e ONGs, Minc, Secretaria da Cultura	Através de projetos e parcerias	M.P.

Demandas		Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos			
				Quais são as ações neces- sárias para que esta de- manda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008), M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo
Cultura e Lazer	3.Implementação de projetos que incentivem a integração de crianças e jovens na comunidade	A falta de participação de jovens nas ações da comunidade	2	Atividades de esporte, cultura, lazer e inclusão digital	Parcerias com a Prefeitura, Secretaria do Esporte, da Educação e Ministério da Cultura	Promovendo atividades em projetos que atraiam os jovens.	E.U.
	4. Aulas de capoeira	O resgate cultural da história dos negros e a necessidade de participação e envolvimento dos jovens	2	Reunir os interessados e escolher o professor	Buscar apoio com os parceiros, como Itesp, Unicamp, ISA	Com projetos culturais	M.P.
	5. Ter campo de futebol	Não existe um espaço adequado	3	Ter auxílio da Secretaria de Esporte do município	Associação encaminha pedido para a Prefeitura	Associação junto com os atletas	M.P
Educação	1. Melhoria no ensino fundamental existente na comunidade e implementação de ensino diferenciado	Trabalhar com temas quilombolas que são desconhecidos pela comunidade	1	Capacitação de professores, envolver a comunidade nesse processo (levar pessoas da comunidade para dar palestra na escola)	Associação com órgãos da educação	Em conjunto com comunidades, professores e delegacias de ensino	E.U.
	2. Curso de informática	Necessidade de fazer os trabalhos da Associação e maior envolvimento dos jovens	1	Equipar a comunidade e capacitar lideranças para tal	Associação com parcerias	Em conjunto com instituições parceiras	M.P.
	3. Curso de formação para cidadania	Devido à necessidade de conhecimento sobre assuntos diversos relacionados aos direitos e deveres dos moradores	1	Mobilizar, motivar a comunidade para participar destes cursos	Criar um grupo junto com Associação para coordenar este trabalho	Buscar apoio junto à Prefeitura e instituições parceiras	M.P.
Atividades Produtivas	Agricultura (atividades, infra-estrutura e equipamentos)	1. Aquisição de trator	1	Crédito, doação (fundo perdido)	Para crédito, os bancos são apontados e doação, a Petrobras e PDA Mata Atlântica	Fazer projetos, associações em parcerias com ISA	E.U.
		2. Melhorar a comercialização da produção agrícola da comunidade, como por exemplo a do maracujá	1	Venda direta com mercado consumidor e programa da Conab, evitando atravessadores	Grupos de produtores da Associação e parceiros (ISA, Itesp)	Pesquisa de mercado e organização das comunidades	E.U.
		3. Reestruturação da produção de mel na comunidade	2	Levantamento da situação da produção atual e tomar as medidas necessárias	ISA e Itesp	Fazer diagnóstico, viabilizar a capacitação dos produtores e bom aproveitamento dos equipamentos existentes	E.U.

Demandas		Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos				
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008), M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo	
Atividades Produtivas	Extra-agroflorestais e extra-criação	1. Desenvolver atividades de ecoturismo na comunidade	Cada comunidade tem seu potencial turístico	2	Identificar os atrativos, criar e melhorar a infra-estrutura, divulgar e organizar a atividade	Associação, parceiros	A Associação realiza o levantamento dos atrativos e da necessidade de infra-estrutura e elabora um projeto	M.P.
		2. Desenvolver o turismo cultural	O potencial turístico que tem em cada localidade	2	Identificar os atrativos, criar e melhorar a infra-estrutura, divulgar e organizar a atividade	Associação, parceiros	A Associação realiza o levantamento dos atrativos e da necessidade de infra-estrutura e elabora um projeto	M.P.
		3. Implementação de atividades de geração de renda que incentivem a permanência dos jovens na comunidade	A falta de opções de trabalho nas comunidades	1	Cursos de capacitação, inclusão digital	Associação, grupo de jovens, ISA e outros parceiros	Definir com os jovens suas expectativas e oportunidades e transformá-las em projetos	E.U.
		4. Aquisição de equipamentos para beneficiamento de produtos agrícolas da comunidade	Melhorar a renda das famílias	1		Associação com as entidades parceiras	Elaboração e encaminhamento de projetos	M.P.
		5. Implementação de cursos profissionalizantes para jovens	Necessidade de pessoas capacitadas para gerenciar os projetos existentes e para implantação de novos projetos	2	Definir os temas e as formas de capacitação, criar espaço para capacitação e aquisição de equipamentos necessários	Sebrae, Senac, outros parceiros (Ibama, Itesp, ISA, Idesc)	Organizar uma conversa com Sebrae e Senac e elaborar projetos	E.U.



Vista de Poça, com destaque para os bananais. Foto: Maurício Carvalho/ISA

5.14. Agenda Socioambiental de Poça

Localização e origem da comunidade

Localiza-se próxima a margem direita do rio Ribeira, abrangendo terras dos municípios de Eldorado e Jacupiranga, no Estado de São Paulo. O acesso à Poça se dá por estrada de terra – estrada que liga o Bairro de Lajeado ao Bairro de Itapeúna, no município de Eldorado – com início na SP-193, a 18 km da cidade de Jacupiranga. Percorrem-se, nesta estrada, 4 km a partir do Bairro do Lajeado até chegar à sede da comunidade da Poça.

A formação da comunidade se iniciou com a vinda de Joaquim da Costa Campos, de Ivaporunduva, o qual a fundou. Seus filhos se casaram com moradores já estabelecidos no local e vindos de outros bairros próximos da comunidade. As principais famílias que se instalaram na área no início do século XIX foram: Costa, Pupo, Vieira, França, Marinho, Rosa, entre outros, procedentes das comunidades quilombolas Rio Ribeira acima.

A estrutura fundiária da área de Poça sofreu, a partir da década de 1960, a mesma especulação imobiliária ocorrida em outras partes do Vale do Ribeira, associada à desarticulação da policultura e à introdução da monocultura de banana. Isto propiciou a entrada de fazendeiros na área e a redução considerável do território que era ocupado pelos antigos moradores da Poça.

A ocupação de Poça, assim como de outras comunidades, é composta por remanescentes de quilombos e terceiros (ocupantes não-quilombolas), dos quais muitos são aceitos pelo grupo como pertencentes à comunidade e outros são fazendeiros que os moradores tradicionais de Poça pedem para serem retirados da área.

Em 2005, foi fundada a Associação dos Remanescentes de Quilombo do Bairro de Poça.

No início de 2008, a comunidade ainda aguardava a finalização da demarcação dos limites de suas terras, para que seja concluído o processo de reconhecimento pelo Itesp. Assim, sua situação fundiária está indefinida, uma vez que existem muitos terceiros (ocupantes não-quilombolas) na área objeto de reconhecimento.

Aspectos sócio-econômicos

1. Número de famílias

Poça considera 65 famílias pertencentes à comunidade, entre descendentes do “fundador”, que moram no bairro, e outros parentes que moram fora. Já segundo dados do RTC, são 41 as famílias que moram atualmente na comunidade.

2. Infra-estrutura e atividades econômicas

A grande maioria das famílias vive da comercialização de banana, que é vendida para atravessadores. Alguns moradores ainda conseguem reservar espaço para o cultivo de roças de feijão, que são prejudicadas pela pulverização de agrotóxicos nos bananais maiores de alguns fazendeiros vizinhos e daqueles que estão dentro do território da comunidade.

Há dez famílias da comunidade envolvidas no projeto de cultivo de maracujá, desenvolvido em parceria com a Prefeitura de Eldorado.

No bairro, as estradas de terra são precárias e não há rede de distribuição de água e nem de coleta de esgoto, sendo este último lançado diretamente no



Maurício Carvalho/ISA

Vista da comunidade, com destaque para as áreas ocupadas por bananais.

Rio Poça, principal curso d'água que corta as terras da comunidade. Este rio também sofre contaminação por agrotóxicos e há cerca de 20 anos deixou de ter peixes. A água que abastece as casas procede de nascentes locais, que estão bastante prejudicadas pelo desmatamento feito por fazendeiros.

A maioria das casas possui energia elétrica, embora algumas ainda não tenham sido atendidas pelos programas governamentais de instalação de energia no meio rural.

O transporte no bairro é feito por uma linha municipal. O ônibus passa uma vez ao dia, com destino final na cidade de Eldorado.

Há na comunidade uma escola de ensino infantil (pré-escola). As crianças e adolescentes que desejam completar o Ensino Fundamental e Médio precisam se deslocar até a cidade de Eldorado, utilizando o transporte escolar da prefeitura.

Não há posto de saúde, agente de saúde e nem atendimento médico e odontológico na comunidade. Quando as pessoas precisam de atendimento médico deslocam-se para as cidades de Eldorado, ou ainda Pariquera-açu, em casos mais graves.

Na comunidade existem as seguintes benfeitorias: escola de Ensino Infantil, campo de futebol, igreja católica e galpão multiuso de propriedade particular, cedido à comunidade para diversos usos. Uma roçadeira, o telecentro e um telefone público são os equipamentos de uso coletivo da comunidade.

3. Forma de Organização

A comunidade está organizada em torno da Associação dos Remanescentes de Quilombo do Bairro Poça, fundada em 2005. Atualmente são 74 associados.

As organizações não-governamentais apontadas como atuantes na comunidade foram: ISA, Rede Mocambos, Moab e Eacone. Já organizações governamentais apontadas foram: Itesp, Unicamp, Prefeitura de Eldorado e Prefeitura de Jacupiranga.

4. Lazer, Cultura e Religião

A comunidade, por meio da Associação, organiza festas para arrecadar recursos, campeonatos de futebol e, anualmente, um festival de música sertaneja. Já a igreja católica organiza a festa de Nossa Senhora Aparecida. A religião predominante é a católica e alguns moradores seguem outras denominações como: Assembléia de Deus, Brasil para Cristo e Congregação Cristã no Brasil.

Aspectos de uso e ocupação da terra

1. Distribuição espacial das formas de uso

Os limites de Poça estão em processo de reconhecimento junto ao Itesp. Portanto não existem ainda valores oficiais de área até o momento. Mas para efeito deste levantamento participativo de uso e ocupação da terra, utilizou-se o limite informado pelos moradores, cuja área possui 1.116,16 hectares. As terras de Poça são predominantemente ocupadas por bananais, somando uma área total de aproximadamente 497,63 hectares (44,56%), dos quais pouco mais da metade (56,6% aproximadamente) são cultivados por particulares. A dimensão desta área fica bastante evidente no Mapa de uso e ocupação da terra em 2007 elaborado especificamente para as terras ocupadas pela Comunidade de Poça. Em seguida temos as pastagens como forma de uso mais expressivas, ocupando 22,95% das terras, conforme demonstra a Tabela 1.

tabela 1. Formas de uso da terra em Poça em 2007*		
Classe de uso da terra	Área ocupada (hectares)	Área ocupada (%)*
bananal	499,06	44,7
pastagem	269,64	24,15
cultivo de maracujá	1,35	0,12
horta	0,34	0,03
silvicultura de eucalipto	7,04	0,63
vegetação rasteira	1,91	0,17
vegetação rasteira de várzea	24,84	2,23
capoeirinha; capoeira	18,97	1,7
capoeirão; mata	287,02	25,71
corpos d´água	0,63	0,06
estrada	4,88	0,44
pedreira	0,67	0,06
total	1.116,36	100

* Estes valores são relativos à área de Poça, segundo o limite informado pelos moradores e digitalizado pelo ISA (1.116,16 hectares).

2. Recursos naturais

Segundo os moradores, há na comunidade os seguintes recursos naturais: nascentes, uma pequena gruta que era utilizada para guardar mantimentos e que serviu de refúgio para desertores durante a Guerra do Paraguai, além de uma pedreira que é utilizada para a realização de rapel.

fotos: Maurício Carvalho/ISA



Bananais e pastagens são as formas de uso mais comuns da terra.



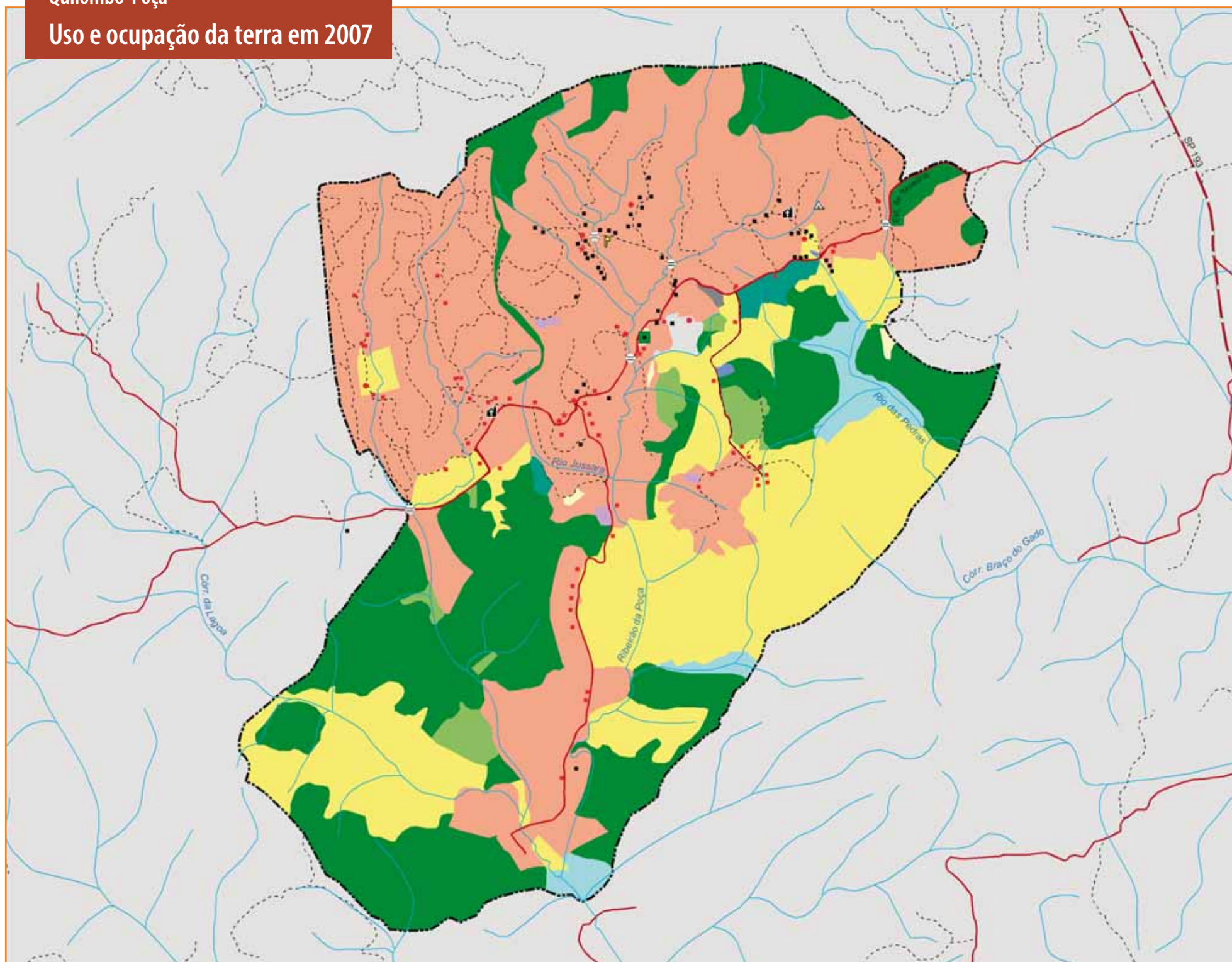
Quintal com frutíferas.



Pedreira utilizada para a prática de rapel.

Quilombo Poça

Uso e ocupação da terra em 2007



Uso e ocupação da terra em 2007

- | | |
|----------------------------|-----------------------|
| bananal | moradias quilombolas |
| pastagem | galpão |
| horta | escola |
| cultivo de maracujá | igreja |
| silvicultura de eucalipto | galpão da Associação |
| pedreira | campo de futebol |
| vegetação de brejo | venda |
| vegetação rasteira (capim) | ponte |
| capoeirinha; capoeira | gruta |
| capoeirão; mata | moradias de terceiros |

Base Cartográfica

- | |
|--------------------------|
| rios, córregos |
| lagos, açudes |
| caminho |
| estrada sem pavimentação |
| rodovia pavimentada |
| limite de Poça |



0 250 500 750 m

1 centímetro é igual a 250 metros

Projeção UTM (Fuso 22), Datum Sad 69.

Fontes

- Uso e ocupação da terra: informações levantadas nas oficinas de mapeamento participativo realizadas na comunidade em 2007, posteriormente editadas e complementadas em laboratório com base nos mosaicos de fotografias aéreas (voo PPMA/SMA de 2001/2002, escala média de 1:35.000);
- Base cartográfica: base contínua IBGE 1:50.000, produzida pelo PPMA/SMA, atualizada pelo ISA com base mosaico de fotografias aéreas voo PPMA/SMA de 2001/2002;
- Limite do quilombo: digitalizado pelo ISA, com base em informação de moradores.

Instituto Socioambiental, março de 2008.

Agenda das Prioridades e Recomendações

Demandas	Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos				
			Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008); M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo	
Meio Ambiente e Fundiário	1. Reflorestar beiras de rio e outras áreas na comunidade	Conservar os recursos naturais, evitar assoreamento dos rios, melhorar a vida da fauna e flora, recuperação das águas	1	Buscar um intermediador para negociação com terceiros, criar projeto de conscientização junto às comunidades	Ação conjunta entre órgãos ambientais e organizações que trabalham com a comunidade.	Ação civil pública entre os atores sociais e órgãos envolvidos	E.U.
	2. Acabar com a ameaça oferecida pela construção das barragens no rio Ribeira do Iguape	Perda da biodiversidade e sociodiversidade provocam êxodo para as cidades, perda da cidadania e da cultura quilombola e de outras comunidades tradicionais	1	Buscar novos parceiros que sejam contrários a essa iniciativa, buscar fontes confiáveis de pesquisa para discutir os aspectos técnicos dos empreendimentos previstos	Todos os movimentos contrários à construção das barragens	Capacitação para equipe de articulação e comunicação, divulgação em nível internacional	E.U.
	3. Implementação de um programa, com a participação da comunidade, para impedir a entrada de palmiteiros nas terras da comunidade	Perda da espécie	1	Oferecer ajuda de custo para quem corta, melhorar a fiscalização por parte da SMA, trabalho de conscientização junto aos palmiteiros, acabar com atravessadores (assim não tem para quem vender)	A Secretaria do Meio Ambiente, junto com ONGs e comunidades, buscando alternativas	Projetos com parceiros envolvidos, ter alternativas de geração de renda	M.P.
	4. Extinção do uso de fogo para ampliação e/ou renovação de pastos existentes em áreas que estão em posse dos terceiros	São práticas insustentáveis e impactantes realizadas por terceiros em terras da comunidade.	1	Solicitar aos órgãos ambientais um acordo com os terceiros, de forma que a comunidade possa provar como está a situação da área	Comunidades e Órgãos Públicos	Órgãos de fiscalização e fazendeiros, mas antes a Associação tem que procurar um órgão de apoio e reclamar por escrito	M.P.
	5. Interpretação e explicação sobre as leis ambientais em linguagem acessível para a comunidade	Falta clareza e entendimento por parte da comunidade	1	Elaboração de um material escrito de forma simplificada	GT que envolva a comunidades e assessores para compor conteúdo do material	Formar o GT e definir o cronograma de trabalho	M.P.
	6. Retirada dos terceiros do território	Para garantir o território e sustentabilidade e evitar danos ambientais	1	Relatar os fatos que estão acontecendo e levar ao poder público, acelerar o processo de indenização de terceiros	A comunidade deve relatar os fatos e solicitar aos órgãos responsáveis velocidade no processo	Fotos, documentos, Boletim de Ocorrência, e encaminhar ao órgão competente	E.U.
	7. Obtenção do direito de uso, para a comunidade, das áreas abertas (sem mata) que estão em mãos de terceiros.	Para fazer uso do território e das áreas abertas que são ocupadas por terceiros, mas não estão em uso	1	Formar GT para fazer estudo dessas áreas para solicitar na Justiça as medidas cabíveis	A comunidade junto ao GT e órgãos competentes	Fazer um estudo e manejar as áreas para discutir com o GT	E.U.

Demandas		Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos			
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008); M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo
Meio Ambiente e Fundiário	8. Parar a invasão no território de gado dos fazendeiros que estão dentro e no entorno do território	A invasão destrói os cultivos e causa erosão	1	Denunciar com ações cabíveis (consultar Código Civil que trata de relações de vizinhança)	Os moradores prejudicados e a associação	Criar um GT que possa discutir essas questões e levantar as possibilidades de entendimento	E.U.
	9. Reconhecimento imediato do território	Velocidade no processo de identificação do território, retirada de terceiros, avançar o processo de titulação, verificar os limites, continuar o processo de reconhecimento no Itesp, pois está parado	1	Declaração da comunidade de auto-identificação, declaração da Fundação Palmares. Reconhecimento do Itesp, como comunidade quilombola, outros documentos da Associação e do Presidente	A comunidade deve providenciar e encaminhar ao Incra e pressionar o Itesp	Reunir a comunidade para encaminhar ofício ao Itesp, pedindo continuidade na elaboração do RTC e ir ao cartório para retirar os documentos e encaminhá-los ao Incra	E.U.
	10. Desenvolver na comunidade um planejamento sócio-econômico e ambiental sustentável	Necessidade de desenvolvimento cultural, social e ambiental das comunidades	2	Tem que ter colaboração dos associados e o apoio das instituições do Governo e da Sociedade civil para implantação da Agenda Socioambiental Quilombola	São os Agentes socioambientais quilombolas, Associação e parceiros, como Itesp, Moab, ISA, Fundação Florestal	Tem que ter diagnóstico da comunidade, seminários, encontros, oficinas de mapeamento do território e troca de informações	M.P.
Comunicação, eletricidade, transporte e moradia	1. Diminuição do valor da taxa de energia elétrica rural	Porque o valor das contas é muito alto, e as famílias não têm condições de pagar, pois são de baixa renda	1	Reivindicar junto à Elektro a isenção do ICMS na conta de energia	Associação e Elektro	Solicitar ao Itesp encaminhamento deste pedido	E.U.
	2. Abertura de novos acessos (estrada e pontes) na comunidade	Porque precisa de abertura de novas estradas e construção de pontes metálicas	3	Fazer ofício e reunião com Prefeitura e DER	Prefeitura e Associação	Associação reivindica e cobra o poder público	E.U.
	3. Programa de manutenção do telecentro	Porque queremos participar da inclusão digital e social	2	Capacitação de jovens para ajudar na comunidade	Associação, Gesac, Banco do Brasil e ISA	Solicitar ajuda junto às parcerias e órgãos públicos (Gesac, Itesp, ISA, Banco do Brasil e Prefeitura)	L.P.
	4. Obtenção de computador para comunidade	Porque a comunidade precisa fazer documentos e realizar outras atividades que precisam do computador	1	Solicitar à Fundação Banco do Brasil a doação de computadores	Associação, ISA, Banco do Brasil	Através de parcerias com instituições parceiras	M.P.
	5. Aquisição de veículo para atender transporte emergencial da comunidade	Não há transporte para as situações emergenciais.	1	Elaboração de projeto e procurar financiamento	Associação com outros parceiros	Elaboração de projeto conjunto entre a Associação e parceiro	E.U
	6. Construção de sede para a Associação.	Não há espaço próprio para as atividades da Associação	1	Associação deve encaminhar pedido para o Itesp	Itesp	Itesp deve buscar os recursos necessários.	E.U
	7. Segurança Pública	Não há ronda da polícia dentro do território da comunidade	2	Associação deve encaminhar ofício para a Delegacia Regional da Polícia	Associação/Polícia Militar	Associação encaminha pedido	M.P.

Demandas		Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos			
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008); M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo
	8. Melhoria do transporte coletivo para atender a comunidade	Porque a comunidade tem difícil acesso a transporte	1	Reivindicar junto às prefeituras uma linha coletiva regular	Associação e Prefeitura	Solicitar ônibus junto ao departamento de transporte e Prefeitura	E.U.
Saúde	1. Ter atividades de conscientização voltadas à saúde, como por exemplo: prevenção ao alcoolismo	Há na comunidade pessoas com dependência que precisam de conscientização e/ou tratamento.	1	Criação de AAA, palestras explicativas	Associação e Parceiros	Parceria com órgão de saúde	E.U.
	2. Implementação de Programa da Saúde da Família.	Há necessidade de tratamento médico e odontológico na comunidade	1	Pressionar a Secretaria de Saúde junto com órgãos estaduais e municipais	A comunidade através da Associação e Prefeitura	Através de cobrança junto ao órgão competente	E.U.
	3. Conscientização dos bananicultores sobre os cuidados com o uso dos agrotóxicos, destino correto das embalagens e a compra ilegal desses produtos, para evitar doenças	Porque estes produtos provocam contaminação da água, solo, ar, faz mal para saúde das pessoas e prejudica os animais	1	Reflorestamento de rios, nascentes, usar adubos orgânicos, devolução de embalagens de agrotóxicos nas lojas que comercializam	Associação com a comunidade e Parceiros	Reuniões com os moradores e apoio dos órgãos ambientais	E.U.
	4. Instalação de Posto de Saúde	Necessidade do bairro para ter assistência à saúde	1	Pressionar o Estado e Prefeitura	Associação e Prefeitura	Audiência com departamento de saúde do Estado e órgãos competentes	E.U.
	5. Ter agente de saúde na comunidade	Ajudar a comunidade nos encaminhamentos sobre as questões referentes a saúde	1	Pressionar o Estado e Prefeitura	Associação e Prefeitura	Através da organização da comunidade	E.U.
Saneamento básico	1. Regularidade nos dias de coleta de lixo	Não tem dia certo para coleta e o lixo fica acumulado	1	A Associação deve fazer um cronograma de datas com a Prefeitura para a realização da coleta	Associação e Prefeitura	Deve ser realizada reunião entre Associação e Prefeitura	E.U.
	2. Instalação de rede coleta e tratamento de esgoto.	Porque o tratamento do esgoto é indispensável para a saúde da comunidade		Construção de fossas sépticas e rede de esgoto	Prefeitura com fiscalização da Associação	Associação e comunidade pressionar a Prefeitura	E.U.
	3. Melhoria na captação de água e equipamentos de distribuição	Porque não temos água tratada.		Construção de um reservatório central e canalizar e distribuição	Sabesp, Funasa, Prefeitura, Itesp	Realizar reuniões com esses órgãos reivindicando datas e prazos para instalação	E.U.
	4. Reciclagem de lixo	Porque o lixo está afetando o meio ambiente da comunidade		Cursos e palestras de esclarecimento de como realizar a coleta e separação do lixo	Associação, comunidade e Prefeitura	Parceria com Prefeitura e instituições atuantes	M.P.
Cultura e Lazer	1. Divulgação das coisas tradicionais da comunidade	Conservação da história e cultura, pois as culturas estão se perdendo, necessitando assim de um resgate cultural.	1	Por meio de histórias, palestras e prática, tentando resgatar as atividades que eram praticadas	A própria comunidade, com os parceiros: órgãos públicos e ONGs	Fortalecimento das Associações e troca de experiências entre elas	M.P.

Demandas		Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos			
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008); M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo
Cultura e Lazer	2. Fortalecimento do artesanato quilombola	Promover geração de renda e resgate do artesanato tradicional	1	Organizar exposições	As associações e ONGs, Minc, Secretaria da Cultura	Através de projetos e parcerias	M.P.
	3. Implementação de projetos que incentivem a integração de crianças e jovens na comunidade	A falta de participação de jovens nas ações da comunidade	1	Tendo esporte, cultura, lazer e inclusão digital	Precisa de parcerias, como Prefeitura, Secretaria do Esporte, da Educação e Ministério da Cultura	Promovendo atividades em projetos que atraiam os jovens com uma linguagem atraente	E.U.
Educação	1. Implementação de ensino escolar para adultos	Carência da comunidade em não ter acesso a escola, altos índices de analfabetismo na comunidade	1	Capacitação para pessoas da comunidade, agente educador	Associação, ISA, Eaacone e Fundação Banco do Brasil	Através de financiamento com órgão competente	E.U.
	2. Instalação de escola de Ensino Fundamental na comunidade e implementação de ensino diferenciado	Não há escola na comunidade e precisamos trabalhar com temas quilombolas para ampliar o conhecimento que se tem das comunidades quilombolas	1	Associação encaminhar pedido á Diretoria de Ensino de Registro, capacitação de professores, envolverem a comunidade nesse processo (levar pessoas da comunidade para dar palestra na escola)	Associação com órgãos da educação (Prefeitura e Estado)	Em conjunto com comunidades, professores e delegacias de ensino	E.U.
	3. Construção de escola para implantação de ensino médio na comunidade	A escola fica longe da comunidade, tornando difícil o acesso para os alunos	1	As ações devem ser decididas em reunião entre Associação e comunidade, junto com Delegacia de Ensino e Secretaria de Educação Estadual	A Secretaria de Educação Estadual e Municipal e Associação	A Secretaria depois de informada deve tomar as devidas medidas necessárias	E.U.
	4. Implementação de cursos de informática	Necessidade de fazer os trabalhos da Associação e maior envolvimento dos jovens	1	Equipar a comunidade e capacitar lideranças para tal	Associações com parcerias	Em conjunto com instituições parceiras	M.P.
	5. Ter um educador ambiental	A preservação dos rios, matas, coleta de lixo, trabalho de conscientização sobre o lixo na comunidade	3	Capacitar pessoas da comunidade	Entidades parceiras	Em conjunto entre Associação e entidades parceiras	M.P.
	6. Curso de formação para cidadania	Devido à necessidade de conhecimento sobre assuntos diversos relacionados aos direitos e obrigações dos moradores	1	Mobilizar, motivar a comunidade para participar destes cursos	Criar um grupo junto com Associação para coordenar este trabalho	Buscar apoio junto à Prefeitura e instituições parceiras	M.P.

Demandas		Justificativa da demanda	Níveis de Prioridade: extremamente alta (1); muito alta (2); alta (3)	Encaminhamentos			
				Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?	Quando realizá-las? E.U. = com extrema urgência (2007/2008); M.P. = em médio prazo; L.P. = em longo prazo
Atividades Produtivas	Agricultura (atividades, infra-estrutura e equipamentos)	1. Aquisição de um caminhão	1	Crédito, doação (fundo perdido)	Petrobras, PDA e outras	Fazer projetos, associações e ISA e outros, procurar doadores	E.U.
		2. Aquisição de trator	1	Crédito, doação (fundo perdido)	Para crédito, os bancos são apontados e doação, a Petrobras e PDA Mata Atlântica	Fazer projetos, associações em parcerias com ISA	E.U.
		3. Receber assistência técnico-agrícola	1	Cobrar da Prefeitura e Itesp	Prefeitura e Itesp	Através de requerimento encaminhado a Prefeitura e Itesp	E.U.
		4. Melhorar a comercialização da produção agrícola da comunidade, de forma geral.		Venda direta ao mercado consumidor, como programa da Conab, evitando atravessadores.	Grupos de produtores da Associação e parceiros (ISA, Itesp)	Pesquisa de mercado e organização das comunidades	E.U.
		5. Melhorar a comercialização da banana		Venda direta ao mercado consumidor, como programa da Conab, evitando atravessadores.	Grupos de produtores da Associação e parceiros (ISA, Itesp)	Pesquisa de mercado e organização das comunidades	E.U.
		6. Assistência técnica para produção de produtos orgânicos	1	Formar técnicos da própria comunidade e solicitar assistência técnica aos parceiros	Prefeitura, Secretaria de Educação, ISA, Itesp, Secretaria de Agricultura, escolas técnicas	Participar do planejamento com Itesp e elaboração de projetos com ISA	E.U.
	Extra-agroflorestais e extra-criação	1. Formar monitores ambientais	2	Cursos	Itesp, Prefeitura, ISA, Sebrae	Associação em parceria	E.U.
		2. Capacitação em artes (pintura de tecido, cerâmica e outras artes)	2	Formulação de projetos – Associação com parceiros	Sebrae, Itesp	Elaboração de projetos, Associação, ISA, Itesp, Sebrae	M.P.
		3. Implantação de atividades de geração de renda que incentivem a permanência dos jovens na comunidade	1	Cursos de capacitação, inclusão digital	Associação, grupo de jovens, ISA e outros parceiros	Definir com os jovens suas expectativas e oportunidades e transformá-las em projetos	E.U.
		4. Beneficiamento de produtos que são produzidos na comunidade	2		Associação com as entidades parceiras	Elaboração e encaminhamento de projetos	M.P.
		5. Cursos profissionalizantes para jovens	1	Definir os temas e as formas de capacitação, criar espaço para capacitação e aquisição de equipamentos necessários	Sebrae, Senac, outros parceiros (Ibama, Itesp, ISA, Idesc)	Organizar uma conversa com Sebrae e Senac e elaborar projetos	E.U.

O Programa Vale do Ribeira do ISA

O Programa atua na Bacia do Rio Ribeira de Iguape e Complexo Estuário Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá, na mais importante área de Mata Atlântica remanescente no Brasil. Situado entre as regiões sudeste do estado de São Paulo e o leste do estado do Paraná, o Vale do Ribeira ganha importância também diante do fenômeno do aquecimento global, por aliar a conservação das florestas e sua rica sociobiodiversidade a um importante manancial de água para a região mais populosa do país.

O objetivo do programa é auxiliar a construção de políticas públicas com interfaces em recursos hídricos, naturais e comunidades tradicionais – caso das 58 comunidades quilombolas existentes na região. O ISA atua na área utilizando-se dos seguintes instrumentos: monitoramento socioambiental participativo e interativo; atualização e disponibilização das informações produzidas, capacitando atores locais e planejamento e execução de projetos e atividades visando a formação de uma agenda positiva voltada ao desenvolvimento sustentável da região. As linhas de ações se apoiam na gestão ambiental participativa, na geração de renda, e no desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas.

Entre os projetos desenvolvidos está o que se refere a esta publicação – Projeto Agenda Socioambiental Quilombola do Vale do Ribeira –, que tem como objetivo geral contribuir para a gestão ambiental dos 14 territórios quilombolas (quilombos de Mandira, Morro Seco, Poça, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Sapatu, André Lopes, Nhunguara, Ivaporunduva, Galvão, São Pedro, Bombas, Porto Velho e Cangume), inseridos dentro de um corredor ambiental entre Iguape-Cananéia até Iporanga-Apiá, na Bacia Hidrográfica do Vale do Ribeira (SP), por meio do envolvimento comunitário, participação, mobilização e formação de jovens lideranças para a reflexão e construção de uma agenda socioambiental comum a estas comunidades.

No âmbito da construção da Agenda foram discutidas e elencadas as prioridades de ação e de trabalho ligadas à questão ambiental, políticas públicas,

serviços e a geração de renda para estas comunidades, compondo o Plano de Ações da Agenda. Além disso, servirá significativamente para a reflexão de um plano maior visando a Gestão Ambiental Integrada dos Territórios Quilombolas do Vale do Ribeira

Equipe do Programa: Nilto Tatto (coordenador), Ana Maria Ramos Estevão (voluntária), Carolina Born Toffoli, Karin Ingrid Rettl, Katia M. Pacheco dos Santos, Luciana Bedeschi, Marcos Miguel Gamberini (coordenação técnica), Mauricio de Carvalho Nogueira, Náutica Pupo Pereira de Moraes, Raquel Pasinato, Reinaldo Gomes Ribeiro, Renata Moreira Barroso, Silvani Cristina Alves

Projeto Agenda Socioambiental Quilombola do Vale do Ribeira

Coordenação: Nilto Tatto

Coordenação técnica do projeto: Katia M. Pacheco dos Santos

Coordenação de geoprocessamento do projeto: Carolina Born Toffoli

Agentes quilombolas: Anderson Rafael Furquim, Antônio Mates Pereira, Benedito Paulo dos Santos, Carlos Roberto da Silva Moraes (Duco), Cláudio Maciel de Pontes, Felipe do Amaral, Hermes Modesto Pereira, José de França Dias, José Paula de França, Márcia Maria da Silva Pupo, Neire Alves da Silva, Nilzo Tavares Costa, Rogério P. Carmo, Rosemeire de Paula M. Silva (Zozá), Valdemir dos Santos, Vandir dos Santos, Zenildo Teixeira.

Colaboradores: Adriana Peres Felipim (PRMC-SMA-SP), AmbGis, Centro Pastoral de Registro, Clarissa Pacheco e Silva (Graduanda Esalq-USP), equipe do Programa Vale do Ribeira do ISA, Geni Aparecida Toffoli (DOC-ISA), Grupo Batucajé, Ignez Maricondi (Itesp), José Strabeli (CAP-ISA), Laboratório de Geoprocessamento do ISA, Lillian Abram dos Santos (Doutorando-Unicamp), membros da Diretoria das Associações Quilombolas parceiras do Projeto, membros do Grupo da Roça (Comunidade de André Lopes), Rafael Jose Navas da Silva (Mestrando Esalq-USP e ISA), Thomas Jean Georges Gallois (ISA)

impressão e acabamento
Ipsis Gráfica e Editora (São Paulo, SP)

tiragem desta edição:
2.000 exemplares

*A madeira utilizada na fabricação dos papéis deste livro provém de florestas bem manejadas,
gerenciadas de uma maneira ambientalmente adequada, socialmente benéfica e economicamente viável.*